UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANA MARIA DE ALBUQUERQUE

Territórios em disputa: a formação territorial do Ceará de 1750 a 1822

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANA MARIA DE ALBUQUERQUE

Territórios em disputa: a formação territorial do Ceará de 1750 a 1822

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientação: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A345t	<p>Albuquerque, Ana Maria de Territórios em disputa: a formação territorial do Ceará de 1750 a 1822 / Ana Maria de Albuquerque ; orientador Manoel Fernandes de Sousa Neto. - São Paulo, 2018. 215 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.</p> <p>1. Formação Territorial. 2. Ceará. 3. Disputas de terra. 4. Território. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de, orient. II. Título.</p>
-------	--

Nome: ALBUQUERQUE, Ana Maria de.

Título: **Territórios em disputa: a formação territorial do Ceará de 1750 a 1822**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Ciências.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. (a). Dr. (a). Manoel Fernandes de Sousa Neto (Orientador / USP)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). Dr. José Levi Furtado Sampaio (UFC)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). Andre Roberto Martin (USP)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). Paulo Roberto Teixeira de Godoy (UNESP)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ (suplente /)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ (suplente /)

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a). Dr. (a). _____ (suplente /)

Julgamento: _____ Assinatura _____

À minha mãe Francisca e, *in memoriam*, ao meu querido pai Arão, com amor.

AGRADECIMENTOS

Uma tese é um trabalho por vezes solitário, mas na escrita não estamos sozinhos. As conversas durante uma aula e outra, entre alguns goles de café em reuniões acaloradas nos laboratórios, nos ajudam a recolocar as ideias em ordem. Sendo assim, gostaria de começar esses agradecimentos pelo meu orientador, o Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto, que em 2011, num gesto de afabilidade, em uma dessas conversas na Universidade Estadual do Ceará, me realizou um convite que findou com esta tese. A orientação veio sempre que solicitei, de forma muito cuidadosa, a todo o momento respeitando minhas opiniões e ideias. Muito do que tratávamos ainda no início do trabalho somente agora me aparecem de forma concreta. Devo dizer que as ausências que aparecem na pesquisa são de minha responsabilidade.

Agradeço, igualmente, as professoras Íris Kantor e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, do Departamento de História e História da Arquitetura, pelas ponderações durante o exame de qualificação, as indicações de bibliografias e a leitura cuidadosa de um trabalho que ainda timidamente tomava corpo. Muito do que aparece nesta composição passou a ser pensado em conjunto com a orientação a partir daquele momento.

Aos amigos de laboratório, pelos debates e leituras do projeto e de outras tantas partes do texto, na pessoa do Carlos Henrique da Silva. Aos amigos que me arrancam sorrisos: Kamilla Lima, Claudia Blanco, Cristiane Castilho, Mauricio Carneiro e Simone Palmeira, com os quais compartilho o tempo de uma vida em São Paulo, onde aprendo mais sobre o amor, deixando-me de antemão saudosa, tendo em vista o afastamento quando tudo isso findar. Aos de Fortaleza ou não mais de Fortaleza, que incorporaram esses movimentos cíclicos, também de partidas, para a realização de doutorados.

Agradeço a minha família, minha querida e amada Mãe Francisca Souza, que apesar de sentir muitas saudades, sempre pronunciadas nas nossas ligações, tenta compreender meu distanciamento. A minha irmã, Irany Albuquerque, que cuida de tudo quando não estou – são elas que me esperam para a ceia de Natal, me avisam dos aniversários de familiares que a rotina louca faz esquecer.

Sou profundamente grata a todos e os amo incondicionalmente. São essas pessoas que me colocam no caminho, que me trazem a lucidez, que me fazem sorrir. A vocês o que tenho de mais lindo, minha vontade de compartilhar outros tantos momentos, sempre mais, em conjunto.

RESUMO

ALBUQUERQUE, Ana Maria de. **Territórios em disputa: a formação territorial do Ceará de 1750 a 1822**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A pesquisa tem como objeto de análise a formação territorial do Ceará desde o estabelecimento das políticas pombalinas do Estado Português ao processo de emancipação política de sua colônia na América do Sul. Uma investigação que atravessa o interregno de 1750 a 1822, quando se pretendia aumentar o controle administrativo e a expropriação dos lucros nas terras conquistadas pela Coroa Portuguesa por meio de acordos de limites. Em movimento sincopado de expansão das fronteiras e corrida aos *fundos territoriais* defendidos por estratégias geopolíticas que priorizavam o povoamento das áreas fronteiriças, mas também daquelas afastadas da zona litorânea; pela doação de sesmarias; elevação de vilas e cidades; pelo controle e aldeamento dos nativos através de leis ou incentivo à guerra justa, para o aniquilamento, aos que não se adaptavam à imposição de um processo perverso de colonização que os subjugava. Retratar a *frente de apropriação* dos sertões das capitanias do Norte, com ênfase no Ceará; uma história de expropriação, de espoliação das terras indígenas, a fixação das fazendas para o criatório do gado, que teve início com o parcelamento de suas terras no final do século XVII – acontecimentos que promoveram impactos relevantes sob a sua estrutura fundiária e o introduziram à lógica da acumulação primitiva de capitais, através da implantação das políticas mercantilistas que se expandiram violentamente para além das nações europeias, em escala maior, inseridas agora dentro de um sistema mundial de conformação de uma economia-mundo capitalista em formação e dilatação.

Palavras-chave: Formação Territorial, Ceará, Acumulação Primitiva de Capitais, Economia-Mundo, Disputas de Terras.

ABSTRACT

ALBUQUERQUE, Ana Maria de. **Lands dispute: the territorial formation of Ceará from 1750 to 1822**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The aim of this investigation was to analyze the territorial formation of Ceará from the establishment of pombalinas politics of Portuguese state in the process of political emancipation in its colony in South America. An investigation that crosses the interregnum 1750-1822, when was pretended to increase the administrative control and the expropriation of profits in the lands conquered by the Portuguese crown in limits agreements. In a syncopated movement of expansion of borders and race to territorial founds defended by geopolitical strategies that prioritized the settlement of border areas; but also of those far from the coastal zone; for the donation of sesmarias; promotion of villages and cities; control and population of natives through laws or encouraging to just war, for the destruction- annihilation to people that do not fit the imposition of a perverse evil process of colonization that subjugate them. We show the *frente de apropriação* of hinterlands captaincies of the north of Portuguese America, with emphasis in Ceará, a history of expropriation, of dispossession of indigenous lands to fixation of farms for cattle breeding that initiated with the installment of their land at the end of the XVII century, events that promote significant impacts in its land and introduced the logic of primitive accumulation of capitals, through the implementation of mercantilist policies that expand violently beyond of European nations, in large scale, now inserted into a worldwide system of forming a capitalist world economy in development and expansion.

Keywords: Territorial formation; Ceará; Primitive Accumulation of capital; World-economy; Lands dispute.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Cortes de 1749	44
Figura 2 – Legenda do Mapa das Cortes de 1749	45
Figura 3 – Mapa das Cortes de 1749 (parte de trás).....	46
Figura 4 – Mapa das Cortes de 1749	48
Figura 5 – Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia de 1798	66
Figura 6 – Planisfério de Cantino, 1502	70
Figura 7 – Recorte do Planisfério de Cantino, 1502.....	71
Figura 8 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XVII.....	86
Figura 9 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XVIII	90
Figura 10 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XIX (1801 – 1822)	94
Figura 11 – Territórios indígenas no Ceará – Século XVI e XVII.....	113
Figura 12 – Parte do Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 01 de Julho de 1800	116
Figura 13 – A Penetração Para Os Sertões do Norte.....	125
Figura 14 – Mostraç na presente carta a descripção de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba... na boca do rio da Prata. Feitas em Lisboa.. 1627 / por Joao Teixeira... ..	134
Figura 15 – Pormenor do Mapa Mostraç na presente carta a descripção de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba... na boca do rio da Prata. Feitas em Lisboa.. 1627 / por Joao Teixeira... ..	135
Figura 16 – Nova et accurata Brasiliaetotius tabula, publicada por JoaneBlaeu, 1640.....	136
Figura 17 – Pormenor do Mapa Nova et accurataBrasiliaetotius tabula, publicada por JoaneBlaeu, 1640.....	137
Figura 18 – Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará 1817	166
Figura 19 – Pormenor da Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará 1817.....	191
Figura 20 – Primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas – Estado do Ceará – 1699 a 1822	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População na América Portuguesa no século XVI e XVII.....	73
Tabela 2 – Produção do Açúcar, 1570 – 1710 (em arrobas/ano).	74
Tabela 3 – Quantidade de Vilas Criadas na “Região Nordeste” entre os séculos XVII ao XIX (1822)	83
Tabela 4 – População da área monopolizada pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1762-1763)	92
Tabela 5 – Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal: e do seu valor – Início do século XVIII	105
Tabela 6 – Distribuição de Sesmarias na Capitania do Ceará	151
Tabela 7 – Evolução da População da Província do Ceará	155
Tabela 8 – População do Ceará em 1808	156
Tabela 9 – Relação das Freguesias na Capitania do Ceará – 1777.....	157
Tabela 10 – População do Ceará em 1804	158

LISTA DE SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
APEC	Arquivo Público do Ceará
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BA	Bahia
BNF	Biblioteca Nacional da França
CGA	Carta Geral do Brasil
CE	Ceará
CMD	Centro de Memória Digital
GECA	Grupo de Estudos do Capital
GEOPO	Laboratório de Geografia Política
GT	Grupo de Trabalho
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
EUA	Estados Unidos da América
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGACE	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PAE	Programa de Aperfeiçoamento do Ensino
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RGN	Rio Grande do Norte
RIC	Revista do Instituto do Ceará
RJ	Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – A metrópole	23
1.1. As relações econômicas portuguesas e a colônia americana	26
1.2. O Tratado de Madri e o Mapa das Cortes	35
1.3. A administração do Marquês de Pombal	51
1.4. A construção do Brasil.....	61
CAPÍTULO 2 – América portuguesa	67
2.1. O Norte da Colônia	69
2.2. A produção que não era somente Cana-de-açúcar	96
2.3. Os escravizados.....	108
2.3.1. Os indígenas	110
2.3.2. Os africanos.....	117
2.4. Caminhos e estradas.....	120
CAPÍTULO 3 – O sertão	127
3.1. A invasão do Ceará	140
3.2. As primeiras tentativas de instalação	143
3.3. A população e os embates pelo uso e posse das terras	151
3.4. As fazendas de gado	159
3.5. A independência de Pernambuco.....	164
CAPÍTULO 4 – A formação territorial do Ceará	168
4.1. O Ceará e seus limites.....	176
4.1.1. Os limites com o Piauí	181
4.1.2. A questão do rio Mossoró e os limites com o Rio Grande do Norte.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	201

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa intitulado *Territórios em Disputa: a formação territorial do Ceará entre os anos de 1750 a 1822* surgiu por meio e em conjunto com os debates travados nas reuniões do Laboratório de Geografia Política – GEOPO, da Universidade de São Paulo – USP, no segundo semestre de 2013; debates realizados em conjunto com as do Grupo de Estudos do Capital – GECA.

Inicialmente trabalhávamos com um recorte temporal maior e debatíamos o período que se estende até os finais dos anos de 1850, quando da implantação da política de Lei de Terras. Entretanto, o avançar nas leituras foram apontando o largo caminho que deveríamos percorrer e o tempo que tínhamos para a conclusão do trabalho não comportava essa empreitada. Diante disso: “partirmos a: ‘[...] delimitar com clareza o universo de investigação focado e explicitar as motivações teóricas de [nosso] estudo, evitando o fascínio do empirismo historiográfico [...]’”(MORAES, 2002, p. 23). Nesse espírito, iniciamos.

Com tempo para repensar o que poderíamos encaminhar e a necessidade de entender o período que nos propomos a trabalhar, voltamos às leituras e pesquisas para os anos finais do século XVII, pois queríamos perceber a conjuntura que trazia ao seu passo o século XVIII e com ele o ano de 1750. Isso somente nos foi possível, dentro do que pensávamos, com a disciplina “Ibérica II”, ministrada pela Professora Dra. Íris Kantor, realizada no segundo semestre de 2015, como bolsista PAE no departamento de História.

Na exposição das aulas da disciplina citada, compreendemos que a política pensada para a metrópole portuguesa reverberava em sua colônia americana e que essa trama era fruto de uma política maior vivenciada na Europa. Assim, recuamos alguns anos, e nos propomos a finalizar a pesquisa em 1822, quando da “independência” do Brasil, fazendo um levantamento de setenta e dois anos, já que permanecemos com o ano de 1750 para o início dos trabalhos. Foi por essa via de leituras, na perspectiva de entender esse contexto maior, europeu, que chegamos até o trabalho de Immanuel Wallerstein (1974), *o Sistema mundial moderno*, de publicação em três volumes, e para o contexto da pesquisa nos detivemos nos dois últimos.

O objetivo da pesquisa é analisar a formação territorial do Ceará – do estabelecimento das práticas pombalinas do Estado Português ao processo de independência política de sua colônia na América do Sul (1750-1822), colocando em evidência o momento da introdução desse território na lógica da acumulação primitiva de capitais, com a incorporação de políticas mercantilistas que passavam a impor outra organização espacial, quando das tentativas de

expulsão e do extermínio indígena para a incorporação daquelas áreas a uma economia de exportação, a princípio, subsidiária a organizada no litoral, e depois independente com a venda da produção do charque, do couro e do algodão diretamente para a Europa.

Antes de avançar, frisamos as contribuições propiciadas pelas disciplinas, haja vista que essas nos proporcionaram repensar caminhos e fazer leituras que nos colocaram em debate com autores ainda não conhecidos, permitindo-nos traçar o que adiante se apresentará como tese.

Igualmente importante foram as contribuições da qualificação, que mostraram as possibilidades e os impactos que o trabalho poderia representar com o diálogo com outras pesquisas – os trabalhos acadêmicos de historiadores, de arquitetos, de antropólogos, de sociólogos e de geógrafos que debateram a Europa, Portugal, o Brasil e o Ceará no período Colonial e na primeira metade do século XIX.

Procuramos desvendar dialeticamente o processo de formação territorial do Ceará rompendo com abordagens anti-historicistas, ou com aquelas que percebem a realidade sob a ótica da história linear¹ ancoradas em uma concepção de tempo único, contínuo, eurocêntrico e evolucionista/progressista, no qual os acontecimentos vão sendo expostos um após o outro, quase como uma sobreposição dos fenômenos que não dialogam entre si. Pelo contrário, partimos de uma realidade não estática, mas em movimento², buscando as conexões, as inter-relações entre os fenômenos analisados, relações essas que ocorrem em processos de conflitos e que geram outras situações capazes de explicar o específico sem isolá-lo (MORAES, 2011).

A investigação se insere no campo de estudos da Geografia Histórica do Capitalismo, na qual a pesquisa em particular é conduzida pela articulação de dois eixos: o primeiro objetiva compreender o movimento de expansão territorial das Coroas Ibéricas, abordando as articulações ocorridas na Europa pelo olhar da Metrópole; Portugal e os seus acordos; os tratados firmados para a manutenção da posse de sua colônia americana; as políticas territoriais implantadas, estas reflexo do que já vinha sendo praticado nas terras lusas e como

¹Por se estruturar a partir da ideia de um tempo único e igual para todas as sociedades/realidades/processos/culturas na perspectiva de uma “história universal”, essa representação do tempo histórico desconsidera que os tempos são múltiplos e que possuem diferentes ritmos, como hoje preconizam muitos historiadores, sobretudo a partir dos estudos realizados por Fernand Braudel.

²Desacreditando na ideia de superioridade de uma determinada disciplina, com poderes de responder sozinha a esse movimento, e defendendo que as diversas abordagens disciplinares oferecem uma multiplicidade de apresentar o real (MORAES, 2002), afirma-se que esses diálogos com as demais disciplinas colocam em evidência outros pontos que poderiam ser deixados silenciados. Numa tentativa de estudar o processo de povoamento do território brasileiro, por exemplo, poderíamos privilegiar uma escrita que prioriza a abordagem dos ciclos econômicos (pau-brasil, açúcar, drogas do sertão, ouro, pecuária e etc.), silenciando as violências cometidas na expropriação da terra indígena, na destruição das matas, na escravidão e massacre dos índios e negros africanos.

esses processos se inserem nas discussões de conformação do sistema-mundial e da economia-mundo. O segundo eixo compreende o processo de invasão e conquista da Capitania do Ceará dentro dessa *região de agricultura mercantil escravista*, pensada em conjunto com o Brasil colonial e ao sol das disputas das classes senhoriais para a autonomização desta Capitania frente a Pernambuco e o seu controle político, administrativo e econômico.

Compreendemos a evolução da formação territorial do Ceará enquanto um movimento histórico dotado de elementos particulares e não únicos, mas sim distintos dos verificados em outras Capitanias, na Metrópole, não deixando escapar a particularidade na Europa Ocidental, que observava a expansão do modo de produção capitalista.

Com o anseio de responder as indagações concernentes ao primeiro eixo, partimos para uma revisão bibliográfica que nos proporcionou encontrar trabalhos de historiadores cearenses, como é o caso de Francisco José Pinheiro (2008), com dois trabalhos de referência. O primeiro deles é o texto *Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território*, publicado em uma coletânea de textos sobre a História do Ceará em 2000³. O segundo é a obra, *Notas Sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)*. Nesta, o autor realiza consultas às cartas de doações de sesmarias, primando pela pesquisa documental no intento de caracterizar a relação sociedade-espço.

Nesse caminho, mapeamos os trabalhos a respeito do Ceará no período colonial, concentrando esforços nos que abordavam o processo de povoamento, as primeiras vilas, os aldeamentos, a questão política e administrativa com a instalação das Câmaras; os textos sobre o comércio desenvolvido na Capitania e a divisão do trabalho, a história das famílias cearenses, abarcando, finalmente, as disputas pela terra, onde o embate aparece entre indígenas e colonos⁴.

³ Francisco José Pinheiro, *Mundos em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território* (2000). Este trabalho de Pinheiro está junto a outros no livro *Uma Nova História do Ceará* organizado pela Professora Simone de Sousa, reeditado pela Editora Demócrito Rocha (tais trabalhos serviram de consulta para a pesquisa).

⁴ Diante do montante de estudos monográficos produzidos sobre o Ceará no período que estamos estudando (1750-1850), pontuamos, a título de exemplos, os de: Valdelice Carneiro Girão, *As oficinas ou Charqueadas no Ceará* (1995) (sua obra aparece como referência em boa parte dos trabalhos encontrados, a primeira edição tem publicação por volta de 1980); Isabelle Braz Peixoto da Silva, *Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sobre o diretório pombalino* (2003); Paulo Sérgio Barros, *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará* (2002); Renato Batista Aragão - *Índios do Ceará e topônimos indígenas* (1994); Lúcio José de Oliveira Maia, *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – Século XVIII*; e por último, sobre a história das famílias cearenses, destacamos: Antônio Otaviano Vieira Junior, *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão* (2004); e Billy Jaynes Chandler, *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)* (1981).

Por essa via chegamos aos trabalhos de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1997); Antonio Bezerra de Menezes, *O Ceará e os Cearenses* (2001); Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará* (1992); Pedro Théberge, *Esboço Histórico para a Província do Ceará* (1973); Tristão de Alencar Araripe, *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850* (1958); e Barão de Studart, com dois trabalhos, *Datas e fatos para a História do Ceará* (1896) e *Geographia do Ceará* (1923 e 1924)⁵. Os nomes desses autores se ligam ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – IHGACE, criado em 1887.

A historiografia produzida no âmbito do Instituto do Ceará, como também era conhecido o IHGACE, estava cerceada por um projeto ideológico que a instituição se propunha e que primava pelos grandes fatos, acontecimentos e personagens, buscando enaltecer sua população, seus governantes e seu território. Para tanto, eram afeitos à criação de heróis. Característica essa também encontrada nas suas congêneres espalhadas pelos outros estados e no próprio Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB⁶, que direcionava a escrita da História para a construção de enaltecidas histórias locais.

O Instituto do Ceará, desde sua fundação, realizava a publicação de uma Revista, *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, para divulgar as pesquisas de seus associados. A maioria dos trabalhos mencionados acima teve seus ensaios publicados anteriormente nesse periódico. As pesquisas referentes a essas publicações, mais facilmente por assunto, puderam ser realizadas por meio da consulta ao *Índice da Revista do Instituto do Ceará do Tomo I ao LXVIII*, fruto das comemorações do Tricentenário da Restauração de Pernambuco em 1954 e da já bem sucedida publicação anterior dos *Índices Anotados da Revista do Instituto do Ceará*, com a primeira publicação entre os anos de 1944 e 1945, pelo historiador José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues. Nessa primeira fase, a historiografia cearense – presente nos trabalhos do IHGACE – enfocam com mais veemência o período colonial.

⁵ Os anos das obras citadas não são os da primeira edição, estas ocorrem entre os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século XX. Como são trabalhos de referência foram muitas vezes reeditados, inclusive por editoras diferentes.

⁶ Para uma melhor compreensão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, consultar: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Institutos históricos e geográficos: Guardiões da história oficial. In: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo. Companhia das Letras, 1995; ou seu outro trabalho com o título. *Os Guardiões da Nossa História Oficial*. São Paulo: IDESP, 1989. Outro pesquisador que também pode ser consultado é PERREIRA, Sergio Luiz Nunes, com sua Dissertação de Mestrado intitulada *Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil 1838/1922*. São Paulo, 1997. Sobre o Instituto do Ceará, consultar a Tese de Doutorado de OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887 – 1914)*, São Paulo, 2002.

Alguns dos artigos aparecem nessa escrita e estão relacionados na parte final, na descrição das referências utilizadas.

Outros trabalhos de relevância para a pesquisa são os de João da Silva Feijó, *Memória Sobre a Capitania do Ceará e Outros Trabalhos* (1997); Padre José de Almeida Machado, *Notícias das Freguezias do Ceará*; Luiz Barba Alado de Menezes, *Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará*; e Antônio José da Silva Paulet, *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará*. Estes três últimos trabalhos foram organizados em um livro pela Fundação Waldemar Alcântara, numa coleção chamada Biblioteca Básica Cearense com o título: *Documentação Primordial Sobre a Capitania Autônoma do Ceará* (1997), por se tratar de pesquisas feitas após a autonomização da Capitania do Ceará da Capitania de Pernambuco, ocorrida em 1799.

Não se poderia terminar a exposição de algumas das leituras realizadas para o primeiro eixo, sem articular aos nomes dos historiadores cearenses o de João Capistrano de Abreu⁷. O destaque vai para duas de suas obras: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, com a 7ª edição no ano de 2000, na qual o autor fala dos caminhos do gado e do processo de ocupação e colonização do Ceará, e *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, numa 2ª edição de 1998, abordando as lutas travadas pela posse das terras.

Em nenhum momento colocamos a pesquisa bibliográfica como terminada. Temos a consciência que tantos outros trabalhos, não somente os de geógrafos e historiadores que recebem aqui um fôlego maior, mais igualmente de áreas distintas a essas ficaram de fora. Isso tanto pelo tempo que tivemos para realizar os levantamentos e as leituras dos mesmos, bem como por desconhecimento da existência desses, tendo em vista que novas dissertações e teses são lançadas e publicadas constantemente, junto a livros e coletâneas que dificultam o conhecimento e a leitura de todos os materiais, e isso apenas para falarmos de Brasil.

De exposição mais geral, englobando uma discussão sobre a colônia portuguesa, temos Alencastro (2000) com *O Tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul* e Felisbelo Freire (1906)⁸ e a *Formação Territorial do Brasil*, em primeiro volume, que engloba as apresentações da Bahia, do Sergipe e do Espírito Santo; *O Dicionário Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, de autoria de Saint Adolpho (1845) traduzido para o português pelo baiano Dr. Caetano Lopes de Moura; e Jaime Cortesão

⁷ O exemplar consultado e que aparece ao final nas referencias deste trabalho traz os dois livros citados, se trata de uma publicação realizada em conjunto com as editoras Itatiaia e a Universidade de São Paulo com data de publicação em 1988.

⁸ Os demais volumes não foram encontrados o que impossibilitou a leitura da parte que trata do Ceará e das Capitanias, hoje Estados que com este faziam fronteira.

aparecendo com mais de uma obra, porém com especialmente duas nas quais nos debruçamos para a pesquisa: *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* (1984) e *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (1958).

Entre os geógrafos, as análises a respeito do Ceará – procurando aqueles com enfoque nas abordagens territoriais – versam majoritariamente sobre o século XIX, mais precisamente sobre a segunda metade deste. Alguns trabalhos retratam a Capitania do Ceará, destacando alguma vila; outros apontam a geografia produzida na época, discutem as mudanças econômicas ou retratam um intelectual e a sua produção. Como exemplo, destacaremos três dissertações que foram analisadas e nos ajudaram a pensar a tese.

Aracati (CE) No Período Colonial: espaço e memória (2004)⁹, de Maria Edivani Silva Barbosa, que retrata a expulsão dos holandeses do Ceará, o início do processo de ocupação da ribeira do Jaguaribe, as primeiras fazendas de gado e a elevação da vila do Aracati, sendo que as discussões que se aproximam de nossa pesquisa estão no segundo e terceiro capítulos e muitos dos autores mencionados acima se encontram em seu trabalho.

A dissertação de Manoel Fernandes de Sousa Neto¹⁰, *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil* (1997), no qual o objeto de estudo foram as obras geográficas de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818-1877) e o principal objetivo da pesquisa foi “[...] o de buscar compreender que ‘Geografia’ era produzida em um país sem geógrafos, apontando o papel desta disciplina para a elite no interior de um projeto para a nação.” (SOUSA NETO, 1997, p. 09);

E a dissertação de Raimundo Jucier S. de Assis (2011), *Ferrovias de Papel: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880)*, tendo em vista que seu estudo debate-se “quatro projetos ferroviários elaborados enquanto propostas de modernização para o território do Ceará”. Destaca-se, no texto do autor a configuração do Ceará como *território de passagem*.

Ao que nos é de interesse, no que se refere às aberturas para a demarcação/ocupação de terras e suas ligações por caminhos aquáticos e terrestres, o próprio Clovis Jucá Neto (2007)¹¹, elaborando reflexões em outro escrito, baseado no documento *Vias de Comunicação do Ceará Colonial*, de Carlos Studart Filho (1937), busca

⁹O texto apresentado por Barbosa (2004) dialoga com trabalhos como o da Dra Maria Salete de Souza, em tese defendida em 1974, com o título: *Approchedu fait urbain au Ceara (Brésil)* que infelizmente não se encontra disponível na biblioteca da Universidade Federal do Ceará onde Souza trabalhou como Professora Titular. Realizamos consultas em outras bibliotecas e sites e infelizmente ele não está disponível para consulta, sendo a sua leitura e análise impossibilitadas.

¹⁰Trabalho que também fazemos referência do autor é a sua tese de doutorado, *Planos Para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)* que foi publicado pela Alameda.

¹¹ O trabalho em questão é: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial. ANAIS X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

compreender as estradas que faziam boiadeiros-boiadas se ligarem do Ceará com as províncias vizinhas da Região Norte, alertando ser o conteúdo tardio do próprio Ceará a especificidade de se configurar (fixar e movimentar) como um território de passagem entre Recife, Paraíba e Piauí (ASSIS, 2011, p. 29).

Citadas as dissertações, dentre outros trabalhos que também compõe a escrita da tese, destacamos que por mais que a discussão se concentre entre a segunda metade dos oitocentos, aparecem algumas pistas para se pensar o processo de formação territorial do Ceará, inclusive quanto à discussão sobre ser este (Ceará) de *conteúdo tardio*, o que também aparece no trabalho de Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007)¹². Este, como consequência, afirma que:

A expressão da reduzida importância cearense no contexto da definitiva ocupação do território brasileiro revela-se por meio da pequena inversão de técnica e capital no processo de adequação do seu espaço territorial e de suas vilas às normas urbanísticas provenientes de Lisboa. Não havia razão para maiores investimentos tecnológico na Capitania, fossem relativos à sua defesa, fossem relativos à instalação de suas vilas (JUCÁ NETO, 2007a, p. 04).

O Professor Jucá Neto, arquiteto, defendeu a tese *A urbanização do Ceará setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*, trabalho este com o qual dialogamos em muitas passagens da tese, fundamental para pensarmos a formação territorial do Ceará.

Em sua dissertação de mestrado, *Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*, comenta Damião Esdras A. Arraes:

Todavia, os estudos centrados na urbanização do sertão nordestino, pormenorizados em algumas Capitanias, se deram em finais da década de noventa do século passado e início deste. Olavo Pereira da Silva Filho em seu belo trabalho de três volumes intitulado – *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piahy* – estudou a urbanização do Piauí e as fazendas de gado desse território. Clovis Ramiro Jucá Neto investigou a urbanização da Capitania do Ceará setecentista em sua tese de doutorado – *A urbanização do Ceará setecentista – as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati*. Com respeito à arquitetura rural da Capitania do Rio Grande do Norte, Nathália Diniz pesquisou e inventariou, para sua dissertação de mestrado, as fazendas de gado situadas na região do Seridó (ARRAES, 2012, p. 36).

Realizamos a apreciação de mapas e cartas topográficas para entender a conformação desse território. Partimos para um levantamento dos engenheiros cartógrafos responsáveis pelos mapeamentos, o ano de realização desses documentos, os elementos representados, os

¹² Jucá Neto, Clovis R. Sobre a Pouca Importância do Ceará no Movimento Expansionista Português em Direção à América Espanhola. Revista Trajetos, Revista de História UFC, 2007.

limites com as outras províncias, tentando, por fim, identificar os seus solicitantes e os interesses expressos nesses *textos*, conforme Perla B. Zusman (2000):

(...): El mapa pasa a ser considerado un **texto** pasible de ser contextualmente analizado. Su producción es leída como una práctica social más, como tal representa el conocimiento de una época y, por lo tanto, se expresa en determinados códigos semióticos, en determinado instrumental tecnológico y en una determinada visión del mundo. Por otro lado, dicho conocimiento es construido por sujetos que trabajan por y dentro de determinadas instituciones (Edney, 1996: 189). Los cartógrafos, ingenieros, artistas dejan de ser anónimos para ser analizados en relación directa a las representaciones de las cuales son autores (ZUSMAN, 2000, p. 39) [grifo nosso].

Ainda segundo a leitura de Zusman, os mapas são instrumentos de poder, sendo historicamente apropriados pelas elites dirigentes para demarcar suas intervenções nos territórios. Fazendo referência à Coroa Portuguesa, segundo o estudo realizado por Íris Kantor (2010a), os mapas em determinados momentos serviram para demarcar as possessões sobre as terras coloniais:

[...], os mapas impressos (e as evidências toponímicas) tornaram-se um recurso jurídico na afirmação das pretensões territoriais dos impérios marítimos em franca concorrência. Foi justamente a partir da segunda metade do século XVII que a reivindicação de posse com base na nomeação dos territórios passou a ser invocada com maior frequência nos tribunais europeus. [...] (KANTOR, 2010a, p. 300).

As reflexões a partir dos trabalhos apontam para a necessidade de se realizar uma leitura desses *textos* de forma crítica, procurando as ligações com os contextos da época em que foram produzidos, de modo a levantar algumas perguntas: os desenhos cartográficos demonstram que parte do território? Quem solicita a sua feitura? Para que fins? Para onde foram enviadas cópias? Qual o ano de sua divulgação?

A ideia é ler os silêncios, as suas agendas secretas e investigar o que aparentemente não foi dito, ou propositalmente retirado da imagem, pois o mapa não é o território.

La deconstrucción nos insta a leer entre las líneas del mapa, en los márgenes del texto, y través de sus tropos, para descubrir los silencios y las contradicciones que desafían la aparente honestidad de la imagen. Comenzamos a saber que los hechos cartográficos son sólo hechos dentro de cierta perspectiva cultural. Empezamos a comprender que los mapas, al igual que el arte, lejos de ser una “ventana abierta al mundo” no son más que “una forma humana particular [...] de ver el mundo” (HARLEY, 2005, p. 89).

Desse modo, coube a nós refletir sobre esses textos e juntar a eles os trabalhos dos intelectuais ligados ao Instituto do Ceará.

Quando escrevíamos nossa Dissertação de Mestrado, analisando a produção das *Revistas do Instituto do Ceará*, publicadas nos anos de 1887 a 1912, entre os assuntos que mais se destacaram estão os catalogados como “História do Ceará”. Com esse título encontram-se artigos que versam sobre fatos históricos, limites e personagens. Na parte catalogada por “limites”, as questões concentram-se em trazer documentos que atestam a posse das terras do território do Ceará frente aos Estados vizinhos.

Uma pergunta que toma corpo já no primeiro capítulo é a de que Portugal não possuía dinheiro e contingente populacional suficiente para garantir a tomada de todo o território da sua colônia em terras sul-americana, o que em nossa concepção tombaria a ideia de uma ocupação tardia do Ceará que alimenta a divulgação da afirmativa de que o território cearense era uma área sem importância para a Coroa Portuguesa, de conteúdo tardio. Uma afirmativa que gerou artigos e que não levou em conta a resistência indígena nessa área e a “não preocupação” – se podemos chamar assim – de Portugal com a perda daquelas terras com a invasão holandesa nas áreas de produção açucareira.

Outra pergunta que levantamos é se a falta de mapas que detalhassem o interior do território que pertencia ao Ceará, nos últimos anos do século XVIII, favoreceu as discordâncias a respeito dos seus contornos, fato que levou alguns historiadores, membros do Instituto do Ceará, a abordar a temática. Barão de Studart em *Geografia do Ceará* (1924) realiza um debate a respeito dos limites e fronteiras do Ceará no qual apresentou o acervo de sua mapoteca com 162 cartas topográficas do território cearense, sendo que dessas cartas, 46 pertenciam ao período colonial.

No referido trabalho o autor utiliza limites e fronteiras como sinônimos, induzindo a percepção da fronteira como parada, como fim da jurisdição de um poder, trazendo a adesão dos acidentes geográficos para explicar os contornos da Capitania do Ceará. Não conhecemos um trabalho de Studart, deste período, como representante do Instituto que trabalhe o conceito de limites e, de fronteiras, especificamente, no entanto, quando se utiliza destes termos nos textos de sua autoria, como é o caso do trabalho mencionado, *Geografia do Ceará*, realiza-o no sentido de paragem, de pausa, de interrupção, de finalização da autonomia do Estado e no caso do período colonial, da jurisdição da Capitania.

O autor André Roberto Martin (1992) realiza uma discussão em torno do termo fronteira e na primeira parte da obra, *Fronteiras e Nações*, aborda as fronteiras na natureza pela percepção de movimento se utilizando de Ratzel e de sua Antropogeografia.

(...) convém esmiuçar um pouco mais a análise pioneira de Ratzel. Para ele, a origem da “fronteira” reside no movimento, que é próprio de cada ser vivo – hoje diríamos simplesmente de cada ser –, e não implica uma zona de paragem duradoura, mas pelo contrário uma paragem momentânea frente à falta de condições vitais necessárias à continuação do movimento ou então, frente à resistência de outro movimento no sentido oposto. A fronteira poderá avançar se as condições vitais o favorecerem nesse sentido ou se o movimento no sentido contrário enfraquecer. Inversamente poderá recuar se perder vitalidade ou se a força oposta se torna poderosa (MARTIN, 1992, p. 16-17).

Existe uma contraposição entre Studart (1924) e Martin (1992), enquanto um sinaliza a fronteira enquanto o limite territorial, os confins do território onde a Capitania exerce sua soberania o outro autor a apresenta enquanto expansão e nos coloca a pensar nas disputas, nos confrontos, nos litígios para balizá-las. No entanto cabe destacar que todas as fronteiras são construções humanas, até mesmo as chamadas fronteiras naturais que são demarcadas por acidentes geográficos, afinal são os grupos humanos que atribuem a um rio, a uma montanha as condições de divisão entre os espaços conquistados.

Moraes (2002) apresenta as fronteiras enquanto:

(...) as fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que normalmente delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente põe em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado genético deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um constructo jurídico, sendo esta dimensão cada vez mais importante conforme avançamos na história (fato que, contudo, não anula a determinação anterior). *E, finalmente, a fronteira é uma construção ideológica, no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assinalada pelos autores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras – como visto – está, exatamente, em torná-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre* (MORAES, 2002, p. 95-96), [grifos nosso].

O livro *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jacson Turner*, organizado e traduzido por Paulo Knauss (2004), coloca em contradição o caráter estático da fronteira natural, tendo em vista que Turner concebeu a fronteira pelo movimento expansionista da sociedade. Para isto, realizava uma leitura da história americana a partir da expansão em direção ao oeste e ocupação de terras livres. O oeste americano, como fronteira, é um dos temas da identidade nacional dos EUA.

(...) O oeste era uma região migratória, um estágio da sociedade mais do que um lugar. Cada região atingida pelo processo de expansão, a partir da costa, experimentava sua própria experiência da fronteira, e era por algum tempo, “o Oeste”, e enquanto a fronteira passava para novas regiões, deixava para trás, nas

áreas mais antigas, memórias, tradições e a herança de uma atitude de encarar a vida que persistia muito depois de a fronteira se haver deslocado outra vez. Porém, enquanto a influência da fronteira permeava tanto o Leste como o Oeste – através da sobrevivência da psicologia de pioneiros e pela repercussão dos ideais e da vida do Oeste sobre o Leste – era nas regiões mais novas, aquelas momentaneamente chamadas de Oeste, que se colocavam mais em evidência as concepções e peculiaridades da fronteira. Esse “Oeste” era mais que “a fronteira” do discurso popular. Incluía também a zona transitória adjacente mais populosa, ainda influenciada pelas tradições pioneiras e onde a sociedade econômica tinha mais coisas em comum com as regiões novas do que com as regiões mais antigas (TURNER, 2004, p.94-95).

Coadunando com essa ideia de fronteira apresentada por Turner (2004), entendida como movimento, como expansão, como área de permanência e transição apresenta-se o conceito de território utilizado na tese.

(...) Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. Tal conceito traz, assim, duas vantagens: impede qualquer retorno às concepções naturalistas (que tanto marcaram a Geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, posto, não mais como lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si. E mais, equacionado como entidade movente – *formação* – resgata também a unidade dialética entre forma e processo, vital para a ótica geográfica que se busca (MORAES, 2002, p 57, 58).

Esse conceito de território nos aproxima ao de formação territorial, também trabalhado por Moraes (2002):

Assim enquanto a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico. Uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. Do ângulo epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território. E neste, ou melhor, em sua produção às determinações mais especificamente econômicas associam-se injunções do universo da política. Na historicidade plena dos processos singulares brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço (MORAES, 2002, p 58), [grifo nosso].

Não podemos finalizar esta primeira parte sem especificar que junto com as leituras realizadas somam-se os documentos de arquivos encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro-BNBRJ, na Biblioteca Nacional da França-BNF, no Arquivo Público do Ceará-APEC, as Caixas do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, disponíveis *online* pelo Centro de Memória Digital-CMD da Universidade de Brasília-UNB, para inventariar e analisar os ofícios e relatórios dos governadores das províncias no período em estudo, mais

especificamente as partes que retratam extensão, fronteiras e disputas por terras, ou mesmo divergências na demarcação destas.

Assim, apresentamos o *CAPÍTULO 1 – A metrópole*, que evidencia a metrópole portuguesa, colocando em debate as relações econômicas com a colônia; as discussões do Tratado de Madri e a administração pombalina. Em seguida, no *CAPÍTULO 2 – América portuguesa*, debatemos sobre o Norte da colônia, a implantação da cana-de-açúcar, a introdução e escravização dos africanos; as disputas e aldeamento dos indígenas; as entradas para reconhecimento dos fundos territoriais; o desbravamento do sertão e os primeiros caminhos. Já no *CAPÍTULO 3 – O sertão*, vamos desnudando o Ceará com a sua “ocupação” e as primeiras fazendas de gado que vão se instalando próximas aos rios, a produção econômica que desponta com a venda de carne seca e a sua independência de Pernambuco, que ocorre na segunda metade do século XVIII. Para o último capítulo, *CAPÍTULO 4 – A formação territorial do Ceará* tratamos da formação territorial, das questões de limites com das províncias vizinhas, das políticas de terras e dos quarenta anos de independência.

CAPÍTULO 1 – A metrópole

O reino português localizado a sudoeste da Europa, na zona ocidental da península ibérica tem seu território pelo Sul e Oeste banhado pelo oceano Atlântico e pelos outros extremos os seus limites são com a Espanha. O pesquisador Jones Muradás (2008) aponta que Portugal detinha uma posição geográfica favorável na costa atlântica, entre o Mediterrâneo e o Mar do Norte, que lhe conferiu vantagens na expansão marítima que pretendia naquele momento estabelecer novas rotas comerciais com o Oriente. O autor aponta que na Idade Média os portos portugueses eram estratégicos sob o ponto de vista militar e favoreciam o comércio com outros povos, era os casos dos escandinavos, dos franceses, das republicas italianas e dos burgos-germânicos.

Portugal constrói ao longo dos anos uma sólida tradição marítima, e Muradás (2008, p. 31) ao analisar a obra de Amado e Figueiredo (2006, p. 24) exalta uma fala dos autores com o intuito de identificar que “Portugal foi o primeiro país europeu a construir um Estado Nacional; território autônomo cujos, súditos se reportavam ao mesmo rei, possuíam um único exército, falavam a mesma língua oficial, seguiam uma única religião, e obedeciam às mesmas leis”.

Portugal, assim como toda a Europa, assistia ao longo do século XVII uma diminuição no poder da Igreja e da nobreza e uma ascensão da burguesia comercial. A agricultura na Europa Ocidental passava por transformações, tendo em vista a diversificação do comércio das manufaturas, que ganhava a cada dia uma parcela do mercado, e as companhias de comércio, que se instalavam e realocavam os capitais que antes estavam com a nobreza detentora das maiores porções de terras junto com a Igreja.

Essa ascensão da burguesia foi possível graças a um conjunto de práticas econômicas que também tinha o intuito de fortalecer os Estados que vigoraram de meados do século XV a meados do século XVIII – estamos falando do mercantilismo. Essas tais práticas variavam de país para país e longe de se consolidar enquanto uma doutrina, vinham para garantir as manutenções dos poderes nessa transição do feudalismo para o capitalismo, nesse processo de encaixe e ruptura que afeta todo um sistema¹³ que havia se consolidado na Europa Ocidental,

¹³O sistema que estamos fazendo referência deve ser compreendido pela fala de Giovanni Arrighi (2013, p. 32) na obra *O longo século XX*: “Esse ‘devir’ do moderno sistema de governo esteve estritamente associado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação em escala mundial, como foi frisado na conceituação de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema mundial como uma economia mundial capitalista. Em sua análise, a ascensão e expansão do moderno sistema interestatal foi tanto a principal causa quanto um efeito da interminável acumulação de capital: “O capitalismo pôde florescer precisamente porque a

a riqueza e a supremacia de um Estado eram medidas pela quantidade de metais preciosos que este possuía; pela balança comercial favorável que se tentava a todo custo manter através do protecionismo, ou seja, da aplicação de taxas alfandegárias aos produtos estrangeiros que adentravam os países somada a redução das importações e, por último, a manutenção do monopólio comercial que as metrópoles tinham sobre as colônias, para exemplificar algumas das medidas adotadas.

Para Karl Marx (2013, p. 786) “A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela”. Assim, em acordo com o mercantilismo, os Estados absolutistas enfrentavam com os primeiros raios do século XVIII uma nova ordem socioeconômica que vai se impondo, onde novas formas e novos valores vão sendo gestados e apresentam ao mundo moderno a nova cara do ocidente com uma sociedade dividida entre o clero e a nobreza, detentores de terra e privilégios, os servos, os camponeses livres e assalariados e a burguesia mercantil e manufatureira. Estamos falando do capitalismo comercial que tende a aguçar a separação do capital e do trabalho.

É importante ressaltar que para a consolidação do que agora chamamos de capitalismo comercial antes passamos pela acumulação primitiva de capitais, e para melhor compreendê-la nos alerta Marx (2013):

(...) trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertence o meio de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de

economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas uma multiplicidade de sistemas políticos” (WALLERSTEIN, 1974a, p. 348). Ao mesmo tempo, a tendência dos grupos capitalistas a mobilizar seus respectivos Estados para favorecer sua posição competitiva na economia mundial reproduziu continuamente a segmentação do domínio político em jurisdições separadas (WALLERSTEIN, 1974b, p. 402). Na página anterior Arrighi já tinha especificado esse “devir” do moderno sistema de governo: “Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras; a mobilidade das elites dominantes pelas jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba por ser suspensa; a lei, a religião e os costumes tornam-se “nacionais”, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano”. (ARRIGHI, 2013, p. 31).

produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

A leitura de Marx (2013) sobre esse movimento histórico nos induz a compreender que essa alteração dos produtores em trabalhadores assalariados não poderá ser romantizada pela visão da libertação desses mesmos trabalhadores da servidão, pois como ele bem especifica, esses recém “libertos” só podem assim ser classificados depois de lhes ter sido expropriado todos os seus meios de produção, isto é, de lhes ser retirado todas as garantias de reprodução de suas vidas, os meios de subsistência que as velhas estruturas em vigor no sistema feudalista os conferia.

Analisando Portugal nesse período, da desapropriação das terras dos camponeses, do cercamento das terras comunais de uso coletivo que passavam a pertencer a um único proprietário e o crescimento do trabalho assalariado, nos diz António F. Ferreira (1977, p. 52) que “A manutenção das rígidas relações de propriedade obrigava os produtores a abandonar o campo, numa altura em que a emigração para o Brasil ou o trabalho na construção constituíam alternativa de subsistência (...)”. Ferreira sinaliza que esse *processo de capitalização da propriedade fundiária*, utilizando as palavras do autor, é praticado de forma incisiva, em Portugal, nos primeiros anos dos setecentos, uma consequência da política anterior de arrendamento e do regime enfiteutico do Alentejo. Ele aponta a entrada do ouro agora fazendo ênfase nos primeiros anos do século XVIII e os recursos acumulados com a exportação de vinho para a Inglaterra assegurada pelo tratado de Methuen (1703), situações que favoreceram a transição mercantil da propriedade, visto que os capitais e o prestígio que estes eram capazes de comprar estavam migrando para a burguesia detentora dos meios de produção num momento de queda da atividade agrícola e de crise dos setores ligados a ela.

E continua Ferreira (1977):

Os principais sintomas de decadência das relações de produção feudais surgem no último terço do século XVIII com o esforço da burguesia em criar as condições de extensão do modo de produção capitalista, isto é, do modo de produção que lhe é próprio. São tempos do estado absolutista, em que a submissão global e real do trabalho pelo capital avança na Europa, e não deixa indiferentes as elites burguesas nacionais mas o retardamento das forças produtivas entre nós constituía um “handicap”, dentro das nascentes relações de dependência – exploração internacionais (FERREIRA, 1977, p. 51).

Aprofundaremos essas relações de dependência que Ferreira relata no subitem à frente para tratarmos das relações econômicas da metrópole com a sua maior colônia na América. É o momento de compreender como Portugal consegue manter o domínio e a posse do Brasil

dentro desse momento de transição, de imposição de novas relações sociais, de consolidação de um novo sistema mundial que aparece com a materialização do capitalismo especificado por Immanuel Wallerstein (1974) em conjunto com um cenário de alternância de poder e disputa interestatal por uma liderança econômica capaz de atrair os demais Estados para a sua via de desenvolvimento.

1.1. As relações econômicas portuguesas e a colônia americana

O contexto inicial, o ano de 1750, é consequência de uma série de desdobramentos ocorridos em anos anteriores, prolongamentos de acordos e políticas de fortalecimento do poder real que – como sinaliza Luís Fernand de Almeida (1995) em seu livro *Páginas dispersas: estudos da história moderna de Portugal* no debate sobre o absolutismo de D. João V – estavam engajados numa trama maior, que reverberava pela Europa:

É sabido que a política de fortalecimento do poder real no nosso País veio de muito longe, por um caminho complexo, com oscilações e vicissitudes várias, mas acabando por avançar decisivamente aos fins do século XVII. O governo de D. João V limitou-se a continuar, acentuando-a, esta já antiga evolução e não é de admirar que assim tenha acontecido. Portugal seguia a corrente dominante na Europa do tempo (ainda que não esqueçamos importantes exceções) e deixava-se deslumbrar, principalmente, pelo exemplo da França de Luís XIV (ALMEIDA, 1995, p. 183).

O texto de Almeida (1995) apresenta a gradativa perda do comando das *Cortes*¹⁴ na tomada de decisão do Rei e o fortalecimento do poder real. O absolutismo de D. João V possuía em sua concepção um *caráter paternalista*, que concedia audiências diretas três vezes por semana a todos os súditos que assim desejassem, independentemente de sua condição social. Na tentativa de manter a ordem, por vezes de forma rigorosa no entendimento de alguns diplomatas que escreveram sobre o período, não permitia casos de indisciplina e desrespeito às autoridades regias, punindo até os mais nobres, por exemplo, os condes do Prado (1717) e do Rio Grande (1723). Porém a situação não era de todo extrema, “(...) parece claro ter o governo joanino conseguido submeter e disciplinar os sectores mais turbulentos do estado nobiliárquico, o qual, aliás, procurou valorizar e utilizar no serviço do País, com a concessão de tenças e cargos metropolitanos e ultramarinos” (ALMEIDA, 1965, p. 189). Ou

¹⁴ Para além do trabalho de Almeida (1965) existe o livro *História de Portugal: o antigo regime*, de José Mattoso (1998), que em algumas passagens faz referência às reuniões das Cortes.

seja, D. João V continuou com a política, presente em anos anteriores, de concessão de cargos e favores que o levaram a uma dependência de setores da nobreza na medida em que se fortalecia o poder real.

Portugal seguia então uma política maior consubstanciada na Europa, tempos de acordos comerciais, disputas pela hegemonia política e controle do comércio ultramarino; junto a isto enfrentava problemas decorrentes das transformações na vida econômica e social. As pressões da população por respostas aos problemas internos da metrópole desembarcavam nas colônias, que por vezes apareciam como a resolução, outras como consequência de todos os males, e para tanto se fazia necessário uma intervenção mais efetiva, uma reorganização destes vastos territórios ainda, no século XVIII, não totalmente explorados.

Voltaremos um pouco os fatos para entender o contexto de que trata Almeida (1995). Segundo o economista Celso Furtado (2004), o início da ocupação econômica das colônias portuguesas na América do Sul é, em boa medida, consequência da pressão política exercida pelas demais nações europeias. Crescia o desconforto com as novas possessões de Portugal e Espanha, e ficava a cada dia mais evidente que caso não fossem tomadas ações mais concretas para uma ocupação permanente estas seriam tomadas. À época Portugal não dispunha de recursos suficientes para garantir a defesa das novas terras por um longo tempo necessários para uma ocupação efetiva. Sendo assim, precisava encontrar uma forma de utilização e viabilização econômica para a América; foi o início da exploração agrícola que colocou a mesma como parte integrante da economia europeia.

Nesse sentido, sem recursos suficientes, uma das primeiras ações portuguesas para a exploração agrícola da colônia (brasileira) e para o processo de colonização foram as divisões de terras em Capitânicas hereditárias, que ao longo dos anos foram sendo retalhadas em partes menores. As terras “doadas” precisavam ser ocupadas e exploradas pelos donatários¹⁵. Alguns destes donatários com terras no litoral se utilizaram do modelo de feitorias da costa africana e nos primeiros anos o que se verificou foi a extração do pau-brasil, que não era capaz de gerar lucros vultosos para a metrópole, assim como a exploração de metais preciosos gerava para as colônias espanholas.

¹⁵“Os donatários receberam uma doação da Coroa pela qual se tornaram possuidores mais não proprietários da terra (...). Não podiam vender ou dividir a Capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes na esfera econômica, na arrecadação de tributos como na esfera administrativa. (...). Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando” (FAUSTO, 2006, p. 19).

Percebemos que nesse momento, quando comparado às colônias espanholas, Portugal se deparava com um grande problema: encontrar pessoas dispostas a encarar a aventura de desbravar e se fixar em áreas desconhecidas. As viagens, por si só custosas, demandavam outros tantos gastos quando de sua chegada com a instalação de benfeitorias e da montagem de um aparato para uma produção – qualquer produção. As terras, sem a extração de primeiro impacto dos metais preciosos, se apresentavam no mercado europeu como de baixo interesse econômico para os “investidores”, o que colocava, pressupomos, a Coroa portuguesa em situação desfavorável nos fechamentos de acordos comerciais com as nações europeias em rápida expansão comercial à época – estamos falando da Holanda, da França e da Inglaterra (Furtado, 2004). E isso realmente se confirmou?

Bem, vamos colocar mais um elemento antes de respondermos ao questionamento.

Para dar cabo aos propósitos de fixação em “suas novas terras”, os colonos precisavam escravizar os nativos, estes últimos conhecedores do vasto território e adaptados ao clima, situação diferente do europeu. Desse modo, para além das dificuldades com as viagens para a colônia e os gastos despendidos, Portugal esbarrava com a resistência indígena. Mas não nos adiantemos: tal relação será fruto de um subitem mais a frente. Importa-nos dizer, ainda, que a relação da Coroa Portuguesa com os indígenas foi bem mais complexa e teve diferentes matizes, com alianças diversas pontuais ou permanentes, criação de vínculos, inclusive familiares e de parentela (MAIA, 2010).

Perceba-se que os rumos de nossa narrativa nos leva ao século XVI, e aqui pode surgir a pergunta de por que o retorno a acontecimentos bem anteriores ao recorte estudado. Isso se dá porque foi na segunda metade deste que se verificou a contribuição dos holandeses com os capitais necessários para a empresa açucareira, fato que nos ajuda a compreender a argumentação primeira colocada por Almeida (1995), bem como aclarar o que foi o contexto da segunda metade do XVIII.

Diz-nos Furtado (2004):

(...) Existe indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava. O menos que se pode admitir é que, uma vez demonstrada a viabilidade da empresa e comprovada sua alta rentabilidade, a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva (FURTADO, 2004, p. 17).

O êxito desse empreendimento, qual seja: a venda do açúcar no mercado europeu, garantiu a defesa das terras no Brasil, sem a qual não seria possível para Portugal se manter como potência colonial na América. Pois a pirataria pela costa da colônia foi praticada indiscriminadamente; muitas embarcações saídas da Europa a usavam como paradas obrigatórias para o reabastecimento e nesse momento ocorriam os saques. Um fato que preocupava a Coroa e apontava a necessidade de se reestruturar as ações tomadas em início do século XVI, no qual se registraram as primeiras expedições exploradoras e os desembarques para a realização do escambo com os indígenas.

Conforme Boris Fausto (2006),

A maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de *uti possidetis*, segundo o qual era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio do pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, iriam mais tarde estabelecer-se na Guanabara (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615) (FAUSTO, 2006, p. 18).

Percebamos que a fixação efetiva portuguesa nas novas terras, como apontávamos nas páginas anteriores, era necessária mas não era por todo garantia de posse sobre elas. É o caso do não reconhecimento da França das terras pertencentes às Coroas Ibéricas e o exemplo apresentado por Fausto (2006) para o caso português. Logo a exploração econômica atrelada a uma instalação dos colonos em regiões estratégicas para monitoramento da costa e defesa, bem como a expansão do povoamento dos novos núcleos que começavam a surgir, estas sim se colocavam como ações necessárias que ressaltavam a importância dos investimentos holandeses para Portugal. Com esses investimentos era não somente possível garantir a permanência dos colonos nas novas terras, como a aceitação e a entrada do açúcar no mercado europeu garantia a Portugal ocupar uma posição política não vislumbrada anteriormente pelo pequeno reino.

Diante disso, não é de se estranhar que os financiadores holandeses ficassem com uma boa e gorda parcela dos lucros desse empreendimento. O olhar das demais nações europeias – estamos falando da Inglaterra e da França, as únicas capazes de subverter a ordem dos negócios – e a sua tentativa de controle, entrada e concorrência nesse mercado gerava uma dependência maior de Portugal com os países baixos. O que gostaríamos de frisar é a incapacidade de se manter isolado nesse cenário, de maneira que era preciso procurar parceiros que sustentassem e viabilizassem as conquistas. E aqui começamos a responder a

pergunta colocada anteriormente, a de que a situação econômica desfavorável de Portugal frente às demais nações europeias colocou o mesmo em desvantagem nos acordos firmados; em destaque, primeiro o caso holandês.

Esse movimento que narramos até esse ponto não foi algo linear de justaposição de acontecimentos e isento de confrontos, afinal estamos fazendo uma contextualização que passa pela instalação de colonos, do empreendimento da lavoura da cana-de-açúcar, dos engenhos, do surgimento das primeiras vilas – e aqui pensando no transcorrer dos tempos para a colônia americana. Extraímos, claro está, a parte que cabe aos escravizados africanos e indígenas, que, como apontamos anteriormente, será tratado em capítulos à frente, para um debate mais embasado.

Porém, sobre isso que viemos discorrendo: colonização, conhecimento do território, fixação, acordos e colonos, em *O Tratado de Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, Luiz Felipe Alencastro (2000) esclarece que para colonizar não bastava somente conquistar, era preciso colonizar seus próprios colonos:

Mesmo nos lugares onde a relação de forças se afigurava favorável aos invasores europeus, não adiantava cair matando: a escravidão e outras formas de trabalho compulsório facilitavam o domínio dos nativos, mas podiam não resultar na exploração das conquistas. Ocorria de o excedente econômico regional ser consumido pelos próprios colonos ou trocado fora dos mares singrados pelos navios das metrópoles. Possuir e controlar nativos não garantia a transformação do trabalho extorquido em mercadorias agregadas aos fluxos metropolitanos, nem afiançava o surgimento de economias tributárias no ultramar. Uma segunda circunstância sobrevém, agora no plano político. Ainda que o eventual excedente econômico das conquistas fosse captado pelas teias ibéricas, a expansão mercantil não conduzia necessariamente ao reforço do poder monárquico. As transações oceânicas e o ascenso dos comerciantes faziam emergir novas forças sociais nas metrópoles e nas conquistas, alterando o equilíbrio das monarquias europeias. De maneira que o domínio ultramarino nem sempre desemboca na exploração colonial, como também não instaura de imediato a obediência do colonato e dos negociantes ao poder metropolitano (ALENCASTRO, 2000, p.11-12) [grifo nosso].

Concordando com Alencastro (2000), faremos referência a dois pontos de sua fala.

O primeiro deles é com relação a tratar a colonização das terras sul-americanas como uma invasão, “mesmo nos lugares onde a relação de forças se afigurava favorável aos invasores europeus, não adiantava cair matando, (...)” (p. 11). Isso para nós é significativo, pois esse processo de instalação, reconhecimento e apropriação das terras pelos europeus é apresentado por alguns pesquisadores pelo viés do povoamento das áreas coloniais e passa a ideia de vazio territorial, enquanto que trabalhos recentes da década de XX apontam o contrário, inclusive retratando a violência e a barbárie realizada sobre os nativos e a

introdução e escravização também dos africanos trazidos para alimentar a indústria do açúcar que se expandia.

O segundo ponto é com relação à sinalização do autor de que emergiam *novas forças sociais* dentro do reino português, isto é, os comerciantes na metrópole ou mesmo na colônia envolvidos nas transações comerciais ligadas ao empreendimento colonial. (E aqui abro parênteses para apontar que os envolvidos com o plantio da cana-de-açúcar e a venda do açúcar, que experimentaram os lucros e o poder, era a burguesia comercial que adentrava a cena econômica e política). A riqueza gerada com as atividades coloniais circulou também por fora das mãos do rei, como nos indica Ferreira (1997), e os comerciantes tinham força para barganhar seus interesses.

Os lucros da actividade colonial repartiram-se entre uma pequena camada da população: oligarquia comercial e senhorial. Como veremos, a partir do século XVII, essa oligarquia nacional repartia a mais-valia, arrancada aos trabalhadores das colônias e metrópole, com a grande burguesia inglesa e holandesa (FERREIRA, 1977, p. 67).

O rei não era o único beneficiário do que Ferreira (1977) chama de “mais-valia” ao textualizar a acumulação capitalista em Portugal se utilizando de um conceito de Karl Marx (2013) no livro I de *O Capital*. A mais-valia ou o mais-valor é resultante do processo de apropriação da força de trabalho excedente (não remunerada) pelo capitalista na produção de produtos com valor de troca.

Com a palavra, Marx: “(...) o mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho (...)” (p. 274).

Desse modo, o quadro político-econômico dentro do qual nasceu e progrediu a empresa agrícola que sustentou no último século a colonização do Brasil e fortaleceu a classe de comerciantes a ela ligada foi modificado pela absorção de Portugal na Espanha. Com a nova conjuntura perdeu Portugal o melhor dos seus entrepostos orientais e observou sem forças para um contra-ataque os flamengos se lançarem na parte norte da colônia americana, produtora do açúcar (FURTADO, 2004).

Durante esse período adquiriram os holandeses o conhecimento dos aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira; logo, quando expulsos do norte da colônia em fins da primeira metade do século XVII, desenvolvem nas ilhas caribenhas uma nova indústria açucareira colocando fim ao monopólio entre os produtores portugueses e os financiadores holandeses. Os lucros desta produção agrícola tropical serão disseminados com outras

colônias, como é o caso da América do Norte, que vai fortalecer o seu comércio com a venda de produtos para as ilhas.

Com a concorrência caribenha, os preços do açúcar tombaram, e ao recuperar a independência Portugal se viu em dificuldades.

Como bem esclarece Furtado (2004):

(...) o pequeno reino, perdido o comércio oriental e desorganizado o mercado do açúcar, não dispunha de meios para defender o que lhe sobrara das colônias numa época de crescente atividade imperialista. A neutralidade em face das grandes potências era impraticável. Portugal compreendeu, assim, que para sobreviver como metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significaria necessariamente alienar parte de sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes (FURTADO, 2004, p. 38).

Em paráfrase ao autor citado, não era possível se manter neutro em época de expansão e domínio territorial; assim, a escolha de um novo parceiro se tornava vital para a permanência do *empobrecido reino* como potência colonial capaz de conservar a colônia mais lucrativa da época. Sendo os acordos com a Inglaterra esclarecedores dos rumos tomados por Portugal na segunda metade do XVII e em todo o XVIII os acordos firmados tendem a favorecer em muito os ingleses, o que corrobora para a resposta a pergunta lançada acima, agora com o caso inglês.

Alargando a compreensão desse momento, afirma Jorge Borges de Macedo (2008):

A integração de Portugal na vida europeia, depois da paz, foi rapidamente levada a efeito, no ponto de vista político. Em compensação, o país debatia-se com problemas de natureza econômica, de muito mais difícil solução. Na verdade, para conseguir a sujeição dos “rebeldes” portugueses, a seguir à Revolução de 1640, os espanhóis tinham usado largamente da guerra econômica, tentando em especial bloquear o comércio português com países europeus. Para enfrentar a ameaça, Portugal tinha sido forçado, entre outras medidas, a dar a ingleses e holandeses, em diferentes tratados comerciais, grandes privilégios com o fim de os atrair a Portugal, nomeadamente a Lisboa, onde comprassem as produções portuguesas e as pudessem distribuir na Europa. Era esse o único meio de prover as exportações, pois o risco de apresamento que os navios portugueses corriam nos mares vizinhos da Europa eram muito elevados. Por outro lado, a guerra de desgaste promovida pelos espanhóis, com a destruição de colheitas e gado, enfraquecia o Alentejo e tornava extremamente precária a situação econômica daquela província, como precário já era, além disso, o dispendioso transporte da sua produção para Lisboa. Esta cidade precisava de importar grande quantidade de produtos alimentares. Mas não era fácil canalizar para aí os produtos do interior do país, tanto por falta de estradas como por carência de meios para a profissionalização mínima do transporte. Assim, para conseguir no comércio internacional, alguns meios de pagamentos viáveis, era indispensável promover por todos os meios a colocação de produtos portugueses no mercado europeu acessível. Portugal tinha sido mesmo obrigado a hipotecar, num empréstimo feito na Holanda, a produção do sal de Setúbal (MACEDO, 2008, p. 213).

Por meio de Macedo (2008), fica evidente a difícil situação que enfrentava Portugal e a dependência deste dos mercadores estrangeiros na colocação e comercialização de seus produtos no mercado europeu. Sem uma rede de estradas que interligasse a capital às demais cidades, a produção se via presa a algumas praças, mostrando dificuldades com a comercialização interna. Dessa forma, não bastava incentivar ou financiar o aumento da produção de produtos agrícolas que não tinham como ser escoados. Se a metrópole passava por problemas, qual a situação de suas colônias e consequentemente a maior delas, o Brasil? Isso nos coloca a pensar que o reino não teria condições de promover a defesa dos colonos e das áreas até o momento povoadas por estes, ou mesmo subsidiar a entrada, o reconhecimento e o povoamento das áreas vizinhas as então já incorporadas à atividade econômica¹⁶.

Logo a persistência de Portugal como grande potência colonial na segunda metade do século XVII – bem como sua recuperação no século XVIII, destacando o que foi assinalado por Furtado (2004) e Macedo (2008), os quais apontam a relação de semidependência que o governo português precisou aceitar para de alguma forma manter sua soberania frente às nações europeias – pode bem ser decifrável pelo espírito dos vários tratados firmados após a sua independência. Com os ingleses, fez concessões econômicas e em troca recebia promessas ou garantias políticas, como quando cedeu a estes Bombaim, nas Índias Orientais, e recebeu da Inglaterra a promessa de usar a esquadra inglesa para manter a ordem nas possessões lusitanas.

Fernando A. Novais (2011) expressa bem o que estamos defendendo quando da restauração de Portugal, contextualizada por Macedo (2008), e as concessões comerciais firmadas em suas relações internacionais que, mesmo colocando o reino por vezes em posição desfavorável, foram capazes de manter a sua completude territorial. Essa situação da colônia americana também é apontada por Furtado (2004).

(...), a diplomacia portuguesa, diante das dificuldades sem conta com que se defrontava depois da Restauração, procurou constantemente ceder no terreno das concessões comerciais a fim de manter a integridade territorial das colônias ultramarinas, sobretudo dos domínios da América. Assim, as vantagens advindas da exploração colonial passam a se constituir em moeda no jogo das relações internacionais de Portugal. Destarte, pela sua inserção no sistema das alianças

¹⁶ A segunda pergunta que começaremos a responder neste capítulo é que a entrada pelo território colonial vai ocorrer aos poucos, muitas das vezes com recursos próprios – investimentos privados, não subsidiados pela Coroa – e se fixar onde já existia um pequeno núcleo seria mais provável, para depois adentrar pelas terras desconhecidas, os chamados sertões – isso, longe de configurar uma relevância de uma área sobre a outra, deve ser compreendida pelas condições econômicas vividas á época.

européias, explorando frequentemente com muita habilidade os conflitos entre as grandes potenciais, através de cedência de privilégios comerciais, na metrópole e no ultramar, de um lado, e de outro, reorganizando o espaço de sua ação política e econômica, pôde Portugal superar uma fase particularmente difícil de sua história, mantendo a independência e preservando a maior e melhor porção de seus domínios ultramarinos – e é nessas condições que se abre o século XVIII para a nossa história. Em suma, persistência da aliança inglesa e economia atlântica são os elementos definidores da nova situação (NOVAIS, 2006, p. 19).

Um fator novo que Novais (2011) aponta é o olhar dessas concessões comerciais, muitas das vezes firmadas em tratados como algo positivo, quando se percebe que essas foram cruciais para a manutenção de suas colônias no ultramar. Pelos motivos apontados nas páginas anteriores fica evidente que se tomasse outra postura nas transações internacionais, buscando o confronto e a disputa, não sobreviveria, afinal Lisboa passava por problemas e era mais fácil realizar o escoamento da produção comercial de suas colônias do que a que se produzia na metrópole. O governo português tentou outras medidas para a saída da crise que se instalava, tomando a consciência da necessidade de reconsiderar sua política econômica e partir para a redução das importações, consequentemente fomentando a produção interna no setor manufatureiro. Todavia o rápido desenvolvimento da produção do ouro no Brasil, a partir dos primeiros anos do século XVIII, serviu de estímulo contrário. É o que nos aponta Ferreira (1977):

Mais tarde, o ouro do Brasil reforçaria essas tendências parasitárias e chegando numa altura crucial – início do século XVIII – para o desenvolvimento das manufacturas, revestir-se-ia de conseqüências fatais para o sector produtivo em Portugal. Criando liquidez e superávit da balança de pagamentos, estavam estabelecidas as condições para uma política de importações substituindo-se aos investimentos produtivos no país. (FERREIRA, 1977, p.65)

Com o acordo de 1703, Portugal renunciava ao desenvolvimento manufatureiro, transferindo para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil. O tratado de Methuen, como ficou conhecido, estipulava a entrada dos panos de lã e das fábricas de laticínio inglês em Portugal, que em contrapartida pedia a entrada dos vinhos portugueses sem nenhum tipo de taxa alfandegária para que esses pudessem concorrer numa posição favorável no mercado inglês. Por meio da parceria, Portugal conseguiu uma posição na conferência de Utrecht¹⁷.

Com isso, Portugal conservou uma sólida posição política numa etapa que resultou ser fundamental para a consolidação definitiva do território de sua colônia americana, pois ambos

¹⁷ Pela conferência, a França renunciou às reclamações sobre a foz do Amazonas e os direitos de navegação no rio e a Espanha reconheceu os direitos de Portugal sobre a colônia do Sacramento.

os acordos vieram construir fundamentos da estabilidade territorial da América Portuguesa. A economia luso-brasileira do século XVIII se configurava como uma articulação do sistema econômico de mais rápida expansão da época, ou seja, a economia inglesa (FURTADO, 2004).

É certo que a chegada do ouro do Brasil, para além de assegurar acordos comerciais, como o estabelecido com a Inglaterra, proporcionou à Coroa portuguesa, como apontamos no início deste capítulo, a liberação aos poucos da dependência sofrida pelas *Cortes* para lhe votarem subsídios (ALMEIDA, 1995).

Finalizando, enfatizamos que esses acordos comerciais – no século XVI a exploração do açúcar pela Holanda e no século XVII e XVIII a exploração do ouro pela Inglaterra – somada a postura política tomada pela Coroa portuguesa para resolver os problemas pelos quais passava o pequeno reino, juntamente com a exploração de suas colônias e o fortalecimento do poder real que tomava corpo com o absolutismo de D. João V, nos colocam no ano de 1750, em que acontece as negociações e a assinatura do Tratado de Madri.

1.2. O Tratado de Madri e o Mapa das Cortes

Em nome da Santíssima Trindade Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar sincera e cordial amizade, que entre si professam, consideram que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços, que possam adiante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa¹⁸.

O texto acima é um fragmento retirado do Tratado de 1750, este assinado pelos reis de Espanha e Portugal para tratar dos *limites* – para utilizar o termo presente em todo o documento – das suas colônias na América do Sul. As divergências entre as Coroas Ibéricas sobre os seus confins foram uma constante, e pagaram muitas das viagens de exploração que buscavam demarcar fronteiras, identificar povos, e também catalogar plantas e animais.

As linhas finais desse trecho apontam que ainda não se averiguaram os *verdadeiros limites daqueles domínios*, o que também podemos entender por consenso. Espanha e

¹⁸ SOUSA, Octávio Tarquínio. *Coleção documentos brasileiros*, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

Portugal não chegaram, antes da assinatura do Tratado em Madri de 1750, a um comum entendimento sobre a questão dos seus limites coloniais, nos colocando a refletir que a demarcação desses são atos políticos, o que poderia ficar nas sombras quando da aceitação do uso de barreiras naturais como montes e rios nas delimitações, como se essas fossem capazes de separar, de romper por si só o contato entre um governo e outro. Essas barreiras com o tempo são transponíveis e o que fica são outros elementos, outros interesses, outros acordos que nos bastidores são acertados. Essa é a discussão que explanaremos adiante.

Antes de adentrarmos a análise mais detalhada do documento, vamos dialogar com Correa (2015) em artigo publicado pelo *Boletim Campineiro de Geografia*, em estudos aos tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), bem como a cartografia produzida no período para compreender a formação territorial do Brasil. A autora realiza uma periodização para enquadrar o que a mesma chama de diferentes estágios da formação territorial. Por suas palavras:

Assim, de modo a enquadrar os diferentes processos de mapeamento do território do Brasil e da formação de suas fronteiras no período colonial, apresenta-se, a seguir, uma periodização, como uma tentativa didática de pensar os diferentes “estágios” dessa formação territorial. São eles: “O momento do ‘Reconhecimento’ (1500-1600), o de ‘Oficialização’ (1600-1700) e o de ‘Jurisdição’ (1700-1800) do território do Brasil. (CORREA, 2015, p. 48).

As discussões na assinatura e demarcação do tratado sinalizam as ações geopolíticas encabeçadas pela diplomacia lusa; tais estratégias têm impacto na vida política, econômica e social que ultrapassa os arrabaldes de Lisboa e chega a sua maior colônia do ultramar, no entanto o seu desenrolar, os impactos do que as disputas ao entorno da fixação de uma fronteira com as possessões espanholas, que não somente definia os limites, os contornos dos novos territórios coloniais, mais também a possibilidade de exploração e de legitimação de um discurso só se percebe anos mais tarde. Esse período adentra o enquadramento, jurisdição (1700-1800), proposto por Correia (2015, p. 49) onde se revelou que “as negociações das fronteiras, os Tratados e os mapas representaram documentos ‘oficiais’ e que, ‘legitimados’ pelo Estado português, forneceram o embasamento “jurídico” para a delimitação e a efetivação da posse das terras coloniais”.

Definindo o *limite* como linha divisória entre as duas possessões coloniais, o tratado de Madri expõe as dificuldades de se estabelecer os consensos de onde esses se firmariam, tendo em vista que boa parte das terras que estavam nas negociações não é conhecida em detalhe pelos representantes dos dois monarcas.

E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar esta linha com o conhecimento prático que se requer; resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência (Tratado de Madri, 1750. *In*: SOUSA, 1939).

Por tais motivos, podemos concluir que ambos os reis tinham conhecimento das dificuldades, da demora das viagens para o reconhecimento e delimitação das áreas reivindicadas no acordo, tal como o interesse que as discussões e disputas se abrandassem frente ao que muito se arrastava, e estamos falando da bula do papa Alexandre VI, do Tratado de Tordesilhas (1494), da escritura de venda de Saragoça (1529), do Tratado de Lisboa (1681) e do Tratado de Utrecht (1715), que vieram para solucionar desacordos quanto a limites e posse de territórios e aparecem no artigo Ido tratado assinado em 1750, para dizer que a partir desse momento não mais se poderia reclamar o que anteriormente havia sido regulamentado, ficando estipulado que “o presente tratado será o único fundamento e regra que ao diante se deverá seguir para a divisão e limites dos dois domínios em toda a América e na Ásia; (...)”(Tratado de Madri, 1750, p.03. *In*: SOUZA, 1939).

Responsável pelas negociações, representando a Coroa portuguesa, estava o diplomata de nacionalidade brasileira, Alexandre de Gusmão¹⁹, Secretário do Conselho Ultramarino. Gusmão era um conhecedor, um estudioso dos tratados anteriores entre as colônias ibéricas e adotara numa estratégia geopolítica como marco divisório os aspectos naturais, destaque para o relevo e a hidrografia dos territórios aos quais fizemos menção, e possíveis de constatar pela análise ao documento, em evidência o artigo IV:

Os confins do domínio das duas monarquias, principarão na barra, que forma na costa do mar regato, que sai ao pé do monte de Castilhos Grande, de cuja fralda continuará a fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos montes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa, que corre ao norte do dito regato, ou para a lagoa Mirim, ou del Meni; e pela outra para a costa, que corre do dito regato ao sul, ou para o rio da Prata; de sorte que os cumes dos montes sirvam de raia do domínio das duas coroas: e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do rio Negro; e por cima deles continuará até a origem principal do rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem oriental do Uruguai, ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à dita lagoa, ou ao rio Grande de S. Pedro; e de Espanha, as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata. (Tratado de Madri, 1750. *In*: SOUSA, 1939).

¹⁹ Cf. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, de Jaime Cortesão (2006).

Enfatizando, a ação do Tratado busca assinalar de modo *inalterável* os limites do território nos quais os governos exerceriam soberania, e garantir a cada parte o que possuíam, salvando algumas exceções que estariam expressas nos seus artigos. Era a utilização do *uti possidetis* (princípio do direito romano). Vimos que, nesse processo de ajuste entre os reinos, os acidentes geográficos eram úteis para demarcar esses limites nos mapas, de fácil visualização e identificação no próprio terreno. Logo os usos de tais aspectos físicos²⁰ vinham para eximir as dúvidas, as divergências quanto à localização da linha demarcatória, sendo prática à época.

Ainda no artigo IV, por duas vezes aparece a palavra *fronteira*; esta é introduzida no sentido de área de contiguidade, de contato, de transição entre os dois impérios, ou mesmo, área por onde passariam os limites. Uma ideia que nos remeteu à discussão encontrada no livro *Geografia e Política*, de autoria do A. E. Moodie (1965), acerca da diferenciação entre fronteiras e limites:

(...) As fronteiras relacionam-se com áreas, enquanto limites são lineares pela sua natureza. Aquelas podem ser, corretamente, denominadas “naturais” porque fazem parte da superfície da Terra: em muitos casos assumem a categoria de regiões geográficas na medida em que possuem a característica de individualidade baseada nas respectivas funções como zonas transitórias. Êstes são artificiais desde que são selecionados, definidos e demarcados pelo homem, aqui em conformidade com as características físicas do terreno ali, em completo descaso por esses fatores geográficos (MOODIE, 1965, p. 84).

O autor trabalha a ideia de fronteiras como *zonas transitórias* que poderiam ser classificadas como naturais levando em consideração o seu enquadramento em regiões geográficas, onde se encontraria uma alternância de poder, de etnia, de idioma, de economia. No entanto, refuta a de limites naturais, pois, como a citação apresenta, esses são demarcados pelos homens, é uma decisão que independe da topografia do terreno, dos fatores geográficos, e por isso chamados de artificiais, uma posição identificada no tratado. Em diferentes

²⁰ Segundo o trabalho de Jessica Correa (2014), *O Tratado de Madri e as Políticas Territoriais no Brasil Meridional (1750-1777)*, “A perspectiva que adotava os limites fronteiriços a partir de “barreiras naturais” fora questionado em vários momentos da negociação dos tratados de limites entre as Coroas Ibéricas, especialmente nas expedições de demarcação do “Norte” e do “Sul” da colônia Americana” (p.02). Podemos imaginar que muito do que era divergido se concentrava na barganha de mais território para a ampliação de suas fronteiras extrapolando a Europa. Esses encontros que antecederam o fechamento do acordo e produção do documento final para a assinatura dos reis não foram fáceis para os representantes de ambos os lados, que precisavam convencer ou se convencer do que estava sendo apresentado. Aqui Portugal saía na frente, visto que seu negociador (Alexandre de Gusmão) conhecia melhor o território já em posse de alguns mapas, encomendados com essa finalidade.

passagens é colocada a dificuldade de se demarcar os limites dos territórios que precisariam, além de uma paragem conhecida, ser aceitos sem discordância pelas partes envolvidas.

Ainda sobre os limites, argumenta Moodie (1965):

Em outras palavras o limite define a área de dentro da qual se desenvolve a organização interna do Estado e ao longo do qual entram em contato diferentes sistemas de organização estatal. É portanto mais uma característica política do que geográfica e sua função divisória depende, grandemente, do grau de diferença ou de semelhança entre as organizações em meios às quais fica (MOODIE, 1965, p. 92).

A citação vai ao encontro do que vínhamos debatendo, identificando o sobressalto da característica a geográfica, na decisão por um ou outro marco divisório adotado. Mas essa *característica política* que nos adverte Moodie (1965) não estaria somente atrelada ao conceito de limites, como disse Jacques Ancel (1938) em *Geographie des Frontières*. A noção de fronteira resulta do *equilíbrio de forças* entre sociedades diferentes. Para o autor, ela, a fronteira, é de caráter transitório, passível de ser modificada quando ocorre uma variação desse equilíbrio. Prova disso foram as modificações nas fronteiras impostas pelo Tratado de Tordesilhas, desrespeitado pelas Coroas Ibéricas, refazendo a necessidade de outros acordos que o sucederam e que igualmente não tiveram suas decisões acatadas por completo.

Existe uma vasta bibliografia que discute o conceito de limite e de fronteira²¹. Alguns estudos recentes fazem um apanhado das mudanças e dissensões dos conceitos ao longo dos anos a partir das diversas correntes filosóficas. O conceito de fronteira aparece na Geografia Política e um dos mais utilizados nesse debate é o do Geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que a discute em seus trabalhos, da segunda metade do século XIX, realizando crítica à concepção desta como algo fixo e linear. Pelo contrário, defende que seu entendimento abarca um discurso de fluidez, de dinâmica e movimento. O que na sua *Anthropogeographie* nos é apresentado pelo conceito de *Fronteiras Móveis* (FERRETI, 2014).

Pensando com os autores citados para uma aproximação do termo *fronteira* presente no Tratado dizemos que o conceito designava não uma linha, mas uma região com o objetivo de

²¹Os textos consultados durante a tese e que nos ajudaram a compreender melhor o conceito de Fronteira e a distinção do conceito de limites foram: Otto Maull e a *Geografia Política* (1959); Jacques Ancel com a obra *Géographie des Frontières* (1938); A. E. Moodie em *Geografia e política* (1965); Perla Brígida Zusman em sua tese de doutoramento intitulada *Tierras para El Rey. Tres fronteras y La construcción colonial del territorio del Río de La Plata (1750 – 1790)*, defendida em 2000; Jacson Turner e o livro *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América* (2004). Uma leitura agradável é o texto publicado na Revista Continentes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de Federico Ferretti e Guilherme Ribeiro (2014) com o título: *As Origens da Noção de 'Fronteiras Móveis': Limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus*, disponível em: <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/4/ART3.pdf>.

separação. Essas regiões, quando consolidada uma população, acentuavam as diferenças com os governos vizinhos e fortaleciam a coesão interna. Trazendo a discussão da população residente em áreas de fronteira, ou próxima a elas, no artigo XV, que especifica a retirada de portugueses da Colônia do Sacramento, aparecem descrições de como se deveria proceder em sua remoção para consolidação do novo governo.

A Colônia do Sacramento se entregará por parte de Portugal sem tirar dela mais que a artilharia, armas, pólvora e munições, e embarcações do serviço da mesma praça; e os moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do domínio português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. O governador, oficiais e soldados levarão também todos os seus efeitos, e terão a mesma liberdade de venderem os seus bens de raiz (Tratado de Madri, 1750. In: SOUSA, 1939, p.07).

Como pontuamos anteriormente no Tratado de Madri, estava em ativo a utilização do *uti possidetis*, que permitiu a cada parte conservar o que antes já possuía. Existia, assim, uma preocupação em assegurar a retirada das populações rivais dos territórios conquistados, situação encontrada também no artigo XVI, agora com a saída dos espanhóis da margem oriental do rio Uruguai, que estava sendo entregue aos portugueses. Para garantir essas questões, o tratado evidencia a necessidade de levantamentos nas áreas as quais se reivindica posse. Pelo melhor conhecimento do que estava em acordo, os representantes portugueses conseguiram barganhar para sua jurisdição a região da Amazônia que estava fora, caso se respeitasse a demarcação de Tordesilhas²², a qual passava ao norte na altura de onde hoje fica a cidade de Belém do Pará.

Com relação às viagens ultramarinas e o reconhecimento do território para a realização de mapas, anota Ronald Raminelli (2008):

Em 1720, com a divulgação dos cálculos de Guilherme Delisle na Academia Real das Ciências de Paris, constatou-se que a colônia de Sacramento e o Cabo Norte não faziam parte do território português. Dom João V e seus ministros deflagraram, então, um processo destinado a demarcar a extensa área antes dos espanhóis, recorrendo inicialmente aos serviços dos padres matemáticos. Em setembro de 1722, os napolitanos Giovanni Carbone e Domenico Capacci chegaram a Lisboa para fazer observações de latitude e longitude, organizar observatório astronômico em Lisboa e executar a carta do Maranhão, tarefas encomendadas pela Coroa. Sete anos depois o rei escreveu aos administradores coloniais sobre a viagem dos jesuítas Capacci e Diogo Soares ao Brasil, com a tarefa de produzir mapas a partir de estudos da marinha e dos sertões. Para evitar dúvidas e controvérsias em torno das novas descobertas, os padres estavam incumbidos de realizar descrição geográfica e reunir elementos indispensáveis as negociações de fronteiras, determinando sobretudo, a

²² O Brasil da linha de Tordesilhas começava na altura de Belém do Pará e terminava em Santa Catarina, no município de São Francisco do Sul.

posição da colônia de Sacramento em relação ao Tratado de Tordesilhas. Em 1730, os religiosos alcançaram o Rio de Janeiro, onde permaneceram por alguns meses antes de apreender expedições a Minas, São Paulo, Curitiba, Goiás, Rio Grande de São Pedro e colônia de Sacramento (RAMINELLI, 2008, p. 70-71)

Os mapas²³ são importantes em todo esse processo que antecede a assinatura do tratado, na medida em que possibilitavam a percepção, a dimensão aproximada dos territórios coloniais que estavam em disputa. Quem os detivesse conseguiria postular as melhores porções, as áreas para exploração mais lucrativas, o que colocava os gastos com as viagens para a realização desses artigos de primeira necessidade. No entanto, enfatizamos que é a partir desses (mapas) que as Coroas Ibéricas tomaram a dimensão da proporção dos territórios em conquista e que as viagens para as suas respectivas feitorias eram longas, caras, exigiam técnicas, materiais utilizados para medições, homens para ajudar na abertura da mata e no carregamento de toda a parafernália²⁴. Os mapas eram verdadeiros tesouros, escondidos a sete chaves e somente decifrável para aqueles que detinham suas reais coordenadas, que poderiam ser negadas ou alteradas para a preservação de diversos interesses. Como nos aponta Correa (2015, p. 47), “os mapas tornaram-se documentos passíveis de identificar a prática econômica encetada pelas Coroas Ibéricas na luta por riquezas e territórios que lhes garantissem a hegemonia sobre a circulação e o comércio das principais mercadorias do ‘mundo colonial’, (...)”.

Os interesses portugueses financiaram – num primeiro momento com o dinheiro da comercialização do açúcar, depois com os lucros da extração do ouro e a venda de vinho – as viagens a sua colônia na América. O propósito destas, como já dito, era a demarcação dos limites com a vizinha colônia espanhola. Desse modo, *as bandeiras científicas*, como chamava J. Cortesão (2009), estavam a cargo de engenheiros, geógrafos, cartógrafos, matemáticos, militares e padres, estes últimos inclusive aparecem na citação acima de Raminelli (2008).

Os encarregados dessa árdua tarefa eram selecionados levando em consideração o sigilo do trabalho, acompanhados de perto por portugueses, os olhos da Coroa. Não somente para o

²³ Abriremos em páginas posteriores um debate mais aprofundado sobre mapas; por ora abordaremos aspectos mais gerais que nos permitirão compreender o Tratado de Madrid firmado em 1750.

²⁴ Consultar o trabalho da Professora Beatriz P. S. Bueno (2011), *Desenhos e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500 – 1822)* que discorre acerca das técnicas na confecção das cartas e mapas, bem como também da formação desse engenheiro português que, segundo a autora: “Aqueles que integraram as expedições científico-demarcatórias, na segunda metade do século XVIII, envolveram-se não apenas nos levantamentos geográficos do território, mas também em obras civis, militares e religiosas, bem como um projeto urbanístico de vilas e cidades, (...)” (p. 126).

tratado, mas também após ele, se verifica expedições demarcatórias e em todas elas a discrição se fazia necessária, como nos diz em trabalho anterior ao citado, Correa (2014):

A função principal do comandante da expedição era a de zelar pelo sigilo acerca das preciosas informações obtidas nas terras coloniais. Tal cuidado garantia à Coroa lusa não somente a ambicionada posição de vanguarda nessas partidas, mas também as “vantagens contra inimigos. Todavia para que o planejado ocorresse, os nativos deveriam ser recrutados pelos oficiais representantes das Coroas e teriam como obrigação o fornecimento do aporte necessário à expedição, principalmente no que diz respeito à condução dos europeus aos caminhos que seriam traçados nos mapas. (CORREA, 2013, p. 10).

Os documentos produzidos seriam utilizados em transações políticas e em negociações dos tratados fronteiriços para a demarcação dos territórios. O Tratado de Madri, em sua negociação, trouxe ao conhecimento um mapa que apresentava feições próximas ao desenho atualmente representado nos mapas oficiais do Brasil²⁵ ainda que o que estivesse sendo retratado nessa época não fosse completamente conhecido. O *Mapa das Cortes* desnudava um “mundo” de possibilidades inexploradas.

O *Mapa das Cortes* aparece no texto identificado pela **Figura 1, Figura 3 e Figura 4** – a parte da frente do mapa, a parte de trás, e o mapa colorido, respectivamente –, encontrado em acervo disponível *online* na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sessão de cartografia. Não se realizou uma análise mais detalhada desse documento, comparando-o a outros para identificar em quais mapas ou relatos esse se baseou. Para os que assim desejarem é favorável consultar as obras de Cortesão (2006); Ferreira (2007) e Furtado (2013)²⁶ sendo possível a partir das mesmas ampliar toda uma bibliografia a respeito do assunto.

²⁵A unidade Brasil para representar o território que conhecemos hoje não existia; isso ocorre depois. Para Caio Prado Jr (2007), ela aparecia em certas referências ao Brasil como unidade geográfica nos títulos honoríficos de Vice-rei do Brasil e de Príncipe do Brasil (dado aos primogênitos da dinastia de Bragança e herdeiros da Coroa), ou na demarcação administrativa do Estado do Brasil, que reunia apenas as Capitanias meridionais, sem abranger o território do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Ainda segundo o historiador, o alvará que estendeu a aplicação do Diretório dos Índios (abordado à frente, de 17 de agosto de 1758 – inicialmente aplicado exclusivamente ao Estado do Grão Pará e Maranhão) enunciou pela primeira vez a designação de Estados do Brasil com o sentido de integrar os dois Estados, muito embora as respectivas administrações judiciárias e eclesiásticas se mantivessem separadas até a Independência. Concordamos com Prado Jr (2007) quando da representação da unidade geográfica, porém frisamos que quando dos questionamentos da linha divisória determinada em Tordesilhas o Tratado de Madri se utiliza da palavra Brasil quando se refere à colônia portuguesa: “(...)”, e consentindo que se comece a contar desde a mais ocidental, que chamam de Santo Antão, apenas poderão chegar as 370 léguas à cidade do Pará, e mais colônias, ou Capitanias portuguesas, fundadas antigamente nas costas do Brasil; (...), resulta claramente ter-se introduzido na demarcação de Espanha tudo quanto dista a referida cidade da boca daquele rio, sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com internação, que fez esta Coroa até o Cuiabá e Mato Grosso”. (Tratado de Madri, 1750. In: SOUSA, 1939, p. 02).

²⁶Aos interessados em analisar e debater de forma mais contundente os detalhes da realização do *Mapa das Cortes* indicamos a leitura de CORTESÃO, Jaime. *Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Funag, 2006; FURTADO, Júnia Ferreira. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht/Versal Editores, 2013; a Revista Varia História, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais; o artigo

Todavia acreditamos, pela pesquisa realizada por Furtado (2013), na utilização de outros documentos para a confecção de tal mapa, tendo em vista que a mesma era prática comum à época, em que materiais de escalas diferentes, relatos de exploradores, de viajantes e dos jesuítas atrelados aos dados de astrônomos, cosmógrafos e matemáticos eram materiais em parte coligidos e utilizados nas confecções²⁷.

de FERREIRA, Mário Clemente. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia*, publicada no vol. 23, Varia História, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007.

²⁷Os principais contornos dos continentes e da maioria das ilhas eram conhecidos, embora pelos padrões modernos não muito corretamente. O tamanho e a altura das cadeias de montanhas da Europa eram conhecidos com alguma precisão, as localizadas em partes da América Latina o eram muito grosseiramente, as da Ásia, quase totalmente desconhecidas e as da África (com exceção dos montes Atlas), totalmente desconhecidas para fins práticos. Com exceção dos da China e da Índia, o curso dos grandes rios do mundo era um mistério para todos a não ser para alguns poucos caçadores, comerciantes ou andarilhos, que tinham ou podem ter tido conhecimento dos que corriam por suas regiões. Cf. FERREIRA, 2007.

Figura 1 – Mapa das Cortes de 1749

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (<http://www.bn.br>)

Na legenda ao canto esquerdo como mostra a **Figura 2**: “Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional”. Logo abaixo, a especificação: “O que está de amarelo he o q’ se acha occupado pelos Portuguezes. O que está de cor rosa he o q’ se acha occupado pelos Espanhoes. O que fica em branco não está até o prezente occupado no ano de 1749”.

As discussões essa época sobre a posse de novas terras passava pela sustentação do *uti possidetis* que argumentava a reivindicação dos territórios pelo controle político e militar, conhecer era preciso, mais também exercer nessas áreas que aparecem em “branco” segundo a legenda do mapa a subordinação da população nativa, pois não estamos falando de vazios demográficos. Essas áreas sinalizavam a possibilidade de expansão das fronteiras de ambas as Coroas para onde poderiam mandar investimentos, e expedições de exploração para a procura de metais preciosos não encontrados ainda na colônia portuguesa.

Figura 2 – Legenda do Mapa das Cortes de 1749

Fonte: Acervo da biblioteca do Rio de Janeiro(<http://www.bn.br>)

Na **Figura 3** que mostra a parte de trás do *Mapa das Cortes* aparecem os selos dos Ministros Plenipotenciários das coroas espanholas e portuguesas, “D. Joseph de Carvajal y Lancaster e D. Tomás da Silva Teles”.

Figura 3 – Mapa das Cortes de 1749 (parte de trás)

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (<http://www.bn.br>).

Como esse exemplar (**Figura 1 e Figura 3**) retirado do site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não nos permite verificar as colorações especificadas na legenda apresentamos o mesmo mapa, desta vez colorido com a denominação de alguns dos territórios.

A **Figura 4** encontrado no trabalho de Mario Clemente Ferreira (2007) nos permite induzir que na época do Tratado de Madri o sertão do que hoje denominamos de nordeste se encontrava representado, porém desconhecido pelos portugueses. Estrategicamente aparecem ocupadas as áreas de fronteira com a Espanha, essas áreas ultrapassam a linha demarcada em Tordesilhas, como a região da Amazônia e a região central pegando parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se estendendo a localidade denominada Chaco em destaque no mapa, atualmente área da Bolívia, e todo o litoral que partia dos Estados atuais do Amapá e ultrapassava o do Rio Grande do Sul chegando ao litoral do Uruguai e depois contornando por dentro o território alcançando o Paraguai, todos destacados pela cor amarela.

Para Mário Clemente Ferreira (2007) o exemplar encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não é o utilizado nas negociações do Tratado de Madrid, visto que, como alega Ferreira:

Em finais de 1748 já se trabalhava na sua preparação [Mapa das Cortes]. Mas só a 8 de Fevereiro de 1749 o mapa já concluído é enviado para Madrid. Ou melhor, terão sido remetidos dois exemplares, pois o negociador português refere-se, em 1751, aos “dous primeiros Mapas que vieram para o nosso governo, hum que tem D. Joze de Carvajal com a copia do Plano, e outro eu com outra copia do mesmo Plano”. O exemplar existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não é nenhum destes, pois, embora assinado pelos negociadores, a linha de limites que apresenta é já a que seria acordada apenas em Janeiro de 1750 (FERREIRA, 2007, p. 53).

Como elucida o autor do trecho em questão, o então mapa é uma cópia do utilizado nas negociações em torno do acordo firmado em Madrid que implanta novos contornos as fronteiras sul-americanas. Segundo Júnia Furtado (2013) o Mapa apresentado a José de Cavajal y Lencastre por Tomás Silva Teles²⁸ foi confeccionado na intenção de aumentar a posse das terras portuguesas na negociação com os espanhóis.

²⁸Tomás Silva Teles e José de Cavajal e Lencastre eram os ministros representantes dos reis de Portugal e Espanha respectivamente. No documento [Tratado de Madrid]: “Para concluir este ajuste, e assinar os limites, deram os dois sereníssimos reis aos seus ministros, de uma e outra parte, os plenos poderes necessários, que se inseriram no fim deste tratado: a saber Sua Majestade Fidelíssima [Rei de Portugal] a Sua Excelência o Senhor Tomás Silva Teles, Visconde de Villa-Nova de Cerveira, do Conselho de S. M. F., e do de Guerra, mestre de campo general dos Exércitos de S. M. F. e seu embaixador extraordinário na Corte de Madrid; e Sua Majestade Católica [Rei da Espanha] e Sua Excelência o Senhor d. José de Cavajal e Lencastre, gentil-homem de Câmara de S. M. C. com exercício, ministro de Estado, e decano deste Conselho, governador do Supremo de Índias, presidente da junta de Comércio e Moeda e superintendente geral das Postas e Estafetas de dentro e fora de Espanha; (...)”. Retirado de SOUSA, Octávio Tarquínio, Coleção documentos brasileiros, vol 19, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

Figura 4 – Mapa das Cortes de 1749

Fonte: FERREIRA, Mario Clemente (2007).

Com erros propositais o território apresentado colocava os portugueses mais ao leste do que realmente estavam. Pode-se melhor observar pelas cores o que estava sendo reivindicado, com o argumento da “ocupação” pelo negociador português e que encerrava as demarcações estabelecidas com o Tratado de Tordesilhas impondo uma nova configuração aos territórios coloniais.

Nas negociações houve muita clareza das duas Coroas do que estava em debate. Gusmão em Lisboa já planejava a entrega da Colônia do Sacramento, área que a Espanha fazia questão de manter para garantir a exportação de prata da Bolívia que era escoada pelo porto de Buenos Aires, pois já tinha conhecimento dos resultados alcançados pelos jesuítas²⁹ (RAMINELLI, 2008). Contudo, a entrega aconteceria em troca de concessões visando a posse de territórios ocupados por missões religiosas que hoje corresponderiam aos Estados de Goiás, Mato Grosso e Amazonas. Como parte de uma estratégia geopolítica maior, Gusmão se utilizou de notícias geográficas – conseguidas com a troca de correspondência com os administradores lusos em atividade na colônia – e de antigos tratados para pressionar os representantes da Coroa espanhola, pois pela transação do Tratado de Utrecht a Espanha deveria devolver as Filipinas³⁰ a Portugal; como isso até o momento não havia sido feito e era algo impraticável para Madri, a aceitação das áreas reivindicadas acima aparecia como uma troca reta e induziu os espanhóis a aceitar o *Mapa das Cortes* como base das negociações (CORTESÃO, 2009).

Essa manobra bem sucedida de Gusmão foi representada nos artigos XIII e XIV do Tratado. No primeiro deles Portugal cede à Espanha a Colônia do Sacramento e o território adjacente na margem setentrional do rio da Prata, ficando os direitos para a navegação do rio exclusivamente a cargo dos espanhóis. No artigo XIV é a vez da Espanha ceder a Portugal a margem oriental do rio Uruguai, Sete Povos das Missões, e a região da Amazônia que ficava as margens dos rios Pequiri e Guaporé.

A utilização de um mapa nas negociações do tratado com a Espanha, a marcação de barreiras naturais como limites entre os territórios e a aceitação do *uti possidetis* pelos reinos foram estratégias geopolíticas portuguesas inseridas num contexto maior que tomava corpo na Europa Ocidental: era a expansão do capitalismo comercial que afetava as relações sociais e colocava a posse da colônia americana como tática fundamental para a sobrevivência lusitana

²⁹ Com a utilização de técnicas mais precisas para cálculos de latitude e longitude foi possível verificar que a colônia do Sacramento estava fora do território português, isso caso se respeitasse a linha divisória acordada em Tordesilhas.

³⁰ As Filipinas estavam pela linha demarcatória de Tordesilhas em lado Português.

pelas remessas de capitais que chegavam em Lisboa com a extração de ouro e com o tráfico negreiro pelo Atlântico. Portanto, não temos como pensar a delimitação das fronteiras sul-americanas entre as Coroas Ibéricas e a assinatura do referido tratado fora dessa trama maior, para onde naquele momento de expansão territorial impetrada na lógica mercantilista os olhares europeus se voltavam.

Com as fronteiras das possessões ibéricas desenhadas, muito ainda restava a ser feito, e um dos primeiros procedimentos adotados foi o envio de expedições demarcatórias que vinham oficializar o que havia sido acordado, ou seja, as equipes tentavam respeitar os acidentes geográficos utilizados como divisas entre os impérios estando a esse serviço toda uma técnica cartográfica. É o que nos aponta Raminelli (2008):

As observações astronômicas permitiam o cálculo de latitude e longitude, medidas indispensáveis à construção cartográfica. Esses procedimentos eram seguidos por registros de umidade, pressão atmosférica, temperatura, magnetismo, levantamentos topográficos, rumos e distâncias percorridos pela expedição. Os cartógrafos procuraram estabelecer uma escala uniforme para todos os trabalhos, viabilizando a comparação e sobreposição de mapas das várias regiões. Deveriam ainda descrever “Águas, Vales, Montes, Bosques [...] percorrendo pelos países para notificarem os incidentes naturais”, conforme o “Método que devem seguir os Oficiais Engenheiros” de 1753. Os oficiais, portanto, produziram um farto acervo escrito onde se detalhavam concordâncias e controvérsias entre as equipes portuguesa e espanhola. O material geográfico jamais seria publicado, permanecendo como manuscrito por ser instrumento político das duas Coroas (RAMINELLI, 2008, p. 72).

Além de portugueses, participaram nessa empreitada os italianos e os alemães, “não convinham os espanhóis, franceses e holandeses, por terem interesses na América” (RAMINELLI, 2008, p. 73). As informações do que se encontrava pelos caminhos que se abriam com as expedições eram mercadorias caras; apesar da dificuldade de um conhecimento de história natural por parte dos encarregados, não naturalistas, a Coroa lusa instruía a busca de minerais, e a fixação da fauna e da flora nos documentos produzidos nas diligências.

Após o tratado correm alguns anos e vamos analisar estes com a ótica do Marquês de Pombal, com o falecimento de D. João V e subida ao trono de D. José I, e os desdobramentos desse novo governo e das relações internacionais que tinham impacto na vida social lusitana e de seus colonos. Como anteriormente firmado, estamos levantando o desenrolar do estágio da “jurisdição” (1700-1800) apresentado por Correa (2015, p. 49): “Essa ‘Jurisdição’, revelou que as negociações das fronteiras, os Tratados e os mapas representaram documentos ‘oficiais’ e que, ‘legitimados’ pelo Estado português, forneceram o embasamento ‘jurídico’

para a delimitação e a efetivação da posse das terras coloniais”. Dando visibilidade a essas questões, continuaremos a desvendar mais um capítulo da formação territorial do Brasil e do Ceará, nosso objeto de estudo.

1.3. A administração do Marquês de Pombal

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo³¹ assumiu os rumos da administração portuguesa como primeiro-ministro, estava no governo o monarca D. José I. Apesar do que possamos pensar, após a assinatura do Tratado de Madri, as questões com as fronteiras lusas não estavam por toda resolvida e as investidas das potências marítimas rivais continuavam. Era necessário criar uma política para legitimar os acordos, oficializar as fronteiras e a posse do território sul-americano por fora das tramas ibéricas, ou seja, dar visibilidade às formas jurídicas aceitas no âmbito internacional.

A indisposição do ministro de D. José I com as negociações de Alexandre de Gusmão ganha ressonância com o monarca espanhol Carlos III. Este deu coro aos ataques do que anteriormente havia sido afinado entre as casas ibéricas. Os atuais monarcas não participaram das negociações em Madri de 1750. Seus governos se efetivam após o pactuado, o que de alguma forma os deixava livres para o ataque. Em 1761, espanhóis e portugueses firmaram o Tratado de El Pardo, e, em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso, que anulava os anteriores.

O Tratado de Madri logo demonstrou ser insuficiente para atender as demandas das Coroas Ibéricas. Os profissionais encontraram realidades geográficas inicialmente desconhecidas e não alcançaram, por conseguinte a harmonia entre as partes. Apesar das evidentes vantagens conquistadas por Alexandre de Gusmão, Pombal considerava o tratado lesivo aos interesses portugueses e orquestrado pelos jesuítas, ordem religiosa que resistia às reformas implementadas na governação pombalina. Somou-se ao antagonismo do marquês, o descontentamento de Carlos III, soberano empossado ao trono espanhol em 1759, que considerava incomoda a presença lusa no rio da Prata. Em setembro de 1777, depois de muitos conflitos, as coroas assinaram o tratado de Santo Ildefonso que estabelecia quatro comissões mistas demarcadoras. Cada uma contava com dois comissários, dois engenheiros e seus técnicos. A partir do tratado e de regimentos próprios, definiram-se as zonas de

³¹ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, nasceu em 13 de Maio de 1699 em Lisboa e morreu em Pombal no ano de 1782. Oriundo de uma família da pequena nobreza estudou Direito na Universidade de Coimbra e representou Portugal em missões diplomáticas em Londres e Viena entre os anos de 1738 e 1749. Um ano depois, em 1750, com a ascensão de D. José I ao trono foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Agora Ministro, almejava modernizar a administração pública portuguesa e ampliar os lucros provenientes da exploração colonial. Sobe ao poder em uma época de crise estrutural do sistema econômico português.

atuação de seus responsáveis. As fronteiras compreendiam o vasto território desde o Chuí ao Rio Negro, envolvendo da parte portuguesa o marquês do Lavradio, os governadores de São Paulo, Mato Grosso e Pará. As expedições enfim, reuniram conhecimento fabuloso sobre as fronteiras entre os impérios luso e espanhol (RAMINELLI, 2008, p. 74).

O que fica claro para nós, e não entra na citação de Raminelli (2008) de forma direta, é que após Madri se deflagrou um conjunto de operações territoriais visando à apropriação dos *fundos territoriais*³² da colônia. Os fundos territoriais seriam as áreas que estavam dentro da partilha no tratado, porém de fato não eram ainda conhecidos pelos colonizadores. Eram terras de negociação e expansão de fronteiras, para onde se poderia migrar e espriar a ocupação, de fácil concessão para sesmarias já que se encontravam mais afastadas do litoral onde se observavam os primeiros agrupamentos. Como retrata Moraes (2009):

(...) nem toda extensão espacial de uma colônia, definida na partilha entre as metrópoles, encontra-se incorporada de forma efetiva aos fluxos colonizadores (com povoamento e/ou exploração econômica). Mesmo assim constituem partes do patrimônio colonial sob o domínio político de uma metrópole. São, nesse sentido, fundos territoriais. (MORAES, 2009, p. 64, 65).

Os fundos territoriais serviram como áreas de “reserva”³³ destinadas como dissemos anteriormente a expansão futura da ação colonizadora não sendo necessariamente isoladas, pois se ligavam as outras áreas pelas vias terrestres ou marítimas. Toda essa corrida e mobilização de homens, técnicas e maquinário que “rasgava” terra adentro à procura de minerais e outras tantas coisas possíveis de comercializar e capitalizar, são partes da mesma história vivenciada pela metrópole e as colônias portuguesas contadas em uma paisagem gestada pelo processo de acumulação primitiva do capital via espoliação.

É compreensível imaginar que nessas operações territoriais, de início o reconhecimento das fronteiras imaginárias que aparece representada no mapa se revele por uma fisionomia distinta: *os profissionais encontraram realidades geográficas inicialmente desconhecidas*, afinal o território que nos deparamos ao visualizar o *Mapa das Cortes*, representando os confins do Brasil, não era efetivamente explorado conforme as cores que lá estavam, fruto não de um trabalho de campo nos locais por onde passava a fronteira, mas sim das compilações de outras cartas topográficas que se uniram aos relatos – de viajantes, de padres jesuítas, que

³²O autor, Antonio Carlos Robert Moraes (2013), no livro *Território na Geografia de Milton Santos* afirma que o conceito de *fundos territoriais* teve como base o conceito de Lénin, fundos coloniais.

³³ Os fundos territoriais são áreas que estão inseridas no processo de acumulação de capital. Não eram áreas sem valor econômico, geralmente estão próximas a áreas de engorda do capital, usadas para expansão e ampliação desses.

estavam assentados em missões com os naturais, e informações fornecidas por algum administrador luso que habitava aquelas paragens. Ambos não detinham o domínio das técnicas para cartografar os aspectos naturais que serviram como marco divisório entre as colônias ibéricas. Um trabalho de peso para a época e que representava os interesses dos seus idealizadores, e reforçamos que nem estes possuíam o conhecimento real do que estavam a negociar. Em lócus, outro mundo se desnudava e os melhoramentos das técnicas de traçado dos mapas, dos cálculos bem mais precisos das latitudes e longitudes permitiram a cada novo florescer de ideias um melhor esquitejamento do território. Como disse Magnoli (2003), fronteira e território vão adquirir novos significados no Vice-Reino do Brasil a partir das definições, das conceituações empregadas nos tratados de Santo Ildefonso (1777) e Badajós (1801).

Ainda no debate sobre as realidades geográficas encontradas nas expedições demarcatórias, apontamos as de 1754³⁴ que tinha como foco demarcar as fronteiras setentrionais e assim constata a verdadeira dimensão da Amazônia. A missão portuguesa partiu do rio Negro, liderada por Mendonça Furtado, na época governador do Grão-Pará e irmão do ministro Carvalho e Melo, que ao longo do trajeto deveria encontrar a expedição espanhola, o que não ocorreu. Nos cinco anos nos quais perdurou o trabalho se produziram informações novas a respeito dos aspectos físicos do terreno – alguns detalhes acerca da geologia, morfologia e hidrografia passavam a ser conhecidos. Para garantir o monitoramento da área e afastar os invasores foram construídos fortes ao longo do rio. Já após o Tratado de Santo Ildefonso a área é revisitada para novas demarcações sob a responsabilidade de João Pereira Caldas, ex-governador do Piauí (MAGNOLI, 2003; RAMINELI, 2008).

O novo governo cumpre com forte empenho as diligências para o reconhecimento e ampliação das informações do território das suas colônias na América. Algo desse alcance não realizado em governos anteriores, nem mesmo com a intervenção de Alexandre de Gusmão ainda com o monarca D. João V. Não vamos cair em erro de adentrar em debate quantitativo de expedições e mapas produzidos, pois o intuito nesse caso é trazer o olhar para a importância da tomada e delimitação das áreas de fronteira, os fundos territoriais que precisavam ser incorporados, alimentando o processo de *jurisdição* da formação territorial do Brasil que anteriormente sinalizamos com Correa (2015).

No entanto, antes de debatermos das reformas praticadas no governo de D. Jose I por seu ministro, retrataremos a realidade das sociedades Ibéricas, destaque a Portugal, que diferia

³⁴ As expedições de 1754 estavam previstas no Tratado de Madri (1750).

da encontrada nos outros países da Europa Ocidental. É o que tenta explicar Francisco José Calazans Falcon (1982) em *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*:

Plantados na Periferia mais ocidental da Europa, progressivamente mais distanciados de muitos se não todos daqueles processos de transformação social, profundos e avançados, que tiveram lugar nas sociedades do ocidente europeu desde os séculos XV/XVI, os países ibéricos entraram no século XVIII em boa parte cristalizados em suas instituições, com seus costumes e idéias francamente destoantes com seus vizinhos (FALCON, 1982, p. 158).

Falcon (1982) narra uma história portuguesa ligada aos valores religiosos, acrescentando que os “espíritos modernos autênticos” não encontraram ressonância como nos outros países da Europa e como o autor mesmo delinea, isso em vista de um conservadorismo incrustado em sua população, que atacava as possibilidades de renovação e atualização. “O moderno foi praticamente expulso e impedido a partir daí de penetrar ao espaço mental lusitano. Por isso ali não se colocou a querela entre “antigos” e “modernos” já que estes últimos não existiam, ou melhor negava-se que pudessem existir”(p. 151). A sociedade portuguesa, assim, recusava o que se apresentava pelos ares do estrangeiro, refutava as novidades para preservar uma ortodoxia religiosa que os isolava de um mundo no qual os mesmos estavam inseridos, uma proteção que de fato não os protegia, mas os deixava na rabeira de um processo que consumia a sociedade europeia, a expansão do capitalismo comercial à custa de uma acumulação primitiva do capital que se utilizava das medidas mercantilistas.

Pensar as terras lusas pela ótica da Igreja, melhor dizendo, pela intervenção e poder desta – Companhia de Jesus e Tribunal do Santo ofício – é elucidativo e nos coloca outra percepção com relação aos acordos firmados e expostos no subitem anterior, seja com os Países Baixos ou a Inglaterra, os quais nós demos enfoque, que tiravam vantagens por realizar um trabalho que não tinha como ser feito pelos portugueses e não somente por uma questão prática de não possuir um arsenal de homens, embarcações e moeda para sustentar os primeiros investimentos até que estes passassem a se capitalizar, mas por uma mentalidade arraigada em sua população que também aponta a importância e a dificuldade das negociações firmadas em 1750 por Gusmão, que como pensava Carvalho e Melo estavam sim referendadas pelas ordens religiosas que habitava o Alentejo. Bem poderíamos dizer que pelos valores religiosos se praticava um olhar para dentro, concretizado pela perseguição aos estrangeiros e aos cristão-novos: “Estes últimos são impuros na fé, impuros até mesmo no “sangue”, enquanto isso, aqueles primeiros trazem a impureza das idéias” (FALCON, 1982, p.

152). Por esse passo é que nosso autor afirma ingressar Portugal no século XVIII com costumes e ideias destoantes dos seus vizinhos.

Estendendo a dimensão dessas posturas e as suas consequências para Portugal, mais uma vez recorremos a Falcon (1982):

(...) A expulsão dos judeus, o estado de guerra permanente contra os “cristão-novos” e a vigilância severa contra a heresia sob todas as suas formas cortam ou limitam ao extremo, as possibilidades reais do capital comercial e da acumulação primitiva. A luta religiosa é assim a expressão de um conflito social. São os valores de um certo tipo de sociedade que se mantêm a todo custo, conforme o que é novo identifica-se com a heresia – aquilo que vindo do exterior contamina o espírito dos bons cristãos. Aqueles que, como Vieira, tentam denunciar e combater os erros e malefícios de tais posições acabam por se ver enredados nas malhas inquisitoriais, enquanto as tentativas, como a do Conde de Ericeira, visando modificar basicamente os dados da situação econômica, são dificultadas ou destroçadas, não apenas, ou necessariamente, pelos obstáculos econômicos mas também pela força da inércia mental e dos preconceitos e interesses retrógrados. Uma burguesia minúscula, restrita ao comércio, um “capitalismo” que não o é realmente, eis aí certamente uma atmosfera social bem pouco propícia às grandes transformações sócio-econômicas que varrem o ocidente europeu nesse período. Terra privilegiada para o aparecimento e fixação do chamado “estamento burocrático” (FALCON, 1982, p. 154-155).

Nesse sentido, vamos ficando a par da realidade que encontrou o Marquês de Pombal, e as manobras por ele utilizadas para dar cabo às reformas que acreditava ser necessárias realizar para colocar Portugal em situação de igualdade perante os outros países europeus. Assim, diante do cenário econômico encontrado e agravado com o terremoto em Lisboa, uma das primeiras atitudes além da reconstrução da cidade foi incentivar a pesca, o cultivo da vinha, e as manufaturas. Para a colônia americana o foco foi na agricultura, no aumento para 100 arrobas do valor recebido em pagamento das regiões de extração aurífera para a metrópole³⁵, e na expansão da usurpação das terras indígenas e no massacre e aprisionamento desse que já ocorria desde o século XVI. Tal política indigenista se altera com a lei que regulamenta os diretórios pombalinos.

As reformas anunciadas eram, sobretudo, ações para o fortalecimento do Estado monárquico, no que ficou conhecido como *despotismo esclarecido* por não colocar em xeque o poder do Soberano, mas apenas adotar algumas ideias iluministas, precisamente aquelas vinculadas a imagem de progresso, e de reforma que pelas falas de Falcon (1982) não seriam

³⁵ Anteriormente as cobranças se davam pelo quinto, ou seja, vinte por cento de todo o ouro encontrado deveria migrar para os cofres portugueses. E por essa linha de ajustes o Ministro retira atribuições do Conselho Ultramarino, principalmente no que concerne ao poder sobre as distribuições das Capitanias hereditárias, que passavam nesse momento a serem negociadas exclusivamente com o governo português. A medida desejava estabelecer um maior controle das terras e, de certa forma, direcionar a ocupação de áreas de maior interesse da Coroa. Cf. FURTADO, 2004 e BOXER, 2000.

fáceis de imprimir. Era preciso organizar as contas da Coroa que passava por um alto endividamento financeiro com a Inglaterra, acrescidos pela queda na exploração e arrecadação de ouro do Brasil.

Para dar maior fluxo às relações da metrópole com as colônias e recuperar os capitais perdidos pela subordinação aos interesses ingleses as Companhias de Comércio portuguesas desviavam parte do ouro do Brasil, prática que perdurava desde o tratado de Methuen (1703). São elas: a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759). Ambas com administração na própria colônia, a primeira com sedes em Belém e em São Luiz, e a última em Recife. No início deste capítulo já debatemos a ascensão nas camadas sociais daqueles setores ligados ao comércio, era o que Alencastro (2000) apontava de *novas forças sociais*, e que igualmente aparece com Magnoli (2003, p. 03), quando diz: “As suas estruturas (das companhias de comércio) associavam o estrato superior das oligarquias coloniais aos privilégios mercantis desfrutados pelos capitais comerciais metropolitano”.

Depois das Companhias de Comércio, a indústria nacional portuguesa. Esta necessitava receber investimentos destinados a compra de novos maquinários. A ação tomada passava pela realocação de capitais e cortes nos gastos, oficializada com a Lei de 22 de dezembro de 1761 que criava o Erário Régio para controlar os gastos com os funcionários reais, desapontando os que viviam das regalias oferecidas pela coroa. Nesse mesmo ano, somada às medidas anteriores, ocorre a abolição da escravatura na metrópole.

De acordo com Magnoli (2003):

Sob a moldura política oriunda da reorganização pombalina, é possível identificar as grandes “frentes de apropriação territoriais” que se desenvolvem na segunda metade do século XVIII. Os processos de apropriação em curso configuraram novas redes de intercâmbio e geraram interesses muito concretos ligados aos vastos “fundos territoriais” disponíveis para os colonos (MAGNOLI, 2003, p. 289).

E continua:

A primeira dessas frentes corresponde ao “nordeste novo”, ou seja, às depressões e planaltos sertanejos. O movimento de apropriação, no interior das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, assumiu a forma de uma guerra aos indígenas, acompanhada pela instalação de povoados e a concessão de foral de vila a diversos novos núcleos de povoamento (MAGNOLI, 2003, p. 289).

Como estratégia política proveniente da reorganização pensada para os territórios coloniais estavam às chamadas “frentes de apropriação territorial”, compostas pelas

concessões de povoados e de forais de vilas, e pelos levantamentos das cartografias e estudos econômicos das Capitanias. Magnoli (2003) discorre sobre quatro frentes de apropriação: estando a primeira presente na citação, cabe dizer que a segunda corresponderia à Amazônia, a terceira, que se concentra na região centro-oeste, conduziria às Capitanias de Goiás e Mato Grosso, e a última entre São Paulo e Rio Grande de São Pedro. Esta última vinha para garantir as terras mais ao sul do Brasil e conter um possível avanço dos espanhóis que se instalavam na Colônia do Sacramento.

A apropriação dessa área sertaneja, dos fundos territoriais onde hoje se encontra o Estado do Piauí, Capitania em 1758, subordinada na época ao Maranhão, é identificada pelo autor como o início desse movimento, nomeado “nordeste novo”. A função de centro administrativo da região ficava a cargo do Maranhão (1772) logo após a sua separação do Grão-Pará. Este se torna, no mesmo ano, Estado do Grão-Pará e Rio Negro, para assegurar a posse da Amazônia. As *frentes de apropriação* expressaram a convergência entre os interesses da coroa e os interesses dos colonos. Para a primeira, tratava-se de forjar as provas de sua soberania, concedidas por meio da ocupação das terras, ainda que de forma simbólica, e para os últimos era a possibilidade de se conectar a novos mercados, tendo em vista que a *apropriação* e a *valorização territorial* empreendida por Pombal pretendiam promover a integração dos mercados em escalas ampliadas.

Nesse sentido, podemos dizer que o “nordeste novo” de Magnoli (2003) corresponde a áreas onde se instalaram as fazendas de gado, os também chamados sertões. Segundo o historiador Thiago Alves Dias (2008), no século XVII a palavra “sertão” era usada para identificar o que contrapunha o litoral, e seria as terras não colonizadas, desconhecidas, interioranas, que estavam habitadas pelos índios. De todo modo, é incorreto pensar que os sertões eram áreas de menor valor aos interesses mercantis. Para Moraes (2009):

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes do território nacional em cada época considerada (MORAES, 2009, p. 90, 91).

Pensamos e caracterizamos esse sertão no âmbito da região de agricultura mercantil-escravista apresentada por Mattos (1994), sendo essa uma região composta também pelo litoral, ainda entendida através da relação entre o Norte e o Sul do Brasil colonial. Região

forjada pela violência de uma economia colonial em expansão com uma estrutura social marcada pela dominação e submissão.

Os usos dessas áreas não se davam de forma aleatória; a Coroa procurava regulamentar a concessão de sesmarias. Nas palavras de Kantor (2010):

Durante o governo pombalino intentou se regulamentar a concessão de sesmarias, ao mesmo tempo em que se procurou restringir a legalização de vínculos de morgados e capelas de pequeno porte, privilégio almejado pelas nobrezas da terra. As reformas do direito fundiário a partir do período pombalino constituíram foco permanente de tensões entre a nova e as velhas camadas senhoriais na disputa pelos direitos de cobrança dos foros nas propriedades ainda não demarcadas. A dinâmica de apropriação informal e violenta de apropriação e exploração das terras, que aliado ao descobrimento topográfico e à imprecisão das reformas de medição, dificultou o processo de regulamentação da propriedade agrária pretendido pelas autoridades metropolitanas (KANTOR, 2010, p. 04).

Ressaltamos que as reformas orquestradas no período em estudo atendiam aos interesses metropolitanos e criaram um regime de monopólios e privilégios concedidos a poucos homens, o que foi criando descontentamento entre os colonos, garantindo a prática da sonegação de pagamento de impostos e de contrabando ao longo da costa brasileira.

Emilia Viotti da Costa (1999), em seu livro *Da Monarquia a República: momentos decisivos*, pontua:

No decorrer do século XVIII esses conflitos ganharam nova dimensão. O Pacto Colonial passou a ser visto pelos colonos não mais como um contrato entre irmãos, mas como um contrato unilateral entre metrópole e colônia, no qual a primeira era a beneficiária: um contrato que por isso mesmo precisava ser desfeito. (COSTA, 1999, p 24).

Não existia uma passividade, uma submissão total às reformas implantadas durante o século XVIII, nem tudo era aceito pelos colonos ou pelos indígenas, que começaram a criar as suas próprias regras em virtude da lentidão da justiça e dos desmandos dos oficiais da Coroa contra os naturais da colônia. Tanto que no final do século XVIII as diferentes províncias passaram a ser objeto de uma ação articulada, politicamente orientada, que começou no governo de D. João V, mas se intensificou no reinado de D. José I e se concretiza nos reinados subsequentes de D. Maria I e D. João, príncipe regente (PINHEIRO, 2008; KANTOR, 2010). As aldeias indígenas foram transformadas em vilas. A nova política indigenista pombalina estava fundamentada juridicamente nas determinações legais de 6 e 7 de junho de 1755, que formularam novas regras para a ação oficial com relação aos índios com objetivo da supressão

do poder dos jesuítas e a sua emancipação e integração à sociedade colonial (SILVA, 2003). Não por acaso,

(...) As aldeias missionárias foram transformadas em povoações civis. Em cada uma delas, criou-se um Senado da Câmara com juízes e vereadores indígenas. Além disso o rei concedeu uma sesmária adjacente para cada vila. Pela primeira vez, o índio adquiria personalidade jurídica. O diretório instruíra que todos os nomes das vilas criadas fossem de origem portuguesa. A lusitanização da toponímia deveria ser um simulacro da metropolitana, ainda que, na prática, os princípios que defendiam as territorialidades na peninsular fossem muito diferentes da sua configuração colonial, o uso dos topônimos lusitanos tinha repercussões internacionais, valendo como atestado de ocupação efetiva perante as demais monarquias. De qualquer modo, o rebatismo do território era parte do processo mais amplo de secularização das estruturas colonizadoras a partir do reino de D. José I (KANTOR, 2010, p. 06).

A elevação dos aldeamentos à categoria de vilas transformou os índios em súditos do rei de Portugal, mas a doação de terras das sesmarias às novas vilas indígenas gerou conflitos com fazendeiros e posseiros, que entenderam que seus privilégios estariam ameaçados. As tensões resultantes do processo de regulamentação e demarcação das vilas indígenas terminaram impedindo a plena vigência das políticas do Diretório e sua revogação pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, que tornava extintos os patrimônios territoriais das sesmarias indígenas (SILVA, 2003, KANTOR, 2010).

Com a elevação das vilas, os topônimos de origem ameríndia deveriam ser substituídos por nomes de localidades portuguesas, como mostra o trabalho *Topônimos de Portugal no Ceará*, de Florival Seraine (1962). Segundo este é possível constatar que boa parte das alterações toponímicas efetuadas não são incorporadas pelas populações e as Câmaras posteriormente retornam, por meio de lei, aos nomes antigos. Como exemplo de substituição do nome indígena por outro relacionado a localidade portuguesa, temos a aldeia indígena de Baturité, que ao ser elevada a vila é chamada de Montemor-o-Novo, fazendo alusão a uma vila antiga de Portugal, fundada em 1201.

A lusitanização dos topônimos foi um dos aspectos do reformismo pombalino, e a este incluímos a expulsão dos jesuítas da colônia, o confisco de seus patrimônios (1759), a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1763) e, principalmente, uma nova política indigenista (1755-8) (KANTOR, 2010, 2010a). Portugal queria construir um instrumento de ocupação legal das fronteiras luso-espanholas com a transformação dos índios em súditos do rei português na garantia do *uti possidetis* lusitano (ALENCASTRO, 2000), e para tanto reforçava uma política de miscigenação com o estímulo através da concessão de privilégios no casamento entre a população branca pobre e os grupos indígenas.

As reformas administrativas apresentadas até aqui diminuíram os poderes dos nobres e representantes do Clero, causando uma série de desacordos e insatisfações. O crescente descontentamento e indisposição quanto a permanência do Marques de Pombal ao cargo de Ministro levou ao seu afastamento com a morte do Rei D. José I e a subida ao trono da Rainha Maria I, em 1777.

O advento da segunda metade do século XVIII, período em parte apresentado com as reformas administrativas de Pombal, coincide com a realização de um enorme esforço de renovação do conhecimento envolvendo indivíduos e instituições, em grande medida promovido e financiado pelo Estado Português, seu principal beneficiário, que com isto garantia um melhor conhecimento dos domínios coloniais. Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os limites físicos dessa soberania, assim como as potencialidades econômicas do território administrado (DOMINGUES, 2012).

Nas palavras da autora,

Apesar de afirmar com segurança que, no conhecimento científico-tecnológico que o Estado absolutista construiu sobre o Império ao longo da segunda metade dos setecentos, participaram vários elementos constituintes das sociedades coloniais, em especial destaque para os ‘cientistas’ e para os altos funcionários administrativos, quero deixar claro a hierarquia de poder e mando que entre eles se estabelecia. Se muitas das ordens e diretivas vinham diretamente de Lisboa, há que atentar que eram os governadores e capitães gerais das diferentes Capitanias os representantes da autoridade soberana do Rei fidelíssimo no território e loco-tenentes do monarca. Eram ainda eles que tinham um conhecimento imediato do terreno e que controlavam mais rapidamente os acontecimentos que podiam ser determinantes em viagens e observações científicas. Finalmente cumpria-lhes articular um projeto integrado de colonização e ordenamento territorial, tão mais importante se a área a considerar fosse uma zona de tensão, como a Amazônia, na época disputada pelas duas Croas Ibéricas. (DOMINGUES, 2012, p. 139-140)

Em Domingos (2012), como em Kantor (2010) e mesmo em Magnoli (2003), é possível identificar que as expedições demarcatórias foram realizadas juntas a uma série de políticas demográficas³⁶ e territoriais, que passavam desde a implantação das frentes de apropriação territorial e com elas a criação de vilas e povoados; a introdução do índio enquanto vassalo da coroa e passíveis de direitos regulamentados em Lei; o uso da toponímia lusitana³⁷ em substituição a indígena; o levantamento de estudos econômicos e a fabricação de uma

³⁶ O crescimento demográfico das colônias brasileiras foi intenso durante a segunda metade do século XVIII. Segundo as estimativas disponíveis, reconhecidamente grosseiras, a população total saltou de cerca de 1,5 milhão em 1766 para algo em torno de 3,5 milhões em 1800 (MAGNOLI, 2003, p. 294).

³⁷ A mudança nos topônimos era uma ação de repercussão internacional usada para garantir a ocupação efetiva e garantir a posse do território perante as demais monarquias.

cartografia mais específica das áreas povoadas e dos fundos territoriais apresentada sem congressos e acordos internacionais para garantir o *uti possidetis*; a regulamentação das doações de sesmarias; a expulsão e a incorporação das terras dos jesuítas pelo Estado ou outros proprietários privados que representava uma degradação dos patrimônios e privilégios das ordens religiosas; a criação das Companhias de Comércio e com elas a reorganização da economia pelas exportações das mercadorias coloniais; a introdução cada vez maior de escravizados africanos; a contraposição aos interesses ingleses; a manutenção do pacto colonial e dos negócios metropolitanos que tentava se ampliar e diversificar com a abertura de fábricas para a produção de manufaturas em Lisboa, esta última uma consequência da reformulação da Escola de Coimbra e criação da Escola de Comércio.

1.4. A construção do Brasil

A ideia de construção trabalhada nesta parte da tese pode trazer alguns contrapontos como aponta Maurício Nieto Olarte (2009):³⁸

Varios autores recientes han preferido hablar de construcción o invención de América. Este tipo de análisis nos permite superar algunas de las deficiencias de la tradicional visión de descubrimiento de objetos a-históricos, pero nos conduce a otro problema, a saber, reducir la realidad de América a una mera fabricación social y a una elaboración europea, dejando poco espacio para entender el papel de la geografía, la naturaleza y los pueblos americanos, hasta el punto de casi negar su existencia y su realidad antes de la llegada de los europeos. Además, los conceptos de invención o construcción conservan las tradicionales dicotomías entre Europa y los “otros”, entre cultura y naturaleza, y entre el sujeto (en este caso el sujeto europeo) y el objeto (América). Dichas categorías y diferenciaciones, si bien son fundamentales para nuestras nociones de la ciencia y el mundo modernos, no pueden ser el punto de partida del análisis histórico, sino por el contrario, deben ser explicadas históricamente. (OLARTE, 2009, p. 31).

Compreendemos as argumentações de Olarte (2009), todavia, ainda preferimos trabalhar com a ideia de construção do Brasil. Não estamos com isso, como sugere o autor, enaltecendo apenas a história pelo lado europeu e, apagando a participação dos primeiros moradores das terras do Novo Mundo. Entendemos esse processo como luta e resistência, como uma tentativa e não como uma vitória, por parte dos portugueses, de desconstrução de

³⁸ OLARTE, Maurício Nieto. Ciencia, imperio, modernidad y eurocentrismo: el mundo atlántico del siglo XVI y la comprensión del Nuevo Mundo. In: Historia Crítica. Edición Especial. Bogotá, noviembre de 2009, pp. 12-32.

algo existente, ou seja, de negação de um conhecimento autóctone sobre a terra, as plantas, a fauna, as técnicas de navegação em rios e a fabricação de utensílios e de objetos que foram apropriados e vendidos nos mercados europeus como produtos originalmente ibéricos. Logo quando apresentamos a construção do Brasil não estamos tratando de um processo finito, de imposição de uma cultura e aniquilamento total da outra, estamos falando de uma tentativa de implantação de um modelo que procurava, a todo custo, ser imposto pelo monarca português aos que se encontravam nas delimitações do território pertencente a sua colônia conseguida com os acordos e os tratados assinados a partir do século XVI.

Quando tratamos da administração pombalina, apontamos que a marcha da apropriação e valorização territorial empreitada na segunda metade do século XVIII promoveram a integração de mercados coloniais, em escalas regionais ampliadas, pela divisão em regiões das áreas administrativas de responsabilidade das Capitanias ligadas à metrópole, identificadas pelas frentes de apropriação do território. Contudo, diferente do que possa parecer essa afirmação, no plano político não contávamos com um território brasileiro unificado. Investigando os significados das bases da formação territorial do Brasil sob o prisma da colonização portuguesa, Antonio Carlos Robert Moraes (2000) expôs as complexas dinâmicas de apropriação de terras e configuração de redes de intercâmbio entre o século XVI e o XVIII, mostrando que neste último século o processo de colonização conhecia rápida expansão na direção dos fundos territoriais. Magnoli (2003) demonstra que esse movimento de apropriação estava ligado à consolidação de uma unidade política para os territórios coloniais.

Antes do XVIII as intervenções no território da colônia eram pontuais, localizadas no litoral de produção açucareira e nas áreas mais próximas onde se concentravam as atividades agrícolas de subsistência e os criatórios de gado, atividades estas que subsidiavam as que ocorriam nos engenhos de cana. Com a consolidação dessas entradas – boa parte para a caça e o aprisionamento de indígenas e identificação das possíveis áreas para exploração de metais preciosos -, outras explorações se firmam e adentram o território se afastando cada vez mais dos primeiros núcleos de povoamento ibérico, estes novos espaços desbravados serão identificados por toda uma literatura de sertões.

Nos sertões cortados por rios se instalaram as fazendas de gado, os animais ganhavam mais espaços para as pastagens e a expansão das boiadas não mais limitadas pelas plantações e os engenhos impulsionaram o povoamento destas áreas e mais tarde a criação de vilas. A abertura de caminhos dava o tom da colonização, o início das ligações por terra e as primeiras trocas e comercializações nas feiras que se instalavam entre um pouso e outro, na rota das

mercadorias rumo aos porões das embarcações, tendo como destino final os mercados europeus.

Nos navios essas mercadorias se transfiguravam, eram produtos agora distanciados dos seus locais de fabricação, pareciam assim perder a violência que carregavam em todo o processo de sua produção, começando pelo trabalho escravo que causava a morte de muitos africanos retirados pela força de suas terras, mulheres, homens e crianças submetidos a horas excessivas de afazeres, a condições execráveis de vida para a produção de mercadorias que seriam consumidas nos mercados europeus; eram os escravizados também mercadorias que negociadas a preços altos precisavam rapidamente devolver em mais-valia seu peso aos seus proprietários. A riqueza na colônia era também medida pela quantidade de escravizados africanos, peças, que a família possuía. Porém esse processo não começa ou se encerra aqui, antes foi a usurpação das terras indígenas um verdadeiro massacre e extermínio do povo nativo que lutava pela sobrevivência, pela manutenção de suas crenças e de sua cultura que passavam a ser igualmente perseguida.

Isabel Loureiro (2009) publica trechos dos escritos de Rosa Luxemburgo, uma parte deles já editados no Brasil, em um de seus textos, ao tratar da acumulação primitiva, quando analisa a luta contra a economia natural:

(...) o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes da defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho (LUXEMBURGO, 1913, s/p).

O debate não tem por intenção abrir um parêntese na discussão do que chamamos de “Construção do Brasil”. O que descrevemos acima e reforçamos com Rosa Luxemburgo era o que acontecia na colônia, e ocorria, ao mesmo tempo, quando se tentava forçar uma unidade ao território, quando se procurava criar Capitanias e instalar nestas a autoridade metropolitana para interligar partes do todo a uma mesma administração. Poderíamos optar por expressar um discurso que reforçaria o tamanho do território, e logo as dificuldades impostas para essa unidade, contudo faremos o contrário – traremos a percepção pela resistência e pela desobediência as regras e leis que Portugal tentava a toda medida implantar.

De acordo com Ilmar R. de Mattos (1994), existia o interesse de identificar uma unidade nacional em gestão desde o período colonial, em movimento sincopado de imprimir o poder português e legitimar o controle e a posse dos territórios coloniais, todavia sem sucesso. Para confirmar isso o autor cita o exemplo do francês Harace Say, que visitou o país e dizia que o nome Brasil constituía, de forma genérica, as diferentes possessões portuguesas na América do Sul, mas que não existia, por assim dizer, uma unidade brasileira. Debate que também realizou Caio Prado Jr. (2007) ao dizer que na perspectiva da administração metropolitana não havia um território homogêneo e uma unidade continental, mas sim várias colônias ou províncias, até mesmo países, enfatiza que sob o nome oficial de Capitanias se integravam no conjunto da monarquia portuguesa, e a constituíam de parceria com as demais partes dela. O primeiro ponto para o fracasso dessa unidade foi a resistência e a desobediência dos nativos e dos que aqui chegaram como escravizados. O segundo ponto se baseia na ligação por estradas de uma Capitania a outra; estas não satisfaziam as necessidades do comércio, algumas estreitas, outras de terra, o que dificultava e aumentava o tempo das viagens, fora as distâncias de um pouso a outro, de locais onde se poderia descansar e abastecer para a continuidade do trajeto. A isso se somava o medo e a insegurança dos viajantes. Assim, tínhamos Capitanias isoladas que não recebiam por anos notícias vindas do reino, prevalecendo nesses locais a imposição de uma violência pactuada pelos habitantes que faziam suas próprias regras, seus próprios códigos de conduta.

Dessa maneira, podemos dizer que Portugal fracassa em consolidar a unidade Brasil. A reorganização promovida no governo de D. José I (1750-1777) que primava pela criação de regiões centrais que interligaria Capitanias e favoreceria a abertura e integração do comércio não ocorreu.

Como aponta Luiz Felipe Alencastro (2000, p. 19), “(...) a presença de colonos num território não assegura a exploração econômica desse mesmo território. A dominação colonial não se apresenta forçosamente como uma decorrência da exploração colonial”.

A unidade é um projeto que de fato nunca chega a ser abandonado. No século XIX é retomado com maior propriedade. Quanto a essa ocasião, da ruptura com a metrópole portuguesa, se pronuncia Magnoli (2003):

(...). Na verdade, o poder imperial no Brasil surge como resposta à ameaça da desintegração republicana: como instrumento da unidade política e territorial. O programa da unidade implicava a subordinação das oligarquias ao centro político. O centralismo político e administrativo do Império brasileiro, que consagrou o poder do Executivo sobre as esferas regionais e locais, evidenciava a distinção entre o Estado e as oligarquias. (MAGNOLI, 2003, p. 295)

O autor aborda que no século XIX, as fronteiras naturais do Estado imperial português já haviam alcançado cidadania diplomática. Para isso contribuíram, como analisamos, os tratados de limites assinados entre as Coroas Ibéricas na segunda metade do século XVIII e os seus desdobramentos que implicaram o reconhecimento do território e a produção de cartografias das áreas de fronteira. Eram estes documentos as fontes necessárias a produção e sustentação a um território imaginário. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, encomendou ao astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes Lemes, que estava na colônia por ocasião das demarcações das fronteiras de Mato Grosso, uma carta que representasse todo o território do Brasil. Conhecemos então a Carta Geral do Brasil, de 1798, utilizada nas negociações de acordos de limites dessa data em diante.

Esta Carta, Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia ou Estado do Brazil, **Figura 5**, contou nos desenhos com os trabalhos de José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, conforme aparece em sua legenda. Ainda nesta se encontram os nomes de trinta e quatro autoridades cartográficas (padres, doutores, militares, cientistas e exploradores) que a endossam. Segundo Menezes (2011), o exemplar existente no Brasil veio com a família real em 1808, sendo que:

A projeção dita esférica ortogonal parece querer significar a projeção equivalente denominada "Sanson-Flamsteed". É uma projeção em que os meridianos são curvas, com a concavidade voltada para o meridiano central, que no caso foi estabelecido pelo meridiano de 315° (Ilha do Ferro). O meridiano central é projetado segundo uma reta e os paralelos são projetados como retas paralelas equidistantes. A escala apresentada na carta é gráfica, correspondendo a 1/3.865.000 (MENEZES, 2011, p 06).

A Carta chama a atenção pela riqueza de detalhes, com relação aos topônimos da rede hidrográfica, das serras, das povoações e da localização das tribos de índios que habitavam o interior (MENEZES, 2011). O território representado pela cartografia se torna o território político brasileiro, o Império agora aparece nas imagens, nos novos documentos cartográficos, sendo reafirmado pela política que institui e aceita a prescrição das fronteiras naturais como os limites daquele território. O Estado imperial, ao contrário do que havia sido tentado antes, consegue concluir, assim, o programa de construção da unidade que constituiu, em grande medida, a sua razão de existência (MAGNOLI, 2003). No próximo capítulo destacaremos esse movimento na área Norte, que corresponde atualmente o nordeste brasileiro.

Figura 5 – Carta Geográfica de Projeção Esférica Ortogonal da Nova Luzitânia de 1798

Fonte: MENEZES, Paulo Marcio Leal de. A Cartografia do Império do Brasil (2011).

CAPÍTULO 2 – América portuguesa

Na primeira parte da tese, as discussões foram tratadas de forma mais geral, buscando entender o contexto da Europa Ocidental e nele a situação de Portugal, pequeno Reino, grande Império e os desdobramentos para efetivar a posse de sua colônia na América. A empreitada pela formação territorial do Brasil se inicia antes de nosso recorte, ou seja, o ano de 1750 e durante o governo Pombalino (1750-1777) e reinado de D. José I toma corpo com as políticas territoriais implantadas, como tratamos no debate sobre o Marquês de Pombal. Mesmo não conseguindo a unidade territorial que se desejava alcançar, o projeto proposto pelo Marquês será retomado; melhor dizendo, existirá uma continuidade deste plano pelos governos subsequentes, é o que se tentou mostrar na discussão que chamamos de “A Construção do Brasil”.

Passamos, agora, para uma contextualização que priorizará o Norte da colônia. O enfoque se volta para a América portuguesa e os descaminhos na conformação desse território, que era a continuidade, uma extensão além mar do reino português. Dialogando com Wallerstein (1974)³⁹, seria a colônia portuguesa, nesse contexto mundial, uma representação da *periferia* do capitalismo, isso em comparação com a estrutura econômica e a qualidade de vida encontrada em Portugal e em outros países europeus de industrialização encetada. Estes últimos seriam assim *centros* para onde eram enviados os lucros obtidos com a exploração da colônia que precisava ser, pelas referências aos padrões portugueses, “civilizada” e “ocidentalizada”, um processo somente passível de compreensão pelas teias da acumulação primitiva do capital e as políticas mercantilistas que vigoravam nesse período de formas próprias no Velho e Novo Mundo.

Wallerstein (1974) estuda a formação do sistema mundo, em sua obra – *O Sistema Mundial Moderno vol I, II e III* – onde apresenta a divisão do mundo em três níveis hierárquicos – centro, periferia e semi-periferia –. Como diz o autor: “nem todos os aparelhos de Estado podem utilizar um determinado conjunto de políticas com a mesma esperança de obterem um resultado feliz” (WALLERSTEIN, 1974, p. 179). Ou seja, nem todos os países estavam na mesma posição em relação ao desenvolvimento de suas economias, a análise que o autor realiza é para os séculos XV, XVI e XVII o que se pode enfatizar, também, é que as reservas econômicas de tais países, suas riquezas estavam associadas à expropriação de territórios colonizados, a forma de exploração e os produtos que se conseguia apropriar

³⁹ Essa discussão aparece em Fernand Braudel no livro, *A Dinâmica do Capitalismo*.

estavam sujeitos aos acordos comerciais travados. O que comercializar? O que gerava mais lucros para as Companhias de Comercio? Quais monopólios era preciso forjar para assumir posições de destaque frente às outras potências?

Para o trabalho interessa entender a posição de Portugal e da sua colônia na América. No livro de Wallerstein (1974) pouco aparece à realidade das áreas ibéricas, o enfoque maior direciona-se para a Inglaterra, o que ainda assim não impossibilita uma análise. Em páginas anteriores quando falávamos dos acordos comerciais destacamos a relação de superioridade que os ingleses obtinham em relação aos portugueses, não somente nas relações comerciais, mas também na produção de manufaturas decorrentes de uma industrialização bem mais adiantada. Nas palavras de Wallerstein(1974):

No século XVII houve muitas áreas semiperiféricas que perderam terreno – Espanha e Portugal, a antiga espinha dorsal da Europa (desde a Flandres, passando pela Alemanha do Oeste e do Sul, até à Itália do Norte); mas houve algumas áreas que ganharam terreno: em especial a Suécia, o Brandeburgo-Prússia e as colônias “nortistas” da América do Norte britânica (a Nova Inglaterra e as colônias do Atlântico Médio). O primeiro conjunto de regiões passou por um processo em boa medida semelhante ao que descrevemos quando falamos das áreas periféricas, embora tenha conservado, por diversas razões, importantes diferenças estruturais em relação a elas. O segundo conjunto acabava de iniciar a sua luta para se converter em parte integrante do centro da economia-mundo nesta época. Para estas últimas entidades, o mero facto de iniciarem este processo era já um êxito, para não falar no facto de serem capazes de transformar as dificuldades gerais da economia-mundo em seu benefício, em vez de se distanciarem cada vez mais das áreas do centro, como aconteceu à maioria das áreas periféricas e semiperiféricas (WALLERSTEIN, 1974, p. 179-180).

A citação acima melhor elucida o que desejávamos salientar: o movimento desigual e ainda assim articulado da organização do “sistema mundial”, da “economia-mundo” que casa com o aparelhamento do capitalismo ou fase do pré-capitalismo, como classificam alguns historiadores. E insistimos nessa “tecla”, de demonstrar, de retomar, por vezes, esse debate, que, para nós, reforça o entendimento de nosso objeto, sendo este o pano de fundo; aquilo que age mesmo quando estamos nos atentando a alguma particularidade – como a formação territorial do Ceará. É o movimento maior por onde ocorrem os *loopings* de outras magnitudes, ainda assim, sofre influência e é influenciado pelo primeiro.

Importante frisar que o século XVII, utilizando a marcação de Wallerstein (1974), é condizente aos anos de 1600 a 1750, novamente recorrendo aos historiadores, uma fase de transição (ultrapassagem do feudalismo) ou uma crise (ruptura das formas existentes, novas relações sociais e estagnação e baixa no crescimento produtivo, de alguns setores e em alguns

países, atrelado a um crescimento da população mundial). Dialogando com essas afirmações, Eduardo Barros Mariutti (2009) descreve que:

(...) o desenvolvimento europeu se explica fundamentalmente pelo subdesenvolvimento ou bloqueio do desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e da Europa Oriental. Esta discrepância foi preservada e acentuada pelos europeus por diversos métodos: pilhagem direta, manipulação do mercado e dos termos de troca, controle sobre o preço dos minérios e das matérias-primas, interferência política direta sobre nações subdesenvolvidas (para preservar/intensificar esta condição, etc.) (MARIUTTI, 2009, p.18).

Para entender o que trata Mariutti (2009), debateremos em detalhe a região Norte da América portuguesa para demonstrar como o desenvolvimento da metrópole ocorria pelo bloqueio do crescimento da colônia; ou dito, com outras palavras, como a riqueza da metrópole representava o empobrecimento de sua colônia, para mais uma vez nos juntarmos a Wallerstein (1974, p. 179): “No século XX fala-se de “desenvolvimento” dos Estados. No século XVII fala-se da riqueza do reino, (...)”

2.1. O Norte da Colônia

Já vínhamos percorrendo sobre o “Norte do Brasil” – estamos nos referindo àquela região que hoje conhecemos nos mapas pela indicação de Nordeste. Essa região muito debatida por autores que discutem o processo de tomada das terras (também chamada de “colonização”, outras vezes utilizada como sinônimo de “ocupação”) pelos portugueses do que séculos mais tarde corresponderá ao território, o Estado do Brasil, coincide com a região de grande influência no período colonial, em que se espraíram as primeiras sesmarias, os contatos iniciais com os nativos, as incipientes transações comerciais baseadas no escambo, as primeiras relações com o território que estava sendo reivindicado.

Julgamos que em virtude disso as representações nos mapas que traziam o Novo Mundo mostram o Norte com um maior detalhe, isso, claro, a partir dos conhecimentos e das técnicas que se possuíam em cada época. A cartografia antiga que expõe a costa da América Portuguesa, o “Mapa de Cantino” ou o “Planisfério de Cantino”, de 1502, **Figura 6**, ilustra isso.

Figura 6 – Planisfério de Cantino, 1502

Fonte: Menezes, Catarina Agudo. A Escrita no Chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011, p. 52.

A linha que atravessa a representação das colônias ibéricas no planisfério é a linha de Tordesilhas; a marcação em azul que coloca em evidência a parte correspondente ao que estamos chamando de Norte foi realizada apenas para enfatizar nossa argumentação, portanto não se encontra presente no original.

Realizamos um recorte no mapa deixando em exposição somente a parte correspondente a colônia portuguesa, representada pela **Figura 7**, para que seja mais fácil a compreensão e visualização da toponímia utilizada na denominação de alguns pontos demarcados no litoral. A área representada se estende até depois do Tropicó de Capricórnio exposto pela linha vermelha o que permite dizer que já se sabia aproximadamente da extensão que percorria do Rio Grande do Norte até o Uruguai. Existem algumas contendas⁴⁰ com relação a sua origem.

⁴⁰ Existe o trabalho de FERNANDES, Fernando Lourenço. O planisfério de Cantino e o Brasil. Lisboa: Academia de Marinha (2003), que pode ser consultado. Um texto menor publicado na Revista Navigator, Rio de Janeiro, V.2, N.3, p. 49-55, publicada em Junho de 2006, autoria de Renato Pereira Brandão e intitulado: O Mapa de Cantino e o Descobrimento da América pelos chineses, disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig3/art/N3_art5.pdf. Este último autor textualiza que: *Pouco depois, o historiador americano H. Harrisse, pelo estudo das cartas de Hércules d'Este, Duque de Ferrara no início do século XVI, descobriu a história do mapa. Foi feito em princípio de 1502, secretamente, por um cartógrafo português que se manteve no anonimato, por encomenda do representante comercial do duque em Lisboa, provavelmente seu espião, Alberto Cantino. Segundo as cartas, o duque solicitava que lhe fosse enviado o mais*

Figura 7 – Recorte do Planisfério de Cantino, 1502

Fonte: Menezes, Catarina Agudo. A Escrita no Chão: a formação do território de Alagoas por meio de fontes coloniais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011, p. 52.

completo mapa que fosse possível obter das recentes descobertas dos portugueses e espanhóis, tanto no Novo como no Velho Mundo. Em 19 de novembro do mesmo ano, o mapa chegou às mãos do Duque de Ferrara, que pagou por ele a soma de 12 ducados de ouro (BRANDÃO, 2006, p. 49-50).

Os motivos destas discussões devem estar relacionados à ausência do nome do cartógrafo e do ano de sua elaboração, inexistentes no documento. No entanto é importante frisar que nosso foco não se enquadra nessas questões. A decisão de apresentar o Planisfério de Cantino é mostrar que já na data que se atribui a divulgação do mesmo, 1502, pontos precisos da região Norte da América Portuguesa se achavam representados: as bordas do território banhadas pelo oceano Atlântico, a faixa de praia com a indicação de animais presentes em nossa fauna, assim como os rios São Francisco e São Miguel – assinalados por Catarina Agudo Menezes (2011) ao estudá-lo junto a outras cartografias para compreender a formação territorial de Alagoas –, mais ainda o Cabo de São Jorge, Baía de Todos Santos, Porto Seguro, Santa Cruz e ao final o Cabo de Santa Marta, ambos com grafia em vermelho.

Reforçando essa afirmativa de região de grande influência, vamos juntando argumentos.

Os primeiros são os de José Ribeiro Júnior (2004, p. 61) voltados para a Capitania de Pernambuco, que, segundo este, “tinha desde o século XVI, uma economia importante voltada para exportação, (...)” tornando-se “a mais florescente da colônia americana”.

O segundo argumento vem com Charles R. Boxer (2000, p 35) e a sua exposição ao comentário de Gaspar Dias Ferreira, do ano de 1645: “Portugal não tem outra região mais fértil, mais próxima, nem mais freqüentada, bem como não encontram seus vassallos melhor e mais seguro refúgio do que o Brasil. O português atingido por qualquer infortúnio para lá emigra”. Até o século XVII os locais de destino se concentravam nas áreas do litoral entre Pernambuco e Bahia, esta última onde estava situada a capital da colônia em 1594. Porém em meados do XVII e em crescimento no XVIII se observava também a procura pela vila do Rio de Janeiro, que, em 1763, se torna sede do governo colonial.

Acerca da entrada de estrangeiros nas terras portuguesas da América, Arno Wehling e Maria José C de Wehling (1994) pontuam:

Deve-se observar que, apesar de existir um fluxo regular de imigração portuguesa o número de negros aumentou desde o final do século XVI, com a expansão do açúcar, o mesmo ocorrendo com os mamelucos e a população indígena agregada. Os brancos logo passaram a construir a minoria da população, suplantados na Bahia e em Pernambuco pelos negros e nas demais Capitânicas pelos mamelucos e indígenas (WEHLING E WEHLING, 1994, p. 201).

Ao final do palratório é fácil crer que os negros ultrapassaram os brancos pelas quantidades de escravizados africanos trazidos nas naus para o trabalho forçado nos engenhos. Como os autores abordam em debate à frente, os dados existentes relativos ao tráfico é uma estimativa em virtude do contrabando praticado. Os cálculos, no entanto, apontam no século

XVI da Guiné uma entrada de cerca de 150 mil escravizados, e da Angola no XVII outros 600 mil, sendo os principais portos negreiros nesses dois séculos Bahia e Pernambuco.

Os “homens livres”, os “brancos” também chegavam por esses ancoradouros, por causa da concentração de colonos nessas terras e pela possibilidade de trabalho – engenhos ou na agricultura, por exemplo. Quando da aquisição de terras, os locais escolhidos eram aqueles previamente conquistados para evitar o isolamento.

Não temos dados da população da região Norte nesses dois séculos. A tabela abaixo trata da população total da colônia.

Tabela 1 – População na América Portuguesa no século XVI e XVII

	1500	1583	1600	1650	1700
Brancos	--	25.000	30.000	70.000	--
Negros	--	14.000	20.000	--	--
Índios/Mamelucos	--	18.000	50.000	--	--
Total	30.000	57.000	100.000	170.000	350.000

Fonte: Wehling, Arno, Wehling, Maria José C de. Formação do Brasil Colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 200

Uma questão antes de voltarmos aos argumentos que nos dedicávamos.

É notório a dificuldade de um levantamento, da realização de uma contagem precisa da população. Mas chama a atenção o número colocado para índios e mamelucos, este último uma denominação usada para designar os nascidos de mestiçagem, ou seja, os filhos de negros com brancos, ou com índios. De todas as formas, analisar a invasão da América pelos europeus e especificamente das terras que atualmente chamamos de Brasil é perceber o massacre, o extermínio consentido pelos que se diziam civilizados, tempos de horror, foi o que se viu por essas paragens. Sabemos que essa estimativa, de cinquenta mil, era uma contagem dos indígenas aldeados, dos amansados, para usar uma palavra que se aproxima à brutalidade que foram esses séculos de investida no aniquilamento de suas culturas, de seus modos de vida. Não compartilhamos do pensamento dos autores que afirmam ocorrer um aumento nessa população, pois para nós o que ocorreu foi um genocídio, um despovoamento indígena em nome de um processo de conquista portuguesa. Além disso, não menos cruel foi o processo de introdução dos africanos nas áreas litorâneas. Os números colocados acima são assustadores, nos mostram a dimensão do empreendimento e do investimento que se realizava nessas terras.

Os primeiros engenhos se instalam em Pernambuco, o que Ribeiro Júnior (2004) sinaliza ao destacar naquela Capitania a concentração de uma economia importante: a do açúcar. Mas o fato é que os engenhos não se concentraram exclusivamente nas terras pernambucanas de massapé, se espalhando pelo litoral do Rio Grande do Norte à Bahia, onde igualmente encontram condições favoráveis e a produção se expande a todo vapor. Porém nem só de açúcar viveram. Lembremos que outra cultura que ganhou destaque foi o cultivo do tabaco, utilizado como moeda na aquisição de escravizados na costa africana.

De todo modo, a produção açucareira rendeu muitos lucros para Portugal, mesmo depois do apresamento de uma parte dos engenhos pernambucanos pelos flamengos (1630-1654). Com a sua expulsão, estes vão produzir açúcar nas Antilhas (1650), o que gera uma situação nova de concorrência, que ocasionou uma baixa nos preços do açúcar produzido na colônia. Mesmo diante da conjuntura “desfavorável”, descrita como crise, esse comércio representava um valor significativo na balança comercial.

A tabela abaixo coloca esses valores para análise, mas aqui estamos falando de uma produção que incluía outras áreas.

Tabela 2 – Produção do Açúcar, 1570 – 1710 (em arrobas/ano).

Ano	Nº de Engenhos	Produção	Média por engenho
1570	60	180.000	3.000
1583	120	360.000	3.000
1600	200	1.200.000	6.000
1630	250	1.500.000	6.000
1640	300	1.800.000	6.000
1650	350	2.000.000	6.000
1670	500	2.000.000	4.000
1710	650	1.625.000	2.500

Fonte: Wehling, Arno, Wehling, Maria José C de. Formação do Brasil Colonial, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 204

Antes de apreciarmos os dados da tabela, uma pausa. É preciso apontar que os engenhos também se concentraram no Rio de Janeiro, uma área de boa produtividade, tema de um estudo publicado em artigo da revista eletrônica *Scripta Nova*, da Universidade de Barcelona, redigido por Maurício de Almeida Abreu (2006)⁴¹:

⁴¹ A Revista Scripta Nova é um periódico eletrônico de Geografia e Ciências Sociais, o artigo ao qual nos referimos possui o seguinte título: Um Quebra-Cabeça (Quase) Resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de

O problema é ainda maior no Rio de Janeiro. Embora os engenhos fluminenses contassem com livros de registro, que detalhavam a produção, receita, despesa e o pagamento dos dízimos, conforme atestam alguns testamentos e inventários, a verdade é que essa documentação simplesmente desapareceu. Esse desconhecimento, por sua vez, se torna ainda mais grave quando sabemos, por meio de autores coevos, ou mesmo de historiadores modernos, que lograram ter acesso a informações salvas da destruição, que a cultura canavieira assumiu importância crescente na vida econômica e social da Capitania no século XVII. Frei Vicente do Salvador (1982, p. 334), por exemplo, afirmou que o Rio de Janeiro, onde antes “se tratava mais de farinha para Angola que de açúcar”, já possuía, em 1627, quarenta engenhos. Boxer (1973, p. 173), por sua vez, demonstrou que, de 1638 a 1642, partiram anualmente da baía de Guanabara, em direção a Portugal, uma média de 20 a 25 caravelas carregadas de açúcar, o que atesta a plena integração da Capitania ao sistema da grande lavoura canavieira. Ao exaltar a grandeza do Brasil por suas drogas e minas, Antonil (1982, p. 140) apontou igualmente para a prosperidade canavieira do Rio de Janeiro ao afirmar que a Capitania já possuía, em 1711, 136 engenhos de açúcar (ABREU, 2006, p. 02)

Como não encontramos dados que abarcassem apenas a área que estamos mobilizando, a Região Norte, optamos por expressar a tabela, para com o conhecimento dos dados juntarmos mais uma parte desse quebra-cabeça.

E nessa ânsia de concretizar nossos argumentos, que tecemos até aqui, não podemos passar por cima da informação da porcentagem que tem o Rio de Janeiro na produção total da América portuguesa. E por mais que existam os problemas relatados por Abreu (2006) no acesso à documentação, a sua fala nos traz uma dimensão aproximada do que foram esses tempos e nos coloca a pensar que, de alguma forma, contar a história do açúcar nas terras fluminenses é cruzar com a história da transferência da capital da colônia.

Sem nos alongarmos nesse debate da permuta nas relações de poder, mencionamos apenas que passava para os donos de engenhos, produtores e comerciantes cariocas uma tomada de decisão, melhor dizendo, uma interferência maior na vida colonial, com a melhora inclusive na comunicação com os representantes do reino que agora passavam a residir por ali.

Com a **Tabela 2** temos duas questões: em primeiro lugar, o número de engenhos aumenta, mesmo com os holandeses em Pernambuco e, depois, com a concorrência das Antilhas não caiu de imediato a produção, como comprovam os dados de 1570 a 1650. Pelo contrário, essa se estabiliza – é o que revelam os números para o ano de 1670 e assim se mantém durante todo o XVII. O que ocorre é que o problema enfrentado nos engenhos pernambucanos estimula a fabricação das Capitânicas mais distantes (ABREU, 2006), o que no

total geral não aparece, isto é, não se percebe uma baixa da quantidade de produtos para a exportação, e nos leva a refletir se houve mesmo uma crise e em que parâmetros a mesma se deu. Discussão esta abordada por alguns pesquisadores, como os próprios Wehling e Wehling (1994, p. 204): “(...) na segunda metade do século XVII, quando a concorrência antilhana provocou uma crise no mercado, ocorreu uma expansão de pequenos e médios engenhos, de menor capacidade que produziam menos por unidade. A produção total diminuiu”.

Poderíamos discutir essa “crise” pelos preços, que com a concorrência tenderiam a baixar na América Portuguesa, que antes não tinham concorrentes, levando a uma diminuição dos lucros obtidos com a sua venda. Caso essa queda nos valores para o mercado fosse muito acentuada, caberia debater se realmente a colônia portuguesa, e em específico a Região Norte, entrava em um período de recessão, de estagnação e decadência, para utilizar palavras mais próximas do que se caracteriza um período de crise.

Nessa perspectiva, defendemos que não há a instalação de uma crise propriamente dita na colônia lusa – o que ocorre é um encurtamento nos lucros com a exportação devido a presença Antilhana no mercado e uma descentralização dos ganhos, não mais presos a uma única Capitania, agora que passam a ser incorporados por outras vilas que terão seus produtos consumidos na Europa. De fato, o desconhecimento preciso sobre todo esse processo descrito, das cifras obtidas nos engenhos em funcionamento, nos coloca uma situação muito mais de reflexão do que propriamente de afirmação

Então esse Norte como área de influência começa a dar seus primeiros sinais de transferência, e isso fica evidente com o nosso último argumento, que levou em conta a produção econômica. O aumento no número de engenhos, parte deles fora do eixo Pernambuco e Bahia – quando enunciamos Pernambuco nos referimos igualmente às Capitanias a ele subalternas –, o crescimento das moendas no Rio de Janeiro, os desgastes dos solos, alguns períodos de estiagem, pragas nas plantações, a armazenagem do açúcar, a entrada do ouro nas exportações e o deslocamento dos tentáculos da Metrópole para as Minas e os novos acordos comerciais criados a partir da extração de metais preciosos – tudo isso ajudou a desfragmentar, a descentralizar o poder dos latifundiários, da classe senhorial, que se instalava de forma crescente, e a desprender o capital estrangeiro que também vai migrar para outras áreas.

O pensamento de que a crise é mais uma variação nos preços das provisões, encontra repouso nas primeiras páginas de Carlos Guilherme Mota (1972), *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*.

Observada a história econômica do Brasil na primeira metade do século passado [XVIII], ressalta a tendência à baixa relativa dos preços das exportações. Segundo Celso Furtado as províncias do Norte – Sobretudo Bahia, Pernambuco e Maranhão – atravessaram nesse período sérias dificuldades. “Os preços do açúcar caem persistentemente na primeira metade do século e os do algodão ainda mais acentuadamente (MOTA, 1972, p. 11).

Em Mota (1972) uma marcação de que o que chamamos de Norte se aproxima do que hoje chamamos de Nordeste. Evidente que as delimitações desses territórios estavam em curso. O corpo dos Estados que visualizamos pelos mapas escolares só encontram tais feições séculos à frente. Para recorte preciso da pesquisa, delimitemos com maior apuro o Norte, considerando apenas Pernambuco e as suas Capitanias subalternas – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e parte de Alagoas. Ao todo, a extensão sob jurisdição do bispado e governo de Pernambuco era de 2.203 léguas (Ribeiro Júnior, 2004) – e dentre estas depois ficaremos somente com o Ceará.

Para Manoel Correia de Andrade (1998), o norte da época colonial, o atual nordeste:

(...) é apontado ora como a área da secas, que desde a época colonial faz convergir para a região, no momento da crise, as atenções e as verbas dos governos; ora como áreas dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população; ora como área essencial subdesenvolvida devido à baixa renda *per capita* dos seus habitantes ou, então, como a região das revoluções libertárias de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife* (ANDRADE, 1998, p. 23).

Não queremos incorrer em um anacronismo com a exposição da citação de Andrade (1998); entretanto, a mesma é relevante para pensarmos que não existiu e, pelas suas palavras, não existe uma homogeneidade de opiniões com relação a essa área, que englobava mais de uma Capitania, ou mais de um Estado, quando da divisão em 1970 do Brasil em regiões naturais. O livro do autor escrito em meio a esses debates aponta as dificuldades dos estudiosos na delimitação dessa região, que apresenta uma diversidade, uma diferenciação nos fatores sociais, pelo que o mesmo sinaliza com a classificação de subdesenvolvido fazendo menção à renda *per capita* da região, ou nas referências dos aspectos naturais com a seca, destaque nos fatores climáticos e a esses somados os geológicos, o relevo e, igualmente, a hidrografia.

É partindo dessa certeza, da heterogeneidade dessa paisagem, das formas de uso e apropriação, que indagamos: como poderíamos defender a existência de uma única vocação agrícola para toda essa região? (Região que fica conhecida pelo epíteto de *nordeste açucareiro*, corroborando para uma imagem da monocultura da cana-de-açúcar como a

atividade que reinou soberana na vastidão litorânea jogando para o sertão, para os fundos territoriais as atividades de subsistência, essas últimas servindo de suporte às primeiras – muitas vezes abandonadas na exposição dos textos e teses, aparecendo em segundo plano, ou seja, superficialmente).

Na citação de Motta (1972), o autor retrata, por exemplo, a presença da cultura do algodão denotando que outros cultivos coexistiam. Nessa reflexão, com destaque agora na dimensão territorial⁴², perfazendo esta uma área de mais de 1.542.000 km² – com os dados de Andrade (1998), embasado nas medições do Maranhão rumo ao sul da Bahia, como desejar que as entradas, as formas de exploração fossem iguais, ou ocorressem todas no mesmo período?

O que almejamos neste segundo capítulo, então, é discernir as diferentes formas de invasão, de expropriação, de pilhagem dessas áreas, do litoral, dos fundos territoriais e das também diferentes formas de cultivo, para romper com essas concepções que encontraram ressonância durante muitos anos e ainda podem ser encontradas em livros e trabalhos acadêmicos. O Norte não é somente o nordeste açucareiro, não é apenas a diferença entre o litoral do açúcar e o sertão do gado.

Logo, não tomaremos o Norte por uma região “fechada”, “acabada”, “fixa”, ou seja, uma área demarcada, delimitada, uma unidade territorial onde encontramos, apenas, uma diversidade de solos, de vegetação, de clima, de hidrografia e de relevo, por exemplo. Entendemos essa região a partir de uma estratégia de homogeneização, de um discurso que tenta enquadrar a diversidade enquanto ponto de unidade. Contudo julgamos a mesma como aberta, inacabada, transitória, utilizando os antônimos das palavras anteriores empregadas.

Tentando realizar uma aproximação da definição de região de agricultura mercantil escravista de Mattos (1994), elaboramos um entendimento desta última, perpassada pelas relações de poder, de forças divergentes, em movimento constante e feroz de expansão e retração de suas fronteiras – em verdade, um campo de lutas.

Nosso entendimento de fronteira foi sendo construído a partir do livro *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jacson Turner* (2004), organizado e traduzido por Paulo Knauss, que coloca em contradição o caráter estático da fronteira natural, tendo em vista que Turner concebe a fronteira pelo movimento

⁴² A dimensão da área, Norte, para a época de nossa análise não apresenta a mesma extensão que conhecemos hoje como Nordeste. Sabemos que a forma territorial que os Estados atualmente possuem é fruto da expansão de suas fronteiras, e que muitas das questões de litígios ainda esperam resoluções. Outra questão também é a regionalização que ao longo desse tempo teve várias configurações até chegar na que conhecemos atualmente divulgada pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

expansionista da sociedade. Para isso, realiza uma leitura da história americana a partir da expansão em direção ao oeste e ocupação de terras livres. O oeste americano, como fronteira, é um dos temas da identidade nacional dos EUA.

(...) O oeste era uma região migratória, um estágio da sociedade mais do que um lugar. Cada região atingida pelo processo de expansão, a partir da costa, experimentava sua própria experiência da fronteira, e era por algum tempo, “o Oeste”, e enquanto a fronteira passava para novas regiões, deixava para trás, nas áreas mais antigas, memórias, tradições e a herança de uma atitude de encarar a vida que persistia muito depois de a fronteira se haver deslocado outra vez. Porém, enquanto a influência da fronteira permeava tanto o Leste como o Oeste – através da sobrevivência da psicologia de pioneiros e pela repercussão dos ideais e da vida do Oeste sobre o Leste – era nas regiões mais novas, aquelas momentaneamente chamadas de Oeste, que se colocavam mais em evidência as concepções e peculiaridades da fronteira. Esse “Oeste” era mais que “a fronteira” do discurso popular. Incluía também a zona transitória adjacente mais populosa, ainda influenciada pelas tradições pioneiras e onde a sociedade econômica tinha mais coisas em comum com as regiões novas do que com as regiões mais antigas (TURNER, 2004, p.94-95).

Por essa toada vamos em direção ao diálogo com outros autores que nos ajudam a reforçar os argumentos expostos, logo, auxiliam a pensar o Norte por uma relação de forças, de expansão de fronteiras e de descontinuidade de discursos a partir de um movimento que se repete e, ao mesmo tempo, se renova como o Oeste americano apresentado por Turner (2004). E para tanto enfatizamos que, assim como Andrade (1998), Prado Júnior (2008), em seu trabalho: *História Econômica do Brasil*, realiza inicialmente uma exposição dos fatores físicos do território, enquadrando o mesmo no debate sobre *o meio geográfico*, e é exatamente aí onde atrela um discurso de adaptação do homem e das condições, favoráveis ou não, para a sua penetração nas áreas afastadas do então conhecido litoral.

Vejam os:

As condições para a penetração do território não são portanto, aí, muito favoráveis. E até hoje constituem sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral. Mas ao contrário do interior nordestino, o planalto centro-meridional brasileiro oferece esplêndidas condições naturais para o estabelecimento do homem. Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. (...) (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 04).

Esse discurso do clima, das condições físicas favoráveis à adaptação do homem, da facilidade de manejo das águas dos rios que se associa a outro discurso, o das potencialidades agrícolas, não é realizado aleatoriamente.

Não se encontra nos objetivos da pesquisa a realização de análise de discurso, mas é pertinente pensar que Prado Júnior (2008) bebeu nas fontes escritas da época, como advogado de formação, historiador e também geógrafo, como alguns biógrafos o emolduram, desta última fonte participando na fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, ao lado de Pierre Deffontaines, que apresenta nessa parte da citação um caráter um tanto determinista – tirando um pouco o peso que essa afirmativa pode causar, não entrando no mérito das escolas deterministas e possibilita que fizeram adeptos na Geografia –, ao colocar as questões naturais como “condições” para avaliação das entradas, da adaptação e, porque não, das questões agrícolas.

Porém, fugindo de anacronismos, nos esforcemos para imaginar se o autor não escrevesse do século XX, mas sim do XVII, ou dos primeiros anos do século XVIII: para onde o seu discurso conduziria uma população que desejava viver da terra? Estariam esses a caminho do semi-árido ou do planalto centro-meridional?

É o que vai diagnosticar Thiago Alves Dias (2011), quando da análise das primeiras descrições da Capitania do Rio Grande do Norte. O texto é atribuído ao padre jesuíta espanhol, Gaspar de Samperes, de 1607, e no documento realiza uma exposição da Capitania composta por terras planas, com muitos rios e lagos, sendo ótima para a criação de gado.

Ressaltava ainda a qualidade das terras, com “os campos todos [servindo] para a criação de gado” e, neste requisito, “por comum parecer de todos é a melhor terra do Brasil, porque não tem passo de terra que não aproveite para isso, com excelentes águas”, acrescentando, inclusive, que a Capitania do Rio Grande era “melhor do que a da Parahyba”. Assim como todas as descrições de solo, relevo e possibilidade de cultivo, que emergiam dos relatórios, cartas e diários de viagem, nesses primeiros anos da conquista, primava-se pelas riquezas naturais e o discurso de Samperes não podia ser diferente. Uma das intenções era catalisar a empreitada da conquista e a outra era buscar justificativas para esse avanço conquistador. Contudo, dois aspectos discursivos de Gaspar de Samperes são relevantes a nossa análise: primeiro, uma pretensa ideia de que o Rio Grande já nasceu com uma inclinação para a pecuária e, segundo, a constante preocupação do autor em mencionar a abundância da água (DIAS, 2011, p. 52)

O que procuramos caracterizar pelas manifestações é o aparecimento de um discurso sobre as áreas (no caso, para as Capitanias). A facilidade de obtenção de água com a proximidade de rios e terras planas favorecia a instalação de cultivos e a criação de animais. Quando a essas se juntava um “clima ameno” – empregando um linguajar utilizado nessas paragens para dizer que ele, o clima, não sofre grandes variações, ou seja, não é suscetível a longos períodos de estiagem –, era sinônimo de solicitação de sesmarias.

Podemos inferir, desse modo, que identificar a cultura mais propícia a cada localidade a partir de uma identificação dos solos e do clima, mesmo que realizado nas impressões de alguns estudiosos, favoreceu o processo de planejamento empregado pelo colonizador, ao serem incorporados pelo mesmo. Não estamos isolados nessa assertiva, mas em conformidade com Samperes apud Dias (2011, p. 52), “o que aparentemente podem denotar um discurso sem intencionalidade –, acabaram perpetuando ideias formadoras que advogam por condições bem específicas e atraíram pessoas e mecanismos colonizadores em conformidade a essas ideias”.

Algo difícil de realizar seria o cálculo de quantas pessoas esses discursos conseguiram deslocar, quantos foram atraídos e, em contrapartida, quantas sesmarias foram solicitadas nessas localidades em correspondência a essas ideias. E isso porque acreditamos que outras variáveis entram na análise. A solicitação de sesmarias também estava ligada a proximidade das áreas onde já existia alguma conquista, num primeiro momento, muito em virtude dos confrontos com os nativos, quando do alastramento desses povoados mais adentro corriam os pedidos. Atentemos para o fato de que nem todas as petições aceitas foram objeto de ocupação efetiva.

O Arquivo Público do Ceará – APEC, em 2006, realizou um trabalho de catalogar, transcrever e digitalizar os documentos dessa Capitania. Como fruto desse trabalho temos *Datas de Sesmarias do Ceará e Índices das Datas de Sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928*.

No texto de abertura, a alocução faz referência à dificuldade de se precisar a doação da primeira sesmaria, todavia como nosso intuito é mostrar o argumento acima, das petições próximas aos locais povoados, “pularemos” o debate da primeira doação e vamos direto para um dos primeiros documentos registrados do APEC. “Registro da petição e sesmaria do Capitão Francisco Rodrigues Coelho, Alferes Julião Maciel, Manoel Rodrigues Barbosa, Maria Pereira e Gregorio Curado Valcasar de vinte léguas de terras em quadra (largura e comprimento), na altura do rio Jaguaribe em 21 de setembro de 1679”:

Senhor Capitão-mór Diz o Capitão Francisco Poiz Coelho o Alteres Julião Maciel, Manoel Rodrigues Barbosa, Maria Pereira, Gregorio Curado Valcasar moradores no Rio Grande que elles possuem entre os seus Beins Gados Vacuns e pellas terras da dita Capitania donde são muitos estarem repartidas as que soficientes são para uteis criasoins por diversas Pessoas não haver couza que elles suplicantes possam pedir pera as poder povoar e se querem ariscar com suas Pessoas e os ditos Beins a povoar nesta Capitania aonde Vm. he Governador e sismeiro conforme o Regimento de Sua Alteza que Ds. gz. Vinte legoas de terra fazendo Padrão no Rio Jaguaribe da parte do norte Pastando Como rumo pera donde lhes pareser em Coadá fazendo comprimento Largura e de Largura todas as vinte legoaz de terra tomando as abeis e

deixando as Inuteis que não forem soficientes pera criarem seus Gados com suas agoaz vertentes matas e logradouros assim como sua Alteza as consede a seus vasalos no que recebera mercê. (...) Pedem visto serem os primeiros que querem vir Povoar com seus Gados esta Capitania no que fasem grande serviço a S. Alteza que Deos g. de forsa de nossa Senhora dasunpção de Setembro vinte de mil seissentos setenta e nove estava o Sinado Saá (APEC, 2006, 03).

Deixamos a grafia que se encontra no documento, Livro I, o qual apresenta as doações de sesmarias na ordem obedecida pela catalogação de 1920. A que aparece na citação é a segunda nessa ordem. Os solicitantes eram moradores do Rio Grande do Norte, criadores de gado que se diziam necessitados de terras para a pastagem de seus animais, terras essas não mais disponíveis em abundância nessa Capitania.

Nossa atenção se dirige a dois pontos. O primeiro é a escolha da área próxima ao Rio Jaguaribe, dando conta da importância desse recurso natural para a permanência das áreas solicitadas, e o segundo é a proximidade da localidade com a Capitania de origem dos requerentes – situação favorável à obtenção de ajuda caso houvesse um confronto com os nativos.

Com relação às sesmarias⁴³, escreve Mauricio de Almeida Abreu (2014):

(...) Com a expansão marítima portuguesa, o instituto da sesmaria foi transposto para as conquistas (como, de resto, toda a estrutura jurídica lusa). Grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro, é impossível entender o período colonial sem que se faça referência ao sistema sesmarial, que só foi abolido às vésperas da Independência. Todavia, seu impacto sobre a estrutura fundiária do país faz-se sentir até hoje (ABREU, 2014, p. 269).

Nas sesmarias, na vastidão de terras que se concentravam algumas delas “as concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente das terras que desejavam para si” (LIMA, 2002, p. 42).

O autor Ruy Cirne Lima (2002) apresenta a “influência dominalista”⁴⁴ com as doações de verdadeiros “domínios régios”, algo que entrava em choque com o que estava estipulada na lei de concessão sesmarial. Tal particularidade verificada na América portuguesa gera um “estatuto autônomo” para atender a essas peculiaridades. O Alvará de 05 de outubro de 1775, por exemplo, atribuía a responsabilidade das concessões aos “governadores e capitães-

⁴³ Para uma melhor compreensão destas (sesmarias), consultar Lima, Ruy Cirne. *Pequena História do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Goiânia: Ed UFG, 2002.

⁴⁴ As terras eram doadas para quem já as possuía. O regimento do primeiro governador-geral especificava que: não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que “boamente e segundo sua possibilidade vos parecer que poderá aproveitar”. Mas tal restrição permaneceu letra morta. (p.248)

gerais” pela demora com as documentações enviadas ao reino e do parecer com a autorização do rei, mas também pela pressa que se tinha de expandir as áreas habitadas por colonos. No emaranhado de terras sobrepostas, pela dificuldade das medições e de um controle mais efetivo do que havia sido doado, aparecem os primeiros povoados, ainda incipientes, e, com eles, as pequenas vilas que se apresentam em fase adulta como cidades.

Aroldo de Azevedo (1956) revela em *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* que nem sempre a elevação a vila ou a cidade no século XVIII expressava a existência de um aglomerado que justificasse a mesma. Em seu trabalho, Azevedo (1956) apresenta quadros – divididos por séculos, do XVI ao XIX – das criações de vilas e cidades. O Ceará aparece nesses somente no século XVII, no ano de 1700, com a criação da vila de “São José de Aquirás”. No século XVIII, com a denominação “região Nordeste”, aparecem vinte e oito vilas criadas; dessas, um pouco mais de 46%, treze vilas no total, estavam no Ceará. As demais se dividiram entre Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, tendo em vista que Sergipe e Bahia se enquadravam, de acordo com o autor, na região Leste. BA e SE com o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e as Minas Gerais. O atual Estado de São Paulo ficava pela classificação empregada na região Sul. No século seguinte, XIX, das dezessete vilas elevadas apenas quatro ficavam no Ceará.

Fazendo um quadro das informações apenas para a região Nordeste, ficamos assim:

Tabela 3 – Quantidade de Vilas Criadas na “Região Nordeste” entre os séculos XVII ao XIX (1822)

Capitanias	Séculos			Total
	XVII	XVIII	XIX (Até 1822)	
Pernambuco	1	1	6	8
Rio Grande do Norte		3		3
Maranhão	1	3	3	7
Paraíba		4	1	5
Piauí		2		2
Ceará	1	13	4	18
Alagoas	3	2	3	8
Total	6	28	17	

Fonte: Realizada com base no trabalho de: AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras USP, 1956.

Com a montagem da **Tabela 3**, ficam evidentes que as elevações de vilas são maiores para os três séculos, no Ceará. Mesmo que havéssemos incluído nos cálculos o século XVI a situação permaneceria a mesma, pois nele apenas três vilas foram apresentadas pelo autor: duas delas, Igarauçu (1536) e Olinda (1537), em Pernambuco, e por fim a vila de Natal, na Capitania do Rio Grande do Norte. A concentração maior, com treze vilas, se encontra no século XVIII, porém quando estivermos debatendo especificamente a Capitania do Ceará vamos apontar alguns elementos para a sua compreensão. Essa comparação com as demais não se aplica à Bahia, que nos séculos apontados por Azevedo (1956) aparece com quarenta vilas.

Com relação a Pernambuco, Andrade (1998) comenta:

Chegando a Pernambuco, tratou Duarte Coelho de conquistar a terra ao gentio, fundando, em 15 anos, duas vilas – Iguarassu e Olinda – e cinco engenhos, um dos quais de sua propriedade. Teve de manter árdua luta, desde que os tabajaras e caetés, insuflados, às vezes, pelos franceses, hostilizavam constantemente o donatário. Daí afirmar o cronista Rocha Pita que o terreno que fora concedido a léguas foi conquistado a palmos, e queixar-se o donatário ao rei, em uma de suas cartas, que se achava “gastado, pobre e endividado” (ANDRADE, 1998, p. 60).

O processo de expugnação não era fácil: os nativos eram um obstáculo aos avanços dos colonizadores e o relato de Andrade (1998) vai se somar a outros tantos, como o que aparece sobre a vila de Aquiraz, no Ceará, no artigo “A Primeira Villa da Província: notas para a História do Ceará”, publicado na *Revista do Instituto do Ceará – RIC* (1887), de autoria de J. B. Perdigão de Oliveira, que traz depoimentos de outros pesquisadores, divergentes ou não, na intenção de comprovar o ano da fundação da respectiva vila. Uma história segundo o autor repleta de controvérsias:

O ilustre Sr Dr. Pedro Theberge, de saudosa memória, a pagina 182, tomo 1º de seu “Esboço Histórico sobre a província do Ceará” diz ser crença geral que a povoação do Aquiraz foi elevada a Villa no primeiro anno do século passado. Confessa ignorar a época certa de sua criação, mas acrescenta que adquiriu a certeza de que em Maio de 1700 já funcionava o Senado, pois que a 15 do dito mez representava ao Monarcha que os moradores do termo muito sofriam dos roubos de gados que lhe faziam os gentios bárbaros. (OLIVEIRA, 1887, p. 106).

A vila de Aquiraz é a primeira vila do Ceará, povoação elevada no início do século XVIII. Nos Mapas elaborados por Azevedo (1956), dando conta da espacialização do processo de conquista luso das terras na América portuguesa, dividido por séculos, a localidade de Aquiraz aparece representada já no segundo mapa, referente ao XVII. Vamos optar por expor esses documentos, trazendo uma visualização mais precisa dos territórios

expropriados, da realização de feitorias e do surgimento das áreas de maior concentração populacional. Lembramos que o destaque de nossa argumentação se concentra na região Norte, que o autor toma por Nordeste. Fica a expectativa de que a utilização dos dois nomes não confunda nosso leitor.

No século XVI, a área povoada se limitava à orla litorânea, partindo do Rio Grande do Norte e chegando a São Paulo – eram os *aglomerados urbanos marítimos* (AZEVEDO, 1956). Tal localização era estratégica para o contato com as naus provenientes do Velho Mundo. Da metrópole portuguesa vinham os tecidos, os mantimentos, as especiarias, as armas, a munição, as sementes, as ferramentas para o trabalho na terra, os animais de criação e as informações do reino, o que colocava a opção de adentrar ao sertão nada atrativo. Era, de fato, um risco, verdadeiro lançamento da sorte de encontro a diversos perigos, afinal não se sabia ao certo onde encontrar água, com quais tipos de animais peçonhentos se deparariam, quais os grupos indígenas estavam pelo caminho e em que momento se daria o confronto.

Quanto mais longe da faixa litorânea a Mata Atlântica se fechava imponente, não dando margem para saber ao certo o que lhes esperava pela inexistência de caminhos transitáveis. Em outros momentos o relevo irregular também se colocava como uma barreira natural que dificultava o acesso e afastava os colonos. Em decorrência disso, esse desconhecido era ornado com histórias fantasiosas que povoavam a cabeça dos europeus. Aqui começamos a responder uma das perguntas realizadas no início desta seção, de que as formas de exploração, as entradas, tanto para o reconhecimento como para a posse não se deram no mesmo período, no mesmo movimento, em partes pelas dificuldades que expusemos.

A Colônia com as descrições de Azevedo (1956) aparecem representados pela **Figura 8** retirado do trabalho do autor, a única alteração feita no mesmo foi pela opção de reescrever a legenda que aparecia desfocada e de impossível compreensão e leitura. Porém enfatizamos que não se realizou nenhuma mudança do que aparece no original.

Figura 8 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XVII

Fonte: AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras USP, 1956, p.26.

O mapa do século XVII mostra uma evolução das áreas desbravadas. É o caso das terras mais adentro da região Norte, onde o Ceará aparece pela expansão das áreas de fronteira do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco mostrando que a conquista da Capitania vai se dando do Leste para o Oeste. Ainda no mapa é possível verificar o início do avanço em direção à Amazônia, Minas Gerais, Goiás e, igualmente, em direção ao Rio Grande do Sul, em partes do Mato Grosso e do Paraná.

A área mais escura é onde se concentra a população pela disposição de vilas e cidades, tudo ainda muito preso ao litoral; no entanto a área hachurada do mapa se desprende da zona litorânea e mostra um trânsito de pessoas nas terras mais adentro. Nessa época a cidade de Salvador, capital da colônia, não encontrava quem a *fizesse sombra*, isso até a metade do XVIII, como nos descreve Azevedo (1956, p. 29): “Teria uma população de uns 8.000 hab. brancos, além de alguns milhares de negros e índios, cerca de 2.000 casas, 12 grandes igrejas; seria grande o número de seus negociantes (portugueses na maioria) e a gente rica da cidade, (...)”.

A sua riqueza vinha do açúcar e das trocas realizadas com Minas (Minas Gerais): recebiam ouro contrabandeado e repassavam alimentos, gado e escravizados. Contudo voltando ao mapa, no Norte o destaque também aparece para Olinda, Paraíba e São Luís, ambas especificadas na legenda por cidades. A última delas, São Luís no Maranhão, chegou a ser sede do governo independente do Estado do Brasil. Bahia deveria ser mesmo opulenta. Charles R. Boxer (2000) a apontava como a segunda cidade do império português, superada apenas por Lisboa, sede dos governadores-gerais e vice-reis, e do primeiro arcebispado na colônia (1675). Para o autor uma das melhores descrições da vila era a de William Dampier, que esteve ali entre abril e maio de 1699:

A vila propriamente dita consiste em cerca de duas mil casas, a maior parte das quais não pode ser vista do porto, porém, as que aparecem, com grande mistura de árvores entre elas, e todas colocadas sobre elevações, formam uma perspectiva muito agradável. Aqui vive um arcebispo, que tem belo palácio na cidade, e o palácio do governador é um bom edifício de pedra, e do mar causa boa impressão, embora por dentro o mobiliário não mostre requinte algum. Tanto espanhóis como portugueses, em suas colônias no exterior, como observei geralmente aqui, gostam de ter casas grandes, mas não se interessam pelo mobiliário, a não ser no gosto pelos quadros que aparecem em alguns deles. As casas da vila têm dois ou três andares, com telhados cobertos de telhas curvas. E muitas delas têm sacadas. As ruas principais são grandes, e todas pavimentadas ou cobertas com pedregulho. Há também passeios públicos nos lugares mais notáveis da vila, e muitos jardins, tanto dentro como fora da cidade, e ali são cultivadas árvores frutíferas, plantas medicinais, verduras para saladas e flores em grande variedade, mas arranjada sem grande ordem ou arte (BOXER, 2000, p. 155).

Essas descrições, atreladas ao mapa acima, do século XVII, trazem a dimensão de como a colonização avançava, mas também de como se estruturavam esses locais, como se dava sua organização, como viviam, como sobreviviam os seus habitantes. A intenção não é trazer uma evolução histórica que aponte como as feitorias instaladas no litoral chegaram a se tornar vilas, ou cidades, algo que demandaria tempo em virtude da quantidade de vilas, afinal no século XVIII foram criadas 118 vilas, além de fugir a proposta do trabalho. No entanto ensaiaremos uma discussão aproximada a partir da exposição de alguns apontamentos, de características, como as que iniciamos com a Vila de Salvador, que no texto e nos relatos apareceu pelo nome de Bahia. As próximas serão apresentadas em seções adiante cadenciadamente ao longo do texto (Olinda e a Aquiraz, em Pernambuco e Ceará respectivamente).

No mapa anterior, ao contrário do que vamos observar no do século XVIII, as moradias aparecem afastadas do litoral. Percebe-se claramente o assenhoreamento que margeia o rio São Francisco. Deduzimos pela exposição de Azevedo (1956) de que se referem à expansão da atividade pastoril (as fazendas de gado) que tomam os fundos territoriais e deixa à mostra as vilas "bocas de sertão", aquelas conhecidas por uma fixação mais adentro, distantes da zona litorânea. São exemplos no Ceará, as Vilas do Crato e Viçosa do Ceará.

Vamos nos ater aos mapas (**Figura 9** e **Figura 10**), pois esses estão dentro do recorte da pesquisa (1750 – 1822), o primeiro deles mostrando o século XVIII e o último o século XIX, exatamente o intervalo entre os anos de 1801 a 1822.

A partir deles as discussões dos tratados e das frentes de apropriação do território que trabalhamos no primeiro capítulo podem ser mais satisfatoriamente espacializadas. Não vamos retomar os debates travados ao ponto de nos tornarmos redundantes, porém recorreremos a algumas ideias que nos ajudarão a responder as perguntas lançadas neste segundo capítulo.

Antes apontamos que o mapa anterior representado na **Figura 8** não é irrelevante para o entendimento de nossa análise por estar fora da marcação temporal pensada para a investigação, ou seja, os séculos XVI e XVII, como talvez possa induzir, ao contrário, esses nos trazem uma dimensão maior do processo que vai se desencadear na segunda metade do XVIII; em outras palavras, coloca em evidência a marcha de apropriação e expropriação das terras indígenas, nos permite visualizar como as políticas pensadas para a colônia se territorializaram e vão no decorrer dos séculos tomando corpo, além de nos apontar com maior precisão o conhecimento das áreas que Portugal possuía.

Observando o mapa de Azevedo (1956), **Figura 9**, mais especificamente para a chamada, *região baiano-pernambucana*, de maior concentração urbana já no XVII, concorda o autor com Fernando de Azevedo (s/d, p. 68), em citação: “o XVIII foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte, e do movimento nas bandeiras no sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terra”.

Nesse século apenas três cidades foram criadas. São elas: São Paulo (1711), Mariana (1745) e Oeiras (1761), as duas últimas forjadas por interesses que fugiam às demandas imputadas pela Coroa: a cidade de Mariana, por exigência da Igreja que a desejava sede de Bispado; e a cidade de Oeiras, por querer do Marquês de Pombal. O século XVII termina com apenas 10 cidades e uma acentuada conquista da Amazônia e do Planalto Central que agora já apresentam “aglomerados urbanos”, utilizando a expressão do autor.

Esse declínio do patriarcalismo rural se encaixa com o que chamamos anteriormente de “transferência do poder”, isso quando falamos sobre a perda da influência da região Norte nos primeiros anos do XVIII, a partir de uma descentralização de capitais que serão remanejados para outras regiões – no caso, o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

É o que nos confirma adiante o autor:

(...) deslocara-se para o Leste brasileiro o eixo econômico, social e demográfico da então Colônia, graças ao ciclo do ouro e das pedras preciosas, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro, em virtude de contingências inevitáveis, o centro da vida colonial, em detrimento da cidade de Salvador. Nenhuma atividade econômica teve maior influência na criação e no desenvolvimento das cidades do interior e, portanto, na produção do fenômeno urbano (...) (AZEVEDO, 1956, p. 47).

O que vai ligando-se a descrição de Azevedo (1956) na análise ao mapa é a parca urbanização de Pernambuco, com um século apenas a criação da vila de Recife. Uma situação que necessitaria de um estudo pormenorizado que levantasse junto aos argumentos tratados pelo autor de transferência de poder outros que descrevessem os motivos da priorização de urbanização de diferentes áreas frente à mesma.

Figura 9 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XVIII

Fonte: AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras USP, 1956, p.59.

Fica, assim, evidente o descompasso de Pernambuco quando comparamos com outros pontos do território, ou seja, outras Capitâneas, e em específico à do Ceará, que, como vimos anteriormente nesse período, século XVIII, teve 13 vilas criadas – Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande (1726), Icó (1736), São José de Aracati (1747), Soure (1755), Mecejana (1758), Vila Real do Crato (1758), Porangaba (1759), Vila Nova de Arronches (1759), Vila Viçosa Real d'América (1759), Monte Mór o Novo da América (1764), Sobral (1773), Granja (1776) e Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim (1789). Pelas datas, é lícito dizer que nove delas foram instituídas no reinado de D José I (1750 – 1777), o que para nós revela uma estratégia geopolítica sobre aquele território não vislumbrada no século anterior.

A observação acima suscitou uma ligação com a afirmativa desenvolvida por Clovis Ramiro Jucá Neto (2007), no terceiro capítulo de sua tese, pois nele desenvolve um debate sobre a “Pouca importância do território cearense”:

A situação de abandono e descuido, tanto do território como do espaço de suas vilas, feriu os olhos não apenas do engenheiro lusitano como de vários ouvidores e capitães mores do Ceará durante o século XVIII. Em seus relatórios e memórias, o tema era recorrente e muitas vezes desanimador. Quase invariavelmente, os representantes do Governo português atribuíram o estado manifesto ao pequeno patrimônio das câmaras. O único dividendo comercial que possuíam era o contrato da carne, nem sempre arrematado. Além disso, a Capitania cearense ficou anexa à de Pernambuco até 1799, fazendo com que os lucros em torno da atividade da pecuária ficassem, em sua maior parte, no litoral açucareiro e não na zona sertaneja (JUCÁ NETO, 2007, p. 45-46).

Essa descrição da situação das vilas do século XVIII, como gostaria de frisar, é um atributo utilizado pelo autor para justificar a afirmação feita em seguida, qual seja: “As razões do abandono [das vilas] estão diretamente associadas a pouca importância do território cearense para a Coroa Portuguesa, se o comparamos com o das outras Capitâneas” (JUCÁ NETO, 2007, p. 46).

Se compararmos com as outras Capitâneas, ação que realizamos acima, no tocante a quantidade de povoados, como falar de desimportância de um território onde se criou treze vilas? E, mais uma vez, como tratar uma irrelevância do Ceará quando comparamos a Capitania da qual era subjugada, Pernambuco, com apenas uma vila erguida durante todo o XVIII?

Obviamente o autor desenvolve uma linha de raciocínio para fundamentar a assertiva, e nós retornaremos a esse ponto mais tarde, quando estivermos realizando nossa inquirição. Agora deixaremos as duas perguntas “sem resposta” para reflexão.

O segundo aspecto, que passa da atuação da região Norte, mas de alguma forma ainda se encontra ligada a esta pelas relações econômicas estabelecidas, é a urbanização da região Leste – aqui estão Bahia e Rio de Janeiro – que vai sobrepor à região Sul, onde fica situada a vila de São Paulo, área de pujança no século XVII.

Para Azevedo (1956), esse declínio – referente à urbanização – apresentado em solo paulistano, em parte pode ser justificado pelas sucessivas levas de homens que partiam em busca de metais preciosos no planalto.

Para fechar os discursos do XVIII, uma tabela com a população de Pernambuco e suas subalternas.

Tabela 4 – População da área monopolizada pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1762-1763)

	Fogos	Escravos	População Livre	População Total
Pernambuco	16.711	23.299	66.810	90.109
Rio Grande	5.570	4.499	18.806	23.305
Paraíba	8.393	9.293	29.865	39.158
Ceará	4.202	2.128	14.882	17.010
Total	34.876	39.219	120.363	169.582

Fonte: RIBEIRO JÚNIOR, José. Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Parahyba, 1759-1780. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 72.

A partir da **Tabela 4**, podemos observar a diminuta população escrava na Capitania do Ceará em relação à população escrava das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e até mesmo o Rio Grande do Norte, com o dobro da sua. Não temos como saber quanto dessa população escrava é composta por índios, no entanto os dados da tabela são realizados após a divulgação da legislação que impedia o cativo indígena, o que nos leva a crer que se tratava em maioria de escravizados africanos. A partir dos números podemos deduzir que a mão de obra escrava africana esteve presente no Ceará apesar de não constituir a base produtiva da maior parte dos criatórios de gado e das oficinas de salga.

O mapa, **Figura 10**, desta seção exterioriza um território desprendido de Portugal com a instalação do Império. Existia no ano de 1822, segundo os estudos de Azevedo (1956), um total de 12 cidades e 213 vilas, estando as maiores concentrações no Nordeste [Norte] com 54 unidades, e na Região Leste com um total de 85. Nosso texto tentou enfatizar como ocorreu

este deslocamento de jurisdição do Norte para a região Leste⁴⁵. Dito de outra forma, tentamos enfatizar como ocorre essa transição do poderio da Bahia que já exercia uma pujança sobre Pernambuco para o Rio de Janeiro, e como para isso contribuiu a descoberta e exploração de metais preciosos em Minas. Porém não podemos deixar de relatar que com a diminuição da extração do ouro outros fatores entram para dar continuidade a esse processo. Estamos nos referindo ao ciclo do café, da chegada da família real e da abertura dos portos (1808) às nações amigas.

Nesse período, século XIX, a situação de Pernambuco é diferente da encontrada no XVIII, com a criação de seis novas vilas: Flores do Pajeú (1810), Cabo de Santo Agostinho (1811), Limoeiro (1811), Pau d'Alho (1811), Santo Antônio (1811) e Simbres (1817). Essa conjuntura nos leva a crer na participação dos governadores locais na elevação de vilas e cidades no período colonial, como aponta Azevedo (1956, p. 83), em consonância ao uso das palavras do sociólogo Oliveira Viana (s/d): “Fundar povoações e, depois, erigi-las em vilas era um título de benemerência dos governadores coloniais, um serviço prestado ao Rei. (...) Assim conclui que o objetivo desses governantes coloniais consistia em reunir os moradores dispersos nas extensas glebas de terra, o que nem sempre era conseguido sem a prática de violência”.

Mas qual o motivo que leva o autor a enveredar por essa linha de investigação, ou seja, a aceitar a influência dos administradores na concepção desses lugarejos? A nosso ver dois fatores estariam associados e passam eles por uma constatação que Azevedo (1956) realiza durante todo o texto: de que muitos povoados eram insignificantes para ser elevado a vila e até mesmo a cidade, para tanto aponta alguns exemplos e os da região da Amazônia para nós são os mais emblemáticos por apresentarem uma população bem rarefeita.

⁴⁵ Reforçamos que no Norte enquadrados a Capitania da Bahia até o entorno de Salvador, região que na divisão de Azevedo (1956) está para fora do que o mesmo chama de região Nordeste. Essa área de influência que falávamos se concentrava em Pernambuco e na Bahia, mas precisamente em Olinda e Salvador. Quando falamos desse deslocamento de área de influência para o Leste, estamos na verdade falando do Rio de Janeiro, que nesse trabalho em específico, Vilas e Cidades do Brasil Colonial, aparece como parte desta, ou seja, da região Leste.

Figura 10 – A Marcha do Povoamento e a Urbanização no Século XIX (1801 – 1822)

Fonte: AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras USP, 1956, p.59.

Como sinaliza o autor, e observando o mapa, é possível perceber que a elevação dos povoados em vilas, quando esses não possuíam as mínimas condições para tal honraria, ocorreu em alguns casos. No caso da Amazônia, as vilas foram criadas por conta das necessidades de firmar uma população nas áreas de expansão da fronteira com a América espanhola. É também exemplar a tentativa de tal prática na conquista da Colônia do Sacramento. A Coroa portuguesa mostra essa propensão e tratamos disso quando debatíamos o Tratado de Madri (1750) e a investida a todo custo nas negociações de garantir os territórios pela implantação do *uti possidetis* e não pela distância do “tiro de canhão”, como solicitavam os espanhóis. Como estratégia geopolítica utilizada pelos portugueses havia as vilas “boca de sertão”, situadas distantes da zona litorânea, ultrapassando as áreas que aparecem hachuradas nos mapas e margeiam os locais de adensamento populacional. Sem mais, é preciso dizer que na época dos acordos de Madri o Reino português, como uma de suas táticas de jogo, blefou com os espanhóis, pois, e insistindo no exemplo da Amazônia, aquela porção do território vislumbra a primeira vila em 1758, portanto a área em amarelo que aparecia no *Mapa das Cortes* não estava ocupada efetivamente pelos portugueses como estes sustentavam.

Antes que pensem que defendemos que as vilas são criadas logo que os primeiros colonos pisam naquele solo, afirmamos o contrário. Evidente que não era algo de imediato, mas também não era fruto do acaso, ou simplesmente por uma contagem pautada em números de população e benfeitorias.

Sim, no início existia uma instalação insipiente e com o passar dos anos dali saíam trocas e um tacanho comércio que avançava. Os desdobramentos disso apareciam nas construções, nas vias de comunicação, das estradas.

Enfim, a leitura de Azevedo (1956) nos permite concluir que as elevações de vilas e cidades eram decisões muito mais políticas do que qualquer outra coisa. Em alguns momentos estava em jogo demarcar posição nas negociações dos Tratados de limites entre as Coroas Ibéricas; em outras, era a vez de impedir o contrabando e a invasão das terras pelas rivais nações europeias, ou também, assegurar uma ligação com as áreas mais adentro no interior desse território, capaz assim de criar uma rede de comunicação entre os adensamentos da população colonial e ainda contribuir para uma melhor exploração da colônia, com a extração de metais preciosos quando encontrados, e, por fim, na ampliação do terreno tomado pela agricultura e criação de animais.

A concepção de território era diferente para espanhóis e portugueses. Isso é perceptível diante dos debates que travamos, emergindo ao remetermos novamente aos acordos de Madri,

com o intuito de trazer a tona um dos motivos, ou *o* motivo, da criação das vilas na Amazônia, o que muito dialoga com Moraes (2013):

(...) o território enquanto conceito essencialmente político, diria respeito ao exercício da soberania (no caso, dinastia) sobre um âmbito espacial delimitado em tratados celebrados entre as Coroas ibéricas e ratificados (ou questionados) pelos Estados pós-coloniais. Seria, portanto, o conceito que responderia ao domínio geopolítico (mesmo que apenas formal), projetando a pretensão de controle político-territorial por parte do aparato estatal em construção (MORAES, 2013, p. 123).

Unindo o discurso de Moraes (2013) com o de Cortesão (1984) apud Jucá Neto (2007), o qual remetem às estratégias geopolíticas de Alexandre de Gusmão, temos:

O conceito de território argumentado estava, assim, associado à idéia de se interconectar todas as regiões ocupadas por Portugal na América do Sul. De acordo com Cortesão (1984, p.608), o território, para Gusmão, deveria abranger “terras e campanhas vastíssimas” que alargassem “o Brasil até ao Rio da Prata”. A sua noção não estava restrita à determinação de limites físicos territoriais, a marcação das balizas limítrofes do país, ou ao alcance das balas de canhão. Ela explicita a importância de uma continuidade territorial ligando o litoral, os sertões e as regiões de fronteiras; estendendo, assim, o domínio monárquico o mais longe possível (Ibidem, p.683). O intuito era garantir “uma extensão de terras e de campos” onde se exercesse a “jurisdição” portuguesa, como aferiam, segundo o próprio diplomata, os “mais acreditados autores”. (Ibidem) (JUCÁ NETO, 2007, p. 114-115).

Destarte, é com essa concepção de território, que estimulou a entrada, a conquista de novas terras, a fundação de vilas e que patrocinou o processo de urbanização da colônia, parte integrante da política adotada pelos colonizadores, que vamos delineando, dentro de um contexto maior, o Norte da América portuguesa. Precisamos ainda somar outros elementos para melhor o compreender.

2.2. A produção que não era somente Cana-de-açúcar

Desde as doações das sesmarias, as terras de maior fertilidade, na proximidade de fontes de água, estavam reservadas aos que desejavam se dedicar aos engenhos. A economia açucareira recebia a proteção da Coroa em formas de isenções fiscais e o cancelamento de dívidas era realizado para estimular aqueles que desejavam aderir ao lucrativo empreendimento colonial. Entretanto, com a emancipação do Brasil (1822) e, consequentemente, com a ruptura do antigo sistema colonial, a força das classes senhoriais

latifundiárias construída pelo açúcar declina diante de novas conjunturas econômicas internacionais e também locais. Eram as novas posturas mercantilistas, o avanço da acumulação primitiva de capital que redirecionava interesses e incorporava uma política de valorização territorial em áreas antes não incorporadas.

Depois de uma história de cumplicidade, os donos de engenho se vêem ameaçados pela diminuição dos lucros como tratamos anteriormente, isso em parte pela queda dos preços do açúcar no mercado mundial, em virtude da concorrência com as Antilhas, um cenário que se configurava desde a proliferação de pequenos engenhos construídos em outras Capitanias, como por exemplo no Rio de Janeiro, para garantir a produção que poderia ser comprometida com a invasão holandesa em Pernambuco, pela mineração e também, no século XIX, pelo sucesso com a nova experiência agrícola, o cultivo do café. Este último atuou como agente modificador das relações de poder na América portuguesa, permitindo mais uma vez a emergência de novas áreas e de novas lideranças políticas e econômicas.

Retomamos esse ponto para ressaltar que trataremos desses em pormenores, ainda na busca de particularizar esse Norte, agora pelo viés da produção. Partimos dos engenhos, mas adiantamos ao leitor que não pararemos nele. O título também aparece nesse intuito de desmistificar uma monocultura imperante e autosustentável.

A experiência insular através da criação de lavouras de gêneros tropicais foi utilizada pelos donatários no litoral, dando início a um processo violento de expropriação de terras, de extermínio e de aprisionamento de indígenas, a favor do plantio de cana-de-açúcar, que se espalhou em parte financiado pelo capital estrangeiro, destinando-se o açúcar produzido ao abastecimento do mercado externo.

O professor Manoel Correia de Andrade (2004), sobre a ocupação pela produção açucareira, comenta:

(...) o processo de ocupação liderado pela produção açucareira foi um empreendimento inteiramente capitalista, de vez que, pela primeira vez, se fazia investimentos maciços de capitais na agricultura e se voltava à economia agrícola para o mercado. (...). Daí admitirmos, como Caio Prado Júnior, não se pode aceitar que o Brasil tenha tido, no período colonial, um modo de produção feudal do tipo Europeu, mas uma formação econômico-social capitalista que procurava maximizar a acumulação primitiva, destruindo a natureza, escravizando e dizimando as tribos indígenas e desenvolvendo o tráfico de escravos, o tráfico tinha grande importância econômica, sendo um dos mais importantes negócios da elite colonial, por isso ele seria mantido até os meados do século XIX (ANDRADE, 2004, p. 32-33).

Andrade (2004) coloca uma querela antiga entre aqueles que estudam o período colonial e com ele a produção açucareira. Estamos nos referindo à tentativa de identificar, de

classificar esse período dentro de um modo de produção. E inevitavelmente entramos no embate entre feudalismo e capitalismo, algo que não vamos potencializar aqui e o motivo é a postura de entender o engenho pelo debate da *manufatura* realizado em Marx, e o processo de *subordinação formal* e *subordinação real* do trabalho ao capital, procedimento este que vislumbramos no texto de Theo Santiago (1980), em *A Manufatura e o Engenho de Açúcar no Brasil Colonial*:

O principal traço distintivo da manufatura consiste no aparecimento do *trabalhador coletivo* através da cooperação. O produto final que antes era alcançado por um só trabalhador agora depende do trabalho cooperativo, tornando-se então obra de um trabalhador coletivo. Ainda que o processo de trabalho continue, tal como no artesanato, ainda dependendo diretamente do trabalhador, e portanto sendo por ele, até certa parte controlado, o produto final não é mais individualizado, torna-se o resultado, nas palavras de Marx, do entrelaçamento de trabalhos isolados (cooperação simples) ou de operações complementares que apenas o seu conjunto dá lugar a um produto acabado (cooperação complexa) (SANTIAGO, 1980, p. 199)

A *subordinação formal* do trabalho ao capital é o processo em que acontece a inserção do trabalho ao processo de valorização do capital por meio da obtenção de mais valor absoluto. Esse acontece em duas vias: primeiramente na cooperação, que é a forma de organização do trabalho em processos combinados, permitindo um aumento da força produtiva social e uma maior exploração do mais trabalho para reprodução e acúmulo do capital; na continuidade desse processo chegamos à manufatura, que é a forma clássica da cooperação e da qual a *subordinação formal* é característica.

A *subordinação real* do trabalho ao capital, por sua vez, é o processo em que o trabalhador não controla mais o seu método de trabalho, ou seja, não mais existe a união deste trabalhador com os meios de produção. Como fruto desse trabalho, a produção de mais valor relativo e por consequência a intensa alienação do trabalho, com a subjugação do trabalhador a máquina. Aqui ocorre uma inversão dos papéis com a personificação da máquina e a coisificação do trabalhador (MARX, 2013).

A divisão do trabalho aparece com a cooperação e com ela o trabalhador indireto, uma espécie de supervisor, aquele que colocaria em harmonia as atividades, responsável por monitorar a fragmentação das tarefas. Por outras palavras, a cooperação constitui a essência da divisão manufatureira do trabalho (SANTIAGO, 1980), e aqui o trabalhador parcial⁴⁶ não

⁴⁶ A divisão manufatureira convulsiona o elemento subjetivo do processo de trabalho, gerando o trabalhador parcial, como sinaliza Marx (2013): A manufatura produz, com efeito, a virtuosidade do trabalhador detalhista, quando, no interior da oficina, reproduz e leva sistematicamente ao extremo a diferenciação natural-espontânea dos ofícios. (MARX, 2013, p. 414)

produz mercadoria: é o produto comum dos trabalhadores parciais que se converte em mercadoria. Todavia dizemos que ocorre a subordinação formal do capital e não a sua subordinação real. Nesse sentido, Marx (2013), resume bem o que estamos debatendo:

O modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até o ponto em que passam a construir meras operações parciais e mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado, portanto, a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente, por outro ela combina ofícios que até então eram separados. Mas seja qual for seu ponto de partida particular, sua configuração final é a mesma: um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos (MARX, 2013, p. 413).

Assim, essa cooperação também pode ser compreendida por uma combinação de ofícios que, espacialmente dispersos, aumentavam o tempo da produção. A associação deles gera uma redução do tempo de trabalho e um acréscimo da força produtiva. Marx (2013) nos aponta o exemplo da carruagem, e nós vamos ao funcionamento dos engenhos. Dessa forma retomemos alguns pontos da citação de Andrade (2004), que concatena a instalação das “fábricas de açúcar”⁴⁷, a destruição da natureza, a escravização e massacre de nativos e africanos, o que nos lembra que a “chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX, 2013, p. 786), mas ao contrário do que possa parecer esse processo de separação é perverso, visto que “os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (ibidem, p. 786).

Desse modo, para reaver mais rapidamente os altos capitais – empregados nas áreas de engenho para cultivar a cana-de-açúcar e produzir o açúcar – observa-se uma forma de acumulação primitiva que estimula o comércio e a entrada na América Portuguesa de escravizados negros do continente africano, além do aprisionamento dos indígenas submetidos também à escravidão. Estes últimos, com o auxílio de missionários, foram reunidos em aldeamentos localizados em pontos estratégicos para futuro recrutamento aos postos de trabalho. A monocultura do açúcar favoreceu a concentração das terras nas mãos de alguns proprietários, representantes dos interesses da Coroa portuguesa.

⁴⁷ Expressão utilizada por André João Antonil em seu livro *Cultura e Opulência do Brasil: por suas drogas e minas* (1965).

Como afirma Mattos (1994):

(...) A colonização implicava a intervenção direta no âmbito da produção, e a grande lavoura da cana-de-açúcar seria sua primeira efetivação; uma produção subordinada aos interesses mercantis, uma estrutura de produção que conferia o sentido da colonização (MATTOS, 1994, p. 19).

A colonização precisava ser lucrativa, necessitava se sustentar, tendo em vista que, como vimos no primeiro capítulo, a metrópole portuguesa não gozava de uma situação financeira estável capaz de subsidiar a empreitada colonizadora, e existia uma comparação com a América espanhola e os seus metais preciosos. Portanto a ordem era explorar, praticar a pilhagem de forma indiscriminada, e os que aqui chegavam estavam impregnados dessa ideologia; e se a primeiro momento as doações de sesmarias não eram realizadas a qualquer indivíduo português, era pela necessidade de trabalho e investimento na terra, desde proteção até produção, logo depois muito vieram, passando a cana-de-açúcar a ser uma realidade, pois existia o terreno, o capital e a mão-de-obra. Sim, uma parte da mão de obra que está nos engenhos de cana recebia pelo trabalho prestado; a outra esmagadora parte era composta de africanos. Estes não eram reconhecidos como trabalhadores e entravam como gastos. Estes homens, mulheres e crianças faziam parte do engenho, contavam como uma engrenagem necessária ao funcionamento do mesmo e logo computado nos gastos da implantação.

A respeito dos engenhos e as relações de trabalho, argumenta Moraes (2000):

Pode-se dizer que o engenho era o empreendimento mais complexo quanto à maquinaria e a organização funcional existente na América de então; era uma *manufatura*, com a divisão do trabalho, instrumentos especializados, linha de montagem, supervisores e etc. Tratava-se, assim, de “verdadeira empresa capitalista” cuja implantação supunha “uma indústria controlada por proprietários de grande poder financeiro. Isso fica mais evidente quando se avalia que não bastavam as instalações (em si já custosas) sem os braços para impulsionar a produção. E o trabalho empregado aqui foi basicamente o do escravo africano, o que elevava significativamente o capital necessário para iniciar as operações. Além da escravaria deve-se adicionar a necessidade de algum pessoal especializado, raro e bem remunerado na colônia. (MORAES, 2000, p. 333-334).

O engenho, pela descrição de Moraes, é o centro da vida econômica da colônia; sua reprodução implicava o funcionamento de todo um sistema subsidiário, com a aquisição de mão de obra, equipamentos e matérias-primas, o que gerava um fluxo de renda para outros setores da economia. A citação de Moraes (2000) nos põe novamente no debate inicial da *subordinação formal* do trabalho ao capital.

Por ora, trataremos do trabalho do pessoal especializado e vejamos a nossa referência inicial, Santiago (1980), e o que este nos tem a dizer:

Já no primeiro capítulo de seu livro, Antonil fornece uma descrição do que seria essa unidade econômica produtora de açúcar no século XVIII, permitindo situar o engenho no complexo do qual faz parte, ou seja, a *fazenda*, a *moenda* e as *fornalhas* e os diversos elementos necessários para o seu funcionamento. Temos dessa forma os traços característicos dessa unidade de produção: relações de produção escravistas dominantes na *plantation* articuladas a relações assalariadas no engenho e subordinadas ao processo de acumulação primitiva (SANTIAGO, 1980, p. 202).

Recorremos à citação para entender esse fracionamento realizado pelo autor entre *fazenda*, *moenda* e *fornalha*, locais onde ocorrem a cooperação de ofícios e a divisão do trabalho. A junção desses trabalhos parciais produziria a mercadoria açúcar e nela a dificuldade de se dizer com firmeza onde se encontra o trabalho de cada indivíduo. Reafirmamos que para o trabalhador (individual) seria impossível manipular todas essas etapas da produção e ao final chegar ao produto da exportação, o açúcar. Mas para dar conta de responder ao nosso interesse, exposto acima, iremos nos atentar à *fornalha*, pois é nesse local da produção que se encontra o trabalhador especializado: o *feitor-mor*, uma espécie de supervisor, é o *trabalhador indireto* que aparece em Marx (2013); o *mestre do açúcar*, uma das funções mais importantes, pois a ele cabia a feitura e a qualidade do açúcar; o *banqueiro*, que trabalhava diretamente com este último ficando na sua responsabilidade o feitiço do açúcar quando de seu impedimento; o *purgador*, que aparece quando o açúcar sai das temperaturas e passa a receber uma técnica para lavagem e secagem com barro, e, por último, na ponta da produção, incumbido de encaixar a mercadoria, o *caixeiro* (SANTIAGO, 1980).

A cana-de-açúcar é colhida nas plantações das fazendas e passa a ser moída na moenda com a ajuda de alguns aparelhos movidos a água ou a tração animal. Aqui a maior parte do trabalho é escravo, a não ser pela presença do que se chama *feitor da moenda*. Este, em contato direto com os escravizados, recebe e regula a quantidade de cana a ser sovada e garante a qualidade do caldo com a limpeza diária da moenda. Depois que passa por essa etapa temos o caldo de cana, que precisa receber o cozimento em diferentes temperaturas e tempos para atingir o ponto, purificar e chegar à consistência de ser encaixado.

Esse trabalho fracionado, meio cadenciado entre escravizados e “homens livres” nos engenhos caminha ao encontro da reflexão proposta por Marx (2013) sobre os “trabalhadores livres” que sinalizamos ainda na primeira parte da tese. Estão os termos entre aspas para realçar que livres esses não eram, pois não tinham os meios de garantir sua subsistência – estes haviam lhes sido retirados pela navalha da acumulação capitalista que os expulsava das

terras comunais. Os recém-chegados da Europa, sedentos por outra oportunidade, só tinham a si mesmo a vender e, ainda assim, por preços bem módicos. Vender a sua força de trabalho a preço simbólico, a sua própria vida aos grandes latifundiários. Sem a mão de obra o empreendimento não se sustentaria, como observa Furtado (2004):

As dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar (FURTADO, 2004, p. 47).

A escravização dos nativos nesse primeiro momento passava a ser uma condição de sobrevivência para a instalação do empreendimento. Era preciso, além de cultivar a terra, tocar as construções e as demais tarefas; logo, os colonos tentavam subjugar os indígenas, economizando o que gastariam em mão de obra para realocar capitais na compra do maquinário trazido da Europa. Porém se esses não se “adaptaram” ao trabalho nos engenhos, coube aos escravizados africanos chegados após esse primeiro momento continuar os trabalhos. Pouco descobrimos pelas leituras o motivo da não adaptação dos índios, o que geraria mais lucros comparado aos gastos com a compra dos seus substitutos. Furtado (2004) inclusive não se aprofunda nesse assunto, mas levantamos a hipótese de que possuindo conhecimento da terra, os índios desapareciam na mata.

A grande lavoura de cana-de-açúcar se desenvolveu no litoral. Pernambuco e os solos de massapé presenciaram seus tempos áureos que insurgem no XVIII tomando uma área que partia do Rio Grande do Norte e se embrenhava canavial adentro no Rio de Janeiro. Uma lucratividade com as exportações não alcançadas pela atividade extrativista em labor durante todo esse tempo, também na zona litorânea. As duas, atreladas ao perverso modelo produtivo, foram responsáveis pelo grande desmatamento praticado na Mata Atlântica. Outra mercadoria abundante na América portuguesa em igual período era o próprio nativo, comercializado entre os colonos e exportado para a Europa: os capitais arrecadados com a sua exportação não garantia a riqueza dos comerciantes comparando as duas acima, mas causou uma devastação nas tribos.

Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital, ou da escolha de uma base geográfica inadequada, encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente tiveram de empenhar-se por todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes

do país que não se transformaram em produtores de açúcar (FURTADO, 2004, p.48).

É o caso de São Vicente, que não possuía condições favoráveis para o plantio dos canaviais. Com a captura e venda dos indígenas, apontamos a terceira atividade produtiva da colônia. É importante salientar essas coexistências e igualmente verificar que o latifúndio conviveu com a pequena propriedade, afinal lançamos uma pergunta anteriormente para tentar romper com a concepção do isolamento das plantações de cana que crescia cercada a uma agricultura de subsistência e a grandes rebanhos. “Nas entressafras eram esses animais colocados em áreas de praias ou, se distantes do mar, em trechos próprios nas grandes propriedades, a fim de passarem o “inverno” sem molestar as plantações, nem criar transtornos às atividades agrícolas” (ANDRADE, 1998, p. 137).

Assim, o criatório de gado, na medida em que se expandia, se afastava do litoral. A necessidade de novas terras e mais águas as empurravam para as bordas das áreas povoadas. Muitos dos donos de engenho se dedicavam à criação de animais, cultivando fazendas em pontos mais isolados. Para ligar essas novas propriedades às suas casas nas vilas se abriam estradas – os antigos caminhos indígenas, uma parte delas. “Nos primeiros tempos, a criação de gado foi uma atividade a que alguns se dedicaram com espírito demasiado independente para se submeterem à hierarquia social rígida da civilização açucareira; como não dispunham de capital para montar engenhos, (...)” (ANDRADE, 1998, p. 137). O fato é que o animal criado solto próximo às ribeiras dos rios possibilitava o conhecimento de locais inexplorados e estimularam novas entradas à procura de melhores pastos, terras que haviam sido deixadas a primeiro momento fora da colonização: os fundos territoriais.

Os fundos territoriais foram “a ferro e fogo” progressivamente conquistados a partir do final do século XVII, de forma e em momentos diferentes, devorados pelos interesses de posses e de poder. Florestas e homens sucumbiram ao mesmo tempo em que as distâncias eram vencidas e as terras passavam a conhecer os seus novos “donos”: o gado. Um “novo mundo” – melhor dizendo, o *nordeste novo*, de que nos falou Magnoli (2003) quando apresentávamos as frentes de apropriação do território – gestado pela violência e pela força da economia colonial em expansão, as estratégias geopolíticas adotadas pela Coroa portuguesa a estimulavam a conquista da área, seja com a elevação de povoados em vilas – no Ceará tivemos 18 vilas somente no século XVIII, como debatemos anteriormente –, seja na doação de sesmarias para garantir o rentável negócio de criar e comercializar gados, tendo em vista que os pedidos se concentravam para os rebanhos, como mostraremos no terceiro capítulo (LIMA, 2009).

A criação extensiva, com o gado solto, não requeria grandes cuidados, não necessitava de muitos braços. Por isso nos primeiros tempos, era pequeno o número de escravos na região. A fazenda era quase sempre administrada por um vaqueiro que zelava para que o gado não se extraviasse e não fosse dizimado pelas epizootias. O proprietário vivia geralmente na cidade ou em engenhos da Mata. O vaqueiro providenciava a construção de cacimbas durante a seca e a condução do gado aos bebedouros, assim como cortava as “ramas”, as cactáceas e as macambiras, alimentos que mitigavam a fome do animal nos meses secos, quando não havia mais pastagens. Fiscalizava o gado no campo, ferrava, “assinalava”. Benzia em caso de doença e amansava bois e burros. Às vezes, nas grandes fazendas, havia uma verdadeira equipe de vaqueiros cada um com a sua especialidade, donde a existência do campeiro, do ferrador, do benzedor e do amansador (ANDRADE, 1998, p 139-140).

Como recordamos ao longo da seção, outras culturas e atividades também floresceram, para além do plantio de cana-de-açúcar e do gado. É o caso do cultivo de fruteiras, das roças de mandioca, de inhame, de batata, de milho e de feijão, que conviviam facilmente com os rebanhos. As últimas tinham suas palhas usadas para forragem do gado na escassez de pastos frescos. No baixo e médio São Francisco foram frutíferas as plantações de arroz e cebola que eram enviadas a outras Capitanias; mais êxito alcançaram os produtores de tabaco em Pernambuco e na Bahia e do cacau em Ilhéus, este último com 90% da colheita destinada à exportação (ANDRADE, 1998).

Reforçando nossa proposição, Wehling e Wehling (1994):

Nos séculos XVII e XVIII, sobretudo, existiu produção de alimentos – feijão, arroz, mandioca, hortaliças – para abastecer Salvador e o Rio de Janeiro. As terras do Recôncavo baiano e a orla da baía de Guanabara não produziam apenas açúcar, embora em períodos de alta de preços este pudesse dificultar a produção daqueles. Várias vezes, as próprias autoridades portuguesas tornaram obrigatório pelo menos o cultivo da mandioca (WEHLING e WEHLING, 1994, p. 189).

Mesmo com uma produção interna, que teve seu melhor momento (século XVIII) com o desenvolvimento da região mineradora e a movimentada troca de produtos agrícolas e artesanais que a ligava por conta dessas transações – entrava aqui o contrabando do ouro – ao Pará, Bahia, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e ao Rio Grande (WEHLING e WEHLING, 1994), a dependência ao mercado internacional era indubitável. Todavia esse deslocamento de capitais internos a partir de um consumo da produção não enviada para a exportação permitiu uma circulação monetária e de bens pela colônia.

O autor Jucá Neto (2007) apresenta em seu trabalho de tese uma tabela com os valores de alguns dos produtos exportados da América portuguesa para a sua metrópole no século XVIII.

Tabela 5 – Resumo de tudo o que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal: e do seu valor – Início do século XVIII

Produto	Valor
Açúcar	2 535:142\$800
Tabaco	344:650\$000
Ouro	614:400\$000
Meios de sola	201:800\$000
Pau Brasil	48:000\$000

Fonte: JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Urbanização do Ceará Setecentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati, UFBA: Tese de Doutorado, 2007, p. 182.

Sem dúvida, os valores com a exportação do açúcar superam em muito ao dos demais. Segundo Furtado (2004), a maior parte de toda a renda da colônia estava concentrada em mãos dos donos de engenho. “Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora dos engenhos no transporte e armazenamento” (FURTADO, 2004). Nos cálculos do autor, 2% representaria os gatos com a mão de obra assalariada e os outros 3% seriam gastos na compra de bois, lenhas para as fornalhas e algum eventual imprevisto o que “indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e plantações de cana” (FURTADO, 2004, p. 51).

O segundo lugar, na tabela, ficava com a exploração do ouro, seguido pelo tabaco, meios de sola e a extração florestal. O tabaco foi utilizado como moeda de compra de escravizados na África e viajava para a Europa enrolado em couro de boi, o que coloca a necessidade de se verificar com mais atenção os dados correspondentes à exportação do couro, que podem não ter sido computados adequadamente, tendo em vista que uma parte era vendida entre as Capitanias para os produtores de Pernambuco e Bahia – no cultivo do tabaco – e somente depois ao mercado exterior.

Não aparecem na tabela os dados para o algodão, que no XVIII já dava sinais de competitividade com outras culturas.

Por essa época (segunda metade do XVIII), sob o estímulo proporcionado pela demanda inglesa, começava a difusão da cultura algodoeira de exportação nas colônias nordestinas. A consorciação entre o algodão e o gado deu seus primeiros passos ainda no final do século XVIII, contribuindo para a consolidação de um padrão de valorização das terras do semi-árido. A fundação de Pastos Bons, em 1764, no Alto Parnaíba, assinalou a abertura do caminho sertanejo entre o Piauí e o

Maranhão e o início da fase derradeira de consolidação de uma rede de intercâmbio unindo todo o “nordeste novo”. Em 1770, abria-se o caminho das boiadas entre o sertão do Piauí e Maranhão e o Pará. Na sua obra clássica, Caio Prado Júnior já registrava o notável desenvolvimento da pecuária na área nordestina em meados do século XVIII, quando o gado sertanejo “abastece, sem concorrência, todos os centros populosos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia” (Prado Junior, 1984: 68) (MAGNOLI, 2003, p. 04)

Essa “valorização das terras do semi-árido” de que trata Magnoli (2003) ocorre pela incorporação das mesmas à lógica da acumulação primitiva de capitais. A exportação do que estava sendo produzido nessa área colocava em outras mãos uma parte do capital, antes concentrado com os proprietários dos engenhos. A economia, com a incorporação agora desse poder aquisitivo, estimula o consumo de manufaturas nessas áreas e faz crescer outros serviços, que passavam a sobreviver desses ganhos – é o caso da produção têxtil.

Há algumas particularidades da produção do algodão que “desde 1750 até 1940 foi um dos principais produtos nordestino [Norte] é o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito na disputa as terras e aos braços” (ANDRADE, 1998, p. 143): O algodão era cultivado também por pequenos proprietários e por ter um ciclo vegetativo curto foi associado às culturas de milho e feijão. A produção nesse caso não era grande, mas os custos eram baixos, já que os mesmos não tinham a necessidade de industrializar o produto e seu beneficiamento era feito por comerciantes estabelecidos próximos às áreas de plantio o que também barateava os gastos com transportes, pois eram os comerciantes que após adquirirem a matéria-prima dos agricultores destinavam o produto à exportação.

Na segunda metade do século XVIII, Portugal cria uma inspeção do algodão, o que depois se torna Alfândega do Algodão, responsável pelo exame e classificação dos artigos destinados ao mercado internacional.

Os cronistas que nos visitaram nos primeiros anos do século XIX, Tollenare e Koster, sobretudo, afirmavam que os grandes proprietários de terras, após a abertura dos portos, eufóricos com os altos preços do algodão, organizavam verdadeiras *plantations* deste produto. Cultivavam-no aristocraticamente, como faziam com a cana-de-açúcar. Assim, para o arguto comerciante francês que aqui esteve em 1816 e 1817 a cultura algodoeira era feita nas terras afastadas de 10 a 15 léguas da Capital, havendo proprietários que empregavam de 100 a 150 negros. No Ceará havia até proprietários que dispunham, para a sua cultura, de 300 negros. Poucas eram as despesas com a manutenção dos escravos, uma vez que não davam carne aos mesmos, alimentando-os com farinha e angu de milho, obrigando-os a cultivar a mandioca e o milho, este em associação com a malvácea. É possível que houvesse na época muita caça no Agreste e que o próprio escravo tratasse, nas ocasiões de menos trabalho, de complementar essa alimentação. Admitindo que cada negro produzisse 20 arrobas de algodão por ano e que a arroba valesse, então, de seis a onze cruzeiros, o negro dava um rendimento bem superior ao que daria no trabalho dos engenhos, isto sem levar em conta o desgaste físico que deveria ser maior na açucareira, onde se teria que exigir do negro um trabalho mais árduo, mais pesado.

O que encarecia o produto era o transporte para o porto do Recife através de péssimas estradas, em dorso de animais. Só mesmo a pequena produção dos plantios feitas nas proximidades do litoral deu motivo a que esta cultura fosse empurrada para o interior até os sertões, distante várias léguas do porto do embarque (ANDRADE, 1998, p. 145-146).

A citação de Andrade (1998) confirma esse caráter mais democrático do algodão, no sentido da possibilidade de pequenos proprietários e grandes latifundiários estarem inseridos em sua produção. Outra característica que chama a atenção era a quantidade dos braços escravizados, até 300 comprometidos em uma única fazenda, além da maior lucratividade conseguida com esses em comparação com os dos engenhos, que a nosso ver eram já muito rentáveis. Essa atividade produtiva tendeu a melhorar os ganhos de capitais no início do século XIX, quando se passou a extrair o óleo da semente do algodão e a exportar o produto diretamente para a Inglaterra a partir da abertura dos portos.

Nesse sentido, concluímos indicando que o Norte da América portuguesa não era somente a produção de cana, ou mesmo a criação de gado. No intuito de encontrar resposta à pergunta formulada anteriormente, nos deparamos na verdade com muitas outras atividades que conviveram associadas na região e apontam uma diversidade de culturas e saberes que o trato a terra e as observações ao clima exigiam, fato esses que levaram uma introdução da população de colonos cada vez mais adentro dos fundos territoriais pela procura de melhores terras, das várzeas dos rios, de solos férteis para garantir um aumento de produtividade. Tal aumento de produtividade, seja para o abastecimento local, ou abastecimento regional feito entre as Capitanias – para isso contribuiu as várias feiras em Pernambuco, Bahia e também no Rio de Janeiro, para onde eram enviadas as mercadorias (um exemplo é o gado das Capitanias subalternas despachados às feiras de Olinda para serem comercializados, ou mesmo, em escala maior, os artigos agrícolas destinados à exportação) – fato que pressionou a coroa portuguesa a se fazer mais presente e praticar alguns mecanismo de controle.

A mão de obra encontrava uma variação entre trabalhadores assalariados e escravizados, no entanto não podemos deixar de frisar que o braço escravo foi importante para garantir toda essa narrativa, a da instalação e manutenção dos empreendimentos que partiam do litoral com a cana para encontrar o algodão no sertão semi-árido.

Agradamo-nos da descrição que Moraes (2000) realiza desse período, dessas mudanças correntes que estão se enlaçando e se deslaçando de uma escala maior para uma menor e vice-versa; desse processo de mercantilização da terra que vai se apresentando de formas diferentes para os lugares, para uma mesma nação que tem impacto na produção das mercadorias, nas

relações de trabalho. Trata-se da configuração do sistema mundial de Wallerstein (1974), que vai sendo forjada por cima de outras estruturas já a serviço da acumulação de capital.

Moraes (2000) tende a ser mais claro do que nós:

No campo a renda em dinheiro vai espalhando-se ao lado da prestação em trabalho e do pagamento em espécie, ao mesmo tempo que se generaliza a mercantilização das terras com altos níveis de transferência das propriedades fundiárias. Propriedades alodiais e senhoriais vão ajustando-se a uma mesma dinâmica da vida monetarizada. Avançam o arrendamento e a compra de solares pela emergente burguesia em alguns países, noutros retornam ou reforçam-se os vínculos feudais. O desalojamento de camponeses acirra-se, seja pela concentração da propriedade burguesa, seja pela reintegração da posse senhorial. Enfim, generaliza-se a destinação mercantil da produção agrária, cada vez mais uma produção de valores-de-troca. Em algumas regiões tal móvel estimula o assalariamento e a produção independente, em outras alimenta a retomada da escravidão. O que bem atesta a multiplicidade do quadro (MORAES, 2000, p. 35).

O Norte da colônia era essa heterogeneidade e não a prevalência de uma única monocultura. Logo podemos dizer que estes antigos fundos territoriais não se sustentavam apenas da produção e comercialização da cana-de-açúcar ou do trabalho escravizado dos negros africanos. Deteremo-nos um pouco mais a respeito dos escravizados que foram utilizados nos trabalhos das fazendas de gado, mas também no plantio de uma agricultura que aos poucos vai deixando de ser subsistência para ganhar os portos e outros mercados.

2.3. Os escravizados

No trabalho de pintura, a segunda mão de tinta muitas vezes se faz indispensável. É o que constatamos mesmo em uma tese: retomar alguns pontos para deixar mais claros os posicionamentos defendidos.

Nesse sentido, dialogamos nessa primeira parte com José de Souza Martins (1986) em seu livro *O Cativo da Terra*, em que nos diz:

O primeiro ponto, o ponto de partida, é o de que na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre, sendo essa a sua única e inicial adjetivação. É verdade que o trabalhador livre já era conhecido amplamente na sociedade brasileira, sobretudo porque, por diferentes motivos, muitos negros já haviam sido libertados por seus senhores; sobretudo, porém porque o cativo indígena já havia sido extinto no século XVII, de que proveio uma extensa população de mestiços, definidos desde logo como bastardos, e que vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras geralmente agregados de grandes fazendeiros. Tal precedência não deve ser confundida com o trabalho livre

produzido diretamente na crise do cativo. A presença qualitativa do homem livre na sociedade escravocrata, presença complementar e integrativa, não foi fator da sua desagregação. Na verdade, esse homem livre desagregou-se também quando o mundo do cativo se esboroou, porque a sua liberdade era essencialmente fundamentada na escravidão de outros (MARTINS, 1986, p.12).

Foi o que detectamos quando abordávamos o trabalho nos engenhos, na fazenda de gado e na produção do algodão. Quando Martins (1986) retrata essa situação, coloca-nos a refletir acerca da diferença entre o trabalhador livre e o escravo. O primeiro aparece para substituir o segundo, mas dele não difere, estando também, como bem sinalizou Marx (2013), separado dos meios de produção. Porém se analisarmos sob outra ótica, a diferença aparece, haja vista que o trabalho livre “se baseava na separação do trabalhador da sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado⁴⁸ no proprietário da terra” (MARTINS, 1986, p. 12).

Essas transformações da relação de produção, as diferenciações entre trabalhadores, a cooperação em alguns casos entre os mesmos, entravam em cena para conservar a economia colonial. Estavam sendo pensados para a realização e a ampliação da acumulação primitiva de capital e, logo, na sujeição dessa produção ao comércio. “A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria” (ibidem, p. 14).

De forma explícita, é preciso dizer que nesse regime de trabalho, particularmente o escravizado era totalmente mensurado pelo lucro dos proprietários de terra, dos que se diziam seus donos. A crueldade e a selvageria não respeitavam horas, ou mesmo o tempo de trabalho necessário a sua reprodução. O que estava em jogo era a antecipação o mais rápido possível do seu trabalho excedente para pagar os gastos com a sua apropriação.

Mais uma vez, pelas palavras de Martins (1986):

Para o escravo, a liberdade não é o resultado imediato do seu trabalho, isto é, trabalho feito por ele, mas que não é seu. A liberdade é o contrário do trabalho, é a negação do trabalho; ele passa a ser livre para recusar a outrem a força de trabalho que agora é sua. Para o homem livre, despojado dos meios de produção, ao contrário, o seu trabalho passa a ser condição da liberdade. É no trabalho livremente vendido no mercado que o trabalhador recria e recobra a liberdade de vender novamente a sua força de trabalho. É claro que se está falando aqui tanto num caso como no outro, de uma liberdade muito específica: a liberdade de vender a força de trabalho. A libertação do escravo não o liberta do passado de escravo; esse passado

⁴⁸Quando Marx (2013) aborda o fetichismo do capital, em um momento se refere à entrega da vontade e da consciência do capitalista ao capital, o que desta forma o torna um capitalista, ou seja, este é a personificação do capital. Isso não significa apenas que o capitalista quer obter lucros, mas que quer obter interminavelmente, agindo para a aquisição do trabalho excedente, para a valorização do valor ao se apropriar dos meios de produção e influenciar o sistema produtivo.

será uma das determinações da sua nova condição de homem livre. Do mesmo modo, o homem livre que foi proprietário ou co-proprietário das suas condições de trabalho, ao ser despojado dessas condições não se liberta da sua liberdade anterior a liberdade de se realizar no trabalho independente, ainda que sob o preço de um tributo em trabalho, em espécie ou em dinheiro (MARTINS, 1986, p. 17).

É por esse contorno que refletimos as formas de trabalho na colônia. Colocar esses pontos é articular o debate numa conjuntura maior, por mais que saibamos que o recorte da pesquisa não abarca o final da citação, a “libertação” do trabalho escravo. No entanto é relevante refletir sobre as continuidades desse processo, suas diferenças e particularidades tendo em conta o impacto direto na economia colonial. Inferiremos essas questões por duas frentes: a dos indígenas e a dos africanos, pormenorizando particularidades da região Norte, nosso alvo de análise nesta parte específica da tese.

2.3.1. Os indígenas

Parece redundante principiar esta seção pelo despovoamento das terras americanas, do extermínio intitulado de “guerra justa” praticada contra os homens e mulheres da terra, tudo em nome da civilização – uma espécie de cura impregnada de valores cristãos que deveria ser aplicada aos nativos, e os dizimou.

Vários foram os deslocamentos de índios pela colônia portuguesa e existe uma série de cronistas que os analisa tentando identificar parentela entre os grupos e a escolha das localidades onde esses se assentaram. Essa situação é analisada na primeira parte da tese de doutorado *Serras de Ibiapaba de Aldeia a Vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – Século XVIII*, de Lígio José de Oliveira Maia (2010), apontando possíveis causas dessas locomoções e também fazendo ver um debate etnônimo – “há uma relação intrínseca entre classificação étnico-social imposta pela ordem colonial e a formação de identidades étnicas” (Ibidem, 2010, p. 55) – na presteza de identificar os moradores da Serra da Ibiapaba.

O trabalho em particular acerca do qual fazemos referência enxerga o contato entre índios e colonos, de acordo com os autores com os quais trabalha, como uma investida para resguardar sua própria autonomia, o que é paradoxal, mas compreensível ao se ter conhecimento do massacre, do extermínio de dezenas de grupos indígenas promovidos somente nos primeiros séculos de colonização na área para a qual identificamos de Norte, o

que traz um dos motivos para os deslocamentos pelo território à procura de espaços de resistência⁴⁹ ao aparato colonialista.

Esses espaços de resistências promoveram um contato interétnico, um ajuntamento de grupos, uma confederação para utilizar um termo mais apropriado, para o combate a um inimigo comum. Porém essas uniões entre tribos, ou com os colonos, é algo pontual, todavia presente durante todo o período colonial, devendo ser compreendida por uma conjuntura específica.

Manusearemos dois exemplos dessa união e desavença entre as tribos e os europeus:

O primeiro com Pedro Théberge (1973, p. 19), em *Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará*. Ao retratar as tribos na Capitania do Ceará, diz o autor que a predominância era os da raça Tapuia, que “viviam muito isolados, em tribos distintas e independentes umas das outras, fazendo-se a guerra entre si, e sempre aos Tupis, contra os quais ligavam-se às vezes muitas tribos Tapuias”.

O segundo, que faz referência a uma aproximação com os colonos, é o de Damião Esdras Araújo Arraes (2012), em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*:

Um aspecto pouco abordado pelos pesquisadores do assunto diz respeito ao uso dos índios como contribuintes do sistema colonial. Interessante a abordagem de frei Vicente de Salvador sobre a prisão de índios por tribos rivais. Após a captura, levam o prisioneiro para vender aos brancos, os quais lhe compram por um machado ou foice cada um, tendo-os por verdadeiros cativos (...). Isso faz do índio vencedor, de um determinado clã, colaborador da escravização de grupos rivais. Colaborador basilar ao sistema colonial (ARRAES, 2012, p. 53)

⁴⁹ O autor usa o termo “espaços de defesa” para apontar os lugares onde ocorrem os assentamentos indígenas, seriam aqueles lugares fora da lógica colonizadora e, aponta como exemplo a Serra da Ibiapaba. Particularmente quando estamos nos referindo a espaços de resistência estamos pensando no movimento como um todo e não somente pensando em lugares de refúgio. Quando Pedro Théberge (1973) fala da grande concentração de Tapuias no Ceará e nas regiões vizinhas destaca que o motivo para o deslocamento das tribos foi a perseguição dos invasores [portugueses], fato que os empurra para as regiões semi-áridas – Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte –, o argumento de Théberge nos ajuda a aclarar o que pensamos por espaços de resistência. O ceará dentro da nossa lógica pode ser considerado um espaço de resistência, pois quando as tribos escolhem essa área, optam por saber que outras já resistiam por lá, e vão ao intuito de somar, ou seja, abandonam as divergências para resistir ao processo de colonização implantado a duras penas, logo esse não é apenas o local onde praticam seus ritos, sua cultura é mais que isso, são os locais onde se monta uma estratégia de reação e sendo assim a Serra da Ibiapaba entra agora como uma parte de um todo maior, ela não é um fato isolado é algo possível mas somente compreendido dentro dessa conjuntura do revide indígena.

Ao contrário do que possa parecer, não nos deteremos nesta parte em específico a uma descrição mais efetiva da participação do indígena no trabalho e vida na colônia portuguesa. Isso acontecerá pontualmente no capítulo à frente.

As citações utilizadas apontam os deslocamentos indígenas. Estes ocasionados por migrações messiânicas – ponto que não exemplificamos – ou por guerra. O trabalho de Pedro Théberge (1973) que especificamos acima nos aponta as tribos presentes no território que atualmente chamamos de Ceará e as colocam espalhadas, o que nos possibilitou espacializá-las.

A **Figura 11** apontará as tribos que ali estavam antes do início da ocupação deste território pelos colonos. O trabalho de Théberge (1973)⁵⁰ possui anotações realizadas por Mozart Soriano Aderaldo. Isso nos fez colocar o nome Tapuias para as tribos localizadas em todo o litoral entre a capital, a Parangaba, a Mesejana e na área do Cariri também – toponímia atual dos lugares, pois os nomes das tribos utilizados pelo autor são questionados por Aderaldo, que indica o trabalho de Thomaz Pompeu Sobrinho (1939), publicado na *Revista do Instituto do Ceará* e intitulado, “Os Tapuias do Nordeste”.

Théberge não aponta as tribos que estavam pelo interior do território, somente nas bordas desse e coloca como justificativa o fato de não existir um contato com as mesmas que melhor permitam ser identificadas, o que não significa dizer que estas eram inexistentes, e logo que o interior do Ceará era um grande vazio demográfico como queriam fazer pensar os colonizadores. Depois que as primeiras fazendas de gado se instalam e que o colono adentra o Ceará, o autor recoloca essas tribos em outras áreas. Seriam o resultado dos descimentos, a prática de deslocar os nativos para serem aldeados. Porém para o nosso propósito é interessante pensar esse território antes desse momento e justificaremos o porquê.

Primeiro, tratamos pelo posicionamento contrário a argumentação trazida por Jucá Neto (2007) *da pouca importância da Capitania do Ceará* para a Coroa Portuguesa, que levantamos anteriormente pela criação de vilas, dezoito somente no século XVIII e agora juntamos a essa à contenda que tiramos pelo mapa acima, de que a posição estratégica que os índios estavam localizados nessa Capitania, atrelada ao seu relevo, corrobora para que a conquista do Ceará se desse posterior quando comparada às Capitanias vizinhas.

⁵⁰ A primeira edição do trabalho é datada em 1869.

Figura 11 – Territórios indígenas no Ceará – Século XVI e XVII

Territórios Indígenas no Ceará: Século XVI e XVII

Fonte: Mapa elaborado pela autora, a partir do livro Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, Pedro Théberge, 1973.

A análise do mapa mostra a fronteira do Ceará com o Piauí, ao Norte se encontrando com a Serra da Ibiapaba e, ao Sul, com a Serra Grande. Por aqui se entrelaçavam os índios Tabajaras, que Théberge identifica como sendo da raça Tupi, e alguns Tapuias sob a sua ordem. As terras da Ibiapaba eram muito cobiçadas pelos colonizadores, em ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, datado em 16 de setembro de 1761⁵¹, encaminhado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o mesmo relata a necessidade de demarcar a Capitania, e pede destaque principalmente nas áreas que fazem fronteira com o Ceará e o Pernambuco, em tempo ainda solicita a sujeição dos índios que habitavam a Serra da Ibiapaba à Capitania do Piauí.

A atividade indígena nessa área está documentada por varias cartas e ofícios encaminhados ao Ultramar, tanto pela Capitania do Piauí como também pela do Ceará que vão se confrontando para a ampliação de suas terras e tomada do território ocupado pelos nativos, como também pela sua subordinação. Em requerimento encaminhado ao Rei D. João V, os índios da Serra da Ibiapaba pedem “o alargamento de suas terras da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna” e fazem ressalvas quanto à quantidade de indígenas ocupados em serviços com os missionários, o que para os mesmos dificulta os serviços destes em suas lavouras e traria como consequência a produção de menos alimentos e a fome na aldeia. O requerimento é datado em 12 de outubro de 1720 e se encontra na documentação avulsa da Capitania do Ceará.

O que o mapa representado pela **Figura 11** vai evidenciar é que esta área já era há muito tempo conhecida e ocupada pelos indígenas, e que sua resistência as atividades missionárias e a entrada de colonos com as suas fazendas pode ter contribuído para firmar a fronteira com o Piauí e dificultar o conhecimento das terras pertencentes a Capitania do Ceará, o desconhecimento das áreas mais adentro, do seu interior, dos seus fundos territoriais que Théberge pontua e no mapa aparece como território desconhecido. Como se as Capitanias vizinhas fossem se moldando a partir do contato com esse obstáculo, que não era somente físico, não se tratava de subir uma Serra e firmar acampamento para o caso do Piauí, era guerrear com um inimigo que conhecia muito bem o território.

A ação de deixar essas terras esquecidas por uns anos nos apresenta o contorno do Ceará com o Piauí, e não era um esquecimento de desinteresse pela terra, era uma confirmação de impossibilidade dos representantes das Capitanias de enfrentar os indígenas

⁵¹ Esse documento se encontra no Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Piauí.

sem a ajuda militar da Coroa que de longe não conseguia resolver com papéis algo que necessitava de uma intervenção direta. Como tinham outras terras estas vão sendo usadas e a medida que temos um aumento da população, das fazendas, do número de vilas, esse contato vai se tornando inevitável e vai aparecendo na vida cotidiana dos moradores e sendo registrado pelos governadores em ofícios, em requerimentos e em cartas como a do Capitão-mor do Ceará, Luís Quaresma Dourado enviada em 12 de novembro de 1753⁵² ao Rei D. José I versando a respeito das missões da Serra da Ibiapaba e o conflito entre os índios e os moradores por causa da posse das terras.

A realidade com a Capitania de Pernambuco era diferente da que descrevemos com a do Piauí em relação as disputas pela posse das terras nas áreas de fronteira. O limite das duas Capitanias se encontrava com a Chapada do Araripe e nessa região do Cariri estavam os índios da raça Tapuias (THÉBERGE, 1973). Seus limites não foram questionados enquanto o Ceará estava como Capitania subalterna, porém em 01 de julho de 1880 o Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, escreve ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e dentre os assuntos tratados faz referência a uma ordem régia que solicitava a confecção de uma carta com a descrição geográfica e topográfica da Capitania e de seus limites. O documento que fazemos referência foi encontrado nas documentações catalogadas pelo Projeto Resgate, em caixa de número 14.

O que chama a atenção é que a ordem que o Governador do Ceará menciona é datada de 1797, como exposto pela **Figura 12**, que traz em específico essa parte do ofício. A data de 11 de novembro de 1797 é anterior ao desmembramento da Capitania de Pernambuco, logo deve ter passado primeiramente pelo seu Governador que sem sucesso ao solicitado encaminha a Bernardo Manoel de Vasconcelos, agora responsável pela Capitania do Ceará, para que tome as devidas providências. Em análise a documentação das caixas do Projeto Resgate não se detectou nenhuma correspondência próxima a essa data encaminhada a Coroa portuguesa tanto pelo Ceará como pelas suas Capitanias vizinhas, que justificasse a solicitação do monarca. Esta constatação nos leva a defender que não havia até aquele momento uma disputa pela posse de terras ou jurisdição de nenhuma localidade que necessitasse de uma intervenção direta de Portugal e logo de um conhecimento da área do Ceará para uma tomada de decisão. Os interesses metropolitanos eram outros e não aparecem especificados no Ofício.

⁵² Documentação apresentada no Catálogo de Documentos Manuscritos Referentes à Capitania do Ceará existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Figura 12 – Parte do Ofício do Governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 01 de Julho de 1800

Além disso se me offerece também representar a V. Exa, que ha-
 vendo-me Ordenado pela Sua Carta de 14 de Novembro de 1797, que logo
 que eu tornasse senhor do meu Governo, remetterei depois de algumas circuns-
 tancias a Vossa Exa. a descriptão Geographica e Topographica do litoral com
 a individuação dos limites e confins com as outras Capitancias regi-
 ães, assim como das estradas de communicacão actualmente estabe-

Fonte: Projeto Resgate, caixa 14, documento 785.

As partes em vermelho são as passagens que trazem a data da Carta e a solicitação da confecção do mapa. Falamos dos limites do Piauí e de Pernambuco e consequentemente da localização dos índios de acordo com o trabalho de Théberge (1973) que aparecem na **Figura 11**, porém ainda pelo lado leste temos a Paraíba e o limite estipulado com a Serra do Pereiro, e o Rio Grande do Norte com a Chapada do Apodi. Nessas duas áreas se confrontavam os Tapuias e os Pitaguaras da raça Tupi, respectivamente. Esses índios e a localização de suas tribos eram conhecidas pelos colonizadores desde o século XVII como aparece no mapa de Aroldo de Azevedo (1956) tratado anteriormente, **Figura 8**, que especifica essas áreas sob a provável influencia das cidades e vilas a época existentes. O confronto com os indígenas se davam pela expansão das fronteiras e sobretudo pela efetivação da posse da Capitania do Ceará.

Para fechar esse território cercado por serras e chapada falta falar do litoral sob a influência das correntes marítimas e a velocidade dos ventos que chega à costa cearense. Em épocas específicas do ano estes fenômenos impediam o atracamento de embarcações a vela que eram jogadas para pontos mais ao leste da Capitania, ou para cima de bancos de areias próximos a faixa de praia sendo as embarcações avariadas atacadas pelos índios Tapuias, que

por lá perambulavam. Esse debate a respeito da dificuldade de penetração pelo litoral será retomado na abertura do terceiro capítulo, que apresenta o Ceará.

O que estamos sustentando é que o Ceará é um espaço de resistência, que concentrou tribos aguerridas que lutaram com os invasores europeus pelo seu território. Muitos outros também para lá se deslocaram para conseguir resistir à ofensiva dos colonizadores. É o que os trabalhos acadêmicos que fizemos referência, a tese de Maia (2010) e a dissertação de Arraes (2012), apontaram. Assim, reforçamos que não foi a pouca importância daquele território, ou pelo não aproveitamento do litoral com a cana-de-açúcar, o que realmente barrou a conquista desse território e a ocupação quando da época das suas Capitanias vizinhas – foi a resistência indígena atrelada ao relevo por ali encontrado.

Como não tinham os colonos como adentrar as demais áreas desta Capitania, os contornos desse território são frutos desse processo. Frise-se que não estamos a afirmar que nas demais Capitanias não houve resistência, ou seja, que os índios não guerrearam com os invasores. Houve, isso sim, certas particularidades no que atualmente chamamos de Ceará e é no encaixe delas que avançamos.

2.3.2. Os africanos

O escravizado africano era uma mercadoria comercializada pelos portugueses, antes da produção açucareira ser implantada na região Norte da sua colônia Americana. Foram os citados portugueses os primeiros a se dedicar ao comércio de escravizados. Não é possível falar dessa colônia lusa sem nos remeter ao trabalho escravo, mais este não foi o único por essas terras. Anteriormente já nos dedicamos aos indígenas e ao trabalhador livre, e passamos agora aos homens e mulheres aprisionados na África e trazidos à América do Sul.

Chegaram inicialmente pelos portos de Pernambuco e Bahia para colocar em funcionamento os engenhos, trabalhavam nas atividades da *fazenda* com as plantações e da *moenda*, colocando a cana-de-açúcar nas engenhocas que extraíam o caldo de cana (SANTIAGO, 1980). A mão de obra que sustentou a produção colonial foi o braço escravizado.

De acordo com Emília Viotti da Costa (2010), em *Da Senzala à Colônia*:

O escravo negro foi, em algumas regiões a mão de obra exclusiva desde os primórdios da colônia. Durante todo esse período, a história do Trabalho é sobretudo a história do escravo. Primeiro nos canaviais, mais tarde nas minas de ouro, nas cidades ou nas fazendas, era ele o grande instrumento de trabalho. Derrubando matas, roçando as plantações, nas catas de ouro, nos engenhos, na estiva, carregando sacos de mercadorias ou passageiros, o escravo foi figura familiar na paisagem colonial. Foi mais do que mão de obra, foi sinal de abundância. Época houve em que a importância do cidadão era avaliada pelo séquito de escravos que o acompanhavam à rua. A legislação e o costume consagraram esse significado. Concediam-se datas e sesmarias a quem tivesse certo número de pretos. A posse de escravos conferia distinção social: ele representava o capital investido, a possibilidade de produzir (COSTA, 2010, p. 14).

A exploração do trabalho negro escravizado estava presente na produção econômica da colônia; dos engenhos no século XVI ao algodão que rompe o XIX, lá estava ele. Como afirmam Wehling e Wehling (1994, p.193), “o escravo foi utilizado em quase todas as atividades econômicas do Brasil, a ponto de identificar, na Colônia, trabalho manual com trabalho escravo, agravando um preconceito que o colono já trazia de Portugal”. Como Costa (2010) retrata na citação exposta, a sua posse era sinal de abundância; os valores investidos na sua compra eram elevados e por isso mesmo precisava o mais rápido possível serem devolvidos – era a extração do excedente que apontamos anteriormente.

Sem horas destinadas para o descanso, submetidos à exaustão nas tarefas desempenhadas e recebendo uma alimentação de péssima qualidade, garantiam ao seu proprietário recuperar mais que os gastos empregados na sua aquisição.

No Brasil, o escravo era transportado para o mercado, operação sobre a qual incidia novo imposto, de entrada (2 a 3 mil-réis nos séculos XVI e XVII), antes de ser finalmente vendido para o comprador final por um preço médio que evolui de 20 mil-réis no final do século XVI para 50 mil-réis em 1650, 200 mil-réis na primeira metade do século XVIII e 300 mil-réis no início do século XIX – o que não significa plena valorização, pois do preço deve ser descontada a taxa inflacionária (WEHLING E WEHLING, 1994, p.192 – 193).

Os valores eram altos e incidiam sobre a produção, logo não permitia àqueles colonos menos abastados que não possuíam capitais para a sua compra se aventurarem nas atividades que exigiam um número considerável de negros, como os engenhos. Discordamos de Costa (2010) na afirmativa de que durante o período colonial a *história do trabalho é sobretudo a história do escravo*. A divisão do trabalho na produção açucareira nos apresentou o trabalhador livre, uma realidade na colônia lusa que não pode ser esquecida, ou renegada para efeitos de entendimento da história do trabalho na colônia. No que concordamos é que o escravo facilitava “a adaptação do português à vida colonial” (ibidem, p. 15), sendo a fórmula encontrada pelos colonizadores para explorar as terras descobertas.

Segundo Alencastro (2000), a participação do negro escravizado nessa sociedade forjada pela espoliação é “de conseqüências decisivas, na formação histórica brasileira, o trafico extrapola registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa” (ALENCASTRO, 2000, p. 29). A sociedade que aqui se organizava era forjada pelo convívio íntimo dos escravizados indígenas e africanos com os europeus, e isso diz muito sobre os rumos da sua história.

Ainda de acordo com Alencastro (2000):

A metrópole é investida de um poder eminente, na medida em que o controle do trato negreiro lhe dá o comando da reprodução do sistema escravista. Durante três séculos, uma complementaridade econômica costura a África ao Brasil, afastando a possibilidade de um desenvolvimento divergente e, mais ainda, concorrencial, entre os territórios tropicais portugueses das duas margens do Atlântico Sul (ALENCASTRO, 2000, p. 34).

A expressão-chave é “colonização complementar” entre o Brasil [América Portuguesa] e a África, não havendo entre ambas uma “colonização concorrencial”, pois enquanto o primeiro produzia o açúcar, o tabaco, o algodão e o café, por exemplo, o segundo fornecia os escravizados. A colonização nessas bases era extremamente lucrativa, pois na esfera macroeconômica o comércio atlântico negreiro aumentava a demanda das zonas agrícolas, por ocorrer um significativo acréscimo e um destravamento da produção que alcança a exportação com preços concorrenciais no mercado europeu. E na esfera microeconômica os lucros obtidos com a produção servem de garantia para a compra de novos fatores de produção, ou seja, de mais escravizados ou também de maquinários, como os utilizados nos engenhos da zona litorânea (ALENCASTRO, 2000).

Conseguimos identificar lucros e expansão nos setores de produção que empregaram o braço negro escravizado na colônia. Porém, alguns autores, como sugere Wehling e Wehling (1994, p. 193), abordam também problemas negativos a economia pela utilização de cativos. “Outros efeitos economicamente negativos da escravidão fizeram-se sentir na Colônia, como o desestímulo aos investimentos e à renovação tecnológica, e a existência de um vasto contingente populacional sem poder aquisitivo, dificultando a formação do mercado interno”.

Tratamos um pouco da formação do mercado interno quando nos detínhamos a debater a produção da colônia não dependente exclusivamente da cana-de-açúcar em itens acima.

Voltaremos a ele no terceiro capítulo, quando passarmos a dissertar as particularidades da Capitania do Ceará.

O que é importante mencionar, trazida à luz com a citação, é a não unanimidade de diplomatas portugueses na defesa da mão de obra escravizada para a colônia lusa, e um dos argumentos mais utilizados estava no atraso que a mesma gerava na restauração do aparato tecnológico, colocando Portugal em posição inferior às demais nações europeias. Contudo, tais discursos não fizeram adeptos entre os governantes portugueses, que continuaram sem se posicionar com relação aos mesmos, e a escravização foi uma cruel realidade tanto na metrópole como na colônia.

2.4. Caminhos e estradas

No período colonial, os primeiros caminhos surgiram (boa parte deles) seguindo as trilhas indígenas – as picadas abertas na mata são alargadas e em conformidade a elas surgiam roças e criações, alinhando-as ao processo de colonização ao impulsionar os colonos aos sertões. Os caminhos coloniais nos ajudam a compreender a fluidez do território no momento das conquistas lusas.

Quando Marina Monteiro Machado (2013) pesquisava os caminhos dos sertões através das entradas dos bandeirantes Fernão Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes, relatou que:

(...) a abertura do Caminho Novo, uma via de comunicação para Minas, que, na passagem do século XVII para o XVIII, encurtava o caminho a ser percorrido entre o porto do Rio de Janeiro e as recém-descobertas minas. Assim, deixavam de ser necessários os longos 90 dias de marcha, da época em que o trajeto precisava ser feito por São Paulo, para apenas 17 dias, partindo do fundo da baía de Guanabara (ANTONIL, 2001). Muito famoso e sempre referido, este caminho pode ser tomado como emblemático exemplo da expansão das fronteiras (...) (MACHADO, 2013, p. 25)

A abertura do Caminho Novo para as minas encurtava as distâncias, mas, além disso, favoreceu a ocupação territorial e a prova são os inúmeros pedidos de sesmarias destinados as suas proximidades. O trânsito gerado pelos indivíduos que buscavam adentrar aos sertões ou chegar ao litoral dinamizou a região e reforçou a aberturas de outros caminhos que se entrelaçavam a tantos outros num movimento crescente de expansão territorial, alargamento de fronteiras e de mobilidade espacial. Esse é um caso específico da região Sudeste, contudo

não está divergente ao que encontramos para o Norte da América portuguesa, onde igualmente os caminhos trazem essa similaridade de movimento.

Importante destacar que, na ânsia por encontrar riquezas, muitos se aventuraram sem êxito, haja vista que todo o esforço era de iniciativa privada; a Coroa pagava os empenhos por meios de títulos, mercês e terras, isso condicionado ao tamanho dos serviços prestados com as conquistas.

O autor Jucá Neto (2007) faz referência a uma carta de Domingos Sertão Mafrense enviada ao Governador Geral do Brasil, datada de 1702, que descreve os caminhos e povoações da Bahia ao Maranhão, encontrada em artigo publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, de autoria de José Alípio Goulart, que colocamos em parte abaixo:

Também da mesma povoação partia uma estrada para o Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, por onde poderiam ir socorros sempre que fosse preciso, em carros e cavalos, porque todas aquelas paragens havia muitos currais de gados e farinhas para o sustento desses comboios, salvo nas 70 léguas já indicadas. Fazendo a mesmo percurso da Bahia até Jacobina que distava umas cem léguas, encontrava-se uma outra estrada que, passando pelo ponto a que chamam o Morro do Chapéu, ia seguir ao Rio de São Francisco, donde seguia até a barra do rio das Velhas numa extensão também de 100 leguas. Outras 100 iam deste último rio até as minas de ouro mas estas despovoadas. Em contrapartida, pelo rio de São Francisco abaixo, tudo era povoado de currais de gado, de uma e outra banda. Havia um outro caminho da Bahia para as Minas de ouro, que se abria por onde chamavam <<Perogoassu>> que era mais perto e ia sair ao rio São Francisco perto da Barra do Rio das Velhas, mas também era despovoado. Tanto quanto o outro eram navegáveis, podendo-se desce-los em canoas e assim faziam todos os que vinham das minas para Bahia, até altura que mais lhe convinha. Para cima não se podia navegar devido à corrente. Os caminhos por terra eram bons, conduzindo-se por eles os gados dos rio grande ed São Francisco para o sustento dos <<fabricadores>> das minas de ouro, não lhes podendo vir de outra parte, por não haver mais perto. Das minas para São Paulo e Rio de Janeiro também havia estradas, mas dizia-se serem muitas ásperas por atravessarem várias serras (GOULART, 1963, s/p, apud JUCÁ NETO, 2007, p. 236-237).

A opção de retratar uma parte do artigo de Goulart (1963) veio no intuito de identificar uma similaridade com o que apontávamos ao retratarmos o Caminho Novo para as minas, na medida em que aqui o autor sugere a existência de cruzamento de caminhos, e alguns desses naquela direção da região mineradora, bem como coloca um elemento novo, o da produção econômica que se organiza por essas estradas, fazendo referência ao gado e a produção de farinha, que, assim como retratamos, aqui também dinamiza a região por estimular o comércio que vai aparecendo ao logo das vias. Essa descrição aparece em Jucá Neto (2007) para confirmar que o Ceará à época era atravessada ao Sul do seu atual território pela corrente baiana, no sentido do Piauí ao Pernambuco.

Os meios de comunicação durante o século XVIII eram reduzidos, não contávamos com estradas de ferro e o transporte das mercadorias se fazia em lombo de animais, o que demorava algumas travessias e encarecia a produção. Com as companhias de comércio atuantes no Norte, Grão-Pará e Maranhão (1755), e Pernambuco e Paraíba (1759), caminhos foram abertos para dinamizar o comércio entre as Capitanias à medida que se estabelecia uma ligação direta com a metrópole e desta com os portos da colônia, o que configurava uma nova estratégia de soberania lusa.

Por esses caminhos se erguiam povoados, vilas e com elas toda uma estrutura administrativa e militar se espraiaava. Estas estavam localizadas em pontos estratégicos para favorecer a circulação de pessoas, de mercadorias e beneficiar a implantação de uma rede de comércios. Não cremos que na época possamos falar de uma tentativa de organização territorial por parte da metrópole, mas já podemos apontar que se tratava de mecanismos de controle territorial. Contudo, podemos dizer que os caminhos percorridos pelos agentes envolvidos na conquista dos territórios foram fundamentais para o processo de urbanização da colônia.

A abertura de caminhos, pela nossa análise, está ligada a seis situações.

Como detectamos pelo trabalho de Azevedo (1956), os colonos se concentraram nas proximidades do litoral até o século XVII, em que se inicia as primeiras entradas e criações de vilas em áreas afastadas, o que o autor classifica de vilas “bocas de sertão”. Estas se ligavam por caminhos ao litoral e eram usadas de base para novas entradas. Esse movimento não estava desassociado das expedições demarcatórias em virtude dos acordos de limites ou das viagens filosóficas do século XVIII o que se pretendia com elas de maneira resumida era fixar os limites com a colônia espanhola, reconhecer o território, explorar as riquezas naturais, identificar solos, flora, fauna, potenciais agrícolas, e identificar a população nativa. Essa é a primeira situação que estimulou a abertura de caminhos.

Com os povoados, aparece o trabalho nas construções das choupanas, dos fortes, dos solares, capelas e manutenção das roças, trabalhos para os quais o colono nomeou os indígenas. Na subjugação dos nativos estavam o êxito da colonização. A utilização dessa mão de obra, pega “no laço”, custava a entrada nos sertões para a sua captura. É a nossa segunda situação apontada na abertura de caminhos. Uma contradição desse processo era o fato desses caminhos serem utilizados pelos próprios índios e agora para o seu apresamento os colonos contavam com a participação de nativos, pois não conheciam bem o território, chegando a fazer marcações na mata para identificar as rotas.

Sergio Buarque de Holanda (1957), em *Caminhos e Fronteiras*, dedica uma parte do seu texto para tratar disto:

Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros. Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcar os caminhos – por exemplo, o uso de dobrar os galhos ou de golpear os troncos de árvore, ainda freqüente entre gente do interior – fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas. Outros processos não faltariam, inspirados provavelmente em tradições vindas da Península. Um deles, o das cruzes de madeira chantadas nas veredas que saem das estradas gerais, a advertir o caminhante de que poucos passos depois encontrará um teto onde repouse, é claramente dessa espécie (HOLANDA, 1957, p. 17).

Essas marcações nas matas facilitavam os deslocamentos e, igualmente, ajudaram a nossa terceira situação que está ligada à procura de metais preciosos. Assim como o que ocorreu na América espanhola, pensavam os colonos em encontrar ouro, prata e diamantes e isso estimulou a exploração de áreas. As entradas que desaguaram anos depois, na verdade séculos depois na região das minas e a descrição utilizada no início a respeito do “caminho novo”, podem ser utilizadas como exemplo.

Continuando nessa exposição, enumeramos as entradas com o objetivo de expulsar invasores, como no caso dos holandeses de Pernambuco. Essa é a nossa quarta situação descrita, e para reforçar a mesma, Andrade (1998):

O devassamento do Agreste deve ter-se iniciado durante a ocupação holandesa, quando companhias de emboscada e predadores ligados ao governo português da Bahia procuravam, usando os mais difíceis caminhos, destruir os canaviais da área submetida ao domínio batavo. Este conhecimento se tornaria mais sistemático após a expulsão dos holandeses, quando os pernambucanos tiveram de destruir o Quilombo dos Palmares e liquidar a chamada “confederação dos Cariris” (ANDRADE, 1998, p. 138).

O encerramento da citação já nos joga diante da quinta situação: abertura de caminhos para encontrar as melhores rotas para surpreender o inimigo, destruir os movimentos de resistência as ordenações portuguesas.

Utilizando o exemplo da confederação dos cariris, mais uma vez Andrade (1998):

A luta contra os índios cariris, revoltados ante a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam a terra e os escravizavam, fazendo por qualquer pretexto o que chamavam de “guerra justa”, não só possibilitou o desbravamento do Agreste e de parte do Sertão, como também aniquilou o poderio indígena, fazendo com que os remanescentes das poderosas tribos se recolhessem às serras, aos brejos altos menos acessíveis aos brancos e menos cobiçados pelos criadores de gado (ANDRADE, 1998, p. 139).

A disputa pelas terras ocupadas pelos índios motivou muitos conflitos que dizimaram tribos e promoveram o assenhoreamento dos colonos, que ganharam novas sesmarias nestas áreas. Nesse caso em particular, para a implantação de fazendas de gado. O que nos coloca de frente a nossa sexta e última situação descrita: os caminhos abertos que ligavam as aglomerações, as estradas por onde passavam as mercadorias, distâncias que tentavam ser encurtadas para baratear e diminuir a perda na produção.

A exposição não foi pensada em ordem cronológica dos acontecimentos. Primeiro, não tivemos as expedições demarcatórias para depois as entradas para a captura e aprisionamento dos indígenas, e, assim, respectivamente elas vão acontecendo simultaneamente ao longo de todo o território. Assim sendo, reforçamos que a nossa preocupação maior estava atrelada a perceber dentro do recorte temporal pensado para a pesquisa o que motiva a abertura de caminhos, o que impulsiona o desbravamento dos fundos territoriais. Quando estamos tratando de caminhos antigos, inevitavelmente nos deparamos com as histórias das bandeiras, dos bandeirantes paulistas que adentraram os sertões e ajudaram a Coroa a penetrar nos lugares mais distantes, promoveram o genocídio indígena, arrecadam com a venda dos nativos, uma mercadoria sempre a mão. Para não nos demorarmos mais, o que gostaríamos era de firmar uma postura contrária a que comumente é apregoada, do bandeirante herói.

No próximo capítulo trataremos da Capitania do Ceará, que teve seu povoamento atrelado às frentes de apropriação do *nordeste novo* (MAGNOLI, 2003), política implantada no governo pombalino, que tinha como uma de suas metas a elevação de vilas e a adoção de sesmarias. Segundo Abreu (1988) e Andrade (2004) a penetração para os sertões do Norte, que aportam no Ceará partem de Pernambuco, Bahia e São Vicente. Os caminhos realizados por aqueles que partiam da Bahia ficaram conhecidos por “sertões de dentro” e os de Pernambuco por “sertões de fora” (**Figura 13**).

As dimensões utilizadas no mapa não são os limites das Capitanias a época. Fazemos uso do mesmo para representar essa movimentação pelo território e o seu desbravamento. É interessante observar que a penetração do Ceará pelos “sertões de dentro” acontecem em pontos que margeiam os territórios indígenas representados pela Figura 11. Elas avançam em dois pontos, o primeiro na divisa com o Piauí logo abaixo do território Tupi localizado na Serra da Ibiapaba, e no segundo margeando a Chapada do Araripe de território Tapuia.

Figura 13 – A Penetração Para Os Sertões do Norte

Fonte: JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial. ANAIS X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis, 2007.

O mapa não apresenta as dimensões das Capitânicas naquela época, pelo contrário seu contorno representa a fronteira atual adotada pelos Estados.

Como observamos pela análise do mapa (**Figura 13**), a *incursão baiana* chegava pela altura de onde hoje passa o rio Poti e alcançava o rio Jaguaribe, já a *incursão pernambucana* vinha pelo litoral e também encontrava o Jaguaribe, onde se tem registro das primeiras sesmarias com data de 23 de janeiro de 1681, como aponta o trabalho de Bezerra de Menezes (1901). Essas incursões são exemplos do que tratamos anteriormente, exploração das terras, caça aos nativos, formação de povoados, uma onda que se aglutina e com força avança, banha os sertões do Ceará aonde as áreas vão sendo ocupadas pelas fazendas de gado. Incursões que passam a ser estradas circundando o leito dos principais rios e riachos por onde trafegam colonos, escravizados e boiadas, essas últimas rumo às feiras, ao trabalho ou ao abastecimento dos engenhos, tem a sua carne e o seu couro destinados a exportação. Disso trataremos por agora, da consolidação da conquista do sertão, da ocupação do Ceará, das fazendas de gado, da sua produção econômica e da sua independência como Capitania subalterna de Pernambuco.

CAPÍTULO 3 – O sertão

Os Sertões, de Euclides da Cunha (1984, p 01), ainda na apresentação traz a seguinte questão: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”.

A obra se nos afigura como detentora de um texto contundente e convidativo a reflexões inúmeras. Impressionam as passagens da resistência de Canudos e a imagem do sertão por vezes sendo relacionada ao deserto, ao árido, ao seco, ao estéril, ao desconhecido, ao adusto, sendo poucas as vezes vinculada às chuvas.

Na primeira parte do livro, quando descreve sobre suas impressões na viagem, o narrador relata: “Despontam vivendas pobres; algumas desertas pela retirada dos vaqueiros que a seca espavoriu; em ruínas, outras, agravando todas no aspecto paupérrimo o traço melancólico das paisagens...” (Ibidem, 1984, p. 08), uma representação de algo destruído, atrasado, em ruínas.

Não conseguindo deixar de fazer uma aproximação com as leituras sobre o sertão, os fundos territoriais de Moraes (2000, 2009) e o sertão das tribos indígenas de Théberge (1973), concatenamos que tais fisionomias estavam interligadas a certas ideologias, as visões de mundo que tinham força em cada época, em cada sujeito e recordamos o que havíamos encontrado no artigo de Artur Monteiro Leitão Júnior (2012), *As Imagens do Sertão na Literatura Nacional: O projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos Romances Regionalistas da Geração de 1930*:

O que se tem posto é, pois, que o *discurso* implica na consideração das condições histórico-sociais e filiações ideológicas dos sujeitos discursivos – nesse caso, sujeitos-escritores. A produção discursiva encontra-se marcada por conflitos e embates que lhe são estruturais, pois as ideologias que interpelam os sujeitos no interior de uma sociedade são diversas, manifestando distintas *tomadas de posição* e configuração de diferentes *concepções* ou *visões de mundo*. (...) (LEITÃO JÚNIOR, 2012, s/p).

O autor reforça a ideia mais à frente, pontuando que as interpretações desses sujeitos os “inscrevem em um lugar socioideológico e histórico marcado, deixando entrever, em suas obras, as substâncias mais ou menos profundas das crenças e dos valores coletivos dos quais são ‘porta-vozes’”.

Foi assim, buscando compreender o contexto em que escreve Euclides da Cunha, no ano de 1902, os contrapontos que exercita entre o litoral e o sertão, as influências de sua narrativa, que nos debruçamos a refletir acerca da luta das tribos indígenas, da proposta de vida colonial, das guerras e dos extermínios que esses sofreram e tiveram de enfrentar com as expedições enviadas para o seu aniquilamento, dos descimentos, dos deslocamentos para fugir das capturas e da catequização.

Quão fortes foram estes índios? Por quanto tempo conseguiram resistir? Que armas tinham para se resguardar do inimigo? E foi pensando sobre algo que não parecia, à primeira impressão, possuir uma ligação que passamos a encontrar elementos de correspondência, de uma imagem que se espalhou, desse sertão castigado, ainda presente nos discursos atuais, sendo recorrentes para explicar e remeter ao outro sertão, aquele do período colonial, o dos tempos da colonização.

O sertão nos tempos da colônia era relacionado, para os autores com os quais trabalhamos anteriormente, Moraes (2009) e Dias (2008), com o que se afastava do litoral, os espaços que não estavam colonizados, para onde ainda se poderia expandir, o que se desejava apropriar. Nessa concepção de expansão, apresenta Ângela Domingues (2011) o artigo “Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil Colonial”, em que discute a noção de mar como fronteira. Nesse aspecto, quando expõe as justificativas do trabalho e do conceito de fronteira em Portugal, realiza uma aproximação com o termo sertão:

Outro conceito interessante foi divulgado junto do público português nos idos de 1999 pela revista *Oceanos*. Refiro-me ao que AJR Russell-Wood desenvolve no artigo “Fronteiras do Brasil Colonial”. Nele, o autor, aplicando ao caso brasileiro o conceito de Frederick Jackson Turner de “fronteira como metáfora”, sai da noção de *fronteira* como mero limite físico, territorial, político ou geográfico, para valorizar o seu significado enquanto área de interacção entre diferentes culturas: no caso brasileiro, a europeia, a ameríndia e a africana. Para além disso, justapõe *fronteira* e *sertão*, um termo ambíguo que significava “terra de ninguém”, habitado por grupos marginais ou marginalizados pela sociedade colonial. Assim sendo, o *sertão* “não era uma fronteira num sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito. Sertão não era uma palavra neutra. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do mundo civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava”. O sertão significava simultaneamente eficácia de refúgio para os foragidos da justiça, da igreja, da opressão, e hipótese de oportunidade para bandeirantes e intermediários, chegando alguns indivíduos a “fundir-se” com ele, como foi o caso de Domingos António que incorporou a palavra *Sertão* no nome. Violência, evasão e inortodoxia religiosa eram vectores que definiam a “cultura do sertão”, por vezes associadas aos confrontos que aconteciam entre as três culturas reunidas no Brasil (DOMINGUES, 2011, p. 37)

A apreciação da autora ao texto de AJR Russell-Wood, nos põe novamente o debate da imagem de sertão e mais forte aparece o termo atrelado aos grupos marginalizados, ao que se contrapunha a ordem – nesse caso, ao litoral – aquele espaço em que se estabelecem os colonizadores, os aldeamentos, os núcleos urbanos, as áreas produtivas, os serviços, a introdução do capital, a civilização. Era esse o lugar que Deus resguardava, longe dali do interior, possuidor de toda sorte de perigos e atrocidades com as quais se poderiam deparar os aventureiros.

Os invasores cada vez mais seguiam os caminhos indígenas em busca das minas e empurravam o gado no território que aos poucos e de forma perversa vai se desnudando à colonização.

Em artigo publicado nos *Anais do Museu Paulista*, a Professora Gloria Kok (2009) esclarece:

Nos três séculos iniciais do processo de colonização da América portuguesa, o espaço – convencionalmente chamado de *sertão* pelos europeus – traduzia-se em vastidão desconhecida e imprecisa, à margem dos núcleos de povoamento, das igrejas e do raio de ação da administração colonial. Tratava-se, sobretudo, de territórios de circulação dos povos nativos e, não raro, encontrava-se à mercê das conquistas espanholas (KOK, 2009, p. 91)

O artigo de Kok (2009), “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América Portuguesa”, demonstra uma contribuição das tribos com as quais os europeus fizeram contato. Essa convivência se refletiu nas informações sobre o relevo, o curso dos rios e a localização de índios, informações que possibilitaram a realização de mapas, assim como a própria expedição sertão adentro, atingindo as fronteiras – esta última ação realizada de forma segura, pela superfície e ou pela rede fluvial, escapando de todo o tipo de surpresas indesejáveis, como quedas d’água, pântanos e as áreas dos índios classificados como antropófagos.

Destros na observação do sol, dos astros e dos rastros, o sentido de orientação dos “naturais da terra” era depurado, além de serem dotados de uma aguda capacidade de percepção da geografia, da topografia e da natureza da América portuguesa. Gabriel Soares de Sousa, rico proprietário de terras e de escravos na Bahia do século XVI, notou que os nativos exploravam novos territórios com grande habilidade: “*Tem os tupinambas grande conhecimento da terra por onde andam pondo o rosto no sol, por que se governam, com o que atinam grandes caminhos pelo deserto que nunca andaram*”. Menciona o caso de dois tupinambás que, conduzidos da Bahia ao Rio de Janeiro por mar, daí fugiram e regressaram isoladamente para a sua aldeia, vencendo cerca de 300 léguas por caminhos desconhecidos (KOK, 2009, p. 92-93).

A exploração da América portuguesa, o seu desbravamento, contava com as informações mais que valiosas dos indígenas, ou seja, a ligação com os que possuíam o conhecimento das áreas que se deseja apropriar era fundamental. Kok (2009, p. 97) expõe uma carta dos oficiais da Câmara de São Paulo a Rodrigo César de Menezes, o governador, dando conta da importância dos homens da terra. Diziam tais oficiais: “sem a gente parda se não podem fazer os descobrimentos do ouro, por ser só ela a que sabe talar o sertão e navegar os rios, livrando dos perigos que nele se encontram (...)”. Outros estudiosos apontam igualmente esse convívio e as vantagens nesse primeiro momento para os colonizadores, como é o caso de Jaime Cortesão (1958).

O autor retrata as entradas para a demarcação das fronteiras com a América espanhola por conta do Tratado de Madri (1750), sugerindo a influência que os nativos tiveram para o sucesso ou não das expedições, pois como conhecedores do terreno orientavam e informavam a presença de acidentes geográficos com balizas feitas nas veredas das estradas para orientar os viajantes nos trajetos que iriam percorrer, bem como indicando o que era possível comer, tendo em vista que os exploradores não conheciam os alimentos da terra.

Sobre os primeiros mapas produzidos pelos cosmógrafos e viajantes da América Portuguesa, debate Jaime Cortesão (1958) que os índios serviram a esses como verdadeiras bússolas e mapas vivos. Para reforçar seu argumento, o autor retira do Livro I das *Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil*, de 1661, do Pe. Simão de Vasconcelos, a seguinte informação:

Falando do curso do Paraguai afirma ele: << Não são menores as riquezas de ouro, prata e pedaria, que vem descobrindo suas águas por todos os seus sertões. Aqueles índios moradores da beira-mar, as significavam a nossos cartógrafos por seus modos toscos”. E mais adiante volta a dizer: “E finalmente que eram infinitas as nações que habitavam as margens deste rio, à maneira do Grão-Pará. Tudo isto referiam aqueles índios aos nossos cosmógrafos; e tudo o tempo, descobridor das coisas, tem mostrado claro>> (CORTESÃO, 1958, p. 40).

Para que não venha a se pensar que esta realidade é algo factual, isolado, Cortesão (1958), ao longo de seu livro *Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, coloca outros exemplos dessa relação, apontando que os diálogos com os indígenas permitiram um melhor conhecimento das terras exploradas, auxiliando na construção, ou melhor, na idealização do mito da Ilha-Brasil, uma área insular, cortada por rios que não excedia pelo contrário, dava forma orgânica à demarcação proposta pelo Tratado de Tordesilhas (1494).

O autor Fadel David Antonio Filho (2011) conceitua o sertão no artigo “Sobre a Palavra “sertão”: origens significados e usos no Brasil (Do ponto de vista da Ciência Geográfica)”.

Neste, diferente do que encontramos em Kok (2009), não se exprime a presença dos indígenas:

Para a Geografia, o sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no Século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na Região Nordeste. Enquanto a produção agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior do continente. A restrição a sua marcha era somente os cursos d'água mais caudalosos ou as serranias mais formidáveis. (ANTONIO FILHO, 2011, p. 85) [grifo nosso].

O sertão é o que não é ocupado, o despovoado, o interior do território que se destina à criação de gado. Pela descrição atribui ser ele uma área inferior ao litoral que continha as plantações de cana, o ouro da Coroa portuguesa antes do descobrimento das minas. A única restrição para se acoplar ao território colonial estava nas barreiras naturais que precisavam ser transpostas.

Para nós, existem alguns problemas nessa conceitualização e a debateremos com o apoio de Moraes (2009):

O sertão não se qualifica, do ponto de vista clássico da geografia, como um tipo empírico de lugar, isto é, ele não se define por características intrínsecas de uma composição ou do arranjo de seus elementos numa paisagem típica. Não são características do meio natural que lhe conferem originalidade, como o clima, o relevo, ou as formações vegetais. O sertão não é, portanto, uma obra da natureza. (MORAES, 2009, p. 99).

E continua:

Muito menos, o sertão se qualifica pela intervenção das sociedades sobre a superfície da Terra. Não são as obras decorrentes da ação humana que individualizam tal espaço, dando-lhe uma qualificação própria pelo uso e transformação dos lugares. Não são construções específicas (ou o seu adensamento) que lhe conferem singularidade. Antes a ausência de tais elementos é que aparece como fator de distinção em sua delimitação. Também não são as atividades produtivas ali praticadas que o qualificam, (...). Ao contrário, a invisibilidade da presença humana é muitas vezes levantada como um traço característico desses espaços, não raro definidos como “vazios demográficos” ou “terras desocupadas” (MORAES, 2009, p. 99-100).

Não apenas o citamos, como ratificamos o autor, que afasta o termo de uma conceitualização que privilegia a natureza encontrada nesses lugares, pois não é o clima, o relevo que as identifica, ou melhor, que os qualifica, como sinaliza Moraes (2009), ou mesmo, o produto do trabalho humano que nessas paragens se empregou. Enfatizamos que os sertões

não eram “vazios demográficos”, não eram “terras livres” para onde se poderia expandir. Tal ideia colocaria a colonização como um processo absolutamente “respeitável”. É o que analisa Vânia Maria Losada Moreira (2010) no artigo “Vazios Demográficos ou Territórios Indígenas?”, ao narrar a história de ocupação do Rio Doce no Espírito Santo:

Como um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter seminômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram, ou até mesmo sempre foram sertões sem gente. (MOREIRA, 2010, p.138)

Como discursa Moreira (2010), é um erro pensar os sertões como vazio demográfico à espera da ação colonizadora. É fato que os dados estatísticos sobre a população indígena dos sertões são imprecisos, até porque muitas das tribos não mantinham contato com os colonos; tratava-se de estimativas elaboradas, no mais das vezes, a partir de relatos dos grupos aldeados, porém colocar a presença desses índios como irrelevante, no sentido de diminuir ou mascarar esse número, é favorecer o massacre que por aqui se instalava ao encobrir a questão indígena subjacente ao processo de expansão da colonização. Nesse sentido, o que a autora nos alerta é que essa ação estaria unida a uma racionalidade ideológica colonialista presente na Europa.

(...) está relacionada com a dinâmica da ideologia colonialista europeia, que, via de regra, minimizou ou até mesmo desconsiderou a presença das populações nativas do território de suas fronteiras coloniais. Com tal procedimento, vastas áreas da América, África e Ásia eram vistas, pelas elites européias, como regiões que estavam ou poderiam tornar-se disponíveis ao expansionismo econômico e populacional europeu, gerando com freqüência visões distorcidas e ideológicas sobre tais regiões e suas populações (MOREIRA, 2010, p. 142)

Nessa vertente, para compreensão do que aqui defendemos, afirmamos que os sertões foram invadidos por não se tratar de áreas desocupadas. À medida que sucumbiam as tribos indígenas, novos palmos de terra eram ganhos pelos colonizadores. Se tratando de região Norte, a tomada dos sertões está ligada às frentes de apropriação dos territórios, o chamado Nordeste Novo, que descrevemos a partir dos apontamentos de Magnoli (2003), interligadas à liberação das terras para as sesmarias, à abertura de estradas, à elevação das vilas, ao incentivo ao capital estrangeiro, aos aldeamentos, à catequização para conter as guerras e usar

os nativos como mão de obra, ao Diretório pombalino, e, se podermos especificar a situação do Ceará, juntamos aos já citados a descoberta das minas no Cariri – tudo estava associado.

Voltamos a Kok (2009) para identificar algumas aproximações do que estamos discutindo, pois quando a mesma trata as cartografias para investigar o sertão, este aparece representado pelo interior do território cartografado, também legendado como floresta virgem e / ou território de controle dos índios. Tentando encontrar uma ligação com o discurso da autora nos lembramos de uma carta disponível na página da Biblioteca Nacional da França – BNF atribuída a João Teixeira Albernaz de 1627. A autoria é em função de uma apresentação exposta em vermelho no documento, do lado direito, onde no final a carta é atribuída ao cosmógrafo. Não temos conhecimento se a **Figura 14** realmente se trata de sua composição.

O que nos chamou atenção na imagem foram, num primeiro momento, os nomes que aparecem em vermelho nos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia; respectivamente temos as identificações: *Tapuyas*, *Petiguares* e *Tupinanbas*. E por último a imagem desses como “área deserta”, nos levando a acreditar no desconhecimento do território pela falta de elementos nessa parte do documento.

Figura 14 – Mostraç na prezente carta a descripção de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba... na boca do rio da Prata. Feitas em Lisboa.. 1627 / por Joao Teixeira...

Fonte: Biblioteca Nacional da França, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8458442n>

Em virtude da dimensão do desenho, para certificar as informações aumentamos o **zoom** na parte correspondente às descrições mencionadas. Temos assim a **Figura 15** trazendo parte do Maranhão e o norte da Bahia.

Figura 15 – Pormenor do Mapa Mostraça na presente carta a descripção de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba... na boca do rio da Prata. Feitas em Lisboa.. 1627 / por Joao Teixeira...

Fonte: Biblioteca Nacional da França, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8458442n>

Existe outra cartografia, agora do ano de 1640, encontrada no trabalho de Arraes (2012) e que mostra área similar à que mostramos no documento atribuído a João Teixeira Albernaz. Assim como a anterior, suas exposições têm o objetivo de afugentar a ideia dos sertões enquanto vazios demográficos. Intencionalmente procuramos por uma cartografia que os identificasse, no caso, os sertões a partir da presença indígena. Nesse sentido se encaixa em nossos esforços o mapa do cartógrafo holandês Joan Bleau, que aparece especificado pela **Figura 16.**

Figura 16 – Nova et accurata Brasiliaetotius tabula, publicada por JoaneBlaeu, 1640

Fonte: ARRAES, Damião Esdras Araújo. Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX, 2012. p. 66.

Da mesma maneira que realizamos com a **Figura 15**, ampliaremos a imagem, aumentando o **zoom** na parte do mapa contendo as informações especificadas acima, deixando à mostra na, **Figura 17**, o que aparece como Capitania do Maranhão até o representado pela Capitania da Bahia. Mais evidente se mostra o nome dos rios já mapeados; a representação das rotas fluviais estão mais detalhadas, pelo menos as que se apresentavam na faixa litorânea

e as delimitações de boa parte das Capitanias que conformaram, tempos depois, a região Nordeste. O contorno destas últimas ainda não se aproxima do que atualmente conhecemos: suas fronteiras eram móveis, estavam se definindo, e se expandiram rumo ao interior da colônia lusa, apresentado em cor marrom.

Figura 17 – Pormenor do Mapa Nova et accurata Brasiliae totius tabula, publicada por Joane Blaeu, 1640

Fonte:ARRAES, Damião Esdras Araújo. Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX, 2012. p. 66.

Assim como as **Figuras 14 e 15**, que mostram a parte destacada do Mapa atribuído a Albernaz, não encontramos uma descrição mais detalhada dos sertões, reforçando nossa ideia de área desconhecida pelos colonos, logo não conquistada, de habitações escassas e de poderio indígena, pois nesses últimos, ou seja, nas **Figuras 16 e 17** também aparecem a identificação de tribos, os *Tabaxares*, os *Tiguare*s e os *Tapuyas*, trazendo o exemplo das que se concentravam, segundo o autor, no território do Ceará. No século XVII a área pertencente a essa Capitania não estava colonizada. A primeira vila é de 1700. Nesse território uma população pequena e com modesto recurso se concentrava nas margens do rio Jaguaribe, como nos trouxe em exemplo o trabalho de Azevedo (1956), e nesse momento os confrontos com os indígenas foram registrados em correspondências enviadas ao Conselho Ultramarino ou ao governador de Pernambuco, que a tinha como Capitania subalterna.

As **Figuras 14 e 16** colocam a área do rio Jaguaribe no meio das tribos Tapuias [Tapuias]⁵³, nos levando a crer que as investidas dos colonizadores se deram sobre as suas terras, o que traria uma explicação para as descrições de tantos conflitos na área. Em seu trabalho de dissertação, Arraes (2012) também registrou a incidência de desentendimentos entre colonos e índios, agora no Maranhão e Piauí, pelo uso e posse das terras tomadas na instalação das fazendas e no pastoreio do gado. Eram comuns as lamentações dos saques aos bovinos, o que forçou a Coroa a se posicionar e decretar guerra aos indígenas:

Vendo os rendimentos reais afetados pelo arremetida dos colonos portugueses para outras regiões do sertão, as autoridades oficiais puseram em pauta a necessidade de uma guerra àquelas tribos hostis. A tática envolveria patrocínio da Corte, feitos por donativos em dinheiro, já que os moradores daquelas paragens eram miseráveis e não poderiam abarcar sozinhos tal empreitada (...) (ARRAES, 2012, p. 60).

Toda essa situação impôs outra organização espacial, pois os indígenas estavam não somente representados nos mapas como agiam sob o território colonizado, sendo necessário para além de conhecer as tribos estipular uma área para o seu convívio. Por alguns séculos foram os sertões o local que a Coroa se viu obrigada a destinar aos nativos, o que, contudo, passa a mudar em finais do século XVII se consolidando por todo o XVIII. Impelida a destinar, porque nessas áreas havia um número significativo de tribos, uma concentração ignota de nativos povoava o interior da colônia que se aglomerava com a chegada de grupos expulsos do litoral, fazendo com que o contingente para as entradas aos fundos territoriais e

⁵³Nessa mesma área em trabalho já apresentado, *Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará* de Pedro Théberge (1973), o autor identifica a presença de tribos da raça Tapuias, utilizando de suas palavras: *No Ceará predominava a raça Tapuia, que ocupava quase toda a sua superfície, (...)* (Ibidem, p. 18).

captura de nativos se fizesse cada vez maior. Eram mais dias pela mata até a emboscada, o que aumentava as chances de um insucesso pela falta de alimento, de água para a tropa, que se jogava no desconhecido.

A Coroa portuguesa não financiava essas investidas, somente em casos pontuais, como o que se retratou na citação acima. Outro fator de contratempo dessas atividades é a introdução da mão de obra escravizada africana, o que coloca em risco os rendimentos da primeira pelo abastecimento dos postos de trabalho que antes eram supridos pela subjugação dos índios.

Quando analisava a colonização do Ceará – até finais do XVI, compreendido como fundos territoriais⁵⁴, os sertões das Capitanias de Pernambuco e Maranhão, para associar esse território a outros, ou seja, com o que já estava sendo colonizado – em artigo, “Um capítulo da História do Ceará: ligeiras retificações”, J. B. Perdigão de Oliveira (1890) realiza o seguinte pronunciamento:

Progredindo a colonização, tiveram os novos habitantes do paiz de entrar em luta com os antigos senhores do terreno, porque não obstante cederem estes quase sempre o lugar que ocupavam, logo que os Europeus formavam qualquer estabelecimento; contudo muitas vezes voltando dos bosques, onde se internavam, aos lugares precedentemente abandonados, faziam grandes estragos nos novos estabelecimentos, e nos seus proprietários, que em desforra e para intimidar as hordas bravias, as iam acommeter, destroçar e cativar (OLIVEIRA, 1890, p. 119)

Oliveira (1890) nesse artigo fala de expedições aos sertões para extermínio dos indígenas, “as incursões dos particulares não podiam reprimir tanto dano e coibir os indígenas, interveio o governo”. As expedições do governo do Ceará ficavam a cargo dos capitães-mores e aconteciam a partir da apresentação de documentos da época, no início do século XVII. Essa declaração, assim como a de Arraes (2012), realizada um pouco a frente, nos coloca a inferir que a conquista desses, até então, fundos territoriais se deram a partir do aniquilamento dos grupos indígenas que o habitavam; portanto, à medida que os nativos sucumbiam as terras passavam para o poderio português.

Na citação acima, dois pontos são esclarecedores para finalizarmos qualquer dúvida da existência de índios nessa Capitania, e desmistificar o que contrapúnhamos anteriormente, dos sertões enquanto vazios demográficos.

Primeiro a constatação da perambulação dos índios por todo o território, “quando voltavam dos bosques”, para nós apresenta a imagem de que exatamente por um convívio e

⁵⁴Retomando as palavras de Moraes (2002, p. 88), o Ceará seria esse estoque de espaço destinado a apropriação futura, ou seja, o lugar de realização da expansão da colônia.

conhecimento das terras em determinada época do ano eles migravam para outras áreas, e passado esse período retornavam “aos lugares precedentemente abandonados”, se deparavam com os colonizadores e, na tentativa de retomar o que era seu, guerreavam.

Em segundo lugar, há a constatação de um número considerável desses nativos, pois o autor utiliza a expressão “horda bravia”, que nos remete a multidão, e ainda a povos nômades.

Não podemos encerrar sem mencionar que, assim como os índios, os escravizados africanos também se refugiaram nos sertões. Os quilombos eram comunidades para os negros fugidos, que conseguiam escapar de seus cativos. Procuravam assim lugares de difícil acesso para dificultar uma recaptura – é o caso do instalado na Serra da Barriga, hoje região pertencente ao Estado de Alagoas, conhecido por quilombo de Palmares. Durante cerca de oitenta anos eles resistiram às investidas da Coroa portuguesa, sucumbindo no final do século XVII com a morte de seu líder, Zumbi. Os quilombos também abrigavam indígenas e fugitivos da lei, de modo que os sertões representavam para eles uma oportunidade de organização.

3.1. A invasão do Ceará

O Ceará experimentou suas primeiras tentativas de colonização no século XVII, nos diz Maria Salete de Souza (2005). Essa é a afirmação que aparece no artigo “Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades”, publicado na coletânea *Ceará um novo olhar geográfico*.

Não é difícil de encontrar outros historiadores que concordam com essa argumentação, o que, no entanto, nos traz Souza (2005) é a associação desse momento com as instalações dos fortes naquela Capitania. Pontua a autora que se ergueu em 1603 o fortim de São Tiago e em 1612 o Forte de São Sebastião, os dois levantados na *barra do rio Ceará*. Ambos não se desenvolveram “em função das dificuldades enfrentadas, seja pela inexistência de um bom porto natural ou pela distância dos mananciais de água potável, além das hostilidades indígenas” (Ibidem, p. 14). Já no ano de 1649 é a vez do forte Schonneborch, que com a expulsão dos holandeses em 1654 passou a se chamar Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, situado às margens do riacho Pajeú. Para os três exemplos se tratava de elevar povoados com a função militar, o que nos dois primeiros contou com a rivalidade indígena e

tão logo os portugueses não conseguiram prosperar; no último só foi possível sua retomada dos rivais holandeses com a ajuda dos nativos, que ao lado dos portugueses guerrearam.

Assim caminha a história dessa Capitania, um processo constante de confronto e consonância entre indígenas e colonos, mas também entre tribos rivais, entre famílias oponentes. Isso tudo para consolidar um poder, uma posse sobre o território, sobre as terras produtivas, as que poderiam ser apropriadas pelo capital com a instalação de uma estrutura manufatureira – mesmo que insciente, com as fazendas ainda na criação do gado para os engenhos, o que se altera com o processamento da carne seca, do charque, mas também do beneficiamento do couro, destinados à exportação. Não se tratava, entretanto, de uma disputa impulsionada pela conquista de áreas para a ampliação do plantio da cana-de-açúcar ou para a exploração de ouro, por mais que boatos de uma extração de metais preciosos nas minas do Cariri, região sul do atual Estado, tenha estimulado uma corrida àquelas paragens. Em verdade, boa parte do Ceará se depara encravada em clima semi-árido, como Maria Eliza Zanella (2005) sinaliza no artigo “As características climáticas e os recursos hídricos do Estado do Ceará”. O que nos põe a pensar – atrelando ao que foi pronunciado – sua história por outros vieses, diferentes daqueles que propeliram a conquista do litoral de Pernambuco, da Bahia, ou do interior da colônia na região onde se situa o Estado de Minas Gerais.

A maior parte do Estado do Ceará localiza-se nos domínios do clima semi-árido – caracterizado por um período chuvoso curto e irregular – e um período seco prolongado. Durante o período chuvoso, os rios apresentam considerável volume de água, mas secam completamente nos meses de estiagem. O caráter temporário dos rios cearenses, repercute na disponibilidade dos recursos hídricos em muitos municípios, principalmente naqueles localizados no sertão. Além disso, as elevadas taxas de evaporação contribuem para perdas expressivas da água (...) (ZANELLA, 2005, p. 169).

Pensando essa realidade diferenciada, não somente pelas particularidades naturais e climáticas desse território – “[compreendido] antes de tudo [como] uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história”(MORAES, 2011, p. 21) –, que estava sendo formado, gestado, por uma interação de fatores, sejam esses físicos, econômicos e sociais, entendido pelo convívio e pela defrontação que a colonização impunha aos diferentes grupos que o habitavam, onde a natureza trazia uma estrutura geomorfológica particular com a presença de um relevo acidentado de áreas de serra, ou plano nas faixas de praia e nos tabuleiros pré-litorâneos, mas também de depressões e maciços residuais no sertão. Não defendendo uma abordagem determinista, condicionando um modo de vida para essas áreas, apesar das

circunstâncias de convivência, com um clima semi-árido, com a escassez de chuva durante alguns períodos do ano, que intervinham na vegetação, nos rios e nos solos, não propícios à plantação de cana, como o vislumbrado nas Capitanias vizinhas, mas sim, a uma agricultura de subsistência⁵⁵ e ao pastoreio do gado. O que se pretende com a descrição é acentuar um contexto particular, creditar que os acontecimentos narrados para Pernambuco, por exemplo, Capitania com a jurisdição do Ceará até os anos finais do século XVIII, não tomaram as mesmas proporções na sua Capitania subalterna. E isso não somente em virtude dos aspectos naturais levantados, que não condicionaram, mas influenciaram. É o caso da escolha de certos cultivos, daqueles que melhor se adaptavam às circunstâncias encontradas.

Trazendo o debate de *escala*, dizemos com outras palavras que o Ceará é a escala local, a particularidade não desprendida, não destacada de um contexto maior, de influência com uma escala nacional e mundial⁵⁶, passível de análise ao se confrontar com estas outras que o absorvem, o reproduzem e o diferenciam. Logo, ele é esse território que “emerge como uma totalidade (...), um espaço dotado de uma historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada ‘formação econômica e social’ (MORAES, 2011, p. 21).

⁵⁵ O que se chama de cultura de subsistência, nessa parte do texto, está relacionada com a plantação de gêneros alimentícios para o consumo interno de sua população, se tratava do plantio do milho, do feijão, da mandioca e do arroz.

⁵⁶ A escala mundial, pensando com Immanuel Wallerstein (1974) a partir teoria do moderno sistema mundial, que apresenta a formação de uma economia-mundo. De uma forma simples, podemos dizer que é uma interação dos Estados Nações que não se apresentam igualitariamente, não nas mesmas proporções, como exemplo poderíamos citar Portugal e a Inglaterra e os contextos expostos no primeiro capítulo com os acordos firmados entre ambos que dão conta da influência e superioridade dos ingleses. Assim seja por estratégias e mecanismos políticos e militares determinados Estados Nações, em épocas diferentes (Holanda no século XVI e parte do XVII; Inglaterra do século XVII indo ao XIX) exercem influência sobre os demais, que desta forma não se apresentam enquanto áreas centrais, mas sim periféricas ou semiperiféricas, o que permite sua exploração. Mais didático é Marcelo Wener da Silva (2012, p. 11) em artigo para a Revista Terra Brasilis – A Geografia e o Estudo do Passado: conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais – *Forma-se uma economia-mundo, porque no moderno sistema mundial nenhum Estado Nacional tem força, sozinho, para impor uma centralização política e estabelecer um “império-mundo”. Por isso temos, na verdade, um “sistema interestatal”, com os Estados Nacionais mais fortes, através de mecanismos políticos, diplomáticos e militares, concentrando atividades ditas centrais em seus territórios. No entanto, historicamente constatamos que o balanço de forças do sistema interestatal leva à hegemonia de um estado central, que podemos associar ao conceito de imperialismo. Imperialismo porque essa hegemonia leva à dominação de fato de regiões periféricas, ainda que não de direito. Segundo Arrighi (1996, p. 27), “(...) o conceito de ‘hegemonia mundial’ (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”.*

3.2. As primeiras tentativas de instalação

Quando da solicitação das sesmarias, os primeiros registros de ataques entre índios e colonos se deram em áreas próximas às margens dos cursos d'água, pois as fazendas inseridas nesses espaços tomavam as terras e expulsavam os índios para áreas mais adentro do território, das quais esses não possuíam identidade, se tratando também de locais ocupados por outras tribos rivais. “Os primeiros sesmeiros da ribeira do Jaguaribe receberam as datas, cujo principal intento era criar gado. A expansão das fazendas de gado nesse local se deu mediante o confronto com os habitantes autóctones⁵⁷”, descreve Maria Edivani Silva Barbosa (2004, p. 39) na dissertação *Aracati (CE) no Período Colonial: espaço e memória*, o que igualmente vínhamos pontuando de forma sistemática ao longo do texto. Para a autora, a entrada dos colonos no Ceará se deu do litoral ao interior:

Nessa caminhada incerta, os colonos migravam com suas famílias, tangendo à sua frente o gado, e sem itinerário determinado, começaram a penetrar nas terras cearenses, ocupação esta que se deu a partir da área litorânea em direção ao interior. Os vales dos rios constituíram-se nas principais vias de penetração dos colonizadores oriundos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. (BARBOSA, 2004, p. 46).

Nessa fase de implantação da conquista e expansão territorial que trata Barbosa (2004), reforçando a introdução dos colonos aos fundos territoriais, a faixa litorânea da região Norte da colônia era a principal área econômica, onde crescia uma economia de exportação. Articulada a elas, se espraiando pelo interior, uma economia de subsistência avançava sob um solo e um clima diferentes dos encontrados no litoral e que estavam à disposição do abastecimento da crescente população que se aglomerava nas regiões açucareiras. Na

⁵⁷Dando continuidade a essa citação, Barbosa (2004, p. 39 - 40), nos diz que para o colonizador os indígenas se apresentavam com um obstáculo a colonização, uma visão que muda quando estes passam a ser vistos como estoques populacionais que favoreciam o empreendimento colonial ao desonerar os mesmos da necessidade de realizar um povoamento laborial para encaminhar a produção. Uma ideia que ela compartilha de Moraes (2002, p. 82 - 83), com as palavras do autor: *Em meio à variedade, alguns elementos destacavam-se como atrativos [ou empecilhos] locais, podendo ser considerados verdadeiros vetores da colonização. A existência de estruturas produtivas em funcionamento, gerando produtos que possam ser qualificados como mercadoria em qualquer parte do império, emerge como uma dessas favorabilidades. Neste caso, a obra colonizadora se traduz na subordinação de tais estruturas e sua incorporação nos fluxos da economia metropolitana. O outro atrativo que não pode ser minimizado são os estoques populacionais. A existência de mão-de-obra local disponível aparecia como um handicap significativo para o empreendimento colonial, pois o desonerava da necessidade de realizar um povoamento laborial para tocar a produção, diminuindo seu custo de instalação e manutenção. Porém, a presença de populações numerosas e de organizações políticas mais complexas (estatais, por exemplo) também podia representar maior resistência à conquista, tornando-se obstáculo ao processo de colonização.* Trazendo a particularidade do Ceará e, dizemos que os indígenas durante todo o início da colonização até o século XVII representaram um obstáculo a colonização daquela Capitania.

contramão dessa estrutura que se montou para a instalação dos engenhos e com eles a introdução de capital estrangeiro nas áreas de produção, a Capitania do Ceará ficou para muitos pesquisadores, dentre eles os intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – IHGACE⁵⁸ e, igualmente, Jucá Neto (2007), esquecida.

Quando escreve a respeito do comércio marítimo para a *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, pontua Carlos Studart Filho (1937):

Revertera o Ceará, mais uma vez, à plena posse da corôa lusitana. Situado fóra da róta das especiarias, sem productos que pudessem, pelo seu valor, desafiar a cobiça dos descobridores, presos ainda ao fascínio das minas sertanejas e da riqueza do levante, continuou, porém nossa terra, completamente desamparada do governo português (STUDART FILHO, 1937, p. 309)

Tomava corpo, se consolidava no final do século XVII, o processo de invasão do Ceará e pesquisadores (FURTADO, 1987; JUCÁ NETO, 2007; SOUZA, 2005) entenderam que se tratava de uma *ocupação tardia*, trazendo como justificativa a introdução da pecuária já em andamento nas Capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com a inserção desses territórios nas políticas mercantilistas a partir da exportação de sua produção, a exemplo do que ocorreu com o açúcar no século XVI, se alastrando até o século XIX. Falar de *ocupação tardia*, todavia, não se trata necessariamente de associar a desinteresse, ou ao desamparo daquele espaço ao governo português, como pronuncia Studart Filho (1937) na citação acima. Ao contrário, é preciso compreender esse como processo de apropriação dos espaços implantado sob a ótica da acumulação primitiva de capitais, à medida que essa se expande ela incorpora novos espaços, se organiza e os modifica, os insere num fluxo de capitais que os aproximam de outros espaços e os diferenciam pelas suas particularidades.

Exemplificando, os primeiros espaços incorporados na América portuguesa foram aqueles onde se desenvolveu a produção açucareira, para depois, quando já consolidados, avançarem sob outras áreas – sendo este um movimento congênito – para garantir sua expansão e reprodução chegam, agora, aos fundos territoriais, e aqui o criatório de gado aparece para revestir de sentido a integração desses espaços à esfera da circulação de mercadorias, e assim o que os aproxima como espaços de produção os diferencia pelo que nesses é produzido, indo do açúcar ao couro, passando pelos metais preciosos e chegando ao

⁵⁸Os institutos Históricos estavam engajados na luta contra a fragmentação territorial, e também na criação de uma identidade nacional própria para a nova pátria. O primeiro deles o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB criado na capital do império, no Rio de Janeiro em 1838 é analisado em trabalho da pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz (1993), intitulado: *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*.

algodão. Cada atividade econômica articula uma organização dos espaços e uma divisão do trabalho que confere a esses particularidades que os distinguem dos demais.

Argumentando sobre a valorização dos espaços, diz Moraes (2002).

Em face desse equacionamento, a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar. O quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história (MORAES, 2002, p. 57).

Pensar o processo de tomada e saqueamento da Capitania do Ceará pelos europeus, a partir da marcha da valorização dos espaços coloniais, já que este movimento está diretamente ligado à sua formação territorial, como conduz a análise de Moraes (2002), é o caminho escolhido. Nesse sentido, investiga-se as particularidades deste território em formação e, para tanto, inicia-se pelo que aponta Jucá Neto (2007) a partir de uma explicação fundamentada em Castro (2005)⁵⁹:

Até a expulsão dos holandeses em 1654, a ocupação do Ceará restringia-se ao seu litoral, mais especificamente à antiga fortificação, onde hoje se encontra o Forte de Nossa Senhora da Assumpção, em Fortaleza. Após a saída dos batavos, a Capitania foi relegada ao mais completo abandono por toda segunda metade do século XVII. Castro expõe o abandono. Por um lado, as infindas praias cearenses “perlongadas por dunas movediças não despertavam à primeira vista qualquer convite à exploração econômica”. Por outro, “resgatado o Maranhão, o Ceará perdera a condição de ponto de apoio para as ações militares”. Além destas, uma causa natural agravava a situação, pois as “correntes marítimas” e os “ventos contrários [...] que sopravam entre o litoral norte cearense e as praias dos Lençóis maranhenses” eram desfavoráveis à navegação de “retorno de São Luís à costa leste brasileira”. Diante do impasse, foram estabelecidas “ligações diretas do Pará e do Maranhão com Lisboa”, induzindo a criação do “Estado do Maranhão e Grão Pará em 1621, independente do Estado do Brasil”, com sede em Salvador. Com a América Portuguesa administrativamente bipartida, a Capitania do Ceará tornou-se “terra de ninguém: pertenceu de início ao primeiro daqueles Estados, depois ao outro, sendo finalmente declarado Capitania subalterna dos governadores de Pernambuco”, até 1799 (CASTRO, 2005, p. 21).

⁵⁹O trabalho ao qual se faz a referência é: CASTRO, José Liberal de. *A Fortaleza de Nossa Senhora da Assumpção da Capitania do Ceará Grande*. Pleito de Tombamento. Formulada ao IPHAN. 2005. Não foi publicado.

O primeiro argumento exposto na citação que se enfatiza é a questão das praias e seus extensos cordões de dunas móveis. A faixa litorânea da Capitania do Ceará ou planície litorânea é formada a partir da acumulação de sedimentos arenosos, fortemente remexidos pela ação eólica, ou seja, de contínua mobilização das partículas de areia (SOUZA, LIMA, PAIVA, 1979). A ação e direção dos ventos imprimem os contornos e a deposição desses sedimentos que se modificam ao longo do dia, ou mesmo, da época do ano.

Motivada pela excessiva dinâmica sólida e pela deficiência de atuação da pedogênese, a planície litorânea pouco representa em termos de ocupação agrícola. Apenas nas dunas edafizadas, a lavoura de subsistência, particularmente através do plantio da mandioca, chega a ter algum destaque. Coqueirais são rotineiramente observados neste compartimento geomorfológico (SOUZA, LIMA, PAIVA, 1979, p. 79)

A planície litorânea possui solos de baixa fertilidade natural, arenosos, constituídos basicamente por grãos de quartzo, que variam de profundos a pouco profundos (PEREIRA, SILVA, 2005) e que por isso não possuía as condições para o plantio da cana-de-açúcar, o que em primeiro momento pode ter contribuído para uma não ocupação efetiva dessas áreas, ainda no século XVI. Concomitantemente, as dunas móveis encontram-se também as chamadas dunas semifixas e as fixas, estas edafizadas com uma vegetação que vai de pequeno porte, com espécies herbáceas e gramíneas a uma vegetação arbustiva. Vegetações essas importantes tanto para a estabilização desses ambientes arenosos, como para a conservação do lençol de água subterrânea, que favoreceu a implantação de uma agricultura de subsistência e de um extrativismo vegetal.

O segundo argumento, novamente dialogando com Castro (2005) *apud* Jucá Neto (2007), é referente ao alerta para as ações das “correntes marítimas” e igualmente dos “ventos” que chegam à costa do Ceará e as dificuldades ao retorno do Maranhão, ou seja, das embarcações que saíam de São Luís com destino à costa de sua Capitania subalterna. Segundo o autor, existia uma dificuldade de aproximação das embarcações a essa costa, especificamente onde se concentra os atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, fato que também é defendido por outros autores, como Studart Filho (1949) em publicação sobre os “Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão”, para a *Revista do Instituto do Ceará*. Diz esse autor que sob a ação dos ventos e posteriormente das correntes marítimas,

(...), a enorme massa de material transportado ora recobre largos trechos de terras planas e chega mesmo a alcançar zonas de cultura e habitação, ora invade a foz dos rios de pouca importância que aí defluem, entulhando-as ou desviando-as para N. e N.O (STUDART FILHO, 1949, p. 178).

O que nos leva a acreditar que os ventos que sopravam por essas costas poderiam jogar embarcações para áreas distantes da Capitania do Maranhão - que englobava os três *Estados* já citados acima, ou mesmo empurrar essas em direção à praia e avariar as mesmas na batida aos bancos de areia e de corais, pelo desconhecimento da tripulação das navegações em tais águas.

Dando ênfase ao que se afirma, continua Studart Filho (1949):

Facilitando, de um lado, a marcha dos barcos que iam para o poente, pois actuam, como vimos, de maneira quase constante naquela direção, e, de outro, tornando excessivamente arriscada e trabalhosas, quando não impossibilitando de todo, as viagens para barlavento, as correntes oceanicas e aéreas orientam durante largos decénios, sempre no rumo do oeste as derrotas dos grandes e pequenos veleiros que por aí seguiam costeando (STUDART FILHO, 1949, p. 179)

Com correntes marítimas adversas, a navegação, contra os ventos que sopravam boa parte do ano no sentido oeste, se aponta as dificuldades de uma ocupação; melhor seria dizer, marca-se os obstáculos ao reconhecimento dos territórios pertencentes ao Maranhão numa travessia marítima que pretendia contornar o seu vasto litoral e demarcar áreas para a realização de algumas feitorias. Caso necessitasse estabelecer contato com Pernambuco ou Bahia, áreas de maior concentração populacional à época, deveria se enveredar mata adentro numa jornada de alguns meses, como descreve Studart Filho (1937a, p. 17) no artigo “Vias de Comunicação do Ceará Colonial”: “*Em 1626, informa-nos, Martim Soares Moreno, gastava-se em média de 5 a 6 meses para vencer esse longo rodeio*”. O que tornava o contato com a metrópole por vezes mais fácil que o reconhecimento de sua Capitania subalterna, como também atesta:

O Maranhão se separa de outros portos brasileiros por correntes marítimas desfavoráveis. Durante grande parte do ano as navegações à vela são mais fáceis entre Portugal e Maranhão, que entre Maranhão e Ceará ou o Pará. Salvador (1627) informa que plantas e animais domésticos foram levados por navios a partir de Recife, em 1615 (MACHADO, MACHADO, HAMAKAWA, 2011, p. 09).

Utilizando uma fala do historiador Barbosa Lima Sobrinho, ainda no referido artigo para RIC, Studart Filho (1949) acredita que a história dessa porção do Brasil pode ser conhecida ou identificada por uma *crônica de naufrágios*, tendo em vista que:

Ventos, caprichosos, correntes desnorteantes, o acentuado desnível das águas, oriundo das fortes marés, as vagas, que castigam a costa sem cessar, os baixios e os abrolhos, tornam os mares do Brasil Norte-Oriental cheios de perigos e os fazem

sobremodo incertos e árduos às singularidades das embarcações que navegam chegados à praia (STUDART FILHO, 1949, p. 179).

O mesmo inconveniente da travessia do Maranhão para o Ceará alertou Arraes (2012):

As dificuldades de navegação na costa maranhense interferiam nas transações econômicas e culturais entre a capital da colônia, Salvador, e a capital do Estado do Maranhão. Até o litoral cearense, a presença de baixios perigosos, arrecifes e correntes contrárias à navegação fizeram do trajeto pelo mar um dos mais difíceis de realização. O pe. jesuíta Antônio Vieira provou dessa peculiaridade marítima quando disse: uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano he a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito pelas pertinácias dos ventos e perpetua correnteza das águas (ARRAES, 2012, p. 67).

A realidade que as citações trazem para a reflexão é a de quão complicada poderia ser a aproximação dessa área onde se situa a Capitania do Ceará pelo mar, e que a ação dos ventos, das correntes marítimas associados aos solos da planície litorânea podem identificar o porquê do seu apoderamento somente em anos finais do século XVII. Todavia é importante ressaltar que as entradas do Maranhão com destino ao Ceará, ou Pernambuco, que ocorriam por terra, não seriam mais fáceis, pois junto com o desconhecido caminho a desbravar o outro ponto crucial era o enfrentamento com os indígenas e a falta de soldados para tal empreitada⁶⁰.

Diante do exposto, fica patente que não se trata de associar esse momento a um abandono das terras pela Coroa Portuguesa, mesmo que como justificativa se utilizasse a sua distância das áreas de fronteira com a colônia espanhola incentivadas ao povoamento para a demarcação de uma posse que era sustentada pelo *uti possidetis* nos acordos de limites, ou o argumento de solos não adequados para o plantio da cana de açúcar, a não descoberta de metais preciosos. Ao contrário, se trata de relacionar essas particularidades a respeito da produção econômica somando aquelas de aspectos mais naturais, das quais nos detivemos em parágrafos anteriores, agregando a isso a luta dos índios, que naquele território sobreviveram se contrapondo ao processo de colonização, apresentado em detalhes no segundo capítulo, quando se apresenta o Ceará como espaço de resistência.

Discutindo os primeiros caminhos na América portuguesa, aponta-se que os colonos utilizavam dos contatos com os indígenas, tendo em vista que esses conheciam o território e possuíam habilidades para lidar com as adversidades do clima e do relevo. A história está cheia desses relatos; o fato é que para esse momento específico da conquista das terras

⁶⁰No artigo, Vias de Comunicação do Ceará Colonial, de Carlos Studart Filho (1937a), citado anteriormente, existe uma descrição de uma série de situações adversas que vai desde o encontro com os nativos, passando pelas contrariedades do relevo ao inconveniente de animais peçonhentos.

pertencentes ao Ceará, eles, os caminhos terrestres, eram muito importantes, pois a chegada pelo mar se fazia com bastante precariedade. Por terra umas das adversidades eram as tribos indígenas e o confronto com os europeus ultrapassou séculos. No esforço de trabalhar a ideia da conquista, agora, pela via terrestre, o destaque fica para o revelo acidentado daquela região, onde nas bordas se encontravam pela divisa com o Piauí a Serra da Ibiapaba, e, mais ao sul, a Serra Grande; com Pernambuco, o obstáculo se fazia com a Chapada do Araripe; na Paraíba os terrenos ficavam oscilando em alturas de duzentos a mais de quinhentos metros acima do nível do mar, como aqueles na Serra do Pereiro, e no Rio Grande do Norte era a Chapada do Apodi. Nessas elevações o clima era mais ameno, os solos mais férteis para a agricultura e os rios corriam durante todo o ano, realidade bem diferente do encontrado nas descrições do clima semi-árido. Dito assim compreensível o texto de Théberge (1973), que, ao descrever os índios que habitavam o Ceará, os localiza nessas áreas, informações utilizadas para a realização do mapa *Territórios indígenas no Ceará – Século XVI e XVII*, em destaque no segundo capítulo.

Imaginemos como era difícil transpor algumas dessas barreiras naturais com os recursos da época, uma situação inclusive diagnosticada quando das expedições demarcatórias que se utilizava de tais aspectos físicos para estabelecer os limites com a colônia espanhola, estratégia também encontrada para balizar as fronteiras internas do seu território. Sublinhando essas considerações, pensemos, então que, conseguindo adentrar nesse espaço e sofrendo com o clima semi-árido, a irregularidade das chuvas, e com os rios intermitentes, esses colonos migram para outras áreas, entretanto essas se encontravam ocupadas pelas tribos indígenas, e diante disso eles recuam; não tendo como se fixar retornam para o que já estava povoado, para o litoral leste, tendo em vista, no caso do Ceará, que a sua zona litorânea não sustentava uma agricultura, pela qualidade dos solos e das rajadas de vento como diagnosticou Studart Filho (1949), mas também, não se podendo esquecer, pela presença de índios da raça Tapuias, que os mapas do início deste capítulo identificavam. Esses fatores associados explicam em parte os fracassos com a instalação dos fortes do início do XVII na Barra do Rio Ceará, que aparecem na apreciação de Souza (2005). Com outras palavras se pode dizer que os colonos se deparavam com as adversidades do clima, ou com os grupos de nativos, e resistiam; a ajuda demorava a chegar, as estradas eram ruins, e não devemos esquecer quando, no primeiro capítulo, trouxemos elementos que atestam que a situação econômica e o contingente populacional da Coroa portuguesa, quando da tentativa de colonização das terras sul-americanas, não eram boas, situação não muito diferente no século XVII. Situação também

observada por Stuart Filho (1949), pois tratando da divisão de grandes faixas de terras nas Capitanias hereditárias, destinadas a um único dono, afirma:

A exiguidade da população reinol e dos poucos recursos pecuniários da Coroa não permitiam, portanto, ampliar tais disposições, criando, por conta do tesouro nacional, grandes centros de colonização em todo o litoral brasileiro (STUART FILHO, 1949, p. 195)

Ou ainda como atesta Jucá Neto (2007):

O território cearense - como meio natural e base material da existência - não se apresentou nada favorável à fixação dos primeiros conquistadores. A conquista aconteceu de forma bastante violenta. Somente passado o medo da região, os desbravadores construíram suas fazendas e levaram suas famílias para o sertão. O medo era resultante da adversidade climática e da resistência indígena. Durante o século XVIII, a seca manifestou-se por cinco vezes por todo o Nordeste: 1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; e 1791-1793. A Guerra dos Bárbaros foi apenas um dos capítulos da sangrenta conquista. Além do embate com os índios, as brigas entre os sesmeiros também coloriram de sangue a colonização (JUCÁ NETO, 2007, p. 298).

Assim se enfatiza que sem um número razoável de pessoas para desbravar e sem recursos para destinar na obra, com o que contava Portugal para garantir a conquista de novos territórios, daqueles que ficavam mais adentro da colônia? Contava com a empreitada de seus donatários, com os capitais estrangeiros, com os tratados e acordos comerciais, com o aprisionamento dos nativos e a utilização desses na empreitada colonizadora, com a escravização de africanos e a exploração das riquezas encontradas e produzidas nas terras coloniais.

Toda essa estratégia se consolida ao longo dos séculos e é narrada por pesquisadores pelo processo de colonização sofrido pela América Portuguesa, mas ocorrem, ou melhor, se instalam em tempos distintos e de diferentes formas nesse território que ainda não existia como unidade. Uma imensidão territorial, desconhecida e parcamente habitada por europeus que precisava ser desconstruída para agora se formar território pelos valores e padrões ocidentais. Porém isso é uma escala desse processo; existem outras. Não esqueçamos as articulações propostas por Wallerstein (1974) para pensar a conformação do sistema-mundo, sendo ilusório crer que a colônia portuguesa estivesse apartada disso. Todavia ela não se encontra na mesma dimensão que a sua metrópole, do que a Inglaterra, por exemplo, não sendo observada na mesma intensidade em Pernambuco e na sua Capitania subalterna, o Ceará.

3.3. A população e os embates pelo uso e posse das terras

Segundo Francisco José Pinheiro (2008), das duzentas e oitenta e oito doações de sesmarias, cerca de aproximadamente sessenta e seis por cento se destinavam à atividade da pecuária. As análises dos documentos de doações e solicitações de sesmarias possibilitaram ao referido autor a construção da **Tabela 6**. Contudo, esse avanço aos fundos territoriais, conquistando palmo a palmo de terra, com pólvora e com bala, apresenta singularidades próprias. É o caso da divisão do trabalho, que nas fazendas de gado se implantou diferente do que se observava nas áreas de engenho. Porém, por ora, vamos à análise da Tabela, deixando o outro debate para a realização à frente.

Tabela 6 – Distribuição de Sesmarias na Capitania do Ceará

Período	Pecuária	Agricultura & Pecuária	Agricultura	Total
1750-1759	50	07	03	60
1760-1769	06	--	--	06
1770-1779	09	--	01	10
1780-1789	12	07	02	21
1790-1799	28	12	07	47
1800-1809	12	02	04	18
1810-1819	47	08	34	89
1820-1824	26	00	01	27
Sem definição	--	--	--	10
Total	190	36	52	288

Fonte: PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820), Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, p. 23.

Muitos dos pedidos alegavam a tomada das terras para a Coroa portuguesa. Nos documentos se especificava a expulsão dos índios e a apropriação de mais terras para a produção econômica, esclarece Pinheiro (2008). Para a metrópole, tal atividade representava um *vetor positivo* a favor da colonização, pois a eliminação dos indígenas concebia o espraio de capitais, simbolizava a inserção de outros espaços no processo de acumulação primitiva de capitais. Pelas palavras de Pinheiro (2008):

A guerra contra os povos nativos passou a ser utilizada como justificativa para solicitar mais sesmarias. Além da justificativa de tornar a terra produtiva gerando

lucro para a metrópole, outras foram sendo construídas para justificar novas solicitações. Uma delas foi a de que os sesmeiros tinham prejuízo no combate contra os índios, mas, sobretudo, por ter “limpado a terra”, isto é, ter afugentado os índios. Esse tipo de argumento foi sendo legitimado no espaço da pecuária, o que tornou a violência institucionalizada. (PINHEIRO, 2008, p. 27-28).

Essas ações afetaram não apenas a distribuição demográfica da população indígena como também o seu quantitativo; as guerras entre os diversos agentes coloniais e os índios, muitas delas incentivadas pela Coroa como estratégia para arregimentar indígenas para o trabalho, agregar novas terras às atividades mercantis e garantir o patrulhamento do território contra invasores estrangeiros. Pedro Puntoni (2002), quando retrata o processo de colonização do Rio Grande do Norte e do Ceará discute algumas dessas guerras. É o caso do episódio que ficou conhecido pela historiografia brasileira como *guerra dos bárbaros*. Sobre essas disputas e as suas conseqüências também se deteve Gilberto Freyre (1998) na obra *Casa-grande e senzala*:

Causa de muito despovoamento foram ainda as guerras de repressão ou de castigo levadas a efeito pelos portugueses contra os índios, com evidente superioridade técnica. Superioridade que os triunfadores não raras vezes ostentaram contra os vencidos, mandando amarrá-los à boca de peças de artilharia que, disparando, semeavam a grande distância os membros dilacerados; ou infligindo-lhes suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América (FREYRE, 1998, p. 156-157)

Esse genocídio praticado contra os indígenas os levou a migrar para outras áreas. Respectivamente, também, para a Capitania do Ceará como outrora, pontuando uma história que começa a ser contada entre fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, com os colonos se instalando nas margens do rio Jaguaribe, ação incorporada como estratégia de expansão dos espaços lucrativos coloniais, em uma conjuntura de crise da economia açucareira, como retratou Marilda S. da Silva (2008), em seu trabalho “A ‘Reinvenção’ do Ceará em fins do século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa”. Os índios migraram, em sua maioria, para a Serra da Ibiapaba. A esse respeito também escreveu Gisafran Nazareno Mota Jucá (1997):

Ao se abordar a questão indígena, visualiza-se a presença dos Padres Jesuítas em diferentes localidades, inclusive na região serrana. E a ameaça do colonizador se expressava nos requerimentos, enviados ao Rei, como ocorria nas terras ocupadas pelos índios na Ibiapaba, que compreendia a área desde a ladeira da Uruoca até a localidade, denominada Itapiúna. O teor do requerimento centraliza-se no pedido, a fim de ordenar que “nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios, para assim se evitar as insolências praticadas. Os limites estabelecidos entre a Ladeira da Uruoca até Itapiúna decorriam de uma doação, efetuada por D. João V, em 5 de dezembro de 1720. A citada Missão era considerada “... a paz e o sossego

das duas Capitanias do Piauí e Ceará e os índios eram considerados “... bons soldados que va. Magde. Tem mto. Promptos pa. Tudo, sem com eles gastar nada...” Todavia, nem sempre a submissão ocorria passivamente. Em 1753, o Capitão-Mor, Luís Quaresma Dourado, notificava o rei sobre as Missões da Serra da Ibiapaba, acusando os nativos de destruírem benfeitorias efetuadas por moradores que habitavam nas proximidades das Missões. E o motivo da ação indígena era clara: “os índios diziam que a terra era deles”. (JUCÁ, 1997, s/p).

Esse relato de Jucá (1997) foi realizado com base nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, quando o autor trabalhava no *Projeto Resgate* dos Documentos sobre o Brasil Colônia existente no exterior, notadamente em Portugal, coordenado pelo Ministério da Cultura. A análise do conteúdo de algumas caixas foi publicada pelo autor na *Revista do Instituto do Ceará*, na qual tivemos acesso a este conteúdo, e que nos ajuda a reforçar os embates pela terra e a pensar o povoamento do Ceará pelo viés da violência, espoliação e extermínio indígena. O que vai ser realçado nos ofícios trocados entre o Rei, os fazendeiros e o Capitão-Mor do Ceará são conflitos entre o produtivo e o não-produtivo, pois nos aldeamentos indígenas a produção visava atender o consumo e o mercado interno. Uma prova disso é uma descrição da Capitania realizada anos depois, em 1814, pelo Sargento Mor e naturalista João da Silva Feijó⁶¹:

Sendo porem esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originaes do paiz, [...] outros são provenientes destes com os negros, [...] outros são nascidos dos mesmos índios com os brancos [...]; a classe enfim a mais diminuta é a dos brancos, oriundos de Portugal.

Vivem estes habitantes pelo comum da caça, da pesca e da pequena cultura da sua mandiôca, de algum milho e feijões, juntamente com o que plantão também algodão para se vestirem; [...] contudo a demanda efetiva do algodão os tem animado á esta plantação, sendo por isso hoje o único genero de sua commutação: o maior cuidado porem nelles é a criação do gado vacum, objecto que tem sido em outro tempo muito considerável e lucrativo [...]; hoje porem é muito diminuto, [...] (FEIJÓ, 1997, p. 22, 23).

Mesmo se tratando de uma descrição da Capitania do Ceará depois da sua emancipação da Capitania de Pernambuco, ao qual estava subordinada desde 1656, fica evidente o predomínio da população indígena e o recrutamento dessa com as atividades ligadas à agricultura de subsistência. Um fato que o autor não aborda, por não contemplar sua análise, é

⁶¹O naturalista João da Silva Feijó possui alguns trabalhos sobre a Capitânia do Ceará e dessa forma vamos debater melhor sobre suas ideias em trabalho posterior. O estudioso permaneceu no Ceará durante quinze anos encarregado do descobrimento do salitre, e nesse período acabou se envolvendo em outras atividades, como, por exemplo, a pesquisa na área da Botânica

que nesse período já havia sido implantadas nas colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal as reformas administrativas ávidas a incorporar o índio à economia mercantilista.

A reforma administrativa mencionada acima, que afeta diretamente os povos indígenas, realizada na administração de Pombal é o Diretório⁶², que somado aos aldeamentos indígenas tinha como um de seus objetivos o adestramento dos indígenas para a obediência às leis e à convivência “pacífica” com os colonizadores. Isabelle Braz Peixoto da Silva (2003) retratou em sua tese de doutorado, *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*, esse processo, e comenta: “Para os índios aldeados a vida passava a fluir sob condições de rigorosa disciplina, orientada por uma lógica de organização social diferente da sua, certamente, e da qual eles passavam a fazer parte, na categoria de cristãos e servos do Rei de Portugal” (Ibidem, p. 80-81). Esse novo papel imposto aos indígenas se concretizava na catequese, na apropriação e direcionamento do seu trabalho e na perda do domínio territorial, implicações essas responsáveis pela nova reconfiguração social, cultural e espacial dos índios.

Os fluxos econômicos e produtivos desempenharam um papel relevante na dinâmica da população da província, como pode ser observado pela **Tabela 7** abaixo. A tabela mostra um crescimento estrutural da população. Apesar da variedade das fontes utilizadas por Barão de Studart (1908) é nítido o aumento demográfico da província.

⁶² Diretório era uma política indigenista pombalina implantado a partir das determinações legais de 6 e 7 de junho de 1755 onde se formulava novas regras para a ação dos índios. A lei de 6 de junho institui a liberdade de suas pessoas (índios), bens e comércio e a sua civilização através da religião, instrução e do incentivo ao desenvolvimento agrícola e comercial. O alvará do dia 7 de junho determinava que os índios passassem a ser governados por governadores, pelos Principais (índios que tinham uma função de destaque nos aldeamentos coordenados pelos jesuítas, sendo nestes o braço direito dos padres), e pela justiça secular e não mais por regulares. O objetivo do Diretório era supressão do poder temporal dos jesuítas e demais religiosos sobre a vida dos índios e a sua emancipação e integração à sociedade colonial (SILVA, 2003).

Tabela 7 – Evolução da População da Província do Ceará

Fonte	Anos	Habitantes
Varnhagem Southey	1775	34.000
Azevedo de Montaury	1783	100.000
Barba Alardo	1808	125.878
Monsr. Pizarro	1810	130.396
Sylva Feijó	1812	150.000
Manoel Ignacio Sampaio	1813	149.285
Warden (História do Brazil)	1819	150.000
Dez. [Desembargador] Velloso de Oliveira	1819	201.170
Manuscripto da Bibliotheca da Bahia	1820	200.000
Computo para o Congresso Português	1821	150.000
Computo para a constituinte	1823	200.040

Fonte: STUDART, Barão. Administração Barba Alado, Revista do Instituto do Ceará, 1908, p. 331.

Na tabela acima se percebe o trabalho de pesquisa que Studart (1908) realiza para encontrar as informações quantitativas dessa população que crescia e se alojava mais adentro dessa Capitania que aprisionava seus índios em aldeamentos. A população amplia na medida em que as vilas eram elevadas, a produção de charque e couro despontava; o algodão passava a ser produzido em maior escala e a concorrer no mercado externo; as vias de ligação melhoravam e a capital Fortaleza aglomerava uma diversidade de comércio.

Segundo o trabalho de Azevedo (1956), de 1750 a 1820 existiam as seguintes vilas: São José do Aquirás [Aquiraz] (1700); Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande [Fortaleza] (1726); Icó (1736); São José do Aracati [Aracati] (1747); Soure [Caucaia] (1755); Mesejana (1758); Vila Real do Crato [Crato] (1758); Vila Nova de Arronches [Parangaba] (1759)⁶³; Vila Viçosa Real da América [Viçosa do Cerá] (1759); Monte Mór O Novo da América [Baturité] (1764); Sobral (1773), Granja (1776); Campo Maior de Santo Antônio de Quixeramobim [Quixeramobim] (1789); São Bernardo de Russas [Russas] (1801); São João do Príncipe [Tauá] (1802) e Santo Antônio do Jardim [Jardim] (1814).

Em publicação de 1997 da Fundação Waldemar Alcântara, a *Documentação Primordial Sobre a Capitania Autônoma do Ceará* traz o artigo “Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará”, de Luiz Barba Alardo de Menezes, publicado na *Revista do Instituto*

⁶³No trabalho de Florival Seraine (1962), intitulado: Topônimos de Portugal no Ceará, o autor identifica que a Vila de Parangaba e Vila Nova de Arronches são a mesma coisa, o nome sofreu alterações o que deve ter causado uma confusão em Azevedo colocando a elevação de duas vilas para aquele mesmo ano. *Arroches - Refere Barba Alardo em sua “Memória”, escrita em 18 de Abril de 1814, que os índios Algodões foram os descobridores desta vila, a que puseram o nome de Parangaba, que quer dizer “água que se parece com cunhã bonita” e assim se nomeava também a aldeia até 1759. Com efeito, em 25 de Outubro desse ano, foi elevada a vila, sob o nome de Vila Nova de Arronches, em obediência à Carta Régia do Marques de Pombal (Ibidem, 1962, p. 37-38).*

do Ceará em 1897, em que também se identifica as vilas que possuía a Capitania do Ceará com uma descrição das mesmas. Ao final desse trabalho o autor expõe a população dessas localidades para o ano de 1808:

Tabela 8 – População do Ceará em 1808

Localidades	População
Fortaleza	9.624
Aquiraz	9.527
Aracaty	5.838
S. Bernardo	10.787
Icó	17.698
Crato	11.735
Campo Maior	6.515
S. João do Príncipe	7.560
Sobral	14. 629
Granja	4.924
Villa Nova d' El-Rei	7.623
Arronches	1.415
Mesejana	1.570
Soure	767
Monte-mor-novo	2.745
Vila Viçosa Real	7.934
Monte-mor Velho	311
Almofala	1.011
S. Pedro de Ibiapaba	4.170

Fonte: Menezes, Luiz Barba Alardo. Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará. In: Documentação Primordial Sobre a Capitania Autônoma do Ceará. Fundação Waltemar Alcântara, Fortaleza, 1997.

Comparando com as vilas apontadas por Azevedo (1956) aparecem quatro diferenças: as Vilas de Nova d'El Rei; Monte-mor Velho; Almofala e S. Pedro de Ibiapaba. Nem mesmo Menezes as descreve. A única que aparece referenciada em seu texto é a primeira, Vila Nova d'El Rei, que o autor identifica também por Campo Grande. As informações que ele utiliza para a construção da tabela acima foram extraídas dos mapas que anualmente enviam ao governo os capitães-mores e os vigários. Assim, ao analisar uma tabela das freguesias trabalhada por Jucá Neto (2007) de 1777, percebemos que esses nomes aparecem. Para o referido autor que apresenta a tabela que se expõe logo abaixo, as freguesias do Ceará foram ordenadas e demarcadas pelo bispo de Pernambuco. Essas deveriam ser percorridas pelos religiosos na arrecadação de fundos para os cofres portugueses.

No século XVIII, segundo os dados extraídos da tabela, o número de freguesias era superior, chegando a dezessete quando comparada às quatorze vilas.

Tabela 9 – Relação das Freguesias na Capitania do Ceará – 1777

TIPOS DE FREGUESIA	Legoas	Capelas	Sacerdotes	Fogos	Pessoas de desobriga
Vigária Colada	26	6	1	530	2251
São Jozé dos Aquirás					
Curatos Amovíveis	200	2	0	545	875
São Gonçalo da Serra dos Cocos					
São Jozé da Macaboqueira					
Nossa Senhora de Assunção da Vila de Fortaleza	40	2	1	467	1339
Nossa Senhora do Rosário de Russas	30	5	2	1027	4225
Sto Antonio de Quixeramobim	80	1	1	226	924
Nossa Senhora da Expectação da Villa do Icó	90	5	2	725	3312
São Jozé dos Carirys Novos	60	2	0	980	3199
Nossa Senhora da Conceição da Amontada	70	2	0	339	1234
Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns	100	4	1	613	2519
Nossa Senhora da Conceição da Villa de Sobral	60	4	1	678	2708
Freguesias de Índios	1	0	0	243	621
Nossa Senhora dos Prazeres da Villa do Soure					
Nossa Senhora da Conceição da Messejana					
Nossa Senhora dos Aflitos da Villa dos Arronches	1	0	0	585	1472
Nossa Senhora da Penha da Villa do Crato	3	0	1	324	4820
Nossa Senhora da Conceição de Monte-Moro Velho	9	0	0	48	165
Nossa Senhora da Palma de Monte-Mor-o-Novo	40	0	0	99	565
Nossa Senhora da Paz da Villa de Arneiroz	1	0	0	103	470
Nossa Senhora da Conceição de Almofala	1	0	1	59	137
Nossa Senhora da Assunção da Villa de Viçosa Real	60	1	0	1538	2800

Fonte: JUCÁ NETO, Ramiro Clovis. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2012

Passada a dúvida, se caminha de volta para o ano de 1804, agora com as informações de Pinheiro (2008), que apresenta a população por vilas dividida entre brancos e cativos. Infelizmente não fica evidente a quantidade de escravizados africanos e indígenas – tais dados foram divulgados juntos, mas ainda assim passíveis de uma análise.

Tabela 10 – População do Ceará em 1804

Vilas	Branco	Pretos e Pardos Livres	Pretos e Pardos Escravos	Total da população
Aquiraz	2.679	2.145	702	5.526
Aracati	2.339	1.490	1.102	4.931
São Bernardo	3.753	2.769	943	7.465
Icó	3.822	3.522	1.507	8.851
Crato	6.797	12.793	1.091	20.681
São João do Príncipe	5.362	3.231	1.856	10.448
Granja	1.047	1.656	759	3.502
Sobral	2.781	4.193	2.978	9.952
Campo Maior	1.757	2.986	1.270	6.013

Fonte: PINHEIRO, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820), Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, p. 115.

A tabela utilizada por Pinheiro (2008) realiza uma diferenciação da população. O trabalho escravo indígena predominava nesse período comparado ao escravo africano, se concentrando nas áreas ocupadas pela atividade da pecuária. É o caso de Sobral, Aracati, Icó e São João do Príncipe, onde os escravizados correspondiam a 30%, a 22%, a 17% e a 17,7%, respectivamente ao percentual da população total. O comércio de gado se expandiu pela província e a inserção do charque no mercado colonial gerou a aquisição de capitais, o que aumentou a demanda pela mão de obra escrava e paralelamente despertou a cobiça dos homens de negócio do Recife.

3.4. As fazendas de gado

A produção de carne seca e de couro, no Ceará, tornou complexa a trama das relações comerciais a partir da segunda metade do século XVIII, incrementando, por um lado, o comércio marítimo com Pernambuco, aumentando a circulação dos produtos e inaugurando uma divisão do trabalho dentro da própria atividade criatória (JUCÁ NETO, 2007), a especialização técnica do litoral, como área de produção e comercialização da carne salgada, e do sertão, como zona de produção extensiva, que abastecia tanto as salgadeiras como as feiras pernambucanas, paraibanas e baianas. Nos anos finais do século XVIII ocorreu um declínio da produção da indústria da charqueada e a exportação de carne seca (carne salgada) e dos derivados do couro foram substituídos pelo algodão, que conhecia seu período de ascensão.

Inicialmente até 1656 o Ceará estava vinculado ao Maranhão e Grão-Pará, fato que perdurou por aproximadamente 35 anos, quando passou a fazer parte da jurisdição de Pernambuco. Desta feita caberia ao governador do Maranhão realizar as primeiras investidas para o seu reconhecimento. Na Província do Ceará não se destaca a produção de cana-de-açúcar e sim a criação e instalação das fazendas de gado. O gado contribuiu para a penetração, exploração e dominação da Coroa portuguesa das terras mais afastadas da costa, os fundos territoriais. Para muitos dos estudiosos que abordam o período colonial, a economia açucareira ou a pecuária ao longo do século XVIII balizam seus estudos, segundo Almir Leal de Oliveira (2007), a partir dos trabalhos de Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior. No que concerne à pecuária, ambos os autores apontam seu processo de interiorização como uma resultante da adaptação do gado ao meio físico, atrelado à proibição da Coroa portuguesa de instalações dos currais no litoral, para que esses não viessem disputar as terras férteis destinadas aos engenhos⁶⁴, além do seu caráter subsidiário frente a lavoura canavieira e à economia mineradora.

Capistrano de Abreu sobre a Capitania do Ceará, em artigo publicado em 1899 pela *RIC*, alega que a sua conquista ocorre a partir do arrefecimento dos índios e a introdução do gado pelos caminhos das boiadas. Porém essa diminuição no número de indígenas na América Portuguesa é fruto das constantes lutas travadas com os colonizadores pela posse das terras e

⁶⁴A provisão régia de 30 de junho de 1698 determinava que os criatórios de gado concentrados desde Itapuã até o Rio Vermelho, na Bahia, se deslocassem para o interior tendo em vista o adiantado prejuízo dos lavradores por conta do gado que invadia e pisoteava os roçados, esse distanciamento aumenta agora, em 1701, para dez léguas, no mínimo, começando a contar das áreas de plantio de cana.

implantação das atividades econômicas⁶⁵. Subordinada por um longo período à Capitania de Pernambuco, que era o núcleo administrativo responsável pela fiscalização e manutenção da ordem, para onde convergiam os capitais financeiros obtidos com a produção das diversas fazendas de gado, após outros anos subordinada ao Maranhão, o Ceará tinha a produção de suas fazendas comercializada nas feiras de Recife, Olinda, Igaraçu e Goiana.

De acordo com Prado Júnior (2011), a explicação para a ligeireza com que proliferam as fazendas de gado nos sertões está diretamente ligada ao crescente consumo das áreas do litoral e das explorações das minas, sobretudo pela baixa densidade econômica atrelada a uma igualmente reduzida produtividade industrial. Não se necessitava de vultosos capitais para a instalação de tais estabelecimentos, a mão de obra se encontrava aos montes e ociosa, não havendo a indispensabilidade de escravizados como na região açucareira se utilizavam de mestiços, mulatos e índios.

Para chegar às feiras alguns rebanhos percorriam longos caminhos; estando muito debilitados eram vendidos abaixo do peso, o que repercutia nos preços e desmotivava os donos de fazenda. Para contornar os prejuízos, a partir da primeira metade do século XVIII se observa as vendas do gado abatido e salgado, passando a carne seca, ou *carne do Ceará*, como também ficou conhecida, a ser amplamente consumida no período colonial, principalmente pela mão de obra escrava dos engenhos – era o período das charqueadas.

As oficinas dos charques, ou charqueadas, são explicadas como alternativa econômica para o baixo rendimento da comercialização do *boi em pé* – expressão usada por Geraldo Nobre (1977) –, uma forma utilizada pelos proprietários das fazendas de gado para livrarem-se do *subsídio do sangue*⁶⁶(GIRÃO, 1992) e, ainda, como solução prática empregada pelos fazendeiros do litoral, como aqueles da vila de Santa Cruz do Aracati para conseguirem concorrer em melhor igualdade com os da ribeira do Icó, favorecidos pela proximidade das feiras de Pernambuco e Paraíba.

Em 1740 as primeiras oficinas de charques instaladas no litoral de Aracati se expandiram, facilitadas pela ligação direta com o interior através do rio Jaguaribe, que auxiliava a comercialização de carne e couro pelos portos. As embarcações, *sumacas* – barcos a vela de pequeno porte – saíam constantemente abarrotadas de produtos com destino a Pernambuco e Salvador.

⁶⁵ Sobre estes episódios na província do Ceará consultar o trabalho de Francisco José Pinheiro, com o título *Notas sobre a formação social do Ceará: 1680 – 1820*.

⁶⁶ Era um subsídio militar estabelecido por Carta Régia de 15 de maio de 1654, que incidia sobre todo o gado, sendo obrigatório pagar quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte e seis por vaca comercializados fora da Capitania, ou que nela se consumissem. (GIRÃO, 1992, JUCÁ NETO, 2007).

O historiador Oliveira (2007), sobre esse assunto, comenta:

Para a segunda metade do século XVIII aumentam significativamente os registros sobre como o charque se inseriu no mercado colonial em resposta aos interesses comerciais da praça do Recife. A partir de 1757, encontramos dados referentes à inserção do charque como produto estratégico para a manutenção do tráfico atlântico de escravos, para a manutenção de tropas, para abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2007, p. 509)

Essa inserção do charque no mercado colonial e a crescente aquisição de capitais leva a criação de uma petição dos homens de negócios do Recife à Coroa portuguesa. Tratava-se da criação de uma Companhia Geral do Comércio de Carnes Secas e Couros do Sertão, com o intuito de incrementar a produção e posteriormente distribuir para fora de Pernambuco, ou seja, expandir para os comércios da Bahia e Rio de Janeiro. O argumento era impedir a ruína dos comerciantes e criadores de gado e garantir o abastecimento de carne vermelha nos portos, porém o fato é que as charqueadas garantiam um processo de acumulação de capitais para a Capitania do Ceará, que Pernambuco tentava capturar a partir do controle de seu comércio.

O charque, menos perecível que a carne fresca, encontrou uma melhor aceitação no mercado pelo tempo que poderia ficar armazenado. Infelizmente sua produção enfrentou alguns problemas causados pela irregularidade das chuvas. As secas que assolaram essa região na segunda metade do século XVIII, dizimaram boa parte dos rebanhos. Pedro Théberge (1973) comenta:

No ano de 1792 para 1793 reinou em toda a Capitania do Ceará e suas circunvizinhas uma seca das mais rigorosas, (...) as pessoas que presenciaram esta calamidade referem que morreu grande parte do gado existente nesta Capitania, e que se sentiu grande carência de gêneros alimentícios (...) (THÉBERGE, 1973, P. 200).

Essa situação climática deslocava nos períodos de estiagem o gado para outras áreas atrás de pastagens, intensificando as disputas por terras com os índios ou mesmo com outros sesmeiros donos de fazenda. Ainda conforme Théberge (1973):

Conserva-se a tradição de uma batalha renhida, pelejada contra os índios nas várzeas de Russas, e de outra nas do Taboleiro de areia; e posteriormente a elas, teve lugar o aldearem-se os vencidos perto do lugar onde hoje existe o Taboleiro na borda de lagoas, num lugar que ainda hoje conserva o nome de *Aldeia Velha*. Em San João, no Riacho do Sangue, houve também uma batalha renhida entre os sesmeiros, por causa de competência sobre terras, na qual entraram também os índios; nela derramou-se tanto sangue que as águas do riacho correram tintas dele, o que daí se originou o seu nome; este conflito porém foi muito anterior às ordens de extermínio

dos índios, e mesmo às guerras entre os Montes de Feitosas que mais abaixo referiremos. Esta rixa aparece ter tido lugar no último decênio do século XVII, e não ter tido outra causa do que a desinteligência entre dois posseiros que, não se podendo entender relativamente aos limites das suas datas, recorreram às vias de fato um contra o outro, e envolveram na sua contenda os índios e os moradores seus parciais (THÉBERGE, 1973, p. 107-108)

As divergências quanto às demarcações das datas de sesmarias geraram desacordos e alguns deles acabaram com mortes, seja de fazendeiros ou indígenas. A violência por esses lados era intensa e se agravava com as dificuldades das leis e decretos vindas da metrópole, que por aqui demoravam a chegar, como bem apontou Arraes (2012) em situação ocorrida no governo de D. João V:

Nos sertões nordestinos, devido a falta de comunicação e à precariedade das estradas, as normas e estatutos estabelecidos por essa instituição foram pouco praticadas, como mostrou a provisão do rei D. João V, em 1746, ao ouvidor geral da Capitania do Ceará. Nesse documento são nomeados *Juízes das Cauzas da Liberdade dos Índios (...) pella diffículdade em Junta das Missões na execução das leis pellas grandes distâncias, e longes daquele governo (...)* (ARRAES, 2012, p. 57).

A Junta das missões que estava subordinada a Capitania do Ceará correspondia a Pernambuco e, ainda pelas palavras do autor, “atendia espiritualmente desde o rio São Francisco, muito abaixo da vila da Barra do Rio Grande, até o Ceará. Agrupou as Capitânicas subalternas de Alagoas, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte” (Ibidem, p. 57). E justamente percebendo essa impossibilidade em atender a uma grande extensão é que o Marquês de Pombal destituiu a mesma em 1759.

O povoamento e expansão do número de fazendas e propriedades rurais na Capitania do Ceará foram seguindo pelas rotas das boiadas; eram os caminhos coloniais por onde circulavam as pessoas e os produtos. A mais conhecida delas era a Estrada Geral do Jaguaribe: partia do Aracati, passava por Russas e Icó, chegando ao médio São Francisco; ligava-se nos Inhamuns com a Estrada das Boiadas, indo até o Piauí, passando por Ibiapaba e Sobral, mais ao norte. O vale do Acaraú também se utilizava da antiga Estrada da Caiçara para ligar Sobral ao litoral e ao Maranhão. A Estrada Nova das Boiadas servia de comunicação com o Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco em sentido leste da província, essa mesma no sentido oeste do território seguia o curso dos rios passava por

Quixeramobim, Crateús adentrando o Piauí pelo rio Poti. No sul do Ceará se ligando Parnaíba, Pernambuco e Piauí a Estrada Crato Piancó e Crato-Oeiras⁶⁷.

O criatório de gado, por exemplo, proporcionou o enriquecimento das classes senhoriais ligadas diretamente a essa atividade, a partir da instalação e ampliação das oficinas de charque, ainda na primeira metade do século XVII. Segundo José Alipio Goulart (1966, p. 25), “Na ribeira do Açú, onde pululavam as chamadas “oficinas” de fabricação de carnes secas, compareciam, anualmente, três a quatro barcos, não só para comerciar com aquelas carnes, mas, do mesmo passo, com courama”. O trabalho não somente nas fazendas de gado, mas no Ceará do século XVIII se utilizava da mão de obra escravizada indígena, mas não somente dela, como se apresentou nas tabelas expostas anteriormente. Uma parte desta também se faziam com a exploração e subjugação dos escravizados africanos.

A mão de obra livre utilizada na segunda metade do século XVIII na Capitania do Ceará era composta por mestiços e índios, recrutados nos aldeamentos que se tornam a frente vilas de índios, uma prática que beneficiava diretamente os proprietários de gado que os empregavam nas funções de tangedores, passadores e auxiliares de currais. Não podendo nos esquecer do trabalho desses nas plantações que necessitavam de braços para colher os alimentos que seriam vendidos.

Como dito anteriormente, o braço negro escravizado também foi empregado nas fazendas de gado, aumentando a partir da proibição do cativeiro dos índios. Sua introdução é relacionada com o crescimento econômico da Capitania na segunda metade do século XVIII proporcionada pelo aumento dos criatórios de gado e na demanda de charque nos mercados da vila do Recife e da cidade de Salvador, mas também da expansão da cultura do algodão para o abastecimento da indústria têxtil inglesa com a guerra de independência das colônias inglesas no norte da América.

⁶⁷ Sobre as estradas colônias do Ceará, consultar os trabalhos do Professor Dr. Clovis Ramiro Jucá Neto, especificamente, o artigo publicado em 2009 pela Revista Mercator, volume 8, com o título: Primórdios da Rede Urbana Cearense onde com base em documento de Studart Filho (1937), o mesmo elabora um mapa com as respectivas estradas e ligações entre as vilas e povoados. Sobre o assunto das estradas colônias, recomenda-se igualmente, consultar a Revista do Instituto do Ceará que nos primeiros anos de publicação, realizadas no último quartel do século XIX, leva ao conhecimento artigos referentes as vilas e povoados cearenses, ou mesmo os Documentos da Coleção Studart, em 1922 a publicação dedicou mais de cem páginas a falar sobre as estradas cearenses.

3.5. A independência de Pernambuco

Os primeiros documentos da Capitania autônoma do Ceará a partir de 1800 mostram a crescente exportação do algodão e o declínio dos produtos do couro. O trabalho “Geographia do Ceará”, de Barão de Studart (1924), publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, comenta a exportação do ano de 1821. Neste ano a exportação para Lisboa atingiu um valor de 156:121\$000, das mercadorias vendidas; 127:377\$000 eram referentes ao algodão; o valor restante de 28:744\$000 estavam distribuídos entre a carne salgada (4:604\$000) e os produtos derivados do couro (24:140\$000). A Capitania foi desmembrada de Pernambuco por carta régia de 17 de janeiro de 1799, depois de declarada sua independência. Seus governadores passariam a ser nomeados diretamente pelo rei de Portugal, ficando seus portos e comércios em comunicação direta com Lisboa.

O primeiro Governador foi o chefe de esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos. Em seu governo é criada duas Casas da Alfândega, uma na capital e outra em Aracati. Quem bem descreve essas reformas é Théberge (1973):

(...) nomeado por carta régia de 17 de janeiro, só veio tomar posse e instalar o governo a 28 de Setembro do mesmo ano de 1799. Foi ele o instalador de todas as novas repartições. Criou a Secretaria, a Casa da arrecadação e a Alfândega, tanto na capital como no Aracati. Edificaram-se diversos prédios públicos, necessários à nova ordem de cousas. Em virtude da ordem da junta da Fazenda de 2 de dezembro, deu-se principio ao prédio que serve hoje de tesouraria da Fazenda, cuja primeira parte se concluiu a 5 de junho de 1802; mas como a casa fosse insuficiente para o seu destino, acrescentou-se-lhe outra parte igual à primeira, a qual principiada a 7 de fevereiro de 1814 concluiu-se a 3 de novembro de 1817. (...) No Aracati levantou-se uma casa para alfândega, a fim de favorecer o grande comércio que se fazia desde longo tempo pelo Jaguaribe com todo o interior da Capitania; reformou-se o quartel de Fortaleza e se construiu um paiol para depósito de pólvora. (THÉBERGE, 1973, p. 107).

Ainda em seu governo por previsão da rainha D. Maria I, datada em 20 de abril de 1799, é enviado ao Ceará o Sargento-mor João da Silva Feijó, na qualidade de engenheiro. Estava encarregado de estudar o território como um todo, para tanto devia se aprofundar nas questões referentes a produção de cada área, levantando os recursos disponíveis e a geografia destas regiões. Quando de sua chegada, o engenheiro ficou responsável por estabelecer um laboratório de salitre nas serras onde atualmente se encontra a Serra Grande. Segundo ainda Théberge (1793), a localização do mesmo aconteceu no lugar chamado Tatajuba na Serra da Ibiapaba, porém não prosperaram as escavações nessa área, extraindo apenas quatrocentas arrobas de salitre em quase um ano de exploração, valor insignificante frente aos gastos. Uma

segunda tentativa foi feita, mas agora na região da Ibiapina, igualmente sem grandes sucessos e levando os trabalhos a serem encerrados em 1805.

Para a Capitania do Cear foram enviados os engenheiros Diogo da Silva Velloso, Luiz Xavier Bernardo, Custodio Francisco de Azevedo, Jerônimo Mendes de Paz, Francisco Xavier Torres e Antônio José da Silva Paulet, que realizaram trabalhos definindo as terras para a criação de povoados, demarcando praças para a fundação das câmaras nas vilas e delimitando as terras que comporiam seus territórios. As condições de trabalho desses senhores eram dificultadas pela falta de materiais adequados utilizados nas medições, pelas grandes distâncias percorridas para o mapeamento e pela falta de ajudantes a quem pudessem ensinar os seus ofícios. Esses profissionais, ao chegarem na colônia, deveriam cartografar com o maior número de informações possíveis a totalidade da Capitania (JUCÁ NETO, 2007).

A Capitania autônoma foi cartografada por Antonio José da Silva Paulet em 1817 (**Figura 18**), como havia ordenado o ofício de 7 de abril de 1816, na administração do governador Manoel Ignácio de Sampaio, na qual pela primeira vez se apresentava a definição de suas fronteiras. Na carta também era possível identificar no canto inferior direito uma cópia da *Planta do Porto e Vila da Fortaleza*. Utilizando o método *trigonométrico astronômico*⁶⁸ representou a rede urbana da época com dezesseis vilas e cinquenta e seis povoados, não se esquecendo de apontar a hidrografia e a topografia do relevo. Os desenhos do engenheiro Silva Paulet serviram de base para os trabalhos posteriores. Esses contornos apresentados ao território do Ceará podem ser encontrados em seu atual desenho.

⁶⁸ Para entender melhor faz necessário consultar a tese, BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*, 2001.

Figura 18 – Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará 1817

Fonte: JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Desenho do Ceará (2010), trabalho publicado pelos Anais do 3º Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia. / Carta Marítima e geográfica da Capitania levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet de 1817.

As vilas foram as menores unidades territoriais com autonomia política e administrativa, estas são equivalentes a municípios na divisão de origem romana adotadas por Portugal e transferidas para a colônia americana. O termo representava o território da vila, cujos limites são imprecisos e eram divididos em freguesias (FURTADO, 2004). Era por essas nomenclaturas e definições que se organizava a Carta Marítima de Silva Paulet exposta acima.

Segundo Pontes (2009):

A primeira vista, cada um dos 16 municípios que formaram as células básicas originárias do território cearense está representado nesta Carta de 1817, com exceção das Villa de Lavras da Mangabeira (antigo Povoado de São Vicente de Lavras), Incluída no termo da Villa de Icó. Outros dois casos chamam ainda atenção: Caucaia (antiga Villa de Soire) por não possuir um território delimitado, fazendo parte do Termo da Villa de Fortaleza; ao contrário, Baturité (antiga Villa de Monte Mor O Novo), apesar de estar delimitado por território específico, não estava sendo identificado com um Termo e nem fazia parte do outro (PONTE, 2009, p. 28).

A Carta Marítima que Ponte (2009) realiza as observações será tomada como documento nos enfrentamentos das questões de limites do Ceará, durante a primeira década do século XIX, tomada como referência para a realização de documentos que tinham como base a delimitação do território do Ceará. A demarcação das terras para a imposição dos limites entre as Capitânicas continuou durante o século XX e os governadores unidos aos engenheiros, seus subordinados, tentavam precisar suas jurisdições para melhor arrecadação de impostos e tributos. Como destaca Martin (1993, p. 114): “É com efeito a “ilusão cartográfica” representada pelos mapas, que nos induz a imaginar que o território já esteja pronto, antes mesmo de seu povoamento e valorização efetiva.

De fato quando da emancipação política em 1822 apenas 1/5 do território estava ocupado pela economia colonial, o resto da colônia eram áreas para expansão, eram fundos territoriais. A forma de apropriação deste território pela metrópole, pelas implantações das políticas mercantis repercute em sua formação territorial, é o que vamos debater no próximo capítulo quando da formação territorial do Ceará.

CAPÍTULO 4 – A formação territorial do Ceará

“É possível fazer uma história territorial”. Quando Moraes (2001, p. 105) disse isso em uma palestra proferida no evento “Pensamento Geográfico e Formação Territorial do Brasil”, na cidade de Vitória, queria o autor expressar a capacidade de se compreender a formação de uma sociedade interpelada a partir de seu território. Naquele momento, alertava, sobretudo, da necessidade de se pensar a formação brasileira “*em comparação com a forma como se deu a instalação colonizadora na América Latina*”.

As palavras de Moraes (2001) nos lembram Caio Prado Jr (1981) que também aponta essa percepção de não compreender os enredos da história por isolamentos, a colonização brasileira, a formação territorial não é explicável por ela mesma alienada do contexto que a forma: “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores da sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num longo período de tempo” (Idem, 1981, p. 13). O autor da *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* ao se referir aos “pormenores da história”, fala dos acontecimentos empíricos isolados seria uma crítica a história factual que apenas acumula informações sobre acontecimentos, descrevendo e narrando fatos sem problematizá-los. É o que também pontua Rodrigo Alves Teixeira (2006)⁶⁹ em artigo que discorre a respeito do “sentido da colonização” e da constituição da periferia de um sistema capitalista mundial onde apresenta o modelo proposto por Caio Prado Jr no livro acima referenciado. E ainda aponta:

(...) também não é correta, a nosso ver, a acusação de que a ideia de “sentido da colonização” proposta por Caio Prado seja teleológica: a lógica do “sentido” não existe *a priori*, como necessidade lógica, mas é reconstruída *a posteriori* pelo sujeito do conhecimento, como contingência que se realizou efetivamente, e a partir da qual é possível olhar para o passado e perceber lá os elementos que o desenvolveram na forma presente (TEXEIRA, 2006, p. 544)

Nessa análise se reitera que o presente fornece a chave para o passado, o seu conhecimento permite identificar quais os elementos essenciais dentre os “pormenores da história”. Assim compreender a formação territorial do Ceará levantando somente os acontecimentos ocorridos especificamente naquele território, isolá-lo na busca de encontrar

⁶⁹ O artigo foi publicado na Revista Estudos Econômicos da Universidade de São Paulo – USP, para a consulta: TEXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do sistema Capitalista Mundial

suas particularidades não desnudará o seu “sentido”. E nesse ponto reiteramos a ideia de Moraes (2001) de compreender o contexto local associado às outras escalas, como fica evidente ao propor o entendimento do contexto europeu e a “instalação colonizadora da America Latina”.

Caio Prado Jr (1981) debatendo a colonização, dispõe:

Realmente a colonização portuguesa na America não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora, ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independente delas. É apenas a parte de um todo, incompleto sem a visão deste todo. Incompleto que se disfarça muitas vezes sob noções que damos como claras e que dispensam explicações; mas que não resultam na verdade senão de hábitos viciados de pensamento. Estamos tão acostumados em nos ocupar com o fato da colonização brasileira, que a iniciativa dela, os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista. Ela aparece como um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento. E os rumos que tomou também se afiguram como resultados exclusivos daquele fato. Esquecemos aí os antecedentes que se acumulam atrás de tais ocorrências, e o grande número de circunstâncias particulares que ditaram as normas a seguir. A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impelido por elas, dará a sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelevelmente na formação e evolução do país (PRADO JR, 1981, p. 20-21).

Duas questões. A primeira delas é a evidência na fala do autor de compreender a colonização brasileira por um contexto maior, ou seja, que ultrapassa o território da colônia – se não estava suficientemente representado na primeira citação, agora, por essa argumentação, não deixa dúvida. A segunda questão passa pelo entendimento do “sentido”, que como tratado acima com a argumentação de Teixeira (2006) e reforçada pelas palavras do próprio autor não aparece relacionado a ideia teleológica, não devendo ser encarado, portanto, como um decurso evolutivo histórico-natural.

Colonização, formação social e formação territorial dialogam e, tratando desta última, nos permite revelar particularidades presentes na conjuntura do país, como disserta Moraes (2001)

A ideia central que se tem é de que essa história territorial seria altamente reveladora de alguns componentes centrais na formação de países de formação colonial, essa dimensão espacial ganharia um peso muito maior por uma razão muito simples: a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espço. (MORAES, 2001, p. 105)

A colonização é em si mesma também expansão, conquista, apropriação territorial, subjugação de um povo e logo o “sentido desta colonização” diz muito sob a formação

territorial desses espaços coloniais. “Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares onde ocorre essa expansão” (MORAES, p. 105). Contudo, não existe um modelo único de colonização, ou seja, não ocorre da mesma forma a apropriação destes espaços, logo o método de colonizar estará atrelado às realidades defrontadas pelo colonizador e o êxito do empreendimento, ou não, se deve exatamente a esta capacidade de adaptação as realidades confrontadas (Ibidem, 2001).

Colocando dessa forma, é possível perceber as estratégias geopolíticas diferentes empregadas por Portugal nas suas colônias, o que funcionou na África não encontra a mesma ressonância na América. As formas de apropriação e fixação dos colonos nesta última divergiram pelos vários espaços do vasto território que estava sendo formado, por exemplo, no litoral a princípio a implantação da cana-de-açúcar e dos engenhos assegura o empreendimento colonizador que vai ter outra proposta para atrair os colonos para as áreas mais adentro, para os sertões, que podem ter começado voltados a uma atividade de subsistência as áreas canavieiras para depois se reorganizar chegando à disputar o poder em diversos momentos de nossa história com os primeiros.

Em vista disso, explicar a formação territorial do Ceará pela colonização, trazendo apenas comparações com a jurisdição da Capitania de Pernambuco não é de todo elucidativo. Seria o mesmo que comparar a colonização das terras sul-americanas sem colocar em pauta que estas estavam subjugadas a Portugal e a Espanha. E como enfatizado a realidade confrontada pelo colonizador espanhol é particular e diferenciada daquelas encontradas pelos portugueses. A Espanha contou de pronto em abundância com metais preciosos nas suas terras coloniais, o que estimulou a corrida de outros reinos àquelas áreas. Para Portugal de início a colonização precisou ser gerida por capitais privados e o ouro chegou apenas na última década do século XVII, com a descoberta das minas.

Retomando os argumentos postos por Moraes (2001, 2002), apresentamos a contextualização de dois vetores para explicar a conquista dos territórios coloniais. O primeiro deles se refere ao quadro demográfico, assim se os territórios a conquistar são densamente povoados a dominação desta população como mão de obra empregada na produção barateia os custos dessa colonização. O segundo vetor é atribuído aos recursos naturais. Logo, “onde se encontram recursos naturais valiosos, (...) todas as dificuldades são ultrapassadas (Ibidem, 2001, p. 107). Vejamos como ocorre na colônia portuguesa e consequentemente na Capitania do Ceará.

Importante destacar que se juntarmos ao quadro demográfico a existência de uma diversidade de produtos, de riquezas naturais, ou minerais e algumas infraestruturas, como

estradas, ou uma rede de cidades percebemos uma aceleração desse domínio que já poderá ser implantado dando altos lucros aos colonizadores sem a necessidade de grandes investimentos privados. A utilização não somente destes recursos localizados nas novas terras, mas também a troca de conhecimentos e a forma de organização das populações encontradas pagam muito bem o empreendimento colonizador.

Na colônia portuguesa como tratamos no primeiro capítulo da tese, a realidade foi distinta do que Moraes (2001, 2002) pontua. Os colonizadores portugueses precisaram montar uma estratégia de colonização, tendo em vista que não encontraram nos primeiros anos os metais preciosos esperados, ou mesmo uma população que detivesse um comércio organizado e com produtos que fizessem concorrência aos europeus. Precisaram realizar uma instalação desde o início com abertura de estradas, introdução de gêneros para a exploração agrícola, montagem de vilas, de cidades e de uma fortificação com caráter militar para assegurar o seu empreendimento de futuras invasões e retomadas de espaços pelas populações nativas. Caberia aos colonos que se propusessem a tal empreitada empregar seus próprios capitais ou recorrer aos investimentos estrangeiros.

Como descreve Prado Jr (1981):

(...) Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinha em vista a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada, era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao comércio. (PRADO JR, 1981, p. 24).

Muito se discute da quantidade da população indígena presente na colônia quando da invasão portuguesa. Segundo Thiago Alves Dias (2011, p. 43): “(...) é plausível afirmar que a história do povoamento das Américas é antes de tudo, ‘uma história do despovoamento, (...) em 1500, estava em casa de milhões de pessoas, hoje mal ultrapassa os 300 mil indivíduos’”. Assim não se pode dizer que os portugueses estavam diante de um vazio demográfico, que a colônia não contava com um quadro demográfico para ser escravizado e utilizado como mão de obra a favor da colonização. O que é correto dizer neste caso é que a organização dessa população divergia e muito da esperada pelo colonizador, e seu processo civilizatório com base nos valores europeus ocidentais de subjugação e aniquilamento da cultura das populações nativas encontra resistência e a consequência dessa barbárie é o massacre indígena e o despovoamento do território. Não querendo trazer o debate para a extensão territorial da

colônia, é preciso questionar que “tratar do conceito de povoamento, sem tratar para o perigo de esquecimento das populações nativas – que habitavam o território antes dos europeus –, é privilegiar uma visão eurocêntrica e hegemônica na história” (Ibidem, p. 43).

O primeiro vetor da colonização deslindado por Moraes (2001, 2002) quando pensando para a Capitania do Ceará não se aplica em completude pelos vários relatos já expostos em capítulos anteriores. O território que atualmente o compreende estava efetivamente povoado, não era um “vazio territorial”; porém, como também se deparou em suas Capitanias limítrofes, nenhuma riqueza aparente despontava aos olhos portugueses. Todavia a necessidade desse colonizador de mão de obra para a indústria açucareira que funcionava em alguns pontos do litoral justificava as entradas pelo território a caça de nativos, enquadrados como inimigos da coroa, por não se submeterem a escravidão.

É fato que várias tentativas ocorreram para a tomada das terras, que eram de interesse do governo, no entanto a localização dessa população estrategicamente nas bordas do território, e a sua aglomeração – ainda mais consistente com a chegada das tribos em fugas das áreas tomadas pelo colonizador – o tornaram impenetrável por um longo tempo, tanto que, como afirmamos, à frente às estratégias pensadas para esse território foram divergentes das empregadas no litoral, mas também diferentes daquelas utilizadas para os sertões.

Ao segundo vetor da colonização atribuído aos recursos naturais (MORAES, 2001) é possível dizer que “onde há recursos naturais valiosos e não há população, a própria conquista envolve um empreendimento povoador, na maior parte dos casos, um povoamento forçado, seja por transferência de população indígena, seja por aquisição de escravos africanos” (Ibidem, p. 107). Quando a indústria açucareira despontava e gerava capitais em Pernambuco, uma população nativa era deslocada para aldeamentos localizados próximos as áreas produtoras em uma tentativa de suprir as demandas por mão de obra, no entanto quando isto não era possível, não de forma suficiente, uma opção era a captura de indígenas em áreas um pouco mais distantes, nos fundos territoriais. Quando da instalação das fazendas de gado, encontramos a mesma situação: muitos índios trabalharam nas atividades do criatório, bem como na plantação das propriedades. Uma realidade que também se aplicou aos escravizados trazidos da África.

Existe uma linha de pesquisadores, em parte tecidos pelos escritos do IHGACE, que ao estudar a Capitania do Ceará afirma não existir nesta o espaço para o trabalho do cativo africano, uma situação que explicaria tal afirmativa era a lida com o gado: os vaqueiros precisavam correr léguas dentro da caatinga para tanger os rebanhos de um curral a outro, ou

mesmo resgatar algum garrote desgarrado do bando. Esses afazeres permitiriam uma fuga fácil aos escravizados, que eram, por este motivo, trocados por mestiços e mulatos “livres”.

É sabido que as propriedades rurais nos sertões como um todo, e igualmente no Ceará, contavam com o trabalho escravo. Muitos africanos foram submetidos aos desmandos dos grandes proprietários que acumulavam terras nesses lados da colônia, não se sustentando a argumentação da escassez desses braços por estas terras⁷⁰.

Moraes a respeito dos vetores da colonização aponta que no caso brasileiro não se esbarrou com uma coisa nem outra, não se encontrou uma população adensada com um alto nível de intervenção sobre o espaço ou mesmo recursos naturais valiosos que justificasse a conquista.

Segundo Moraes (2001):

Num primeiro momento, o Brasil não tinha atrativos. Diz um historiador português, Luís Felipe Barreto, que o Brasil foi descoberto para ser esquecido, e é verdade, em relação às três ou quatro primeiras décadas após a descoberta. Isso, aceitando-se que a descoberta tenha sido feita por Cabral. Hoje em dia, a maior parte dos historiadores creditam a descoberta do Brasil a Duarte Pacheco Pereira, que foi inclusive o geógrafo português na assinatura do Tratado de Tordesilhas, o cosmógrafo, como se dizia na época; e, na verdade, Cabral veio fazer a posse oficial. Os portugueses fazem uma distinção entre descoberta e achamento para diferenciar as coisas. Inclusive toda a estrutura da expedição do Cabral era de fato uma estrutura militar para tomar posse, não era essa a estrutura típica de exploração. Vários navios, tropas nos navios... Enfim, deixando de lado essa polêmica, o Brasil foi descoberto e não havia nada que interessasse de imediato. Pau-brasil era quase que lastro de navio. Então a função do Brasil, durante esse período inicial, cerca de 40 anos, foi de ser uma aguada na carreira da Índia (MORAES, 2001, p.107).

Logo o autor enfatiza que no Brasil não havia uma população adensada, uma rede de cidades e pela forma como se organizavam os nativos, também não se encontrou uma alta intervenção no território. Assim, as Capitanias hereditárias foram uma tentativa de passar para outros o custo com a conquista, As Capitanias que tiveram êxito foram as que receberam investimento de particulares, pois Portugal abriu as portas para o capital privado, no século XVI diferentes grupos estavam investindo na colônia não sendo possível falar de monopólio de um único grupo.

A colônia é a efetivação da conquista territorial, é a consolidação desse domínio, é a apropriação de terras, é a espoliação de suas riquezas, é a submissão da sua população nativa

⁷⁰ Existia um debate no Instituto Histórico e Antropológico do Ceará, que para criar uma imagem de cearense, embutia a sua população a ideia de sujeito forte, criado na adversidade do clima, aquele que não se deixava abater pelos períodos de escassez de chuva. Este herói nacional como queria aqueles intelectuais, era fecundado na mistura de raças (brancos, índios e negros), um mestiçamento mais esbranquiçado, já que a Capitania não possuía muitos negros e indígenas, como queriam aqueles senhores deixar transparecer.

(MORAES, 2001, 2002). O Ceará enquanto parte da colônia portuguesa, como território conquistado precisava está assim também subjugado, pois, todavia, “o velho mundo introduz constantemente capital ávido por exploração, necessitado de abstinência (...)” (MARX, 2013, 839). E os recursos espoliados na colônia aportavam diretamente na metrópole e se transformavam em capital. A conquista destes territórios coloniais representava o fim e o começo da colônia, seu fim enquanto território livre e o seu começo como porções de uma economia-mundo em expansão.

Para chegarmos ao fim desta exposição, precisaremos tratar do que Moraes (2001) chamou de “fracionamento da soberania portuguesa” sobre o território da colônia. A primeira delas teve início com o Domínio Holandês nas áreas produtoras de açúcar, estavam controlando desde o Maranhão até a barra do Rio São Francisco, uma grande perca para os portugueses que naquele momento recuperavam o poder de sua colônia, reivindicada quando da união das Coroas Ibéricas. Para Furtado (2004, p. 60): “A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável – do ponto de vista econômico – que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias (...)”. Os portugueses não cogitavam desta forma, perder aquelas terras, nem muito menos os lucros que conquistaram, e uma estratégia para a sua aquisição passou a ser planejada. Afinal a “administração holandesa se preocupou em reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar, o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana” (ibidem, p.77) o que fazia muitos colonos desejar permanecer sob o controle holandês.

A guerra entre portugueses e os holandeses ocorreu com a ajuda dos índios, sem os quais não seria possível estabelecer rotas alternativas para adentrar o território e surpreender os inimigos. Para desarticular os engenhos que estavam no controle dos flamengos, uma parte da produção açucareira foi desviada dos portos de Recife, restava apenas como segunda ação colocar fogo nos canaviais, atitude esta que custou caro com a fuga de muitos escravos.

A segunda fratura do domínio português, ainda durante o século XVII, foi o Quilombo de Palmares, estes se organizaram no território de Alagoas e se constituíram como território autônomo negociando com portugueses e holandeses. Também aqui precisou a Coroa realizar uma intervenção para desarticular o povoamento crescente da área, contando com a ajuda dos paulistas e com uma artilharia pesada.

Os territórios missionários representaram a terceira fratura.

A terceira fratura foram os territórios missioneiros. O Vaticano tinha uma geopolítica muito inteligente, que era a de criar um estado-tampão na América do Sul, entre a colonização portuguesa e a colonização espanhola, um estado-tampão objetivado pelas missões, que avançavam pelo Amazonas e pelo Orinoco e pela bacia do Prata. A leitura do Vaticano era a seguinte: os portugueses estavam ocupando a América de leste para oeste; os espanhóis, de oeste para leste. Uma hora iam encontrar-se e o conflito seria inevitável, e a Igreja seria o árbitro. Então criaram um estado secular do Vaticano, como uma forma de manter os índios nessa área, ou seja, fora do contato tanto de portugueses quanto de espanhóis. Esse plano “foi por terra” também por causa da unificação das coroas, porém o Vaticano não o abandonou. Inclusive, no início do século XVII, criou a Sagrada Congregação para Propaganda da Fé, um órgão para coordenar o trabalho das missões. As missões então respondiam ao Vaticano, e não à Espanha nem a Portugal. Foi um terceiro fracionamento do ponto de vista da soberania (MORRAES, 2001, p. 111)

As missões passaram a representar uma ameaça aos interesses da Coroa portuguesa, existia denúncias de abuso do poder, do controle de terras e do roubo de riquezas. As ações pensadas para o combate aos missionários foram os ataques a estas áreas para captura de indígenas. O último fracionamento era a colônia do Maranhão e o Grão Pará (MORAES, 2001).

Como debatemos a colônia do Maranhão se ligava mais facilmente por mar a Lisboa do que ao Ceará, ou mesmo as outras Capitanias do lado leste. A ligação do Maranhão a capital da colônia, por exemplo, só foi possível pela construção de uma estrada que ligava São Luís a Salvador. A estrada era aberta pela ação truculenta de bandeirantes que aprisionavam e matavam os indígenas, financiados pela casa da torre em conformação com o avanço das boiadas. Quem descreve a Capitania do Maranhão na segunda metade do XVII é Furtado (2004):

Em toda a segunda metade do século XVII e primeira do seguinte, os colonos do chamado Estado do Maranhão lutaram tenazmente para sobreviver. Criada com objetivos políticos mas abandonada pelo governo português, a pequena colônia envolveu de tal forma que meio século depois, no dizer de um observador da época, “para o homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne há de ter caçador; (...). A inexistência de qualquer atividade que permitisse produzir algo comercializável obrigava cada família a abastecer-se a si mesma de tudo, o que só era praticável para aquele que conseguia pôr as mãos num certo número de escravos indígenas. A caça ao índio se tornou, assim, condição de sobrevivência da população (FURTADO, 2004, p. 74).

O que Moraes (2001) colocou como fracionamento da soberania lusitana, esteve diretamente ligado com o processo de formação territorial do Ceará. Da mesma forma que podemos apontar que tais acontecimentos estavam interligados a contextos maiores, e foram sentidos nos territórios coloniais de formas e tempos diferentes.

4.1. O Ceará e seus limites

Em artigo para a Revista do Instituto do Ceará-RIC, o autor Oliveira (1937) debate os limites da Capitania do Ceará, inicia proferindo que o mesmo se trata de um estudo para a fixação dos limites daquela Capitania, chamada pelo autor – por se tratar do referido ano de 1937 – de Estado, como os seus vizinhos, segundo mandou o Dr. João Thomé de Saboya e Silva, *Presidente do Estado do Ceará*. Tal ordem tendo sido dada em vista da organização do mapa geral do Brasil, de responsabilidade do Clube de Engenharia.

Quando realizava os levantamentos para o referido trabalho, constatou não ser divulgada a carta régia que estabelecia a linha demarcatória da Capitania. Os estudos, no entanto, o levaram a duvidar da existência de um documento que delimitasse o mesmo com as suas Capitanias confinantes.

De acordo com Oliveira (1937):

A carta régia de 13 de Fevereiro de 1699, criando em Villa o Ceará e pela qual ficou estabelecido o governo civil, porque então não existia mais que um governo militar, não consignou limite algum para a circumscrição administrativa (OLIVEIRA, 1937, p. 201).

Uma situação que permaneceu com a carta régia de 17 de Janeiro de 1799, que desligava o Ceará de Pernambuco e estimulava a crença de que tais questões estariam por ela resolvidas, desconhecida por muito tempo, divulgada pela imprensa e publicada somente em 1893 na RIC, em artigo intitulado: *Documentos Diversos* que apresenta varias cartas e outros documentos utilizados para comprovar os limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. Diz a Rainha: “Peta carta Régia que achareis junto a Cópia, Fui servida separar a Capitania do Seará da immediata subordinação, em que se achava do Governo Geral de Pernambuco com as limitações ali apontadas” (RIC, 1893, p. 174).

Para Oliveira (1937, p. 202), o silêncio do assunto da fixação dos limites da Capitania nos documentos citados, “leva a crer que anteriormente já se havia dado a demarcação ou delimitação e estabelecido a divisória da Capitania com as suas confinantes, senão em geral, ao menos em particular com algumas delas”. É algo que também levantou Capistrano de Abreu em matéria de jornal, publicado na RIC de 1921, com o título de *Ceará e Rio Grande*.

Intrigado com as documentações que atrelavam o Ceará ao Maranhão, Capistrano refaz a descrição de alguns documentos que o comprovam, detectando a inexistência daquele que o desmembra do primeiro e o anexa a Pernambuco: “não apareceu ainda diploma que isto

determinou, assim ignora-se se o Ceará foi incorporado a Pernambuco levando antigos limites ou recebendo outros” (Ibidem, 1921, p. 145). Em análise ao *Catalogo de Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Maranhão existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, dos 51 documentos que fazem menção ao Ceará nenhum deste como destaca Abreu (1921) retrata o desmembramento de sua jurisdição ao Maranhão. Os dois pesquisadores estavam imbuídos em encontrar documentação que estipulasse tais delimitações, que conformava os contornos do território sob a jurisdição do Ceará e que extinguissem quaisquer desacordos quanto a sua posse. Oliveira (1937) se detendo a todas as Capitânicas limítrofes e Abreu (1921) trazendo a questão com o Rio Grande do Norte esbarram com uma representação da câmara de São José de Ribamar, datada em 15 de maio de 1700, em que consta os seguintes dizeres transcritos por Oliveira (1937) e mencionados em Abreu (1921):

(...) as terras que a Capitania dominava se extendiam até o Monxoró (Mossoró), se bem que o marco que a separava da do Rio Grande do Norte ficava circunvizinho ao porto do Touro, por onde lhes parecia tocava a Capitania a ribeira do Açú; e para o Norte águas vertentes ao Rio Camocim; e para o sertão o que as armas do Ceará tinham descoberto e conquistado (OLIVEIRA, 1937, p. 202).

Essa demarcação é alvo de muitos questionamentos. Existem alguns trabalhos que se dedicam somente aos limites entre o Rio Grande do Norte e a Capitania do Ceará, é o caso do livro *Obras Completas* de Rui Barbosa (1954) – à frente, em ponto dedicado ao assunto, trataremos com mais afinco a representação exposta acima. Por ora, cabe identificar que a falta de uma carta régia, que fixasse o marco divisório para as Capitânicas, gerou uma discussão que se arrasta até os dias atuais. Em uma tarde de domingo, ao folhear o jornal *O Povo*, de 08 de setembro de 2013, nos deparamos com uma notícia que chama atenção. É anunciado nas páginas do caderno “Política” que estão sendo revistas pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia as linhas de fronteira entre o Ceará e os seus vizinhos, Piauí e Rio Grande do Norte.

O problema sobre o qual somos levados a refletir se refere à existência de um processo histórico que se coloca por muitos como algo natural, qual seja: a ideia fetichizada de que o desenho, a forma, os contornos territoriais do Ceará estão dados desde sempre e para todo sempre. Devemos, no entanto apreciar os traçados de tal desenho como resultado de uma tessitura sócio-histórica muito mais complexa, compreendendo os conflitos econômicos, disputas ideológicas, políticas de Estado, movimentos populacionais, relações capital-trabalho

dialeticamente sincopados, compondo os labirintos das diversas redes que tecem continuamente o que denominamos Ceará.

A notícia extraída do jornal aponta:

A Constituição determinou que os Estados delimitassem as áreas em litígio até 1991. A alteração não foi feita, segundo Valério [Deputado Plínio Valeiro do PSDB-AM] porque faltou uma norma para determinar como seria feita a divisão. O problema da divisa entre os estados vem ainda do império, com a discussão de garantir uma saída para o mar para o Piauí, de acordo com o relator (*O POVO*, 08 de setembro de 2013).

A citação explicita a atualidade do debate, permeado de questões que ainda estão para ser resolvidas desde o período colonial, ou seja, de pontos que aguardam resoluções.

Um relato extraído do *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeo de Souza Brasil (1997) comenta um artigo do Senador José Martins de Alencastro, de 1857, em que este faz referência a existência de ofício dirigido ao ministério pelo Governador do Piauí em 1761, que retratava perda de terras para a Província do Ceará:

Não pude descobrir a carta regia, que marcou os limites da antiga Capitania do Ceará, os quaes tem sido contestados de longa data pela do Rio Grande, nas extremas entre as freguesias do Pereiro (Ceará) e do Pau Ferro (Rio Grande); e pelo Piauy na linha divisória pela serra da Ybiapaba. Segundo o Senr. Alencastro o Ceará tomou ao Piauy o sertão de Crateús, a Chapada da Serra da Ybiapaba, e 11 leguas que ficam entre os rios Timonha e Iguarassú, devendo a extrema do Ceará ser pelo dito rio Timonha. (BRASIL, 1997, p 8, 9).

Também por Souza Brasil (1997), aparece o mesmo argumento encontrado em Oliveira (1937) e Abreu (1921) a respeito do desconhecimento da carta que demarca os limites para a Capitania do Ceará. Com o autor, a divergência a respeito dos pontos demarcatórios aparecem também com o Piauí, que na pessoa do Senador Alencastro, requer territórios apropriados e de posse do Ceará. Para contrapor as alegações do então Senador, o autor coloca em evidência as descrições de documentos antigos, como os publicados por Théberge (1973), e citações de ofícios circulados e trocados pelos governadores das mencionadas Províncias. Para Souza Brasil (1997) era preciso reconhecer o *uti possidetis* do Ceará. Neste mesmo trabalho, depois de realizar pesquisa em arquivos e repartições públicas, de se debruçar em documentos da época como induz em sua exposição, aponta os seguintes limites do Ceará:

Ao E.S.E. a costa do oceano, que decorre na direcção absoluta para O.N.O. desde o Mossoró até o delta do Parahyba, isto é, a barra do Iguarassú; ao O. e S.O. o ribeiro Iguarassú, que faz barra no braço mais oriental do Parnahyba até a extensa cordilheira da Ibiapaba, a qual começando perto da costa de N. O. onde se diz

Timonia, 11 leguas a leste do Iguarassú, se vai estendendo por uma curva para S. S. E. separando esta Província da do Piahy até os Cariris Novos (Crato) aos 7º pouco mais ou menos, na Serra do Araripe, com a extensão aproximada de 130 leguas; e ao S.S.E a ramificação do Araripe que corre de O.N.O. a E.S.E. formando um agulo obtuso até a distancia de 35 leguas, em que termina repentinamente e seguindo uma lombada baixa pelos 7º e 11º de latitude mais ou menos até 16 leguas, de oeste a este, na extrema com Pernambuco (SOUZA BRASIL, 1997, p. 7-8).

E continua no parágrafo seguinte:

Esta raia das extremas do Ceará com o Pernambuco pode conter de 45 a 50 leguas: uma linha tirada da extremidade desta na direção de N.N.E. sobre uma lombada, que vae formando as serras Piedade e Luiz Gomes, a separa de Parahyba por uma extensão de perto de 30 leguas, e seguindo a mesma direção pelas serras do Camará e S. Sebastião e por um dilatado plateau deserto e coberto de Mattos carrasquentos e espinhosos, chamado *Catinga do Goés*, serra e picada do Apody até o Mossoró (2 leguas acima da sua foz), completa os limites desta Província com a do Rio-Grande do Norte por uma extensão de 60 á 70 leguas. De sorte que todo o desenvolvimento das fronteiras da província apresenta uma linha de perto de 400 leguas (SOUZA BRASIL, 1997, p. 8).

Os limites descritos nessa obra estão em comum acordo com os utilizados pelo Tenente-Coronel Engenheiro José da Silva Paulet, que esteve durante muitos anos dirigindo os trabalhos na Capitania como ajudante de ordens do Governador Manuel Ignacio de Sampaio (1812 – 1820). Sampaio, quando de sua administração, tratou logo de instalar uma Alfândega para arrecadar os impostos das entradas e saídas das mercadorias pelo porto, e reconstruiu a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, dessa vez com pedra e alvenaria, reformas condizentes com seu cargo, assim como a edificação de prédios públicos. Contudo, o que chama a atenção na administração do governador era o empenho em elaborar normas para a expansão da vila de Fortaleza, do que ficou incumbido Silva Paulet, e por resultado a elaboração do plano de expansão da vila de Fortaleza. Em ofício datado em 24 de janeiro de 1818 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios dos Estrangeiros e da Guerra, o administrador da Capitania do Ceará envia carta geográfica do território de sua jurisdição, para que a mesma fosse entregue ao Monarca.

Quem descreve o conteúdo desse ofício é Oliveira (1937):

Respondo a Vossa Excellencia pela exactidão da dita carta, eu julgo em tudo digna de ser gravada, corrigindo-se alguns erros de orthographia devido ao amanuense que escreveu os dizeres, sendo notável que os nomes próprios do Paiz são os que em geral se acham mais correctamente escriptos. Esta carta foi levantada, segundo um methodo que imaginei e que o tenente-coronel Antonio José da Silva Paulet poz em pratica, applicando-lhe muitas corecções e additamentos que a experiência successivamente mostrou necessários (OLIVEIRA, 1937, p. 206).

O documento que o Governador Sampaio expõe e que Oliveira (1937) descreve diz respeito a Carta Marítima e geográfica da Capitania levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante de ordens Antonio da Silva Paulet de 1817, exposta ainda no terceiro capítulo da tese, **Figura 16**. Será este o território divulgado como pertencente à Capitania do Ceará, que se contrapõe nas negociações e desacordos dos limites com as Capitanias vizinhas. Tanto que no Atlas do Imperio do Brazil, Candido Mendes atribuindo a devida importância ao trabalho de Silva Paulet, diz-se tratar de informações utilizadas por todos os geógrafos que descreviam a Capitania posterior a documentação divulgada, sendo aceito pelas províncias de Pernambuco, da Paraíba e do Piauí. Esta última, no entanto, questionou estes limites, o que mostra a citação de Souza Brasil destacada em páginas anteriores.

Para André Roberto Martin (1993, p. 113) em sua tese de doutorado, *As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil*, muitos foram os “conflitos sangrentos envolvendo questões concernentes ao estabelecimento das fronteiras internas, uma vez que este fez parte do próprio processo de constituição de um povo, de território, e as instituições políticas nacionais”. No Ceará temos a conhecida disputa por poder, propriedade e prestígio entre as famílias Feitosa e os Montes retratada em trabalhos de pesquisa de alguns historiadores cearenses. Para termos uma dimensão do poder exercido por uma dessas famílias retiramos um pequeno trecho da obra *Travels in Brazil*, de Henry Koster (traduzido por Luiz da Câmara Cascudo, agora como *Viagens ao Nordeste do Brasil*) quando da passagem de Koster pelo Ceará, por volta do ano de 1810:

A família dos Feitosa ainda existe no interior desta Capitania e na do Piauí, possuindo vastas propriedades, cobertas de imensos rebanhos de gado. No tempo de João Carlos⁷¹, o chefe dessa família chegara a tal poder que supunha estar inteiramente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fossem quais fossem. Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício, e os ricos que não pertencessem ao seu partido eram obrigados a tolerar em silêncio os fatos que desaprovavam. Os Feitosa são descendentes de europeus, mas muitos dos ramos têm sangue mestiço e possivelmente raros são os que não teriam a coloração dos primitivos habitantes do Brasil. O chefe da família era coronel de milícias, e podia, ao primeiro chamado, pôr em armas cem homens, o que equivale a dez ou vinte vezes esse número numa região perfeitamente povoada. Os desertores eram bem-recebidos por ele e os assassinos que haviam cometido o crime vingando injúrias. (KOSTER, 1942, p. 176, 177).

⁷¹ João Carlos na citação é João Carlos Augusto Oeynhausien Gravenburg, Capitão-Mor e Governador do Ceará entre 1803 e 1807.

Diante da citação, é possível imaginar o poder dos membros desta família na estrutura político-administrativa da região, bem como sua autoridade conquistada através da violenta ação militar, de modo que se pode concluir que nessas terras as leis contrárias aos donos de terra eram inteiramente ignoradas e o que prevalecia era a vontade dos mais ricos. No livro *Notas Sobre a Formação Social do Ceará: 1620 – 1820* de Pinheiro (2008), o autor debate que o acesso a terra se transformou em importante elemento de poder e por aqui se estabeleceu uma organização social com base na estrutura do tripé: terra, família e poder. Reforçando os argumentos, prossegue Martin (1993):

Assim, não é de se estranhar que aqui, a constituição de fronteiras internas contenha uma potencialidade de conflitos bastante significativa, pois além do fato de que a empresa colonizadora enfrentou a oposição dos povos autóctones, e ainda o faça, a multiplicidade de focos de povoamento engendrou “pressões de índole confrontante” (MATTOS, 1990: 35) que se assemelhavam mais à uma proliferação de soberanias, [...]. [...] Em suma, a averiguação das fronteiras internas está mais próxima da sociedade civil que do Estado, desnuda com mais clareza a natureza econômica e social dos conflitos, e os vai-e-vens do processo histórico real, do que a imagem idealizada de uma comunidade nacional monolítica marchando inexoravelmente em direção a um grandioso futuro predestinado. (MARTIN, 1993, p. 114 – 115).

As fronteiras internas assentadas pelo Ceará com o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco retratam a história destes territórios, seus processos de ocupação, suas economias e a forma política administrativa de se organizarem.

Dando prosseguimento aos propósitos de pensar as áreas limítrofes de contestação com a Capitania do Ceará (e atentando para o que apareceu nos debates dos autores trabalhados, da falta de uma documentação, da Carta Régia que os demarca) partimos para uma descrição dos pontos em divergência entre duas delas, elegemos o Rio Grande do Norte e o Piauí.

4.1.1. Os limites com o Piauí

Pelo que ficava exposto com a *Carta Marítima*, de Silva Paulet, a Capitania do Piauí não possuiria uma área propícia para a construção de um porto, necessário ao escoamento de sua produção. Logo, as pretensões eram jogar as demarcações de uma linha divisória para o rio Iguaçu, ganhando com a manobra o porto de Amarração. Antes de prosseguir com a argumentação destas discordâncias entre ambas as Capitanias, é prudente apontar que para o recorte da pesquisa, precisamente o ano final desta, 1822, nada se altera. Não acontece até a

referida data uma alteração legal, das questões preteridas, permanecendo os limites indicados na *Carta* de Silva Paulet.

Conforme Oliveira (1937), o decreto legislativo nº 3012 de outubro de 1880 integra ao Piauí a freguesia de Amarração, permitindo àquela Capitania uma saída para o mar que em troca transfere para o Ceará a comarca de Príncipe Imperial. Atualmente esses territórios aparecem nos mapas por Parnaíba e Crateús, respectivamente.

O governo do Piauí não reconhecendo a autoridade do governo do Ceará nas áreas de fronteira como a sua Capitania passou a realizar incursões nas vilas e nos termos que nesta área estavam instaladas para cobrar impostos. Os alvos eram Mundo Novo e São Benedito, nos documentos enviados ao Ceará para justificar seus atos se encontrava um decreto pertencente a um deputado da referida Capitania do Piauí. Neste documento ficava assentado como linha divisória entre as duas Capitânicas as vertentes ocidentais da Serra Grande e da Serra da Ibiapaba, pertencentes agora, ao Piauí.

Em artigo de 1923 para a RIC, Aristides Barretto, se utiliza do pagamento de imposto para assegurar a posse das terras que julgava pertencer ao Ceará e estavam sendo reivindicadas pelo Piauí em Mundo Novo.

Ainda sobre a nossa <<posse>> e <<jurisdição>> há um caso bastante justificativo. O antigo proprietário da fazenda Mundo Novo, cidadão respeitável. Manuel Mendes da Silva, ora por outra, era perseguido pela justiça de Piracuruca para pagamento de dízimos e factura de inventário, mas este desmedido cearense soube sempre defender seus direitos resistindo com altivez a esses ataques ameaçadores da justiça piauiense, sahindo sempre vencedor, levando Piracuruca a parede, não se submetendo a jurisdição desta, vindo afinal esta a abandonar o campo de batalha (BARETTO, 1923, p. 392).

E continua:

Por isso o nosso direito de jurisdição na Fazenda Mundo Novo foi sempre vencedor pelos meios de direito e consequentemente também o <<jus possessionis>> pelo desforço empreendedor incontinenti pelo desmedido proprietário da dita fazenda, que tanto tinha de simplório como de enérgico na defesa de seus direitos (BARETTO, 1923, p. 393).

A fazenda Mundo Novo que Baretto (1923) aponta como exemplo estava localizada nos extremos da linha demarcatória com a localidade de Piracuruca e Itamarati pertencentes ainda segundo o autor, ao Piauí. O artigo para a RIC tinha destino certo e já havia sido publicado anteriormente, em 03 de novembro daquele ano, em um jornal de Sobral e deveria chegar ao conhecimento da Comissão de Limites que a época realizava trabalhos de levantamentos das

plantas dos terrenos limítrofes entre os dois Estados. A intenção de Barreto era garantir a posse das terras para o Ceará e a justificativa do não pagamento do dizimo por Manuel Mendes da Silva que não reconhecia o poder do Piauí reforçava sua teoria de não atribuir aquelas terras aos mesmos, bem como a confiável postura do antigo proprietário embutia de credibilidade e legitimava o argumento do autor, tirando qualquer dúvida da jurisdição do Ceará naqueles domínios.

O artigo de Baretto (1923) dialoga com o artigo de Pedro Ferreira (1921) dois anos antes escrito para a RIC com o título: *Ceará Versus Piauihy (em torno de um officio)* que escreve contestando o documento do Deputado Abdias Neves que alegava a posse das terras pertencentes à Capitania do Ceará. Ferreira descreve os pontos demarcados como limites no documento, fazendo este uma análise dos recursos naturais de cada área. Concluindo com os seguintes dizeres:

Assim, os nossos limites com o Piauihy só não estão precisamente indicados no pequeno trecho compreendido entre o pico da Serra Cocal – termo do paiuhy – e o boqueirão do rio Poty. Pois tão somente nesse trecho é que tem de ser traçada a nova linha de limites do Ceará com o Piauihy, mas NÃO PELO DIVISOR DAS ÁGUAS DA IBIAPABA como de antemão firmou o nosso delegado na conferencia de limites Inter-estadoes, e sim pelos lugares tidos e havidos – sem a mínima contestação – como do Ceará (FERREIRA, 1921, p. 158).

A Serra da Ibiapaba era uma antiga aldeia indígena da tribo dos Tabajaras que no trabalho de Théberge (1973) aparece identificada como território Tupi, sempre muito desejada pelos donos de terra pela qualidade dos seus solos. Vários registros de confronto pela posse daquela área foram catalogados, como aparece no trabalho de Maia (2010). Nas terras pertencentes ao Piauí, do outro lado da Serra existiam muitas fazendas de gado nos anos finais do século XVII, os seus proprietários solicitavam a tomada do território pertencente aos nativos, a alegação era a ampliação de suas propriedades e um melhor uso da terra. Adentravam estes e investiam contra os Tabajaras que reivindicavam seus direitos junto a Portugal. Os indígenas empregavam as mesmas estratégias dos donos de fazendas do Piauí, um ato que pouco se reproduziu na Capitania do Ceará no período colonial.

Na Serra da Ibiapaba os indígenas criavam gado e estabeleciam comércio com as vilas vizinhas e, durante muitos anos socorreram os colonos quando de alguma invasão por outras tribos, com os seus inimigos da raça Tapuia. Os Tabajaras inclusive alegavam estes trabalhos prestados para a Coroa portuguesa, tomados como motivo para as petições de posse de terras e mercês ao rei.

O Padre Antonio Vieira escreve um artigo que chega a ser publicado pela RIC em 1904, *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*, onde narra em primeiro momento à saída de Pernambuco do Padre Francisco Pinto em missão datada no ano de 1605, nesta época pela descrição de Vieira (1904) já estavam pacificadas as guerras em Pernambuco com os naturais do Rio Grande do Norte e do Ceará armados contra “um certo capitão português” (Ididem, p. 86) que o autor não divulga o nome.

(...) chegaram enfim às serras da Ibiapapa, onde vivião, como acastellados, trez grandes povoações de Índios Tabajarás debaixo do principal Taguaibunuçu que quer dizer demônio grande e verdadeiramente se experimentou depois sempre nesta Missão que residiu ou presidia naquele sitio não só algum demônio, se não grande demônio, pela grande força, grande astucia, grande contumancia com que sempre trabalhou, e ainda hoje trabalha por impedir os fructos e progressos della. Levantaram os padres igreja na maior povoação da serra, sem contradicção dos naturais, antes com grandes demonstrações de contentamento (...) (VIEIRA, 1904, p. 88)

O autor aponta que os indígenas já tomavam posse dessa área no início do século XVII e sua descrição nos sinaliza que as defesas dessas terras eram banhadas a sangue quando comenta: “pela grande força, grande astucia, grande contumancia [contumácia] com que sempre trabalhou, e ainda hoje trabalha por impedir os fructos [frutos] e progressos della [dela]”, ou seja, os Tabajaras não aceitavam o massacre pacífico de sua cultura e a catequização dos missionários, ou a retirada de parte de suas terras para a instalação ou ampliação de fazendas, travavam guerras com os portugueses ou com os holandeses, estes últimos também aparecem no texto de Vieira estabelecendo relações tranquilas com os moradores da serra, mais também tempestuosas. O Padre Francisco Pinto que falava a língua dos índios responsável por esse contato amistoso: “sem contradicção [contradição] dos naturais, antes com grandes demonstrações de contentamento”, foi morto pouco tempo depois de se instalar na serra de Ibiapaba atingido por flechas no altar da igreja erguida (VIEIRA, 1904) o que contesta o servilismo apregoado nas falas do autor.

A presença dos indígenas na serra garantiu por longo tempo a aceitação dos limites da Ibiapaba pelo lado ocidental pertencentes ao Ceará pelo receio do confronto que seria travado quando de uma invasão, por essa percepção os índios eram vistos como amigos, por outro lado quando se negavam a catequização ou a submissão das ordens do Governador da Capitania eram tachados de bárbaros e de tantos outros adjetivos para desqualificá-los e endossar um massacre.

Quando os indígenas não representavam uma ameaça e as frentes de apropriação adentraram os fundos territoriais e se percebia uma proliferação das solicitações de sesmarias

nestas áreas os confrontos entre as duas Capitanias se estenderam, e atualmente ainda existe desacordo com a demarcação de seus limites, como dito logo no início da seção. As terras alvo dos embates eram áreas produtivas, mesmo depois da emancipação política do Brasil em 1822 as disputas se davam entre os proprietários dos grandes latifundiários, eram os donos de fazenda de gado que se instalavam agora no comércio e desejavam incorporá-las aos seus empreendimentos.

Como sinalizou Ferreira (1921):

E, com tudo, alguns piauienses ambiciosos – em épocas remotas – invadiram o território do actual município de Ibiapina e –sem mais nem mais – traçaram uma nova linha divisória, pondo arbitrariamente vários marcos em terras então verdadeiramente cearenses, - marcos que ainda hoje existem, abaixo do lado ocidental da Ibiapaba, nos limites das fazendas denominadas Revedor e Gameleira, pertencentes ao município de Ibiapina (FERREIRA, 1921, p. 159).

Com relação ao porto de Amarração era a possibilidade do Piauí de exportar sua produção sem precisar enviar as suas mercadorias para os portos do Ceará ou do Maranhão. Ter uma saída para o mar era importante para poder ampliar seu comércio e diversificar a sua produção com a chegada de investimentos privados. Logo não foi uma negociação fácil de realizar pelas duas Capitanias. A terra recebida pelo Ceará quando da permuta, a comarca de Príncipe Imperial não contava com nenhuma riqueza natural, o que desagradou uma parcela da população do Ceará que não percebia vantagens na transação.

Os limites não somente das duas Capitanias, mais a documentação referente à fixação dos termos de ambas nunca foram encontradas, quando estas deixam de ser subalternas ao Maranhão e ao Pernambuco, como em 1799 ocorre com a Capitania do Ceará, nada aparece referente aos novos limites o que então se conclui que as negociações e demarcações anteriores estavam ainda em vigor. Sem uma documentação oficial, que fosse reconhecida e aceita pelos representantes das Capitanias restava levantar os termos das vilas que estavam mais próximas as áreas de fronteira, identificar aonde os impostos eram pagos o que igualmente remete ao processo realizado por Portugal de tentar barganhar as terras da Espanha com o Mapa das Cortes, e a discussão e aceitação de *uti possidetis*.

Essa prática de reivindicar terras que estavam sendo questionadas pelo pagamento dos dízimos de fazendeiros e ou de proprietários eram recorrentes e pode ser observado no século XVIII como atenta Barreto (1923) ao mencionar no final de seu texto a fazenda São José naquela localidade tida como do Ceará, outras formas que também eram utilizadas para validação da posse de terras como mencionamos era os termos das vilas e os pedidos de

sesmarias. Porém não podemos esquecer que a Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará atribuída ao Antonio José da Silva Paulet em 1817 e enviada a Portugal para conhecimento do Conselho Ultramarino e do Rei tinha o intuito de servir como documento oficial de demarcação de seus limites e barrar qualquer questionamento a respeito das áreas em litígio com as outras Capitanias vizinhas. O debate que aparece junto com o mapa da apropriação e da defesa dessas terras sob o cuidado do Ceará reforçavam a argumentação do *uti possidetis* e foram sustentadas sempre que a Capitania era ameaçada, seja em relação ao Piauí ou com o Maranhão como veremos em seguida.

4.1.2. A questão do rio Mossoró e os limites com o Rio Grande do Norte

As contestações que as autoridades do Rio Grande do Norte realizam perante os limites com a Capitania do Ceará são com relação à Serra do Camará pertencente à comarca de Icó e a barra do rio Mossoró, que se encontra nos termos da comarca do Aracaty (OLIVEIRA, 1937). Vamos ficar com as discussões desta última para a exposição.

Segundo destaca Oliveira (1937) a Capitania do Ceará se estendia pela praia, a leste, muito além do rio Mossoró, até as proximidades do porto do Touro, este terreno foi tomado pelo Rio Grande do Norte, nos anos finais do século XVII, e a partir disso as divergências entre as duas Capitanias então se alastraram. O que os representantes do Ceará alegavam como documentação para a comprovação de seus domínios e especificamente das divergências apontadas em relação às terras pertencentes à vila de Aracati, era a carta de 15 de maio de 1700 encaminhada ao rei de Portugal que solicitava uma parte do termo da jurisdição da vila do São José do Ribamar; a Carta Régia de 17 de dezembro de 1793, fruto da resposta a carta de 1700 e as concessões de doação de sesmarias em atos dos capitães-móres e dos governadores de Pernambuco que faziam referência a área como parte da Capitania do Ceará.

A carta encaminhada pela Câmara de Aracati continha pela descrição de Oliveira (1937) a seguinte justificativa para o aumento do termo da vila:

Apresenta a camara outras mais ponderosas razões, derivadas da importância do commercio da villa, sempre em progresso, da consideração de seu porto mercante, do grande número de fogos, pessoas de communhão, de ruas, de lojas de mercadores, da concorrência da gente marítima de todos os sertões da Capitania e das do Piauhy e Rio Grande, por se achar na ribeira mais fértil. (OLIVEIRA, 1937, p. 215).

Após descrever as qualidades e o comprometimento da vila de Aracati para o engrandecimento do Reino português a referida *Carta* indicava a área que pedia para a incorporação de seu termo, “das terras que se estendiam do Jaguaribe até a barra do rio Mossoró, que se achavam sob jurisdição da camara da Villa de S. José de Riba-mar do Aquirás” (OLIVEIRA, 1937, p. 216). Para então proceder com a sua autorização, e encaminhar uma resposta favorável a solicitação, a Rainha D. Maria I requisitou ao Governo de Pernambuco que verificasse a veracidade das informações prestadas em carta encaminhada.

Em seu proceder o Governador de Pernambuco resolve consultar a câmara de Aquiraz a respeito da incorporação de suas terras a vila de Aracati que nada se opôs, assim como o ouvidor e procurador da fazenda do Ceará que também não expôs nenhuma argumentação contrária. De posse das informações a Rainha se posiciona favorável aos argumentos expostos em carta datada de 15 de maio de 1700 e amplia a área da vila de Aracati por Carta Régia de 17 de Dezembro de 1793 e em 17 de junho de 1801 o ouvidor da câmara do Ceará, Bacharel Manuel Leocadio Rademaker, deu posse do terreno à câmara da vila de Aracati. (OLIVEIRA, 1937, SOUZA BRASIL, 1997, CÂMARA, 1954).

Uns dos governadores do Ceará, Luís Barba Alado de Menezes (1871), escreveu para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentando as melhorias na exportação da Capitania pelos portos, contava este das vantagens do porto localizado na barra do rio Mossoró como aponta Oliveira (1937) e que igualmente aparece em trabalho publicado por Barão de Studart intitulado, *Governo Interino, Administração Barba Alado: correspondência oficial*, publicado na RIC de 1915. As facilidades quanto a navegação e as melhorias que eram realizadas à margem esquerda do rio Mossoró pertencentes aos termos da vila de Aracati, bem como a construção de galpões para o armazenamento das mercadorias provavelmente tenha despertado a cobiça dos administradores da Capitania do Rio Grande do Norte e assim motivado as tentativas de tomada das terras.

Esta discussão da aceitação dos limites, de se estabelecer um ponto natural de demarcação, de se criar uma linha divisória entre as duas Capitânicas se arrasta e muitos escrevem a respeito de suas causas, trazendo os mais variados motivos para a divergência. Um dos que também se posicionaram nesse debate, foi o Naturalista Feijó (1997) que ao descrever os portos da Capitania, assim como Luís Barba Alado de Menezes (1871), aponta as qualidades do porto de Mossoró, extremamente importante para o Ceará, tendo em vista, que o porto do Mucuripe localizado em Fortaleza não permitia a aproximação de embarcações de grande calado para a época, o que limitava as exportações e importações. Em trabalho

publicado, *João da Silva Feijó: um homem de ciência no Antigo Regime português*, Pereira e Santos (2012) apresentam os motivos pelos quais Feijó desembarcou no Ceará:

(...) Feijó foi jovem para Portugal, onde estudou ciências naturais. Posteriormente, foi enviado a Cabo Verde, arquipélago em que esteve por mais de uma década, na condição de naturalista da coroa. De volta a Lisboa, trabalhou na organização de um herbário caboverdeano e em experimentos voltados a produção de salitre. Mais uma vez foi mobilizado pela coroa, desta vez para o Ceará, com a missão de tornar viável a produção de salitre naquela Capitania. Fracassado o intento, ali permaneceu estudando alguns aspectos econômicos e a flora da região. (PEREIRA, SANTOS, 2012, p.19-20).

Como a citação nos leva crer, Feijó se dedicou a estudar alguns assuntos a respeito da Capitania do Ceará e escreveu depois disso sobre suas memórias, o que aparece em trabalho publicado pela editora Waldemar Alcântara em páginas anteriores. Nos artigos publicados na RIC o destaque fica para a primeira bibliografia do naturalista escrita por Paulino Nogueira (1888) que realiza um apanhado dos seus trabalhos. Em virtude da pesquisa de viabilidade da exploração do salitre, causa maior e que motivou a sua vinda, o engenheiro, como ficou conhecido mesmo sem a devida formação como aponta Pereira e Santos (2012), obteve contato com vastas documentações oficiais que retratavam a parte física, de caracterização dos solos, do clima, da vegetação, mas também de aspectos econômicos, de característica da população, das mercadorias encaminhadas aos portos, das cartas e mapas que retratavam os termos das vilas, e obviamente de posse delas se posicionou a respeito de vários assuntos, como é o caso do porto localizado na barra do rio Mossoró, que também aparece em descrição do engenheiro civil Dr. Henrique Augusto Millet no Relatório descrito por Oliveira (1937):

Da barra do Mossoró limite desta Província com a do Rio Grande do Norte até a ponta do Mucuripe, não existe, por ora além da enseada do Retiro Grande, sete léguas de S.E. da foz do rio Jaguaribe, parte alguma do litoral que se preste com facilidade ao embarque e desembarque de gêneros etc (OLIVEIRA, 1973, p. 214)

Pelo que descrevem o engenheiro Henrique Millet e o naturalista Feijó, as questões de disputa daquela área estavam sinalizadas pela necessidade e pela importância de um porto para o escoamento de suas produções. As Capitânicas se confrontavam por um local adequado para onde pudessem enviar as suas mercadorias. Isso significava ampliar o comércio pela negociação direta com a metrópole, significava também, uma entrada de capitais e uma melhoria nos cofres públicos. É preciso lembrar que antes da abertura dos portos em 1808, a produção do Ceará era enviada para Pernambuco, deixando nessa última boa parte dos seus

lucros. Perder o porto na barra do rio Mossoró, para onde escoavam a produção das vilas do lado leste da sua Capitania era de alguma forma perder a sua independência.

A respeito da importância do porto para a vila de Aracati escreve Lana Mary Veloso de Pontes (2010, p. 26), “as charqueadas e alguns dos subprodutos do couro iniciaram-se em Aracati, como principal entreposto marítimo, que fazia entrega para Pernambuco e de lá saíam para as áreas de mineração”. Possuir um porto em seus domínios era algo vantajoso tendo em vista que a navegação era de primordial importância em uma época em que exclusivamente dos transportes marítimos dependia a comercialização internacional de mercadorias.

O governo do Rio Grande do Norte contestava a Carta Régia de 17 de dezembro de 1793 e a validade do Decreto de 16 de fevereiro de 1820 que desmembra da vila de Aquiraz parte de seu termo para a incorporação da vila de Aracati. Essas duas documentações tratavam exatamente da porção territorial alegada pelo Rio Grande do Norte, referente aos limites da margem esquerda do Rio Mossoró e onde se localizava o porto que aparece nos trabalhos mencionados anteriormente. Tais documentos poderiam assim ser utilizados e aceitos na querela o que não surte efeito, apesar da insistência em trazer essa documentação ao público pela Capitania do Ceará por se tratar de ordem expedida por seus soberanos. Essa situação acirrava os confrontos entre as Capitanias estimulados por todo um jogo de interesse o que nos chama a refletir Maia (2010):

A constituição de fronteiras e limites é um processo de ininterrupta negociação. Um complexo de relações sociais que diz respeito a diferentes agentes e interesses que se vale no mais das vezes de uma política de força (violência, por exemplo) para atingir seus objetivos. Por outro lado, era colocada em uso também uma política de aproximação, alastrando e negociando espaços quase sempre como resultados de diferentes experiências no Novo Mundo (MAIA, 2010, p. 33).

A política usada pelo governo do Rio Grande do Norte representada pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal, Dr. Pedro Lessa, dava conta da contestação da ampliação de Aracati pela Vila de Aquiraz, logo da anulabilidade da Carta Régia de 1793, no entanto como sinaliza Oliveira (1937) não consegue sustentar a argumentação com nenhuma documentação que a comprove. O que levará a contratação de ambas as partes de um jurista para analisar o caso (CÂMARA, 1954).

Para tanto a esta parte, traslado para aqui o trecho final do importantíssimo laudo, ou sentença proferida em 24 de junho de 1902 pelo eminente jurisconsulto conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, como arbitro desempatador, escolhido por ambas as partes contractantes, para a solução do litígio sobre limites, então sujeito a arbitragem, em virtude de acto solene firmado pelos representantes do Rio Grande

do Norte e do Ceará, laudo a que infelizmente, o Rio Grande não quis prestar obediência por não ser favorável a suas pretensões (OLIVEIRA, 1937, p. 219).

O conselheiro Lafayette R. Pereira expressa a defesa pelo cumprimento a Carta Régia de 17 de dezembro de 1793, pois essa documentação era uma das formas pelas quais no sistema do antigo governo português se manifestava a vontade real, logo tinha força de lei. O que leva a Oliveira (1937) certificar que:

(...) a linha que separa o Ceará do Rio Grande do Norte não é a linha do ponto em que fornece a serra do Apody, prolongada até o morro Tibau, mas a linha do Mossoró e sua barra, incluindo o Jequi e a Catinga de Góis, região que fica a um grande numero de kilometros a sul do Tibau (...) (OLIVEIRA, 1937, p. 220-221).

E com essa demarcação ficam os limites da Capitania em conformidade com os traçados de Silva Paulet, expostos pela **Figura 18**. Realizamos um recorte a Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará de 1817, **Figura 19**, destacando a parte reivindicada nas discussões anteriores que mostra as terras da margem esquerda do rio Mossoró dentro do termo da vila de Aracati e para melhor destaque aparece sinalizado com uma seta na cor vermelha, juntamente com o nome Barra do Mossoró com linha da mesma cor e contorno do rio Mossoró em azul.

Do ano de 1793 com a Carta Régia ao ano de 1820 com o Decreto não se registraram nenhuma reivindicação a respeito dos limites da vila de Aracati, ou a respeito dos termos da vila de Aquiraz que detinha aquelas terras. Sem nenhuma notificação de refutação se procedeu ao respeito pelas documentações oficiais, quando as Províncias foram constituídas em 1821 e quando da Constituição da República de 1891 que transformou estas últimas em Estados sem alterações aos seus limites. O único caso mencionado anteriormente ocorre pela Lei 3012 de outubro de 1880, que anexou ao Ceará a Comarca do Príncipe Imperial e passou para o Piauí o território da freguesia de Amarração não afetando os limites com o Rio Grande do Norte.

Para Oliveira (1937) não caberia os questionamento impetrados pela Província do Rio Grande do Norte tendo em vista que mesmo que Aracati não tomasse posse das terras à margem esquerda do rio Mossoró ainda sim essas terras ficavam com a Capitania do Ceará por se tratar do termo da vila de Aquiraz.

O que acreditamos ter acontecido para desencadear o litígio entre as duas províncias, não mais Capitanias, por se tratar do ano de 1861 foi a necessidade da construção de um armazém no governo do Dr. Pedro Leão Velloso a frente da Província do Rio Grande do Norte, em virtude de contrato com a Companhia de Navegação de Pernambuco.

O armazém erguido à margem direita só era acessível a embarcações de pequeno porte, e os terrenos alagadiços ao seu entorno dificultavam os acessos por terra, fato este que estimulou o Presidente daquela Província a propor a construção de um novo armazém agora no porto do Marisco, um pouco acima de Areias Brancas na margem esquerda do rio Mossoró o que de pronto foi contestado pela Província do Ceará levando a criação de um projeto anos depois apresentado pelos deputados do Rio Grande do Norte, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante e José Maria de Albuquerque Mello, na sessão da Câmara de 11 de setembro de 1867, que em seu parágrafo único trazia:

(...) A linha divisória entre as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, que actualmente corre pelo cimo da serra do Apody, até onde esta termina, proseguirá até o Morro do Tibau no oceano, ficando para o Rio Grande do Norte o terreno compreendido entre a linha nova e o rio Mossoró (OLIVEIRA, 1937, p. 228).

O que naquele momento não encontrou respaldo entre os demais deputados, principalmente entre os representantes da Província do Ceará. A falta de repercussão, de aceitação maior levou em 1888 o Club Norte Riograndense a realizar uma nova tentativa, dirigiu-se agora uma representação a Câmara dos Deputados em que encaminhava o projeto de 1867 para ser convertido em lei, com a justificativa de resolver a questão dos limites estabelecendo uma nova linha entre aquela Província e o Ceará (OLIVEIRA, 1937).

O que o debate em torno do projeto consegue é confirmar o direito da posse a Província do Ceará, nos afirmando que até aquela data de 1888 nada havia sido mudado em benefício das argumentações levantadas pelo Rio Grande do Norte e que como Oliveira (1937) destaca quando da constituição das províncias em Estados, 1891, as delimitações não sofrem alterações. No entanto no trabalho de Lana Mary Veloso de Pontes (2009) que discute os limites municipais do Ceará a autora elabora e apresenta um mapa com data de 1699 a 1822, onde usa como limite entre as Províncias do Ceará e o Rio Grande do Norte a Chapada do Apodi que ao final se estende por uma linha em direção a Tibau onde encontra o oceano, Figura 20.

Figura 20 – Primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas – Estado do Ceará – 1699 a 1822

Fonte: Pontes, Lana Mary Veloso de. Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A questão dos limites municipais. Fortaleza: IPECE, 2009, p.27.

Mesmo tendo conhecimento da Carta Marítima de 1817 que aparece exposta em seu trabalho Pontes (2009) opta por traçar outros limites para a Capitania do Ceará e defende esta iniciativa pela dificuldade de compreender os perímetros dos termos e das freguesias estipulados por Silva Paulet.

A partir de tais conceitos, pode-se entender melhor a Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará, elaborada por Antonio José da Silva Paulet, em 1817, sobre a qual se trabalhou os principais destaques (Figura 3). Nesta Carta, os territórios de 13 das antigas vilas são delimitados e considerados como Termos, cujas sedes lhe prestam o nome. Verificam-se algumas diferenciações em relação à Figura 2 construída para representar essa fase inicial de configuração do território cearense (PONTES, 2009, p. 28) [grifo nosso].

A autora coloca como figura 3 a Carta de 1817 que já apresentamos e como figura 2 o mapa de sua autoria, Figura 20, e acentua as diferenças entre ambos como o destaque na citação retrata. Os limites usados para apontar a delimitação do Ceará com o Rio Grande do Norte são os que atualmente estão em vigor e como mencionados não corresponde às áreas em disputa no ano de 1822, ao contrário a delimitação de tais domínios já daria o ganho de causa ao nosso adversário que levaria a Barra do rio Mossoró com o porto e os armazéns. A opção em utilizar o mapa é apresentar o que estava sendo reivindicado pelo Rio Grande do Norte, mostrar os novos contornos em destaque ao trabalho de Silva Paulet e atestar que a diplomacia e as insistências argumentativas utilizadas pelos seus deputados levaram a consagração do ato de posse.

Quem vai trazer os pormenores dessa questão é Saul Estevam Fernandes (2011) no artigo: Inscrever (n)o Espaço, Mapear e Historicizar Fronteiras: uma análise sobre a “carta topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará (1903) que aponta as disputas jurídicas em torno dos direitos alegados por ambos os estados.

Os atuais estados do Rio Grande do Norte e do Ceará mantiveram-se desde 1793 em litígio por uma importante região salina. Mais de 100 anos depois ainda não havia reconhecimento legal da posse desse território para uma das duas partes. Tal situação fez com que o Ceará entrasse, em 1894, com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando conflito de jurisdição entre as duas antigas províncias. Porém, em 1902, o legislativo nacional ainda não tinha tomado nenhuma medida. Isso fez com que os políticos dos dois estados optassem pela resolução em um Tribunal Arbitral, que deu ganho de causa ao Ceará. Contrariado, o Rio Grande do Norte não aceitou o parecer do árbitro Lafayette Rodrigues. Em face ao impasse, o processo foi retomado no STF para mais uma tentativa de solução a partir da documentação apresentada por ambas as partes. Na época, ficava clara a importância da produção de documentos para provar a posse no território em disputa. Um ano antes da entrada da ação no processo no STF, o sócio do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGA-CE), João Baptista Perdigão de

Oliveira (1893), afirmou que a resolução do litígio só seria possível a luz dos documentos. Ao seu exemplo, os outros sócios cearenses não poupariam esforços, o que fez com que o processo chegasse a um expressivo número de 5 mil páginas de provas apresentadas pelos dois estados, sendo 80% desse valor anexado pelos membros do IHGA-CE. (FERNANDES, 2011, p. 136).

A citação aponta o envolvimento do Instituto Cearense e de seus intelectuais na produção de uma documentação oficial que respaldasse a posse ao Ceará, e também comenta a decisão de Lafayette Rodrigues que apontamos anteriormente, no entanto o texto elucida as estratégias traçadas pelos representantes do Rio Grande do Norte para reverter à situação.

Entre tantos documentos apresentados pelas duas partes, estava a “Carta Topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o estado do Rio Grande do Norte e o estado do Ceará”, produzida no ano de 1903 pelo engenheiro, astrônomo, professor, cartógrafo e deputado federal pelo Rio Grande do Norte, Manuel Pereira Reis. A produção cartográfica foi encomendada pelo governo do estado em que o produtor era representante legislativo com o intuito de somar provas para demarcar ao seu favor o território contestado pelo governo do estado vizinho. Desse modo, entendendo essa produção como o esforço em historicizar a disputa e buscar em possíveis erros do passado a chave de resolução do litígio. Essa busca funcionava com uma resposta contrária do produtor às pretensões cearenses em justificar a posse legal da espacialidade em disputa. Partindo de tais assertivas, com base nas análises dos atlas históricos de Jeremy Black (2005), é possível entender a “Carta Topographica” como o *mapeamento* ou a *mapeabilidade* da história do conflito e do território em litígio feita por Pereira Reis. Percebo a importância da produção na criação e sustentação de erros nas situações anteriores e, a partir delas, no estabelecimento de argumentos que favoreceriam o estado do Rio Grande do Norte. (FERNANDES, 2011, p. 136).

Essa Carta Topográfica que Fernandes (2011) faz referência aparece no trabalho: *Obras Completas de Rui Barbosa: limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*, organizado por José Câmara (1954) que diz se tratar da publicação dos documentos entregues ao Supremo Tribunal Federal com o título, *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte: razões finais* atribuído a Rui Barbosa e publicado em 1904, mesmo ano de publicação pela RIC do artigo, *Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte: razões finais*, de autoria de Frederico Borges. Infelizmente pela qualidade do documento de 1904, e da reescrita que Barbosa realiza na Carta Topographica de Manuel Pereira Reis contestando os pontos que segundo ele foram negligenciados por Lafayette Rodrigues não conseguimos trazer o documento para análise no trabalho, e igualmente não encontramos outro exemplar que nos permitisse a exposição tendo em vista que Fernandes (2011) utiliza as marcações de Rui Barbosa e a resolução utilizada para a publicação de seu artigo não permite a leitura do mesmo.

É importante sinalizar que Fernandes (2011) mostra o documento como um esforço em “historicizar a disputa”, como um “mapeamento da história do conflito” e destaca a

importância de sua criação na sustentação de uma narrativa que vinha sendo trabalhada em conjunto com as falas dos deputados e aqui o destaque ao magistrado Rui Barbosa. Mas como Rui entra nas questões de limites se posicionando a favor do Rio Grande do Norte?

Enquanto Manuel Pereira Reis tinha uma centralidade tanto na disputa de obras contra a seca, como na questão de limites, Rui Barbosa tinha função somente no último conflito. Do mesmo modo, sua ligação com os Albuquerque Maranhão também se diferenciou dos interesses que aproximaram Pereira Reis. O convite foi aceito pelo advogado por confluências políticas e ideológicas compartilhadas por ele e Pedro Velho. Os dois políticos defendiam a importância de se ter a chefia da recente república brasileira nas mãos de civis, o que estabeleceu um visível conflito com os militares. Tal visão influenciou ainda mais as disputas entre os dois grupos familiares que administravam a política potiguar e cearense. Rui Barbosa esteve a apoiar os Albuquerque Maranhão por seu interesse particular na política nacional e regional, tentando enfraquecer, assim, os políticos cearenses. O motivo para essa tentativa deu-se pelo apoio que o grupo dos Accioli deu aos militares na chefia da república. Contrapondo as articulações de Rui Barbosa e Pedro Velho, Antonio Pinto Nogueira Accioli e seu grupo político deu apoio aos dois militares nas eleições dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto ainda no Congresso Constituinte de 1891. (FERNANDES, 2011, p. 140).

A citação revela uma posição sustentada em divergências políticas, desacordos com o grupo dos Accioli incentivavam Rui Barbosa a prosseguir com as contestações dos limites do Ceará e em seu trabalho de 1904 tecer uma série de fatos contrários a Carta de Silva Paulet que segundo o autor tinha interesses expressos em atribuir a posse das terras do Rio Grande do Norte ao Ceará tendo em vista que representava as ordens de seu Governador Manuel Inácio de Sampaio, logo “não foi um trabalho científico, mas uma execução de ordens administrativas” (CÂMARA, 1954, p. 99).

A Capitania do Rio Grande do Norte sustentou a sua posição na força, e não reconhecia a carta do termo de jurisdição da vila do São José do Ribamar, ou os documentos em Livros de Registros e assim como o Ceará fazia com as terras reivindicadas pelo Piauí justificativa a sua permanência com o *uti possidetis*. Por muitos anos brigaram os Governadores das tais Capitanias alegando relatórios e realizando demarcações com base em documentações antigas, que chegavam a Lisboa, mas não recebiam nenhuma resposta que acalmasse os debates o que depois de 1822 não foi diferente.

A área em questão era de interesse dos comerciantes de ambas as Capitanias, estes homens eram donos de terra, donos de fazenda e de comércio nas cidades, estes faziam parte da classe senhorial da colônia o que pode ter levando Portugal a uma neutralidade frente às cartas enviadas ao rei que nunca chegou a se pronunciar de forma definitiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo da formação territorial do Ceará se configura a apropriação desse território pela lógica da acumulação primitiva de capitais, que o insere, no século XVIII, na marcha da divisão do trabalho, pois como se apresentou ao longo do texto a conquista lusa, nesse espaço, sofreu uma forte oposição indígena, que por mais de um século impossibilitou a entrada e fixação dos colonos.

Um território de disputa, ou, como se identifica no segundo capítulo, um *espaço de resistência*, para onde convergiram muitas das tribos expulsas da zona litorânea, pelo plantio da cana de açúcar e / ou a consagração dos primeiros povoados, resguardados, tais grupos, por um relevo acidentado de serras e chapadas encravadas nas extremidades desse território com as outras Capitanias. De ventos fortes e correntes marítimas agitadas no litoral em sentido oeste a leste, o Ceará, fundo territorial, área destinada à expansão do domínio português, permanecia a aguardar o desbravador, aquele que o arrancaria da escuridão, um pensamento presente nos trabalhos dos intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que narram a história dos portugueses que se aventuraram por um território “infestado de silvícolas”, dignos, por estes motivos, de mercês pela penosa empreitada, sem sucesso até a metade do século XVII.

A penetração efetiva das terras destinadas à Capitania do Ceará, pelo colonizador, ocorre com as entradas, os chamados *sertões de dentro* e os *sertões de fora*, apresentados por Capistrano de Abreu (1988), que partiam dos centros de irradiação da colonização (Bahia e Pernambuco). Estas, em conjunto com as *frentes de apropriação*, contornaram as barreiras naturais e violaram o território rumo à conquista e o aniquilamento dos índios, que perderam gradativamente o espaço para o gado. Estando sob a influência dos anos finais do século XVII, após várias guerras com os nativos e do seu extermínio, o assenhoreamento português se inicia.

O que se questiona nessa análise é a percepção desse momento como uma *ocupação tardia*, ou seja, atrasada frente as suas Capitanias limítrofes que já estavam em processo mais adiantado, reféns das estratégias geopolíticas que tomam corpo com o mercantilismo e se reproduzem com a produção dos engenhos e do criatório do gado – é o exemplo de Pernambuco, que no final do século XVI aparece como região colonial, para onde convergia a economia, a produção, os capitais e a população europeia.

Assim, a primeira coisa a se defender é que a conquista e extinção de um povo não pode ser tratado de forma fleumática. Pensar esse momento específico da formação territorial do Ceará como um território sem atrativos para a Coroa Portuguesa, ou conceber o mesmo como vazio demográfico é endossar o massacre sofrido pelos nativos, que experienciaram todo o tipo de barbárie.

O gado não entrou como uma alternativa de ocupação daquelas áreas nos anos finais do século XVII em virtude da necessidade de ampliação das terras destinadas ao plantio da cana-de-açúcar que se expandia no litoral e empurrava a cultura de subsistência para as áreas mais interioranas, não como um processo natural. Era uma estratégia maior de tomada de território, de espoliação de riquezas, alicerçada no que Marx lucidamente descreve como um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, numa analogia ao que se viveu no Ceará, uma separação dos nativos das suas terras, das suas culturas, das suas formas de se relacionar com a natureza, das suas crenças, dos seus modos de vida que passam a ser depreciados; uma dimensão melhor compreendida pela citação abaixo:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. (...) De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo o seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (...) Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” formam, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (MARX, 2013, p. 785-786).

Apesar de extensa, a citação coloca bem esse movimento que se deseja debater: da consciência desse processo não como algo natural, como o decurso da evolução humana, o caminho inevitável tomado pela história; ao contrário disso, ele é tomado de assalto, gestado na violência e em nome do qual uma série de atrocidades são cometidas.

Trazendo essas questões para a compreensão desse contexto, do Ceará colonial, dos primeiros anos do século XVII, a introdução do gado nos fundos territoriais que posteriormente se configuram como Capitania passa a ser balizado como um ato lúgubre, pois não se trata de um processo de libertação – é, sim, antes de tudo, a subjugação de um

território, de um povo que precisa deixar de existir, para ressurgir, agora fetichizado, por outro modo de produção, pois a colonização acarreta uma nova estrutura nas terras incorporadas, passando a colônia a ser um anexo do território metropolitano (MORAES, 2002).

A Coroa Portuguesa aparece como o organizador do espaço colonial, responsável por gestar esse território que se conformava em partes, não em unidade. Não existia uma unidade nacional, como frisou Mattos (1994); um território homogêneo na perspectiva da administração metropolitana, sinalizado por Caio Prado Júnior (2008); ou seja, não se contava com uma unidade política para os territórios coloniais, como discutiu Magnoli (2003). Contudo, nessa questão, o governo luso fracassa em consolidar a unidade Brasil na reorganização promovida pelo Marquês de Pombal no reinado de D. José I (1750-1777), discussão que se levantou ainda no primeiro capítulo da tese. Para tanto, no que trata da organização, uma série de ações serão tomadas para a normalização e produção desse espaço, desde os usos do solo, da produção econômica, da implantação de infraestruturas, da regularização de uma propriedade fundiária, da criação e regulamentação de leis, passando pela distribuição de sua população (MORAES, 2002). Por extensão, se incentiva as entradas aos sertões desconhecidos; o cativo dos nativos; a sua utilização como mão de obra escravizada, fardo que também é imposto aos africanos que chegam à colônia lusa sul-americana; se incita a apropriação de novas áreas as políticas mercantilistas, controlando muitas vezes o que se deveria produzir a partir da isenção de impostos fiscais sob determinados cultivos; “é o território, e não o povo, o alvo prioritário das políticas públicas” (Ibidem, p. 176). Pensando em conjunto com o referido autor, dizemos que a formação territorial é esse entrelaçamento da construção material e simbólica do espaço, onde estão imbricados os processos econômicos, políticos e culturais.

A disputa dos limites entre estas Capitanias – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí -, é também uma disputa entre senhores de terra, entre grandes proprietários e se manifesta contraditoriamente como conflito e como acordo em torno do projeto de invasão originária que estava sendo firmado na colônia. No sentido de que delimitar os limites era e foi o mesmo que partilhar da lógica de apropriação das terras com a expropriação dos indígenas.

Os conflitos permanecem no campo da manutenção da imprecisão dos limites, mas também da lógica de apropriação das terras pelo latifúndio e/ou de sua manutenção como uma poupança, como fundo territorial. Essas questões não ficaram presas nos séculos passados: se arrastam até os dias atuais. O que nos coloca a questionar a quem serve a permanência de tais

questões? Quem são as classes senhoriais que comandam hoje a lógica da expropriação de terras?

É certo que atualmente acontece uma reconfiguração dessas questões, um redesenho que reflete a mesma lógica. Deixamos, então, a pergunta: quais são as áreas a se apropriar, quais são os atuais fundos territoriais e a quem esses pertencem? Perguntas essas passíveis de uma nova discussão de tese, que não serão respondidas neste momento, ficando como mote para reflexão.

REFERÊNCIAS⁷²

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. Ceará e Rio Grande. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXV, ano XXXV, p. 141-145, 1921. CD-ROM

ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: FRIDMAN, Fania, HAESBAERT, Rogério (Org.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

_____. “Um Quebra-Cabeça (Quase) Resolvido: os engenhos da Capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII”. **Revista Scripta Nova**, Geografia e Ciências Sociais, VIII Colóquio Internacional de Geocrítica, 01 Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>. Acesso em 07 Abr. 2015

ADOLPHO, Saint. **Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. **Páginas Dispersas: estudos de história moderna de Portugal**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Tratado dos Viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANCEL, Jacques. **Geographie des Frontières**. Paris: Gallimard, 1938.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

⁷²Conforme ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração, 2012.

ANTONI, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte, Itatiaia / Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a Palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v XV, n 1, p 84-87, jan.-dez. 2011. Disponível em <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf>. Acesso em 6 set. 2015.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Curral de reses, Curral de almas**: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX. 2012. 502f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)-Departamento de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ASSIS, Raimundo Jucier de. **Ferrovias de Papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

ASSIS, Raimundo Jucier. SAMPAIO, José Levi Furtado. A Poética da Desgraça: ideologias geográficas na implantação da estrada de ferro de Baturité no Ceará (1870-1912). In Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFGS, 2010. p. 01-10.

AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. **Revista Terra Livre**: Geografia Espaço e memória, São Paulo, ano 7, n 10, 1992.

_____. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Boletim**, São Paulo, n 11, p 3-96, 1956.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marques de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004

BARBOSA, Maria Edivani Sila. **Aracati (CE) no período colonial**: espaço e memória. 2004. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2004.

BARRETTO, Aristides. Piauí versus Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXVIII, ano XXXVII, p. 391-393, 1923. CD-ROM.

BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os cearenses**. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Sertão de estrelas: A delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, p. 73-84, 1999.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagibi. (Org.). **Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRANDÃO, Renato Pereira. “O Mapa de Cantino e o Descobrimento da América pelos chineses”. **Revista Navigator**, Rio de Janeiro, V.2, N.3, p. 49-55, publicada em Junho de 2006. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig3/art/N3_art5.pdf.

BRIGIDO, João. Carta ao Dr. P. Théberge. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo II, ano II, p. 109-120, 1888.

BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e design: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

_____. As ciências e a construção do território do Brasil. In: KURUY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (Org.). **Ensaio de História das Ciências no Brasil: das luzes à nação independente**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

_____. Dossiê: caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. **Anais do Museu Paulista**, v. 20, n 1, p. 11-40, jan.-jun. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/Anaismp/v20n1/v20n1a02.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2015.

CÂMARA, José. **Obras Completas de Rui Barbosa: limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CARNAXIDE, Antonio de Sousa Pedrosos. O Brasil na administração pombalina: economia e política externa. São Paulo: Ed Nacional, INL, 1979.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, ano CXI, p. 09-80, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. A colonização da América e a acumulação originária do capital. **Jus Humanum**, São Paulo, v 1, n 1, p. 140-174, jul.-dez. 2011. Disponível em <http://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/index.php/jus_humanum/article/view/34/24>. Acesso em 15 de fev. 2016.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

CORREA, Jessica Aparecida. A Fronteira, os Tratados e os Mapas: a formação territorial do Brasil e os tratados de Madri e Santo Idelfonso. **Boletim Campineiro**, Campinas, v 5, n. 1 2015. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/181>>. Acesso em 25 nov. 2016.

_____. **As Políticas Pombalinas e a Formação Territorial do Brasil 1750- 1777**. 2014. 70f. Relatório Final de Pesquisa (Pesquisa de Iniciação Científica)-Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

CORTESÃO, Jaime. **Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

_____. **História do Brasil nos velhos mapas**. T. I-II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

COSTA, Emília Viottida. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 2010.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DANTAS, E. W.Corrêa. Sistemas de cidades em terra semi-árida. In: ALMEIDA, Maria G. de; RATTS, Alecsandro JP. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia, p. 207-236. 2003.

DIAS, Thiago Alves. O Reino nos Sertões: formação de novos espaços coloniais na Capitania do Rio Grande. Encontro Internacional de História Colonial, 2, 2008, Caicó (RN). **Anais eletrônicos...** Disponível em: <WWW.cerescaico.ufrn.br//mneme/anais>. Acesso em: 12 set. 2014.

DOMINGUES. Ângela. **Monarca, ministros e cientistas: mecanismo de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: Centro de História do Além Mar, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais de Humanas, Universidade dos Açores, 2012.

_____. “Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colonial. **Almanack**, Guarulhos, n 1, p. 35-51, 1º semestre 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332011000100035&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 jul. 2014

FALCON, Francisco José C. **A época pombalina: política economica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982

_____. Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1982a

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FEIJÓ, João da Silva Feijó. **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

FERNANDES, Saul Estevan. Inscrever (n) o espaço, mapear e historicizar fronteiras: uma análise sobre a “carta topographica dos pontos importantes do território em litígio na questão de limites entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Estado do Ceará” (1903). **OPIS**, Catalão, v 11, n 2, p. 135-150, jul.-dez. 2011.

FERREIRA, António Fonseca. **A acumulação capitalista em Portugal: das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX**. Porto: Afrontamento, 1977.

FERREIRA, Mario Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, v 23, n 37, , p. 51-69, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100004>. Acesso em 20 juh. 2014.

FERREIRA, Pedro. Ceará Versus Piauí: (em torno de um officio). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXV, ano XXXV, p. 156-159, 1921. CD-ROM

FERRETI, Federico. As Origens da Noção de "Fronteiras Móveis": limites políticos e migrações nas geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, v 2, n 4, p. 48-65, Jan.-Jun. 2014. Disponível em <file:///C:/Users/Ana/Downloads/39-1-78-1-10-20170417.pdf>. Acesso em 03 dez. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 569p. 34ed. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

FREIRE, Felisbello. **Historia Territorial do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Do “Jornal do Comercial” de Rodrigues & C., 1906.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 2004.

GIRÃO, Raimundo. **A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600 – 1700)**. Fortaleza: Sudene, 1986.

_____. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1992

GOULART, José Alípio. **Barsil do boi e do couro**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

GUEDES, Ioshua Costa. A Geopolítica dos Estados do Piauí e Ceará: a questão dos territórios e das fronteiras. In: Simpósio de Produção Científica, 9. Seminário de Iniciação Científica, 8. Simpósio de Pós-graduação, 6, 2009, Piauí. **Anais eletrônicos...** Piauí: UFPI, 2009. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/19sic/Documentos/RESUMOS/Humanas/Ioshua%20Costa%20Guedes.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2016.

HALEY, J. B. **La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 2005

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HESPANHA, António Manuel. **História de Portugal: quarto volume: antigo regime (1620 – 1807)**. Lisboa: Editorial Estampa. 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Revendo as datas e fatos e complementando as notas para a História do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo CXI, ano CXI, v 111, p 95- 108. 1997. CD-ROM.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Primórdios da rede urbana cearense. **Revista Mercator**, Fortaleza, v 8, n 16, p. 77-102, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2691>>. Acesso em 10 jun. 2014

_____. A Urbanização do Ceará Setecentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Departamento de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. Desenho do Ceará. In: Simpósio Iberoamericano da História da Cartografia, 3, 2010. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<https://3siahc.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Vilas, Povoados e Estradas do Ceará Colonial: os caminhos da ocupação territorial. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 10, 2007a. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2007a.

_____. Sobre a pouca importância do Ceará no movimento expansionista português em direção à América espanhola. **Trajetos**, Fortaleza, v5, p 265-288, 2007b. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2492/1/2007_art_crJucaNeto.pdf>. Acesso em 07 fev. 2014

KANTOR, Íris. Cartografia e reformismo ilustrado: soberania e territorialidade na segunda metade do século XVIII. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagibi. (Org.). **Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Usos da memória toponímica na formação do Estado brasileiro (1750-1850). In: **Mapas de Metade do Mundo: a cartografia e a construção territorial dos Espaços Americanos (séculos XVI a XIX)**. Lisboa e México: Centro de Estudo Geográficos e Instituto de Geografia, 2010a.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v 17, n 2, p. 91-109, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.mukamukaupataxo.art.br/IMG/pdf/cartografia_indigena.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução Luiz Camara Cascudo. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942

KRIEDTE, Peter. **Caponeses, senhores e mercadores: a Europa e a Economia Mundial (1500-1800)**. Lisboa: Ed Teorema, 1980.

LEITÃO JÚNIOR, Artur Monteiro. **As Imagens do Sertão na Literatura Nacional: O projeto da modernização na formação territorial brasileira a partir dos Romances Regionalistas da Geração de 1930**. 2012. 397f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflitos de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: Ed UFG, 2002.

MACEDO, Jorge Borges de. **História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força**. Lisboa: Edição da Revista Nação e Defesa. 2008.

MACHADO, Marina Monteiro. “Duas gerações de caminhos pelos sertões: Fernão Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes”. In: MOTTA, Márcia; José Vicente Serrão; Marina Machado (Org.). **Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MACHADO, Pe. José de Almeida; MENEZES, Luis Barba Alardo de Menezes; PAULET, Antônio José da Silva Paulet. **Documentação primordial sobre a Capitania autônoma do Ceará**. Fundação Waldemar Alcântara: Fortaleza: Ed. fac.-sim., 1997.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In: JANCÓS, István (Org.). **Brasil Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijuí, FAPESP, 2003.

MAIA, Lício José de Oliveira. **Serra de Ibiapaba. De Aldeia a Vila de Índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – Século XVIII**. 2010, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

MARTIN, André Roberto. **As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” do Brasil**, São Paulo, 1993, Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINS, José de Souza Martins. **O Cativo da Terra**, São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. “Assim chamada acumulação primitiva”. In: **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?**. São Paulo: EDUSP: Nobel, 1991.

MATTOS, Ilmar Rohlff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

_____. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **O Marquês de Pombal e o Brasil**. São Paulo: Companhia ed Nacional, 1960.

MENEZES, Antonio Bezerra de. Algumas Origens do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XV, ano XV, p. 153-288, 1901. CD-ROM

_____. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

MENEZES, Catarina Agudo. **A escrita no chão: a formação territorial de Alagoas por meio de fontes coloniais**. 2011, 171f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MENEZES, Diatahy Bezerra de (Org.). **O pensamento brasileiro de clássicos cearenses**. Fortaleza: Instituto AlbanisaSarasate, 2006.

MOODIE, A. E. **Geografia Política**, Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Revista Geografares**, Vitória, n 2, p. 105-113, Jun. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/Geografares/article/view/1145/858>>. Acesso em: 07 Dez. 2013.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios Demográficos ou Territórios Indígenas?. **Dimensões**, Espírito Santo, v 11, p 137-144, jul.-dez. 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2332>>. Acesso em 12 mar. 2015.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817: estruturas e argumentos**. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MURRADÁS, Jones. **A Geopolítica e a Formação Territorial do Sul do Brasil**. 2008. 328f. Tese (Pós-graduação em Geografia)-Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

OLARTE, Maurício Nieto. Ciencia, imperio, modernidad y eurocentrismo: el mundo atlântico del siglo XVI y la comprensión del Nuevo Mundo. *Historia Crítica. Edición Especial*. Bogotá, p. 12-32. Nov. 2009. Disponível em: < www.scielo.org.co/pdf/rhc/n39s1/n39Ea02.pdf>. Acesso em 03 Out. 2015.

OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: *Jornada Setecentista*, 7, 2007, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2007. Disponível em <WWW.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadasfiles2011/12>. Acesso em 19 Dez. 2013.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de Oliveira. O Ceará e seus limites. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LI, ano LI, p. 201-245, 1937. CD-ROM.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. **João da Silva Feijó: um homem de ciência no Antigo Regime português**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2012.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas para a formação social do Ceará: 1680 – 1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

_____. *Mundos em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território*. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: a questão dos limites municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010.

POVOA NETO, Helion. História e cartografia: notas përa uma leitura desconfiada da representação cartográfica e seu território. In **Ler e escrever para contar: documentação historiográfica e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Acecess, 1998.

PRADO JÚNIOR. **História Economica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:povos indígenas e a colonização do sertão no Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP; FAPESP, 2002. 323p. (Estudos Históricos; 44).

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)**. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Geografia Clássica – Uma contribuição para a história da ciência. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v 1, n 10, 1997.

RODRIGUES, Antonio E. Martins. **A Cidade na história**. In MATTOS, ILMAR R. de. **Ler e escrever para contar: documentação historiográfica e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Acecess, 1998.

SANTIAGO, Theo. **“A manufatura e o engenho de açúcar no Brasil Colonial**. In: LAPA, José Roberto do. (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SERAINÉ, Florival. **Topônimos de Portugal no Ceará**. Revista de Portugal, Vol. XXVII, Lisboa, 1962.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sobre o diretório Pombalino**, 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

SILVA, Marilda S. da. **A “Reinvenção” do Ceará em fins do Século XVIII e as Negociações Políticas com a Coroa Portuguesa**. **Revista de Humanidades UFRN**, Caicó (RN), v 9, n 24, p. 1-14, set-out. 2008. Disponível em < www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em 15 abr. 2015.

SMIT, Roberto. **Propriedade da Terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUSA, Octávio Tarquino. **“Tratado de Madri”**. In: **Coleção documentos brasileiros**, vol 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939.

SOUSA, Maria da Conceição. **Índice Temático Anotado da Revista do Instituto do Ceará: tomo I a C e especiais**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará-IOCE, 1988.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Senador Pompeu: Um Geógrafo do Poder no Império do Brasil**. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Planos para o império: os planos de viação do segundo reinado (1869 – 1889)**. São Paulo: Alameda, 2012

SOUZA, João Paulo A. de. Entre o Sentido da Colonização e o Arcaísmo como Projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v 38, n 1, p. 173-203, jan-mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612008000100008>. Acesso em 28 mar. 2016.

SOUZA, Maria Salete de. “Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades”; ZANELLA, Maria Elisa. “As características climáticas e os recursos hídricos do Ceará”. In: BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércio; DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.

_____. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

_____. **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA BRASIL, Thomaz Pompeo de. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. (Tomo II). Coleção Biblioteca Básica Cearense. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

STUDART FILHO, Carlos. **Os Aborígenes do Ceará**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1965

STUDART, Guilherme. **Datas e fatos para a história do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896. Vol. 2.

_____. Para o litígio sobre limites entre Ceará e Piauí. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXV, ano XXXV, p. 160-165, 1921. CD-ROM

_____. “Geographia do Ceará”. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXVII, ano XXXVII, p. 160-384, 1923. CD-ROM

_____. “Geographia do Ceará”. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXXVIII, ano XXXVIII, p. 3-124, 1924. CD-ROM

_____. “A administração Barbara Alado”. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XXII, ano XXII, p. 327-369, 1908. CD-ROM

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN. Editora Universitária, 1995.

TEXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e Colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v 36, n 3, p. 539-591, jul.-set. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000300005>. Acesso em 21 jan. 2016.

TEXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da Cidade no Brasil Colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator**, Fortaleza, ano 2, n 3, p. 53-60, 2003. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/163/131>>. Acesso em 11 dez. 2014.

THEBERGE, Pedro. **Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará**, Fortaleza: Editora Henrique Galeano, 1973.

TURNER, Frederick Jackson. **Oeste Americano: quarto ensaios de história dos Estados Unidos da America**. Niteroi: EdUFF. 2004

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750**. Porto: Edições Afrontamento LTDA, Biblioteca das Ciências do Homem, História, 12, 1974. Vol II.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VIEIRA, Padre Antonio. Relação da Missão da Serra da Ibiapaba. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo XVIII, ano XVIII, 1904. CD-ROM

ZUSMAN, Perla Brígida. **Tierras para el rey**: tres fronteras y la construcción colonial del territorio del Río de la Plata (1750). 2000. 458f. Tese (Doutorado em Geografia)-Departamento de Geografia, Universidade Autònoma de Barcelona, Barcelona. 2000.